

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MICAELA MARTINHO DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO: UM DEBATE A PARTIR DA
REALIDADE DO MIGRANTE EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE
RIBEIRÃO PRETO-SP**

FRANCA

2016

MICAELA MARTINHO DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO: UM DEBATE A PARTIR DA
REALIDADE DO MIGRANTE EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE
RIBEIRÃO PRETO-SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: “Serviço Social-Trabalho e Sociedade”

Orientador: Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

FRANCA

2016

Oliveira, Micaela Martinho de.

Serviço social e o preconceito : um debate a partir da realidade do migrante em município da região de Ribeirão Preto-SP / Micaela Martinho de Oliveira. – Franca : [s.n.], 2016.

224 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Gustavo José de Toledo Pedroso.

1. Assistentes sociais. 2. Migração interna. 3. Preconceito ao migrante. I. Título.

CDD – 362.85

MICAELA MARTINHO DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO: UM DEBATE A PARTIR DA
REALIDADE DO MIGRANTE EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO
PRETO-SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

1º Examinador: _____

2º EXAMINADOR: _____

Franca, SP, __ de _____ de 2016.

Dedico aos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente aos migrantes. Que tenhamos força e coragem para lutar por um mundo sem opressões e explorações, onde possamos além de sobreviver realmente viver!

AGRADECIMENTOS

Raquel, agradeço-te por ser uma pessoa que me faz acreditar ainda mais que o mundo e as pessoas podem ser bem melhores, por sua presença transpassar força, esperança e amor, agradeço a vida por ter a oportunidade de te conhecer, foi um baita presente! Se um dia for educadora/professora terei seu trabalho como inspiração! Minha imensa gratidão por tudo que é para mim.

Dhi, amor da minha vida! Agradeço-te por você me transformar cotidianamente em uma pessoa melhor, por seu amor me dar forças, por ser meu companheiro de uma forma tão imensa e bonita, agradeço-te pela calma que me passa, pelo esforço que faz para me tranquilizar, principalmente nesses últimos meses, pela compreensão que tem pelas minhas ausências e pela grande colaboração neste trabalho. Amo-te além de tudo por você ser um ser humano lindo, que me encanta com sua humildade, com o carinho e respeito que tem com o próximo. Apesar de nossa distância, sempre te sinto presente. Desejo que todos os caminhos de minha vida continuem me levando até você. Amo-te!

Agradeço às minhas amadas irmãs, Michele e Cláudia (She). Obrigada por me darem esperança, por serem minhas companheiras, por buscarem me acalmar nos dias mais difíceis, por saber que sempre em minha vida poderei contar com vocês. Sem vocês a vida não teria o mesmo significado, agradeço ainda por serem seres humanos bonitos e inspiradores com quem aprendo sempre. Agradeço particularmente à Michele pela doçura, bondade e carinho e à Cláudia pela força, pela alegria, pelo carinho e também pela ajuda na parte técnica da dissertação. Amo vocês!

Nicole, agradeço-te pela amizade tão bonita, companheira e cheia de amor, você é uma mulher inspiradora! Um ser humano imensamente lindo, todos que partilham de sua amizade já ganharam um presente imenso nessa vida. Você também é uma pessoa que me faz acreditar em pessoas e em um mundo mais humano. Agradeço por, nesse processo difícil do mestrado, ter sido tão presente, por ter me dado força e significativas orientações neste trabalho.

Agradeço à Márcia, minha mãe, pelo incentivo à independência.

Agradeço à Mariana, pelo carinho com que acolheu minhas angústias e pela disponibilidade que dispôs a me orientar neste trabalho. Muito Obrigada!

Agradeço à Nathália pelas sugestões realizadas neste trabalho e pela simpatia e disponibilidade.

Agradeço à Priscila, pela amizade companheira, pela preocupação e pelo carinho. Você tem uma humanidade muito bonita e pura, tenho sorte de partilhar de sua amizade!

Agradeço ao Piru, querido amigo, pela preocupação que dedicou a mim, pelos áudios imensamente grandes e engraçados que me manda. Saudade de você!

Agradeço à Cecília e ao Dominginhos, pela acolhida carinhosa na casa de vocês, pelas palavras de incentivo durante esse percurso e, principalmente, pela amizade de anos! Muito Obrigada!

Agradeço à Rúbia por ter me agregado em seu quarto na moradia (que já estava lotado) e por ter me incentivado com suas palavras positivas. Agradeço ainda sua sempre doce presença.

Agradeço à Mayra e ao Elvis, por me acolherem no quarto de vocês no início do mestrado (e depois também), pela presença de vocês ter feito desse começo complicado um momento mais alegre e leve. Apesar de termos morado poucos meses juntos, aprendi a admirar muito mais cada um e gostar mais ainda de vocês, desejo para vocês do fundo do coração tudo que a vida tem de mais bonito e livre, aliás nunca vi duas pessoas mais ansiadas de liberdade. Obrigada por tudo!

Agradeço à Valzinha, minha querida, principalmente por ser essa pessoa maravilhosa, doce e amiga, também por me receber em sua casa de forma tão carinhosa propiciando que eu realizasse as entrevistas de campo. Obrigada Val!! Linda!

Agradeço à Nayara, pela amizade e carinho desde os tempos da moradia.

Agradeço à Jaíne, por ter me recebido em sua casa de forma acolhedora, para que assim eu pudesse realizar a pesquisa de campo em Serrana. Muito Obrigada!

Agradeço à Helena, pela troca de conhecimento realizada nesse percurso.

Agradeço ao meu orientador Gustavo, pelo conhecimento proporcionado nesse caminho.

Agradeço à Helô, por ser esta pessoa que me transmite paz e alegria. Tenho vontade de passar a vida toda conversando com você! obrigada pelo carinho.

Agradeço à Sandra, por ser tão carinhosa, atenciosa e linda, obrigada pelas vezes que trocamos conversas enriquecedoras! Foi um grande prazer te conhecer, sentirei saudade!

Agradeço ao Mauro, por sempre acolher os alunos com simpatia e competência e ainda por tentar acalmá-los em suas angústias. Você foi um doce comigo quando descobri que não poderia prorrogar o prazo da entrega da dissertação, nunca vou esquecer a esperança que passou em suas palavras. Muito Obrigada!

Agradeço à Edvânia, pelas orientações realizadas na banca de qualificação e pelos espaços que pude partilhar de sua presença durante minha graduação, foram muito importantes em minha formação profissional e pessoal. Muito Obrigada!

Agradeço à Edna, pela correção gramatical desse trabalho e também, por no início do mestrado, ter-me proporcionado ser sua aluna sem custos, pois, naquele momento, não tinha nenhuma condição financeira de pagá-la. Adorava suas aulas! Muito Obrigada!

Agradeço às assistentes sociais da Secretaria de Saúde de Indaiatuba-SP, por serem profissionais que aprendo cotidianamente. Admiro vocês, em sua maioria, pelo compromisso com o trabalho, pela perspectiva de defesa de direitos e pelo respeito que dispendem aos sujeitos que dedicamos nosso trabalho. Agradeço em especial a Adriana do CAPS AD (pela recepção carinhosa e pelo conhecimento partilhado), A Lourdes (pelo respeito e maturidade que teve comigo no espaço da farmácia, mesmo que não concordássemos com as mesmas coisas e pela amizade que mantivemos), A Adriana do CAPS II (Agradeço o carinho e respeito com que me recebeu e pelo aprendizado cotidiano, sempre aprendo muito com você).

Agradeço a todos os meus colegas de trabalho do CAPS II, por poder aprender com vocês todos os dias, por terem um olhar humano com a população que atendemos e por nos

dedicarmos a nosso trabalho com respeito e carinho. Agradeço por ser um espaço que me sinto feliz de estar trabalhando.

Agradeço aos pacientes do CAPS II, principalmente do intensivo e semi-intensivo, por serem tão carinhosos e por podermos construir relações horizontais e fraternas. Tenho grande carinho por vocês, e é um grande prazer poder dedicar meu trabalho a vocês, aprendo todos os dias e me divirto também.

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras
maiores perguntas.”

(João Guimarães Rosa)

OLIVEIRA, Micaela Martinho. **Serviço Social e o preconceito**: um debate a partir da realidade do migrante em município da região de Ribeirão Preto- SP. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

Este estudo buscou realizar um debate sobre o preconceito ao migrante no âmbito do Serviço Social a partir da percepção e prática profissional do assistente social dos municípios de Guariba-SP e Serrana-SP, nesse sentido procurou-se analisar através de entrevistas com sete assistentes sociais se o preconceito ao migrante é apreendido pelas profissionais, se ele é reproduzido pelas sujeitas de pesquisa e se seus espaços ocupacionais são utilizados para problematizar essa forma de preconceito de modo a colaborar com o seu enfrentamento. A fim de alcançarmos um olhar ampliado sobre o debate do preconceito no Serviço Social e compreendermos como é realizada a abordagem teórica sobre essa problemática foi realizada ainda a análise dos estudos que abordam o preconceito através das duas principais revistas da categoria profissional, *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2014, procurando verificar se o preconceito ao migrante é presente nas publicações teóricas do Serviço Social, se é significativa a produção sobre as diversas manifestações de preconceito, se há interlocução com o Serviço Social e quais teorias iluminam as análises. Durante a construção deste trabalho, preocupamo-nos em abordar a relação do Serviço Social com o preconceito a partir do ponto de vista da totalidade por considerarmos não somente que o preconceito ao migrante é uma problemática importante de ser apropriada, mas, além disso, as diversas manifestações do preconceito que permeiam a sociedade e, por consequência, também o trabalho do assistente social. Os resultados obtidos mostram que os assistentes sociais frequentemente encontram dificuldades para compreender a dimensão do preconceito no cotidiano profissional, assim como ter alinhamento com o projeto ético-político no quesito específico de não reproduzir estereótipos ao migrante e utilizar-se de seu espaço ocupacional para o enfrentamento ao preconceito em suas diversas formas de manifestação. A análise da produção teórica, por fim, evidencia que o preconceito ao migrante não é uma temática com presença significativa no conhecimento produzido pela categoria e que, mesmo as abordagens sobre outras formas de preconceito, também aparecem em número reduzido.

Palavras-chave: Serviço Social. preconceito. migrante. Projeto Ético-Político.

OLIVEIRA, MICAELA MARTINHO. **Serviço Social e o preconceito**: um debate a partir da realidade do migrante em municípios da região de Ribeirão Preto- SP. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

This study sought to carry out a debate about the prejudice to the migrant in the scope of Social Work based on the perception and professional practice of the social worker of the municipalities of Guariba-SP and Serrana-SP, in this sense sought to analyze through interviews with seven social workers if the prejudice of the migrant is apprehended by the professionals, if it is reproduced by the subjects of research and if their occupational spaces are used to problematize this form of prejudice in order to collaborate with their confrontation. In order to reach a magnified look on prejudgment the debate on Social Service and understand how the theoretical approach is made on this issue has not yet performed an analysis of studies that address the prejudice by the two main magazines of the professional category, *Serviço Social & Sociedade* and *Temporalis* in the period between the years 2004 and 2014, seeking to ascertain whether the prejudgment to the migrant is present in theoretical publications of Social Work, if significant production on the various manifestations of prejudgment, if there is dialogue with the Social Service and theories which illuminate the analysis. During the construction of this work we care to address the relationship of Social Work with the category prejudgment from all point of view because we believe not only that prejudgment against the migrant is an important issue to be appropriate, but in addition, various manifestations of prejudgment that permeate society and, consequently, also the work of the social worker. The results show that social workers often find it difficult to understand the scale of prejudgment in their daily routine, as well as having alignment with the ethical-political project in the specific question not reproduce stereotypes to migrant and used his occupational space for confronting prejudgment in its many manifestations. The analysis of theoretical production, finally shows that prejudgment against the migrant is not a subject with a significant presence in the knowledge produced by category, and that even approaches on other forms of prejudice appear in small numbers.

Keywords: Social Work. preconception. migrant. Ethical-Political Project.

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
BH	Belo Horizonte
CAI	Complexo Agroindustrial Canavieiro
CANAOESTE	Associação dos Plantadores de Cana do Oeste de São Paulo
CAPEX	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CE	Código de Ética
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais Pré-Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CODEVASF	Companhia para o Desenvolvimento do Rio São Francisco
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino à Distância
GTP	Grupos de Trabalho e Pesquisa
HC	Hospital das Clínicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IES	Instituições de Ensino Superior
JUC	Juventude Universitária Católica
MEC-Sesu	Ministério da Educação e do Desporto- Secretaria de Educação Superior
NEPO	Núcleo de Estudos de População
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PEP	Projeto Ético-Político
PIB	Produto Interno Bruto
PRÓALCOOL	Programa Nacional do Alcool
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira

SABESP	Serviço de Abastecimento de Água de São Paulo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento para o Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UF	Unidade de Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL E O MIGRANTE DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: APROXIMAÇÕES SOBRE ESSA REALIDADE	23
1.1 Migrações internas no Brasil	24
<i>1.1.1 Contexto contemporâneo das migrações internas no Brasil.....</i>	<i>29</i>
1.2 Os Migrantes da região de Ribeirão Preto: quem são e como vivem	32
<i>1.2.1 Características da região de Ribeirão Preto-SP.....</i>	<i>32</i>
<i>1.2.2 As condições de vida e trabalho do migrante da região de Ribeirão Preto-SP.....</i>	<i>34</i>
1.3 Caracterização dos Municípios de Guariba-SP e Serrana-SP	38
<i>1.3.1 Guariba-SP.....</i>	<i>38</i>
<i>1.3.2 Serrana-SP</i>	<i>41</i>
1.4 O Preconceito ao migrante	43
<i>1.4.1 O preconceito ao migrante no Brasil: a dialética da discriminação.....</i>	<i>43</i>
<i>1.4.2 O preconceito ao migrante na região de Ribeirão Preto-SP</i>	<i>46</i>
CAPÍTULO 2 A INCOMPATIBILIDADE DO PRECONCEITO COM A DIREÇÃO SOCIAL DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	54
2.1 Aproximações acerca dos fundamentos ontológicos da ética	55
2.2 Ética profissional e seu percurso sócio-histórico	60
<i>2.2.1 A gênese do Serviço Social e seu ethos conservador</i>	<i>61</i>
<i>2.2.2 A virada com o conservadorismo e a construção de um novo ethos profissional.....</i>	<i>69</i>
<i>2.2.3 O amadurecimento ético-político da categoria profissional da década de 1990</i>	<i>79</i>
2.3 O projeto ético-político do Serviço Social e o preconceito	85
2.4 Desvelando o cotidiano: aproximações acerca da principal referência teórica no debate sobre o preconceito no Serviço Social.....	95
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO AO MIGRANTE	101
3.1 Análise das produções teóricas das revistas <i>Serviço Social & Sociedade</i> e <i>Temporalis</i>	102

3.1.1 Considerações acerca das publicações que abordam a temática do preconceito	103
3.2 O Serviço Social e o preconceito ao migrante	107
3.2.1 O migrante do município de Guariba-SP e Serrana-SP	108
3.2.2 Desafios frente ao projeto ético-político do Serviço Social: a percepção do assistente social sobre o migrante	119
3.2.3 A apropriação do preconceito nos espaços ocupacionais do Serviço Social	132
3.2.4 O preconceito e a formação profissional dos assistentes sociais	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....	161
APÊNDICE B – RESUMO DOS ARTIGOS QUE ABORDAM A TEMÁTICA DO PRECONCEITO	164
APÊNDICE C – LEVANTAMENTO DE DADOS REFERENTE AOS ANOS DE 2004 A 2014, DAS REVISTAS <i>SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE</i> E <i>TEMPORALIS</i>.....	171
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	224

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou realizar um debate sobre o preconceito ao migrante no âmbito do Serviço Social a partir da percepção e prática profissional do assistente social dos municípios de Guariba-SP e Serrana-SP, nesse sentido, procurou-se analisar se os profissionais reproduzem o preconceito ao migrante, se compreendem o preconceito sofrido por esses sujeitos e se utilizam de seus espaços ocupacionais para problematizar essa forma de preconceito, com vista a colaborar com o seu enfrentamento.

Com o objetivo de termos um olhar ampliado sobre o debate do preconceito no Serviço Social e compreendermos como é realizada a abordagem teórica sobre essa problemática, foi realizada a análise dos estudos que abordam o preconceito a partir das duas principais revistas da categoria profissional que são: *Serviço Social & Sociedade* e a *Temporalis*, referente aos anos de 2004 a 2014. A partir da análise dos artigos das revistas, buscamos responder os seguintes questionamentos: O preconceito ao migrante é presente nas publicações teóricas do Serviço Social? É significativa a produção teórica sobre o preconceito no Serviço Social? Como é realizada essa abordagem? Quais teorias iluminam as discussões? Há uma interlocução com o Serviço Social?

Durante a pesquisa, buscamos ter um olhar voltado a compreender não somente a apropriação do Serviço Social sobre o preconceito ao migrante, mas ainda entender como a profissão se apropria da categoria preconceito. Esse objetivo se expressou nas análises das produções teóricas, nos questionamentos sobre a apropriação dos espaços ocupacionais para o debate sobre o preconceito e na presença dessa temática na formação profissional das sujeitas de pesquisa.

A aproximação com a temática dessa pesquisa realizou-se durante a graduação do curso de Serviço Social realizado na UNESP-Franca, nesse período, participei da pesquisa intitulada: “Trabalho e Política Pública: a participação dos trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro na política de seguridade social”, a qual foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores, coordenados pela Prof.^a Dra. Raquel Santos Sant’Ana. Durante o percurso dessa pesquisa, foi possível a aproximação sobre a realidade dos trabalhadores rurais migrantes que, como serão analisados têm significativa participação na mão de obra empregada na agroindústria canavieira.

Essa aproximação propiciou compreender que além de sofrer com a extrema exploração nos canaviais paulistas, assim como o trabalhador natural, o migrante sofre com o preconceito. Durante a pesquisa, também foi possível nos aproximarmos do trabalho dos assistentes sociais, onde outra problemática foi presente; as falas dos profissionais, muitas vezes, eram carregadas de uma percepção preconceituosa sobre essa população. Essa

aproximação instigou a pesquisadora a discutir o preconceito contra o migrante no município de Guariba-SP, através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado no ano de 2013.

A presente pesquisa objetivou ampliar essa análise, focando nossos objetivos no Serviço Social e o preconceito ao migrante na região de Ribeirão Preto, dois municípios foram escolhidos como universo dessa pesquisa, sendo esses Serrana-SP e Guariba-SP. O município de Guariba-SP, como salientado, já havia sido universo de estudo anteriormente, retomamos este espaço como lócus de pesquisa pelo fato do município apresentar historicamente presença acentuada da população migrante e por termos analisado na pesquisa anterior que o preconceito ao migrante é marcante nesse espaço. O município de Serrana-SP também foi escolhido por apresentar fluxo migratório intenso, segundo informações disponibilizadas pela prefeitura de Serrana-SP, no período da safra da cana-de-açúcar o município recebe um acréscimo de aproximadamente 5.000 pessoas.

Além da presença significativa da população migrante, outro elemento que colaborou para a escolha de Serrana-SP e Guariba-SP são as diferenças históricas e sociais presentes nesses espaços. Vettorassi (2010) em sua tese de doutorado¹ intitulada “Laços de Trabalho e Rede dos Migrantes: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas em redes sociais e identidades de grupo de Serrana-SP e Guariba-SP”, realizou uma análise comparativa entre esses dois municípios, apontando em seu estudo que esses espaços apresentam algumas dissemelhanças em relação à inserção dos migrantes.

Em Serrana-SP, segundo Vettorassi (2010), desde o início da formação do município à cultura canavieira é a atividade predominante, sendo que os migrantes mineiros e nordestinos foram a principal fonte de mão de obra, dessa forma diferente da maioria dos municípios da região, inclusive Guariba-SP, não houve transição de uma economia cafeeira de trabalhadores migrantes europeus para a economia sucroalcooleira com migrantes nordestinos e mineiros. Segundo a autora, o fato dos migrantes nordestinos e mineiros terem participado da formação inicial de Serrana-SP fez com que desenvolvessem maior sentimento de pertença ao município.

Outros fatores são apontados por Vettorassi (2010) que diferenciam Guariba-SP e Serrana-SP, nesse último município não haveria uma separação geográfica acentuada entre a residência dos migrantes e da população natural e a sua participação na greve dos trabalhadores rurais de 1984 foi residual, não constituindo-se como fato marcante na memória de seus moradores; em Guariba-SP, essa revolta permaneceu nas representações da população

¹ O objetivo da tese de Vettorassi foi “[...] identificar quais as relações e redes sociais existentes entre grupos migrantes em espacialidades diferentes como Guariba e Serrana.” (VETTORASSI, 2010, p. 20).

como algo violento, que “manchou” o nome da cidade, os migrantes são considerados responsáveis por esse levante e os atributos relacionados à violência são impingidos.

Na percepção da pesquisadora, o conjunto desses elementos estabeleceram uma relação menos conflituosa entre migrantes e naturais em Serrana-SP comparado com Guariba-SP; dessa maneira, os migrantes de Serrana-SP principalmente os que fizeram do município seu espaço de moradia permanente sofreriam menor preconceito.

Pelo fato dos dois municípios terem historicamente presença significativa de migrantes e características que podem diferenciar o preconceito destinado a essa população, escolhemos como universo de nossa pesquisa. Questionamo-nos: as características apontadas pelo estudo de Vettorassi (2010) diferenciam a percepção das assistentes sociais de Serrana-SP comparadas às profissionais do município de Guariba-SP?

A presente pesquisa teve caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas com sete assistentes sociais, sendo três do município de Guariba-SP e quatro do município de Serrana-SP, os espaços de trabalho ocupados pelas profissionais foram na política de assistência social e na política de saúde. Foi também realizada a análise das publicações das revistas *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*, abrangendo os anos de 2004 a 2014, como metodologia, optou-se por selecionar os artigos que trouxessem no título, nas palavras-chave e/ou resumo, a palavra preconceito, discriminação ou termos similares que remetesse a essa problemática, por exemplo: racismo, homofobia, machismo etc.. Posteriormente a essa etapa, foi realizada leitura e análise dos artigos selecionados, buscando responder os questionamentos elencados.

Foram analisadas 43 revistas da *Serviço Social & Sociedade*, totalizando 342 artigos, dentre estes, apenas 5 foram selecionados para uma leitura pormenorizada, considerando-se para a seleção destes textos, os critérios pré-estabelecidos. Em relação às publicações da revista *Temporalis* referentes aos anos de 2004 a 2014, foram analisadas 18 revistas, o que totalizou 188 artigos, deste, quatro foram selecionados.

A escolha de profissionais que trabalhassem nos referidos locais ocorreu pelo fato desses espaços propiciarem contato próximo com a população migrante. Como pode ser analisado na pesquisa de Micaela Oliveira (2013), a população migrante era a principal usuária da política de assistência social do município de Guariba-SP, por Serrana-SP, também ter presença expressiva de migrantes tínhamos como hipótese que esse segmento também seria representativo na participação da referida política, hipótese que foi comprovada na pesquisa de campo. A busca por melhores condições de saúde conforme informações da pesquisa de Micaela Oliveira (2013), constitui-se em um elemento secundário que colabora para as migrações, fundamentalmente quando já há membros da família que migraram e outro

adoecido em seu lugar de origem, acreditamos dessa maneira que a busca por melhores condições de saúde aproximaria o contato do assistente social que trabalha nesse espaço com os migrantes.

Tendo como objetivo compreender o migrante em uma perspectiva de totalidade, buscamos no primeiro capítulo analisar quem é o migrante interno no Brasil. Dessa maneira, debruçamos sobre alguns questionamentos: Como se constitui os fluxos migratórios no Brasil? Quais os determinantes históricos e sociais das migrações internas? As migrações são decorrentes de uma escolha ou representam a estratégia de sobrevivência dos que deixam seus lugares de origem? Quem é o migrante da região de Ribeirão Preto? Quais suas condições de vida e trabalho?

Para tentarmos nos aproximar das respostas de tais perguntas, em um primeiro momento realizamos a análise das migrações internas no Brasil compreendendo-as como um fenômeno social que possui determinantes estruturais, pautando-se na análise de Singer buscamos apreender os fluxos migratórios em sua dimensão de grupo, que ao migrar respondem a questões econômicas, políticas e sociais. Considera-se nesse estudo que as migrações internas no Brasil são fundamentalmente determinadas pela busca de reprodução da força de trabalho, que se move no território à procura de sua manutenção.

Partindo da perspectiva citada, buscamos retomar historicamente os movimentos migratórios a partir da década de 1930 até as configurações atuais desse processo. Com o objetivo de nos aproximar sucessivamente da realidade do migrante, foi também trabalhado a configuração dos fluxos migratórios especificamente na região de Ribeirão Preto e as condições de vida e trabalho dos migrantes nesse espaço. A caracterização de nosso universo de pesquisa é traçado nesse momento, em que são analisadas as características históricas, econômicas e sociais do município de Guariba-SP e Serrana-SP.

No capítulo um iniciamos a abordagem sobre o preconceito ao migrante, procuramos demonstrar quais as características desse preconceito e nos questionamos: É todo migrante que sofre preconceito? A origem geográfica interfere na percepção sobre o migrante? Sua raça/etnia influencia nessa discriminação? E sua condição de classe? Buscou-se evidenciar nesse momento a relação dialética que se estabelece entre o preconceito por ser migrante, por sua origem geográfica, sua condição de classe e sua raça/etnia, consideramos nessa pesquisa que a questão racial, a origem geográfica e o pertencimento a determinada classe, configuraram as diversas percepções sobre o migrante no Brasil.

Posteriormente, dialogamos com as pesquisas que abordam o preconceito ao migrante, quando evidenciamos que o preconceito é marcadamente presente em sua realidade,

sendo expresso na divisão geográfica e social, na negação e contestação de seus direitos e nos estereótipos negativos que lhe são designados. É importante salientar que não buscamos de início trazer majoritariamente estudos que abordam a discriminação ao migrante na região de Ribeirão Preto, contudo frente à dificuldade de encontrarmos pesquisas que se dediquem a essa temática em outros espaços, focamos nossa análise no preconceito manifesto na referida região.

No segundo capítulo iniciamos nossa aproximação do debate sobre o preconceito e o Serviço Social, primeiramente nos dedicamos a compreender a dimensão ética da profissão, tal abordagem é necessária para analisar como se realiza a crítica ao preconceito na categoria profissional. A ética é compreendida nesse estudo através da perspectiva sócio-histórica, analisada enquanto fruto do salto ontológico do homem, realizado por meio do trabalho, que determinou a autoconstrução do ser social e de sua possibilidade de agir ético.

Nesse capítulo, foi trazido o processo histórico da construção da ética profissional, desde sua gênese conservadora e moralista que buscava naturalizar as relações de exploração e opressão da sociedade, até o momento em que a categoria profissional, sob determinado chão histórico, consegue estabelecer as bases para uma ética crítica, que se alinha a um projeto societário, antagônico à ordem burguesa, contrapondo-se a toda forma de opressão e exploração.

O código de Ética do assistente social que, desde sua reformulação, em 1986 já apresentava o *ethos* profissional que rompe com o conservadorismo é reformulado em 1993, com vista a superar alguns equívocos, contudo mantendo sua base crítica. O código de 1993 traz pela primeira vez a abordagem sobre o preconceito no Serviço Social, o que manifesta o amadurecimento da categoria na compreensão do ser social, buscando analisá-lo em uma perspectiva de totalidade. É expresso no código em seus princípios fundamentais, que o exercício profissional não deve discriminar nem ser discriminado e empenhar-se na eliminação de toda a forma de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 23-24).

Após analisarmos os fundamentos da ética profissional e seu percurso histórico, dedicamo-nos à temática fundamental nesse estudo: O projeto ético-político e o preconceito. A abordagem do preconceito através do projeto ético-político busca evidenciar que a atitude preconceituosa não é somente um aspecto normativo que consta no código de ética, é em si antagônica à direção social do projeto ético-político.

O projeto ético-político do Serviço Social corresponde a uma projeção coletiva da categoria, como colocado por Paulo Netto (1999, p. 94) representa a autoimagem da profissão, expressa seus valores, princípio, objetivos, normas e vincula-se a determinado projeto societário. O núcleo do projeto ético-político do Serviço Social tem a liberdade como valor central, assume o compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos.

Buscamos defender na análise contida no segundo capítulo, que o projeto ético-político do Serviço Social ao ter como valor central a liberdade, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos, já se coloca como antagônico ao preconceito, pois o preconceito não permite a liberdade e a autonomia dos indivíduos, colabora para a manutenção das estruturas de exploração e opressão da sociedade, fundamenta atitudes de violência e negação dos direitos humanos. Considerando tais elementos, afirma-se assim, que não há espaço e nem diálogo possível na categoria profissional para a defesa de qualquer forma de preconceito.

No final desse capítulo trouxemos a análise realizada por Agnes Heller (1985), sobre o cotidiano e o preconceito, buscamos nos aproximar dessa discussão teórica por termos utilizado de seus elementos durante o percurso deste trabalho e pelo fato das produções teóricas do Serviço Social, analisadas no levantamento das revistas citadas, que se apropriam de alguma teoria para iluminar sua análise sobre o preconceito, também utilizaram o mencionado referencial teórico.

No terceiro capítulo, foram apresentadas as análises realizadas nas duas revistas citadas anteriormente, nas quais avaliamos que o preconceito ao migrante não foi abordado nos estudos analisados e que a apropriação teórica de outras formas de preconceito pelo Serviço Social se faz muito tímida, pois nas duas principais revistas da categoria profissional, apenas nove artigos objetivaram debruçar-se sobre essa realidade em um espaço de tempo de onze anos.

A pesquisa de campo também foi apresentada nesse capítulo, buscamos através das entrevistas com as assistentes sociais compreender a percepção e a prática das profissionais no que se refere ao preconceito ao migrante. Foi analisado dessa maneira qual a compreensão sobre o preconceito ao migrante, a reprodução do preconceito ao migrante entre as sujeitas de pesquisa e como ocorre utilização dos espaços ocupacionais para colaborar com a problematização e enfrentamento ao preconceito a esses sujeitos e também a outros segmentos.

Buscamos apreender também, através da realidade apresentada, pelas sujeitas de pesquisa se, em sua graduação em Serviço Social, o preconceito em suas diversas formas de manifestação foi abordado. Esse questionamento foi realizado por consideramos, que o espaço

de formação profissional tem papel significativo para que os assistentes sociais consigam se apropriar de forma crítica do debate sobre o preconceito.

As profissionais trouxeram em suas falas elementos importantes para analisar as condições de vida da população migrante e da dinâmica do fluxo migratório nos municípios, apesar de não ter sido nosso objetivo na pesquisa de campo compreender em profundidade esses elementos, acreditamos que a percepção das assistentes sociais colaborou para entender o migrante em sua totalidade, dessa maneira o terceiro capítulo também abordará aspectos referentes ao fluxo migratório na cidade, às condições de trabalho e à vida dos migrantes, a partir da perspectiva apresentada pelas profissionais, dialogando com pesquisas que nos ajudaram a compreender a realidade nas referidas cidades enquanto expressões de manifestações de mudanças estruturais na conjuntura agrária e econômica do país.

**CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL E O MIGRANTE DA REGIÃO
DE RIBEIRÃO PRETO: APROXIMAÇÕES SOBRE ESSA REALIDADE**

1.1 Migrações internas no Brasil

“Iriam para adiante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era... E andava para o sul, metidos naqueles sonhos. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias...Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá.”
(Graciliano Ramos, *Vidas secas*).

A presente análise busca compreender os processos migratórios como um fenômeno social, com determinantes estruturais. Segundo Singer (1975), as migrações são historicamente condicionadas, fruto de processos globais de mudanças. O pesquisador considera que os deslocamentos populacionais no país assumem uma dimensão de grupo, que estaria respondendo a condições econômicas, políticas e sociais ao migrar. As desigualdades regionais, resultado do modelo econômico de desenvolvimento excludente, seriam o motor impulsionador das migrações internas.

Singer (1975) pondera que os movimentos migratórios estariam associados a fatores de expulsão e atração. No lugar de origem, os fatores de expulsão seriam determinados pelas mudanças ou estagnação, ou seja, pela introdução de formas capitalistas de produção, poupadoras de mão de obras, que expulsam o homem do campo (fator de mudança) e/ou pela impossibilidade da agricultura de subsistência reproduzir-se (fator de estagnação). No lugar de destino são considerados os fatores de atração, sendo o principal a demanda por força de trabalho, o que orientaria os fluxos de migrantes.

Considera-se que as migrações internas no Brasil são fundamentalmente determinadas pela busca de reprodução da força de trabalho, que se move no território à procura de sua manutenção. Essa análise, contudo, não anula a importância das estratégias familiares, dos aspectos culturais e sociais.

O processo de migração interna no Brasil iniciou-se com a instauração da república. Neste momento, a produção de café contava majoritariamente com imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis; porém, ainda que, em um contingente menor, os brasileiros se deslocavam em busca de trabalho nas lavouras de café, oriundos de regiões onde já havia se fechado o ciclo de produção cafeeira (PATARRA, 2003).

As migrações internas se configuram como um fenômeno de maior proporção pela primeira vez na década de 1930, marcando a passagem de uma sociedade fundamentalmente agrária para um modelo urbano industrial. Com a acentuação das desigualdades regionais os estados de Rio de Janeiro e São Paulo tornam-se importantes polos de atração de migrantes oriundos da região nordeste e dos Estados do Paraná e de Minas Gerais (PATARRA, 2003).

De fato, a região Centro-Sul passou a constituir a ponta de lança da indústria e da agricultura mais desenvolvida, passando, à medida que o mercado nacional se unificava, a debilitar essas atividades nas outras regiões do país - Nordeste, extremo Sul e Norte. Exemplo disso é a destruição do artesanato das zonas rurais, através da penetração nas demais regiões de produtos fabris do Centro-Sul. (LOPES, 1968, p. 68).

Martine (1990) considera que as migrações internas ocorridas a partir de 1930 foram marcadas por dois processos, sendo eles: o aumento significativo das migrações de origem rural para os centros urbanos e, concomitantemente a expansão das fronteiras agrícolas e incentivo governamental para a interiorização do país.

Os estudos de Patarra (2003) enfatizam que a criação das redes de transporte e de comunicação, em conjunto com a emergência das políticas sociais, foram mudanças que possivelmente também influenciaram os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos. É importante notar que é, no período da década de 1930, que o Estado assume o papel de estimular a economia, realizando mudanças necessárias ao padrão de acumulação.

Nesse período, o Brasil vivenciava a chamada Primeira República e o desenvolvimento capitalista ainda era impulsionado pela cultura cafeeira, apesar da crise. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), a realidade da década de 1930 trazia contraditoriamente em seu interior o aprofundamento da industrialização, a urbanização acelerada, com a diferenciação social e a diversificação ocupacional resultantes da emergência do proletariado e da consolidação dos estratos urbanos médios.

A decadência da economia cafeeira, resultado da crise de 1929, dar-se-á ao longo de mais que uma década e será marcada pelo amadurecimento das contradições econômicas e políticas que resultarão no fim da supremacia da burguesia ligada ao complexo cafeeiro no país.

A partir de 1950, inicia-se na economia brasileira uma etapa caracterizada pelo aprofundamento do monopólio, pela internacionalização do mercado e por um vertiginoso avanço na industrialização, incentivada por investimentos governamentais. A construção do Distrito Federal e da estrada Belém-Brasília também ocorre neste período, as quais, juntamente com o contexto de crescimento da industrialização, da seca e da expulsão dos

moradores do engenho no nordeste, determinam a migração de 11 milhões de pessoas, da área rural para a urbana (LOPES, 1973).

Apesar da predominância de migrantes oriundos da região Nordeste (46, 5% do total), outras regiões tiveram significativo fluxo migratório. Na região sudeste, quatro milhões de habitantes deixaram o campo, o que correspondia a 30% da população rural; seu destino, contudo era em direção às áreas metropolitanas do mesmo estado. Na região norte, 19% da população deixou a área rural, movimento que se segue pela região sul, onde 18,9% da população rural também migrou (CAMARANO; ABROMOVAY, 1997).

As migrações internas têm inseparável relação com a economia urbano-industrial, pois contribuíram diretamente para a acumulação de capital:

Para a economia urbana industrial, o setor rural, pela migração, fornecia mão-de-obra, bem como alimentos e matérias primas baratas (além de suprir aquela economia com divisas necessárias para a obtenção de equipamentos e peças). A pressão constante das migrações, de um lado, diretamente pelo aumento da oferta de força de trabalho urbano, mantinha baixos os salários. Por outro lado, ao constituir o setor urbano autônomo (comércio e serviços chamados “marginais”), as mesmas migrações contribuíam para aquele mesmo fim de forma indireta, pelo barateamento de importantes componentes de consumo operário. Assim, por uma e por outra via, elas sustentaram os níveis de acumulação de capital. (LOPES, 1973, p. 134).

A partir da década de 1960 as migrações internas são majoritariamente resultado do êxodo rural e, nos 30 anos que se seguiram, o Brasil presenciou profundas mudanças em sua estrutura agrária e urbana, mudanças essas que reconfiguraram os fluxos migratórios.

Os anos da década de 1960 foram marcados pela migração do sudeste rural. Nesse período, 6 milhões de pessoas deixaram o campo, representando 46, 5 % dos habitantes do meio rural da região sudeste. Essa região também era o principal destino de migrantes internos, recebendo 25 % dessa população, contudo houve expansão das fronteiras do Paraná e da região centro-oeste, que receberam respectivamente 18 % e 13,3 % dos imigrantes. (AYDOS, 2010).

O processo migratório rural-urbano atingiu seu clímax na década de 1970, quando 15,6 milhões de pessoas deixaram a área rural no Brasil. A região nordeste foi a que mais forneceu migrantes, com 5 milhões de pessoas. Na região sul, 45,5% da população rural migrou, e a região sudeste continuou o processo de desruralização, sendo que, nesse período, 1,5 milhões de pessoas abandonaram a área rural (PATARRA, 2003).

Somadas as migrações internas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1980, chega-se à cifra de 36 milhões de pessoas, o que não deixa margem de dúvidas sobre magnitude desse

fenômeno (CAMARANO; BELTRÃO, 2000). A análise das mudanças ocorridas na estrutura agrária do país é determinante para a compreensão das migrações naquele período, sendo que o processo denominado modernização conservadora é apontado por diversos estudos como o principal responsável por esse intenso fluxo migratório. Maria Silva (1999, p. 71), considera que:

O cognominado processo de industrialização da agricultura teve, entre outras consequências, aquela de criar uma força de trabalho circulante, residindo em muitos lugares, vencendo as longas distâncias geográficas do país. [...] Enfim, um campesinato expropriado da roça, da morada, da posse da terra, dos meios e instrumentos de trabalho. Esse processo histórico, que em outras realidades levou séculos para se completar, no Brasil, bastaram apenas algumas décadas.

A modernização realizada pelo governo militar tinha como objetivo avançar a acumulação capitalista por meio de aceleração da industrialização e da economia sem, contudo, tocar na estrutura desigual da sociedade brasileira. Por essa via, a questão agrária também foi trabalhada, a modernização realizada no campo visou à introdução de tecnologias, insumos agrícolas, maquinaria e a participação expressiva de empresas nacionais e internacionais, expressando a integração técnica da indústria com a agricultura. Houve vultosos investimentos do governo federal, materializados nos programas de financiamentos, contudo as estruturas agrárias arcaicas foram intensificadas: enquanto os grandes produtores puderam contar com tecnologia de alta ponta e apoio governamental significativo, a agricultura familiar sofreu processo inverso, tendo pouco ou nenhuma condição de se manter no campo.

Tais desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas coetaneamente articuladas, atribuindo uma marca histórica particular à formação social do país. Afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando nossa herança histórica e o presente. Imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho se alteram em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a “questão social”. (IAMAMOTO, 2012, p. 102).

Esse modelo de desenvolvimento instaurado na agricultura brasileira foi responsável pelo aumento da concentração de terra, de renda e da miséria, principalmente entre aqueles que se utilizavam da terra para garantir sua sobrevivência. Foram expulsos² milhares de

² Os índios também tiveram suas terras invadidas e sua população dizimada. Algumas tribos como a krenakarore tiveram aproximadamente 80% da sua população reduzida (SILVA, M. A. M., 2004).

trabalhadores rurais do campo, dentre residentes das fazendas (posseiros, colonos, pequenos arrendatários, e sitiantes³) e pequenos proprietários.

Em 1963, as leis trabalhistas, aplicadas até então apenas à população urbana, foram estendidas ao campesinato com o Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4.214 (BRASIL, 1963). Embora representasse uma grande conquista dos trabalhadores rurais, essa legislação também impulsionou a expulsão de um grande contingente de trabalhadores da área rural. Com o objetivo de não arcar com o ônus oriundo da regulação das relações empregatícias, os proprietários agrícolas obrigaram os trabalhadores rurais residentes nas fazendas a migrarem para as cidades, contratando-os posteriormente como volantes, “autônomos”.

Entre 1950 e 1970, os censos demográficos revelam notável mudança na estrutura da força de trabalho agrícola brasileira: a proporção de assalariados caiu de 33,7% para 25,7%, ao passo que a de trabalhadores por conta própria aumentou de 35,7% para 53,3%. Essa evolução é aparentemente paradoxal, face à penetração do capitalismo no campo. No entanto, ela nada tem de surpreendente, pois os diaristas são para todos os efeitos legais e estatísticos trabalhadores “por conta própria”. Os dados mostram a extensão desse processo de desenraizamento do trabalhador agrícola que se acha cada vez mais na situação de um proletário “puro”, que oferece diuturnamente sua força de trabalho. (SINGER, 1974, p. 12).

Os trabalhadores rurais, expulsos da dinâmica instalada no campo com a modernização conservadora, passaram majoritariamente a ocupar a periferia das cidades, em condições de vida extremamente precárias, disponíveis a baixo custo para o capital da indústria e do campo.

Os processos de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, no contexto da modernização, foram marcados pela violência realizada pelas empresas⁴ e pelos latifundiários, sendo legitimada e financiada pelo governo militar. A ação do Estado tornou-se propriamente uma militarização da questão agrária, pois essa passou a ser controlada pelo Conselho de Segurança Nacional.

³ Segundo Maria Silva (2004) entende-se: por posseiros, os moradores de favor ou ocupantes de terras no interior das grandes fazendas; por colonos, os trabalhadores rurais que recebiam parte de seu pagamento em dinheiro e parte no direito de plantar alguns produtos ou de ter uma pequena roça de subsistência e criar animais de pequeno porte; por parceiros (também conhecidos como meeiros), aqueles que recebiam as terras de pequenos proprietários para a plantação, mas em troca lhes entregavam uma parte do produto, geralmente a metade; os arrendatários, por fim, aqueles que diferenciam-se dos parceiros/meeiros pelo fato do pagamento ser em dinheiro e não em produto.

⁴ Muitas dessas empresas submetiam milhares de trabalhadores a condições análogas às de escravidão. Esses trabalhadores eram aliciados pelos chamados “gatos” para trabalharem em fazendas distantes. Já no início encontravam-se endividados pela passagem e depois pela alimentação que só poderia ser comprada da fazenda. As condições de moradia eram extremamente precárias, assim como a alimentação. Esses trabalhadores eram privados de sua liberdade e de sua condição humana. Eram proibidos de deixar o “emprego”, e se tentassem fugir e fossem pegos eram torturados ou mortos. Apesar de, nesse ponto do texto estarmos nos referindo ao passado, é importante salientar que o trabalho análogo à escravidão não é algo que pertença apenas ao passado, estando ainda presente na realidade do país (SILVA, M. A. M., 2004, p. 21-22).

Marx, ao analisar a acumulação primitiva do capital na Europa, apontava a relação intrínseca com a expropriação do homem da terra. O trabalhador, ao ficar destituído de qualquer meio de subsistência, desloca-se à procura de garantir a reprodução de sua vida, colocando à venda seu único bem: sua força de trabalho.

O que faz a história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo todos os movimentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletariados livres como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diversos países e percorre várias fases em sequência diversas e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2005, p. 829-830).

É claro observar a similaridade do processo de consolidação do capitalismo no Brasil, com a acumulação primitiva do capital na Europa, obviamente considerando as particularidades históricas.

Consideramos importante entender as migrações internas no Brasil para além de uma decisão individual e ou de fatores climáticos, mas sim como reflexo da dinâmica econômica, histórica, política e social do país. Na realidade estudada, o capital se beneficia dos fluxos migratórios, pois pode contar com numeroso exército industrial de reserva a sua disposição que é empregado a um custo ainda menor.

1.1.1 Contexto contemporâneo das migrações internas no Brasil

Como apontado anteriormente, até a década de 1970, as migrações internas podiam ser compreendidas pela dinâmica da estrutura agrária e pelo desempenho econômico das regiões. Há certo consenso entre os estudiosos no sentido de que a partir da década de 1980 os fluxos migratórios assumem configurações diferentes dos períodos anteriores, essas mudanças estão orientadas pelas transformações na economia do país.

A crise econômica mundial atingiu de forma profunda o Brasil na década de 1980. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) na década anterior foi de 7%, em 1980 ele caiu para 2%; a inflação atingiu 110,2 % em 1982, a recessão e a elevação do desemprego assumiram índices até então desconhecidos. Nesse contexto, o crescimento metropolitano começa a perder força, o que não ocorre apenas em virtude da descentralização das indústrias das grandes metrópoles, mas fundamentalmente pela instabilidade crônica refletida na parca

capacidade de absorção do mercado de trabalho e rápida flutuação do nível de atividade (PATARRA, 2003, p. 28).

Em busca de garantir sua reprodução, mais uma vez o capitalismo se reinventa, adotando mudanças tecnológicas, com destaque para a produção *just time*⁵. Há também busca por novos mercados que dispusessem de mão de obra mais barata e produção a baixo custo. O setor de serviços passou a desenvolver um papel mais significativo, em especial o setor financeiro.

O Estado novamente financia o capital, apoiando a precarização dos direitos trabalhistas, facilitando o trabalho flexível, subcontratado, parcial, temporário, enfim destruindo os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Importante análise sobre a relação histórica do Estado com o capital é realizada por Antônio Oliveira (2014, p. 36, grifo nosso):

Em todos os momentos nos quais o capital precisou se reinventar, o fez, não só com as inovações tecnológicas, mas também com o aparelho de Estado ao seu lado, pronto para regular relações de trabalho que favorecessem sua acumulação. Foi assim no período fordista do pós-Segunda Guerra Mundial, quando necessitava ampliar as garantias trabalhistas e conviver pacificamente com os sindicatos, não apenas pela necessária mobilização da força de trabalho para a produção em massa, mas também frente ao contexto da Guerra Fria. **Com a derrocada do regime fordista e a flexibilização das novas relações, a regulação veio no sentido de suprimir direitos e garantias, ou seja, a “mão invisível” sempre contando com o auxílio de um corpo bastante sólido a lhe facilitar a vida.**

As transformações ocorridas tiveram impacto direto sobre a força de trabalho que, em busca de garantir sua reprodução, procurara diversas estratégias. Nesse escopo, a mobilidade espacial, enquanto uma dessas estratégias, assumiu novas configurações (OLIVEIRA, A. T. R., 2014).

Segundo Patarra (2003), nesse período, verifica-se um aumento nos deslocamentos dos fluxos populacionais urbano-urbano, acompanhado de uma diminuição das migrações interestaduais⁶ para a região sudeste e o aumento das migrações de retorno. Ainda assim, os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, seguidos do Distrito Federal e de Goiás mantiveram-se como maiores receptores da população migrante.

O êxodo rural não teve a mesma proporção das décadas anteriores, porém não se extinguiu, mas sim abrangeu outras configurações. Nos anos de 1990, houve uma diminuição

⁵ A produção *just time* se caracteriza pela produção da mercadoria em função da demanda determinada, ou seja, a empresa produz somente o necessário de acordo com a exigência do mercado.

⁶ A migração interestadual é aquela em que os sujeitos se deslocam (temporária ou permanentemente) entre dois ou mais Estados da Federação.

nas emigrações da área rural das regiões Sul e Sudeste. O Nordeste, entretanto, perdeu mais população rural que as demais regiões, contribuindo com 54,6% dos migrantes rurais, enquanto que a região Centro-Oeste foi a que mais apresentou crescimento no processo de desruralização, devido à adoção de atividades ligadas à soja e à pecuária, que exigem pouca mão de obra (AYDOS, 2010).

De cômputo geral, até 1970 havia um maior número de estados perdedores de população, o que se inverte nas décadas seguintes, quando houve um maior número de espaços com trocas migratórias positivas⁷.

Como já pontuado, as mudanças econômicas ocorridas tiveram rebatimentos nos fluxos migratórios, tendo como principais determinantes o fechamento nas fronteiras agrícolas, a desconcentração relativa da indústria e a deterioração da capacidade de absorção do mercado de trabalho nas grandes metrópoles. A distribuição relativa das indústrias propiciou a retenção de uma população que, possivelmente, migraria, além de fluxos migratórios em direção a regiões de crescimento industrial, como por exemplo, o interior paulista. Isso pode ser observado a partir dos dados seguintes:

[...] em 1970, o Estado de São Paulo concentrava 58,1% da indústria de transformação nacional, baixando para 51,9%, em 1985; nesse processo, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação de 43,4% para 29,4%, nos respectivos períodos, em favor do crescimento do seu Interior (de 14,7% para 22,5%), bem como de outros estados, como Minas Gerais (que concentrava 6,4% da indústria de transformação brasileira, em 1970, elevando essa participação para 8,3%, em 1985); Paraná (3,1% e 4,9%, respectivamente); Bahia (de 1,5% para 3,8%); Santa Catarina (2,6% e 3,9%) e Rio Grande do Sul (6,3% e 7,9%). Essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas. (BAENINGER, 2000 p. 6).

Os censos demográficos de 2000 e 2010 confirmam as tendências apontadas nos censos anteriores, salientando a importância das migrações intrarregionais⁸ e a diminuição dos deslocamentos populacionais interregionais⁹. Esses mesmos censos indicaram que ainda continuaram significativas às migrações de origem rural, assim como a migração de retorno. O fluxo migratório mais intenso entre regiões prossegue sendo da região Nordeste para o Sudeste, apesar da perda significativa da capacidade de atração do Sudeste e da diminuição da

⁷ Saldo migratório é a diferença entre a entrada e saída de pessoas por migração de um determinado território. Ele é positivo quando a entrada de pessoas é maior que o número de pessoas que migraram desse espaço, em contrapartida, o saldo migratório negativo significa que a quantidade de pessoas que deixaram superam as que chegaram.

⁸ A migração intraregional consiste no deslocamento populacional dentro da mesma região.

⁹ A migração interregional é o deslocamento de pessoas para fora da região que se encontram.

saída da população do Nordeste. As cidades de médio porte permanecem a ter destaque como destino na população migrante.

[...] uma vez que os fatores que levaram às transformações na economia e, por conseguinte, na vida social não se alteraram, não era de se esperar que as estratégias de acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho fossem se modificar, implicando, portanto, na permanência do comportamento dos deslocamentos populacionais no País. (OLIVEIRA; EVARTI; O'NEILL, 2011, p. 47).

Podem-se considerar resumidamente como principais características das migrações internas, a partir da década de 1980: a redução das migrações em direção ao estado de São Paulo, uma maior retenção da população na região Nordeste (apesar de ainda ser expressivo o fluxo migratório nessa região), o aumento da migração de retorno, a transformação das cidades médias e das periferias metropolitanas em importantes eixos de deslocamentos populacionais, o aumento dos deslocamentos pendulares¹⁰; e a perda da importância das Unidades da Federação (UFs) na atração e expulsão interestaduais (OLIVEIRA, A. T. R., 2011, p. 12).

1.2 Os migrantes da região de Ribeirão Preto: quem são e como vivem

1.2.1 Características da Região de Ribeirão Preto-SP

A região de Ribeirão Preto, localizada no noroeste do estado de São Paulo, lócus desse estudo, segundo dados da fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), tem tido destaque no interior paulista, principalmente no que se refere aos aspectos demográficos e econômicos. É um centro fundamental da economia agroindustrial, organizada ali principalmente a partir da cultura canavieira.

O início da ocupação populacional e exploração do território da região de Ribeirão Preto é fruto da expansão do café e, por consequência, do deslocamento de frentes agrícolas pioneiras. Com a crise econômica de 1929, a região buscou reorganizar sua agricultura, substituindo o café pela cana-de-açúcar, pelo algodão, pela pecuária e por produtos alimentares.

A produção de cana de açúcar na região começou na década de 1930, todavia, assumiu grandes proporções apenas com o processo de modernização da agricultura no país. Destaca-se, nesse contexto, o grande incentivo governamental que obteve em 1975 através do

¹⁰ Migração pendular significa o movimento regular de pessoas, que viajam da cidade onde residem para outra, onde trabalham e/ou estudam.

Programa Nacional do Alcool (PRÓALCOOL), que objetivou a modernização e ampliação da cultura canavieira, com financiamento a juros baixos e crédito de fácil aquisição. Tais condições propiciaram rápido crescimento, destacando a região no cenário nacional como grande produtora de cana-de-açúcar, o que demandou um amplo número de trabalhadores para os canaviais, ao mesmo tempo em que houve a intensificação do êxodo rural; em 1970, o grau da urbanização da região já atingia 76,8% da população; em 2007, passou a representar 97,2%. Referente à população urbana, essa saltou de 350 mil pessoas, na década de 1970, para mais de um milhão de pessoas em 2000 (DEDECCA; MONTALI; BAENINGER, 2009, p. 44).

A expansão da cultura canavieira tem, desde então, sido responsável pela reestruturação do espaço regional, pelas mudanças nas relações de trabalho e, conseqüentemente, pelos fluxos populacionais da região. Os principais impactos do agronegócio nesse espaço foram: a monocultura, a maior concentração fundiária, a substituição da mão de obra permanente pela temporária e o aumento dos fluxos migratórios, onde se destaca o movimento sazonal.

Segundo estudos regionais do Núcleo de Estudos de População (NEPO), na década de 1970, as migrações para a região de Ribeirão Preto corresponderam a 47% do crescimento absoluto da população (essa pesquisa considerou apenas os migrantes que residiam há mais que 3 anos na região¹¹). Nesse período, a região recebeu 122.696 mil migrantes, sendo que 62,4% correspondiam aos migrantes do próprio estado de São Paulo e 37,7 % a migrantes interestaduais. Dos migrantes interestaduais, 27,8 % eram oriundos do estado do Paraná, 46,6% do estado de Minas Gerais e 11,5 % da região Nordeste.

Se tomarmos em consideração períodos mais recentes dados referentes a 1995 e 2000 mostram que o perfil do fluxo migratório sofreu mudanças, entre esses anos 32.000 mil pessoas migraram para região. A participação dos estados do nordeste teve um aumento significativo, equivalendo a 33,5%, enquanto a própria região Sudeste foi a que mais

¹¹ Não identificamos pesquisas que abrangessem dados referentes aos fluxos migratórios dos migrantes sazonais, ou seja, aqueles que retornam após o período da safra a seus locais de origem. Apesar da imprecisão de dados, esse perfil migratório é muito presente na região, conforme pode ser observado por diversos pesquisadores como Vettorassi (2010); Maria Silva (1999); Alves (2007); Micaela Oliveira (2013). Martins (1986, p. 46-47) aponta em sua pesquisa essa problemática: “Os dados censitários disponíveis no Brasil são insuficientes para que se possa ter uma visão clara das migrações temporárias no país. É fora de dúvida que uma parte importante dos migrantes temporários aparece nos dados dos censos como migrantes definitivos. Quando o censo demográfico está sendo realizado, a 1º de setembro dos anos terminados em zero, milhares de camponeses, denominados corumbas, estão saindo da região do Agreste, em Pernambuco, para cortar cana de açúcar na Zona da Mata. Só retornarão aos seus sítios em março, com as primeiras chuvas. Na mesma época, os camponeses e trabalhadores rurais que saíram do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para cortar cana na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, estão retornando aos seus lugares de origem para preparar a terra da sua própria lavoura. Esse movimento não aparece no censo, particularmente quando toda a família migra para retornar posteriormente ou está de passagem em algum lugar, por longo período, como ocorrem com operários e técnicos que trabalham na construção de barragens”.

contribui, representando 39,1% do total. Entretanto, se considerarmos apenas as migrações interestaduais, os dados mostram que o nordeste forneceu 65% dos migrantes (DEDECCA; MONTALI; BAENINGER, 2009, p. 58-59).

Segundo Alves (2007), o aumento de trabalhadores provenientes da região Nordeste deve-se à expansão da agroindústria canavieira na referida região e à expulsão dos sujeitos de seus lugares de origem, onde ainda predominava a agricultura familiar.

Portanto, trata-se de um processo de acumulação primitiva que libera trabalhadores, em uma ponta, tendo em vista que não permite que sobrevivam de sua produção agrícola independente, e os emprega, na outra, sob condições precárias de elevada penosidade, para que atinjam produtividade elevadas. (ALVES, 2007, p. 24).

Atualmente, os migrantes interestaduais da região de Ribeirão Preto são majoritariamente provenientes dos estados do Maranhão e do Piauí¹². Segundo informações do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), na safra de 2000/2001 os trabalhadores de Piauí e de Maranhão eram apenas 100 pessoas, enquanto que na safra de 2005/2006 esse número passou para 6.000.

1.2.2 As condições de vida e trabalho do migrante da região de Ribeirão Preto-SP

Ao sair de seus estados, os migrantes que se destinam à região estudada, enfrentam duro trajeto até o destino, viajando mais de cinco dias, em transportes, muitas vezes, clandestinos, os quais usam estradas secundárias de terra, na tentativa de evitar a fiscalização da polícia rodoviária¹³ e das delegacias regionais do trabalho¹⁴. Os fluxos migratórios para a região de Ribeirão Preto são majoritariamente um movimento sazonal, o que significa que a população migrante permanece na região no período da safra (geralmente de abril a dezembro) e retorna depois para sua cidade natal, onde alguns trabalhadores procuram dedicar-se à agricultura familiar. Na região de Ribeirão Preto, porém, eles são direcionados principalmente para o trabalho nos canaviais e também para a produção de laranja- esta última, contudo, em menor proporção.

¹² A predominância de migrantes oriundos dos estados do Maranhão e do Piauí já tinha sido identificada em nossa pesquisa de conclusão de curso realizada no município de Guariba em 2013.

¹³ A polícia rodoviária impede a circulação de ônibus sem condições de circulação em viagens transestaduais (ALVES, 2007)

¹⁴ As delegacias regionais do trabalho impedem a circulação de trabalhadores que não estejam com contrato de trabalho efetivado com as empresas demandantes.

Diante dessa realidade, um questionamento faz-se importante: por que os Complexos Agroindustriais demandam preferencialmente trabalhadores migrantes, se o desemprego é presente na região¹⁵? A resposta dessa pergunta encontra-se no próprio processo de trabalho desses espaços. O trabalho nos canaviais já foi amplamente abordado e denunciado por trabalhadores, por pesquisadores e por movimentos sociais. As condições de trabalho não desrespeitam apenas direitos trabalhistas, mas a própria condição humana.

O corte da cana, apesar de não ser a única atividade em que estão inseridos os migrantes na região, é a atividade que, ao longo da história, mais emprega esta população. Atualmente, há um crescente processo de mecanização que, segundo dados, da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste de São Paulo (CANAOESTE), atinge 98% da colheita da cana, sendo que em 2007 a mecanização atingia apenas 52,3% conforme dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA). E, em função disso, a safra de 2013/2014 empregou 3,8 mil trabalhadores no corte de cana, enquanto que em safra anterior esse número era de 4,3 mil, o que mostra diminuição de 11%. Em paralelo, observa-se o crescimento das atividades reunidas sob a designação de “serviços gerais” como: a retirada dos capins colônio e braquiara dos canaviais e o plantio e colheita da cana em terrenos em que as máquinas têm dificuldade para entrar.

O corte da cana é pago por produção, ou seja, o trabalhador ganha conforme a quantidade de cana cortada. Essa forma de pagamento é perversa, pois o trabalhador é obrigado a usar o máximo de suas forças físicas para garantir um salário que supra minimamente suas necessidades e as de sua família.

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*menschenwelt*). O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 2010, p. 80, grifo do autor).

Atualmente, o trabalhador precisa cortar de 12 a 15 toneladas de cana diariamente para assim garantir seu trabalho na próxima safra. Essa atividade é realizada sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, forçando um ritmo desumano de produção, o qual provoca

¹⁵ Segundo informações disponíveis no estudo de Dedecca, Montali e Baeninger (2009, p. 17), o polo de Ribeirão Preto apresenta taxas elevadas de desemprego, os municípios que compõem essa região “[...] apresentavam taxa de desemprego próxima a 30%, em alguns casos podendo chegar a quase 40%, situação muito grave principalmente por essas pessoas representarem os 20 % mais pobres da população.”

adoecimento, fazendo com que pessoas, ainda jovens sejam incapacitadas para e pelo o trabalho. Compreender esse processo inteiramente clarifica essa realidade:

A situação no eito pode ser resumida pelas seguintes palavras: em 10 minutos um trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27° c com muita fuligem no ar e ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. A temperatura do cérebro de um cortador de cana, após as 13 horas em dias de muito calor pode chegar a 44 graus! Este é o significado do “quenturão” sentido pelo trabalhador “borrado” [...]. (SILVA, M. A. M., 2009, p. 9).

Pesquisas anteriores de Alves (2007), Maria Silva (1999), Iamamoto (2001), Sant’Ana (2012) demonstram que, devido às condições de trabalho impostas nos canaviais, é muito frequente a ocorrência de câimbras, desmaios, vômitos, desidratação, dores intensas na coluna, alteração da pressão arterial, chegando à morte por exaustão. Segundo Maria Silva, (2009) no período de 2004 a 2011, foram registradas 24 mortes por exaustão no Estado de São Paulo:

Três trabalhadores rurais morreram em regiões diferentes do interior de São Paulo, por causa do trabalho estafante. Um em Araçatuba, outro na região de Bauru e o terceiro em Palmas Paulista. O mais velho tinha menos de 34 anos de idade e quatro filhos. O trabalhador de Palmas Paulista (SP), em torno de quatro horas da tarde, depois de cortar 120 metros de cana crua, começou a sentir câimbras, dores no peito, tremedeiras, suores e em seguida morreu no meio do canavial, deixando mulher e quatro filhos órfãos na Bahia, na cidade de Caturama. (Pastoral do Migrante, 2004 apud SILVA, M. A. M., 2007, p. 62).

Adelino dos Santos da Silva, 33 anos, solteiro, natural de Maceió-AL. Trabalhava na Usina Campreste, faleceu no dia 12 de agosto de 2009 na cidade de Avanhandava-SP. Causa da morte: Hemorragia digestiva. Foi sepultado em Messias-AL. (Pastoral do Migrante, 2009 apud PINHEIRO, 2011, p. 44).

A preferência por migrantes nessas atividades explica-se, como apontado por Alves (2007), pelo fato de que, nos processos de seleção, são buscados preferencialmente trabalhadores jovens, que consigam suportar as exaustivas condições de trabalho e que tenham menos condições de reivindicar seus direitos.

Os migrantes maranhenses e piauienses, assim como de outros estados do Nordeste, estão mais preparados fisicamente para suportar o trabalho nos canaviais, pois em seus lugares de origem, desde a infância, são inseridos na pequena produção familiar, onde

predomina a agricultura de toco¹⁶, em que a família arrenda uma terra para o plantio da agricultura de subsistência. O trabalho nesse espaço também exige um esforço árduo, o que facilita a adaptação nos canaviais paulistas.

Soma-se a essa condição o fato de que, quando ao chegar à região de Ribeirão Preto, esse trabalhador encontra-se endividado, pois contraiu dívida para adquirir sua passagem e para prover sua manutenção durante a viagem; com a responsabilidade de garantir sua sobrevivência e a de sua família, sozinho em local desconhecido, impossibilitado de retornar antes do fim da safra, pois, para isso precisaria voltar sem dinheiro, ficando exposto a ser visto em sua terra natal como alguém que fracassou.

Maria Silva (1999) aponta ainda outros fatores que explicam a preferência das usinas pela contratação migrantes. Segundo a pesquisadora, o fato desses sujeitos serem oriundos de um contexto de relações de trabalho dominadas pela extrema opressão e autoritarismo exercido pelos latifundiários (sendo comum a presença de relações de trabalho análogas à escravidão), faz com que os usineiros esperem encontrar neles pessoas “mais dóceis” e, portanto, mais fáceis de submeterem-se à superexploração. Além disso, o preconceito ao migrante segmenta os trabalhadores, pois mesmo estando inseridos em mesmas condições de trabalho, os do “lugar” analisam os migrantes a partir de estereótipos negativos, o que dificulta a união e, por consequência, a organização para reivindicar melhores condições de trabalho, o que é conveniente para as empresas.

Os migrantes da região de Ribeirão Preto residem em moradias precárias, geralmente em cortiços ou casas pequenas, com grande número de moradores. Habitações localizadas predominantemente nas periferias das cidades, em bairros ocupados quase exclusivamente por migrantes, distantes dos habitantes locais.

Essas moradias apresentam condições precárias, característica que acompanha historicamente os trabalhadores dessa região:

Vários depoimentos colhidos ao longo de várias pesquisas revelam que as condições de moradia, com raras exceções, sempre foram precárias. Os barracões cobertos com lona de plástico, casas velhas, utilizadas como depósito de mercadorias, cheia de ratos, pulgas, baratas, percevejos, cobras, além da péssima qualidade da comida foram, em muitas ocasiões, os motivos dos quebra-que-quebra, dos sinais de recusa e da revolta dos trabalhadores em um passado recente. (SILVA, M. A. M., 1999, p. 69).

¹⁶ A agricultura de toco segundo Alves (2007) consiste no arrendamento de uma terra sem nenhum beneficiamento, onde os agricultores deverão providenciar todas as condições para realizar a produção. Esse processo inicia-se pela derrubada da mata, usando apenas machado, facão e enxada, posteriormente é feito a cerca em volta do roçado e inicia-se o plantio. Essa breve descrição deixa claro, os motivos que levam esses trabalhadores a terem mais preparo físico para suportar os canaviais paulistas.

Nas pesquisas realizadas por Maria Silva (1999) e Sant’ana (2012), foi constatado que os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira da região não auferem o mínimo que garanta condições básicas de alimentação, o que faz com que eles precisem recorrer às políticas assistenciais.

Na pesquisa realizada por Micaela Oliveira (2013) no município de Guariba-SP, foi possível constatar, através de entrevistas com assistentes sociais que executam a política de assistência do município, que os migrantes são os principais usuários dessa política. Considerando que os migrantes têm ainda mais gastos que os trabalhadores rurais residentes (com a passagem, com a moradia, com o envio de dinheiro a familiares), é presumível que essa realidade se estenda para outras cidades da região.

As contradições do modo de produção capitalista materializam-se, assim, nas condições de trabalho e vida dos migrantes, pois mesmo deixando seus lugares, migrando para longas distâncias, executando um trabalho que leva seu corpo ao extremo, não auferem o mínimo que garanta condições básicas de vida para eles próprios e para seus familiares. Quanto mais riquezas produzem, mais adoecem e desgastam seus corpos, mais pobres se tornam.

1.3 Caracterização dos municípios de Guariba-SP e Serrana-SP

Dois municípios da região de Ribeirão Preto foram escolhidos como universo dessa pesquisa: Guariba e Serrana a fim de caracterizar um pouco mais detalhadamente o espaço em que foi realizada esta pesquisa, vejamos a seguir as particularidades desses municípios.

1.3.1 Guariba-SP

O município de Guariba-SP foi o universo da pesquisa realizada no ano de 2013, intitulada “Serviço Social e o preconceito ao migrante de Guariba-SP”, que objetivou compreender o preconceito contra os migrantes no município e o trabalho profissional dos assistentes sociais da política de assistência social junto a esse segmento. Na presente pesquisa, novamente selecionamos esse município, tendo como objetivo aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, assim como analisar as similaridades e/ou diferenças entre Guariba-SP e Serrana-SP.

Guariba-SP tem uma população estimada para o ano de 2015 de 38.500 habitantes e sua área territorial é de 2710.289 km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,

719 estando abaixo do índice do estado de São Paulo, que é de 0,783. O índice de pobreza do município é de 40,15% (IBGE, 2010a).

Guariba-SP-SP foi fundada por volta de 1870, por um pequeno conjunto de famílias mineiras, mas já em 1875 recebeu os primeiros migrantes europeus para o trabalho nas lavouras de café. Constituindo-se como uma cidade próspera, em 1917 já foi emancipada politicamente e teve sua comarca reconhecida.

Com a modernização agrária na década de 1960, a cultura canavieira tornou-se predominante na região, influenciando a estruturação espacial no campo e na cidade. Nesse período, uma nova população de migrantes veio para o município, constituída por mineiros, nordestinos e migrantes do próprio estado de São Paulo, vítimas, em sua maioria, da expulsão do campo e da seca em algumas regiões, ou seja, de uma forma geral sujeitos que buscavam no trabalho nos canaviais uma alternativa para a reprodução da vida (VETORASSI, 2010).

Nesse período, surgiu o primeiro cinturão periférico de miséria em Guariba-SP fruto da expansão da cultura canavieira e do crescimento urbano. O empreiteiro Guido Garavelho, grande proprietário de terras na cidade, abriu um novo loteamento, vendido aos migrantes a preços abaixo da média, com financiamento em longo prazo e terrenos menores. Nascia assim o chamado Bairro Alto, que ficou popularmente conhecido, como “João de Barro”, pois seus moradores, em sua quase totalidade migrantes da região nordeste, construíram suas casas com lajotas de barro, diferente do padrão das casas dos Guaribenses.

Como procuraremos mostrar com mais detalhes posteriormente, o incentivo de Guido Garavelho para a ocupação desse bairro periférico por migrantes não foi motivado por sentimentos de “solidariedade”, mas sim pela intenção de afastar os migrantes do centro da cidade, onde era proprietário de uma significativa parcela de terras. A estrutura do bairro é precária, diferenciando-se do restante da cidade, embora tenham sido feitas melhorias recentes, como o asfaltamento das ruas.

Uma questão importante, que colaborou para a escolha de Guariba-SP como parte do universo da pesquisa, foi a greve dos trabalhadores rurais ocorrida em 1984. A referida greve permeia a memória dos naturais da cidade como um episódio violento, vergonhoso, realizado por baderneiros; essas características são transpostas aos migrantes, tidos como responsáveis pela greve e pela suposta imagem de violência vinculada à cidade.

Pela sua abrangência, relevância e, como não poderia deixar de ser, pelo seu caráter violento, a greve de Guariba teve repercussão não só nacional, mas mundial. Após 1984, Guariba passou a ser reconhecida como cidade violenta e conflituosa, reconhecimento não tão perceptível em outras cidades da região, como Serrana. Uma complexa e multifacetada relação entre os

nativos e os “de fora” ganhou força ímpar e mais evidente do que em cidades como Serrana. (VETTORASSI, 2010, p. 100).

Entende-se que esse fato histórico, colaborou para que se perpetuasse a hostilidade dos naturais aos migrantes, tendo em vista que a greve não é compreendida enquanto uma manifestação legítima de luta por direitos trabalhistas.

A greve de 1984 refletiu as degradantes condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais da região, condições que podem ser consideradas de semiescravidão no campo. No ano da greve, metade da população de Guariba-SP era composta por trabalhadores da agroindústria canavieira, sendo que a maioria era oriunda da região Nordeste e do estado de Minas Gerais (VETTORASSI, 2007).

Na madrugada do dia 15 de maio de 1984, cinco mil trabalhadores negaram-se a ir para os canaviais, no Bairro João de Barro começaram suas manifestações, riscando com seus facões o asfalto, seguiram em marcha em direção ao centro da cidade, depredaram o prédio do Serviço de Abastecimento de Água de São Paulo (SABESP) e atearam fogo nos carros desse serviço, também invadiram supermercados de onde levaram produtos alimentícios e eletrodomésticos.

Os ataques a esses lugares se devem, de forma mais imediata, ao aumento repentino e exorbitante da taxa de água, aos preços abusivos cobrados pelos alimentos e à falta de acesso para trabalhadores a formas de crédito nos mercados. O estopim efetivo da greve foi, porém, à mudança no sistema de colheita da cana, que passou de sete para cinco ruas¹⁷, o que tornaria o trabalho ainda mais penoso. Somam-se a isso as péssimas condições de alojamento e transporte, além de todos os aspectos da vida dos trabalhadores nos quais eram desrespeitados e tratados como simples objetos pelo capital (VETTORASSI, 2010).

A revolta assumiu grande amplitude, e houve intervenção da tropa de choque do governo do estado de São Paulo e de polícias de cidades vizinhas. A violência policial foi intensa, 30 trabalhadores foram feridos, e a água e a luz do bairro João de Barro foram cortadas. Na noite do mesmo dia, o sistema de colheita voltou para cinco ruas e, no dia 17 de maio, todas as reivindicações foram contempladas. A greve de Guariba-SP influenciou outras organizações de trabalhadores por todo o Brasil, sendo um marco da organização dos trabalhadores rurais.

¹⁷ O termo “rua” significa as linhas em que a cana é plantada. Com o aumento para sete ruas, sua largura aumentaria de 6 para 9 metros. “Com uma área maior, o dispêndio de energia do trabalhador também é maior, porém o ganho não aumenta na mesma proporção.” (ALVES, 2006, p. 92).

Em Janeiro de 1985, outra greve organizou os trabalhadores do município, dessa vez, no período da entressafra, quando uma parcela estava desempregada, ou auferindo muito menos. A fome foi apontada como estopim dessa mobilização, a qual teve um caráter mais orgânico, visto que sindicatos e agentes políticos estavam envolvidos. Policiais militares reprimiram a revolta e, segundo Vettorassi (2010), realizaram uma verdadeira operação de guerra, espancando todos que encontravam nas ruas, e sendo depois recebidos por pedradas no bairro João de Barro.

Ambas as greves ficaram reconhecidas como um ato violento, realizado por baderneiros. Mais precisamente, as greves são compreendidas pelos “naturais” da cidade e, mesmo por moradores da região, como responsabilidade dos migrantes, que “mancharam” o nome de Guariba-SP (VETTORASSI, 2007).

1.3.2 Serrana-SP

O município de Serrana-SP, por sua vez, localiza-se há 20 km² da macro-região de Ribeirão Preto e tem uma população estimada para 2015 de 42.784 mil pessoas. Sua unidade territorial é de 126.046 Km², e seu IDH é de 0,729, atualmente 98%, da população reside na área urbana. Segundo informações disponibilizadas pela prefeitura de Serrana-SP¹⁸, no período da safra da cana-de-açúcar, o município recebeu um acréscimo de aproximadamente 5.000 pessoas.

Diferente da maioria dos municípios da região, não houve uma transição de uma economia cafeeira de trabalhadores migrantes europeus para a economia sucroalcooleira com migrantes nordestinos e mineiros, pois desde seu início¹⁹, a cana de açúcar é atividade principal, assim como as migrações nordestinas e mineiras foram a principal fonte de mão de obra. O intenso fluxo migratório fez com que a cidade ficasse conhecida como tipicamente receptora de migrantes (VETTORASSI, 2010).

Segundo Vettorassi (2010), em contraste com Guariba-SP, em Serrana-SP, não há uma separação geográfica marcante entre a residência dos migrantes e a dos demais moradores, ambas costumam estar localizadas nos mesmos bairros. Atualmente, a maior parte dos migrantes tem como origem a cidade de São Raimundo Nonato, localizada no estado do Piauí, contudo também há a presença de mineiros e maranhenses.

¹⁸ Informações disponíveis no site da prefeitura, no campo referente aos dados demográficos.

¹⁹ A própria origem do município é marcada pela presença de migrantes, pois seu fundador era um migrante mineiro chamado Serafim José do Bem, que se instalou nesse território em 1875.

Serrana-SP participou apenas residualmente na greve de 1984, não sendo um fato marcante para seus moradores. Característica peculiar é que, no município, é comum a eleição de vereadores migrantes, que deveriam representar os interesses dessa população nos espaços políticos.

Comparando os dados disponíveis pelos estudos regionais de Dedecca, Montali e Baeninger (2009), é possível notar diferenças entre os fluxos migratórios de Guariba-SP e de Serrana-SP. Serrana-SP tem maior número de pessoas que residem a menos de dez anos no município, visto que esse contingente é de, aproximadamente 16,5% de sua população, enquanto em Guariba-SP representa 8,3% dos moradores.

Em relação à população que reside há mais de dez anos, os dados são semelhantes, o que significa que, em meados da década de 1980 ambas receberam um grande contingente de migrantes, porém Guariba-SP vem perdendo a capacidade de manter essa população em seu território, tendo maior visibilidade o migrante sazonal.

Vettorassi (2010), ao analisar o município de Serrana-SP, considera que há um maior sentimento de pertença dos migrantes em comparação com Guariba-SP, assim como uma maior integração. Esse atributo, segundo análise da autora, deve-se à própria configuração das migrações, pois como apontado, o município desde seu início teve forte presença dos migrantes. Outro fator importante, para a pesquisadora é a proximidade geográfica dos lugares de moradia entre os “nativos” e os de “fora”, que diferente de Guariba-SP não são profundamente cingidos.

Segundo a mesma autora, o fato dos trabalhadores rurais de Serrana-SP terem participado muito pouco da afamada greve de 1984 também diferencia sobremaneira as relações estabelecidas na cidade, pois a greve na região é comumente entendida como um ato de violência e os migrantes associados a essa característica. O conjunto desses elementos, para Vettorassi (2010) colaboraria para minimizar o preconceito ao migrante especialmente aos que vivem no município há mais tempo.

Contudo, é importante salientar que essas características não eliminam o preconceito ao migrante de Serrana-SP, é questionável inclusive essa possível minimização apontada por Vettorassi (2010), pois como pode ser analisado na pesquisa de Pinheiro (2011), realizada na mesma cidade, os migrantes convivem com a discriminação cotidianamente, e mesmo morando em um mesmo bairro, os naturais e os de fora não estabelecem relações próximas.

Por ambos os municípios apresentarem importante presença dos migrantes, não obstante com possíveis diferenças em relação à inserção social, considerou-se importante nesta pesquisa selecionar esses municípios, para poder compreender como se dão as relações

estabelecidas entre os assistentes sociais e a população migrante, analisando se há alterações na percepção das mesmas frente às diferenças presentes em Guariba-SP e Serrana-SP.

1.4 O preconceito ao migrante

1.4.1 O preconceito ao migrante no Brasil: a dialética da discriminação

Para compreensão do preconceito ao migrante, consideramos importante compreender a sua dimensão racial e de classe, pois se configura de maneira distinta o tratamento que se designa a migrantes de diferentes regiões do país. É preciso questionar: por que os oriundos de determinada localização geográfica sofrem maior preconceito? O que há de comum entre os migrantes que são discriminados?

O preconceito ao migrante é, antes de tudo, um preconceito de classe e racial, que se consolida com as imigrações europeias no século XX. Os europeus que adentraram o Brasil, além de valorizados por serem brancos, puderam também ocupar melhores condições na divisão social do trabalho, até mesmo com parcela que transitou para a pequena e grande burguesia. Essa realidade não foi a mesma para os migrantes internos, que, em sua maioria, pertenciam à classe trabalhadora e eram da raça/etnia negra (OLIVEIRA, F., 1987).

Dessa forma, a questão racial juntamente ao pertencimento a determinada classe, configurou as diversas percepções sobre o migrante, principalmente ao nordestino:

Pelos idos de 1920, quando cessa as migrações estrangeiras, estes já estão na segunda e terceira geração de trabalhadores, muitos já transitaram para uma situação de pequena burguesia e alguns pertencem mesmo aos grandes grupos burgueses nacionais. Os que chegam depois, os nordestinos, serão condenados a permanecerem como operários, trabalhadores do campo, trabalhadores de serviços [...]. O conjunto de negatividade posta pela situação de trabalho passa a ser atributo dos baianos: o permanecer operário, a condição de imigrantes, a precariedade de inserção no mercado de trabalho, as constantes mudanças de emprego para outro, determinadas pelo profundo movimento de transformações das estruturas produtivas no centro Sul, passam a ser tidos como componentes intrínsecos do “caráter” dos Baianos. (OLIVEIRA, F., 1987, p. 109-110).

Albuquerque Júnior (2007), em seu estudo sobre o preconceito por origem geográfica e de lugar, salienta que o preconceito ao nordestino é predominante no Brasil e acredita que esse fato se deve (entre outros elementos), ao racismo. Partindo desse pressuposto, analisa que a construção da figura dos nordestinos nos anos de 1920, foi marcada pelas concepções

eugenistas e social-darwinistas, quando o “atraso” da região, sua crise econômica e social eram consideradas responsáveis da população negra:

Muitos lamentavam que este espaço não tivesse sofrido a injeção de sangue ariano e europeu, da forma como havia ocorrido com São Paulo, fator que teria sido decisivo para o desenvolvimento daquela terra. Ao mestiço, notadamente ao mulato, era associada à ideia de que seria preguiçoso, resistente ao trabalho regular, instável do ponto de vista psicológico, já que oscilava entre heranças raciais que encarnava. Estas abordagens racistas continuam presentes, ainda hoje, como aquela que, nos anos 80, chegou a preconizar a formação de uma suposta sub-raça na região, uma raça de nanicos, fruto da subnutrição e dos efeitos da estiagem sobre a dieta das populações. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 114).

Como resultado do discurso racista e eugenista, foram atribuídas aos nordestinos características consideradas psicológicas, oriundas de sua condição racial:

Como a ideia que o nordestino é tendente à violência e à agressividade, alimentado pelo mito do cabra macho, elaborado na própria região. A palavra “cabra” já possuía um sentido racial e de classe, visto que era um termo utilizado na região para se referir ao homem pobre e pardo, homem subordinado ao mando do poderoso. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 128).

O autor considera que a própria produção sociológica e historiográfica dos anos de 1970, reproduzia academicamente o preconceito ao migrante nordestino, ao explicar a aderência das principais lideranças operárias ao sindicalismo oficial resultado da origem nordestina e rural desses sujeitos que, supostamente tornavam poucos capazes de lidar com o fenômeno urbano.

Se haviam sido os migrantes europeus que teriam constituído as primeiras organizações operárias e teriam sido responsáveis pelos primeiros movimentos operários e por suas primeiras conquistas sociais, fora o trabalhador nacional e, principalmente, o nordestino que seria o responsável pela desmobilização da classe operária, no pós-1930, e por sua adesão ao sindicalismo pelego. Autores como Azis Simão e Leôncio Martins Rodrigues vão terminar por reforçar a imagem negativa construída sobre a classe operária brasileira, abordada sempre através da síndrome da falta, pois faltava organização, lhe faltavam lideranças efetivas, lhe faltavam projetos políticos próprios. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 117).

Maria Silva (1999), em seu estudo, realizado na região de Ribeirão Preto, conclui que a determinação de quem é do “lugar” e quem é de “fora” não é assentada somente pela condição de migrante, mas é realizada pelos moradores natos e brancos que, tendo como fundamento o preconceito racial (mesmo que de forma velada), consideram homogênea uma

massa diversificada de pessoas, o preconceito racial passa assim a ser um atributo disfarçado sob o envelope da origem regional:

Quem os define como “baianada” “mineirada”, são os outros, ou seja, os antigos, sobretudo os descendentes de Italianos, brancos, portanto, moradores destas cidades. No nível das representações dos trabalhadores, há imbricações de vários atributos: ser negro, mulato, moreno e habitante do “lugar” é diferente de ser negro, mulato, moreno vindo do nordeste ou do vale do Jequitinhonha. Para os moradores brancos, trata-se de um conjunto de baianada, mineirada. (SILVA, M. A. M., 1999, p. 231).

Vettorassi (2010), igualmente, considera que o preconceito aos migrantes é estabelecido em uma relação dialética com o preconceito racial e por sua inserção de classe. Em seu estudo, pode verificar que para ser considerado como de “fora”, não apenas a condição de migrante é considerada, mas o fato de ser negro, oriundo da região norte ou nordeste, morador dos bairros periféricos, ter baixo nível de escolaridade e estar inserido em trabalhos desvalorizados socialmente, com baixa remuneração.

Em Guariba, grupos heterogêneos se separam entre os que chamamos de “nativos” e os “de fora”, que se diferenciam em diversos aspectos: o primeiro grupo é constituído de brancos, o outro de negros e seus descendentes; o primeiro é morador do centro, o segundo do Bairro Alto e de outros bairros periféricos; o primeiro é de classe média e classe média alta, o outro é de classe baixa. Todos estes elementos são resumidos em poucas palavras detentoras de estigmas: “de fora”, estranho, “do morro”, migrante, nordestino. **Quando moradores do Bairro Alto e do centro da cidade de Guariba foram ouvidos, compreendemos que há uma qualidade comum compartilhada com os “de fora” que os identifica desta forma: terem descendência negra, independente de serem migrantes ou não; suas corporalidades projetam uma impressão para os nativos que torna possível uma dialética e discriminatória relação entre os dois grupos e que inclui os filhos de migrantes, já nascidos em Guariba. Utilizando-se da expressão migrante, o nativo mascara um preconceito racial tão forte quanto o de naturalidade, e atribui ao “de fora” todos os males de sua sociedade, em especial os índices de criminalidade.** (VETTORASSI, 2010, p. 101, grifo nosso).

Acreditamos ser fundamental na análise sobre o preconceito ao migrante interno no Brasil considerar que esse não é fenômeno intrínseco às populações que entram em contato com os sujeitos que não são originários do mesmo espaço. Realidade que se evidencia pelo fato de que não é qualquer migrante que é vítima de preconceito, mas sim o que pertence à classe trabalhadora, que é da raça/etnia negra e que tem como origem geográfica a região norte, nordeste do país e norte de minas gerais.

1.4.2 O preconceito ao migrante na Região de Ribeirão Preto-SP

Como pôde ser analisada anteriormente, a região lócus desse estudo recebe grande fluxo de migrantes que passam a compor a dinâmica desse novo local, modificando-o e sendo modificados. Buscaremos compreender como que esses migrantes são recebidos pela população “natural”? Quais as relações sociais estabelecidas? Quais estigmas lhe são direcionados? Os migrantes sofrem preconceito?

Os migrantes não ocupam os mesmos espaços de trabalho, moradia e lazer que os “nativos” do município, essa separação é explícita e demarca a divisão social, geográfica e econômica existente entre essas duas populações (VETORASSI, 2007; SILVA, M. A. M., 1999).

Referente à moradia, habitam os bairros periféricos, denominados, muitas vezes, como “vila de barro”, nome atribuído pelos moradores antigos aos bairros que residem os migrantes. Maria Silva (1999), analisa que, mesmo quando nascidos no mesmo município, os moradores dos referidos bairros são considerados migrantes pelos naturais, o que ocorre devido à dialética combinação entre o preconceito por sua condição de migrante e por sua origem étnico-racial e de classe.

A origem em Guariba-SP do bairro Alto, denominado popularmente como João de Barro, é exemplificadora da divisão geográfica e social imposta aos migrantes, cisão que é fundamentalmente resultado do preconceito destinado a esses sujeitos.

Em vista da grande leva de migrantes que chegavam à Guariba-SP na década de 1950, o empreiteiro e proprietário de terras Guido Garavelho facilitou²⁰ a aquisição dos terrenos na região periférica pelos migrantes, pois temia que essa população pudesse morar próxima às suas terras, localizadas na região central, o que segundo sua análise, desvalorizaria seus terrenos, tendo em vista que a população natural da cidade não almejava uma relação de proximidade com os novos moradores.

Apesar de passado décadas da origem do bairro, os estigmas que acompanharam sua ascendência permanecem sobre seus moradores, compreendidos enquanto:

Povo estranho. Povo das casas de barro. Gente fora do lugar. Gente desenraizada. É neste mundo estranho que o cotidiano e a sociabilidade serão construídos. Hoje o barro foi encoberto por uma fina camada de reboco e pintado. Aparentemente, ele não existe mais. Esconde-se, no entanto, sob a fina argamassa “do estilo paulista” de se construir casas. O João de barro

²⁰ A compra foi “facilitada” pelo empreiteiro, pela possibilidade de pagamento em diversas parcelas, pelo menor tamanho dos terrenos e pelo preço mais acessível, comparado a outros bairros.

chama-se, hoje, Bairro Alto e Princesa Isabel. No entanto, não perdeu as marcas, os estigmas. Nas palavras de um entrevistado, “mudou o nome, mas não adianta nada”. (SILVA, M. A. M., 1999, p. 232).

Nos espaços de trabalho também ocorre cisão entre os nativos e os de fora, nos eitos dos canaviais, por exemplo, os trabalhadores do lugar não ocupam o mesmo ambiente que os migrantes; soma-se a essa característica, o fato dos trabalhadores natos incorporarem a ideologia dominante, uma vez que consideram os migrantes responsáveis pelo desemprego do município.

Maria Silva (1999) pontua que essa separação tem como resultado, um maior controle político e o aumento do preconceito aos migrantes; em sua análise sobre tal problemática, avalia que para uma práxis que possa mudar a realidade de extrema exploração nos canaviais paulistas, seria essencial que as estratégias políticas buscassem o fortalecimento da identidade de classe e da união dos trabalhadores:

Se o capital os une em um mesmo território e, ao mesmo tempo, separa-nos social e politicamente, qualquer estratégia política deverá visar à união desses trabalhadores, possibilitando, assim, a construção do processo de consciência e identidade de classe social. Para isso, torna-se necessário não reproduzir a ideologia dominante mediante a qual os migrantes contribuem para aumentar o desemprego dos trabalhadores locais. (SILVA, M. A. M., 2007, p. 81).

Como colocado por Agnes Heller (1985), o preconceito é um mecanismo importante de manutenção da coesão social, pois mobiliza em seu favor interesses antagônicos. Na realidade estudada, podemos compreender que o preconceito dificulta a união entre os trabalhadores e, por consequência, sua luta política, pois mesmo partilhando de uma mesma condição de classe, não se entendem como iguais, em razão de diferenças referentes à origem geográfica e étnico-racial.

Os espaços de convivência e lazer dos migrantes são limitados aos bairros que residem²¹, característica que se estende até mesmo aos que fizeram desses municípios sua morada permanente. As relações de sociabilidade ocorrem majoritariamente apenas com aqueles considerados seus iguais, ou seja, outros migrantes ou filhos de migrantes.

Em pesquisa realizada no ano de 2013, no município de Guariba-SP, podemos identificar que, mesmo a ida dos migrantes para a região central do município (que é próxima

²¹ Em pesquisa realizada por Borges (2007) no município de São Paulo com migrantes que ocupam diferentes postos na divisão social do trabalho (garçons, professores universitários e da rede estadual de ensino, porteiros e etc.), foi identificada a mesma realidade, ou seja, os migrantes sujeitos da pesquisa, tem suas amizades e relações sociais mantidas majoritariamente com outros migrantes.

ao bairro), ocorre raras vezes, apenas quando é necessário o acesso às políticas de saúde, de assistência e o recebimento do salário. Com exceção de um entrevistado, todos os demais disseram não conviver e, mesmo não conhecer a população natural da cidade (OLIVEIRA, M. M., 2013).

Vettorassi (2007) também identificou o distanciamento entre os moradores naturais e de “fora”; entre os sujeitos de pesquisa, pode analisar que suas relações de sociabilidade, mesmo morando, há décadas em Guariba-SP, são restritas ao bairro João de Barro, realidade exemplificada pelo migrante Robi, que residia há 22 anos no município:

Robi entende que “Guariba inteira” limita-se aos bairros periféricos que circundam seu Bairro Alto. Evita outros locais da cidade, e, mesmo em dias de pagamento, é seu filho quem busca o dinheiro no centro da cidade. Robi expandiu seu vínculo de sociabilidade, mas preserva limites quanto aos espaços em que se sentem à vontade e sabe que não foi toda a cidade que se tornou sua morada permanente. (VETTORASSI, 2007, p. 139).

Para compreendermos os motivos que levam a esse isolamento, é importante analisarmos a fala e percepções dos próprios migrantes, referente à maneira como são tratados quando em contato com os “naturais”:

A gente acha ruim porque não conhece ninguém, não sabe quase nada, tem vergonha de falar com gente daqui porque eles gostam de tirar sarro da cara dos maranhenses, porque não falam do jeito deles, não come a comida que eles comem, tem preconceito com maranhense. (ANITTA, maranhense, 20 anos, apud OLIVEIRA, M.M., 2013, p. 110).

Ah, sei lá, às vezes a gente tava conversando e eles ficam dando risada. Não sei se é pelo sotaque da gente. No começo a gente sempre acha ruim, mas depois acostuma. (OLGA, maranhense, 27 anos, apud OLIVEIRA, M.M., 2013, p. 110).

Entende-se que a busca de distanciamentos dos “naturais” é uma estratégia encontrada por esses sujeitos para evitar situações discriminatórias, mesmo que essas sejam, muitas vezes, disfarçadas por possíveis “brincadeiras” que, na verdade, camuflam sobre o riso, o preconceito manifesto cotidianamente.

Pinheiro (2011) pode identificar através de entrevistas com os moradores naturais do município de Serrana-SP, que esses, mesmo residindo em bairros próximos aos migrantes, relatam não conhecê-los; contudo os discriminam, consideram que todos os aspectos negativos da sociedade como a violência, miséria e o desemprego são responsabilidades dos de “fora”.

É relevante analisarmos que não há um convívio fecundo entre os migrantes e a população local, contudo essa distância não evita o preconceito construído contra os migrantes. Se não existe o contato entre ambos os sujeitos, como a população natural pode construir suas percepções sobre os migrantes? Baseada em qual experiência?

Frente à realidade apresentada, podemos compreender que o preconceito ao migrante, não é baseado no conhecimento e na experiência, pois esses elementos são obstados em suas relações. Essa é umas das características fundamentais do preconceito, apontada pelos pensadores Adorno²² (1995), Crochick (1996) e Heller (1985), que entendem que o preconceito não necessita da experiência, pelo contrário, mantém-se inabalável perante a razão e ao conhecimento. “Experiências que, de alguma maneira, poderiam ser gratificantes são racionalizadas para que o estereótipo se mantenha. Em outras palavras, não só a experiência não é necessária para a constituição do preconceito como este a deforma”. (CROCHICK, 1996, p. 49).

A população migrante é analisada de forma estereotipada pelos naturais das cidades, que os compreendem enquanto uma massa homogênea, que “[...] em suas percepções, trata-se de um bando de invasores, gente suja, portadora de maus costumes, gente violenta.” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 230). São tidos como pessoas dos “países do norte”, “gente que vem tirar o emprego dos outros”, “que trabalha a qualquer preço”. A expressão utilizada “gente dos países do norte” evidencia que os migrantes internos são considerados pessoas “estranhas” e, mesmo estrangeiras no país em que nasceram (SILVA, M. M. A., 1999). Crochick (1996) entende que o estereótipo é um conteúdo dirigido ao objeto do preconceito, constituindo-se enquanto um produto cultural apropriado pelo indivíduo, ocupando o lugar do que a experiência poderia proporcionar, ou mesmo modificando-a.

O estigma de violento é frequente nas percepções que se destinam aos migrantes no Brasil²³. Vettorassi (2007) dedicou-se a desvendar esse estigma no município de Guariba-SP, que é considerada por sua população e também pela região vizinha como uma cidade violenta, característica atribuída ao grande contingente de migrantes que nela residem. Para compreender essa realidade, foi realizada uma pesquisa quantitativa nos processos criminais da comarca de Guariba-SP e também entrevistas a moradores naturais e migrantes.

²² O preconceito foi estudado por Adorno no quadro do projeto de pesquisa que objetiva analisar o antissemitismo em sua origem social, história, psicológica e em seu significado filosófico, buscando uma abordagem ampla desse fenômeno, assim como analisar os aspectos sociopsicológicos referentes ao preconceito de uma forma universal.

²³ O estudo de Damergian (2009) realizado na região do ABC paulista, identificou que as crianças nordestinas no espaço escolar, são identificadas com o estereótipo de violentas, associada a figura de lampião, e os qualitativos de valentões, esquentados, respondões, e etc. Esse estereótipo é atribuído como se fosse resultado de um fator cultural e mesmo biológico.

Como resultado, pôde-se compreender que não somente o estigma de violento destinado aos migrantes é irreal, pois eles representam a minoria dos réus nos processos criminais, como o fato de Guariba-SP não ser uma cidade violenta, porque perante seu porte populacional, é baixo o número de crimes registrados. “Ou seja, os nativos encarnam os valores da tradição e da boa sociedade, enquanto os ‘de fora’ estão rotineiramente relacionados à anomia, à delinquência, à violência e à desintegração, em uma espécie de ‘fantasia coletiva’ perpetuada pelo potencial de coesão dos estabelecidos.” (VETTORASSI, 2007, p. 124).

Caldeira (1991, p. 33) acredita que a “fala do crime” é comum nas narrativas cotidianas e colabora para que o medo da violência se expanda de forma mais intensa, “[...] a fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos.” O mundo, através dessa fala, é dividido entre as boas e más pessoas; determinadas categorias são consideradas representantes da maldade e da violência, o migrante é enquadrado nessa categoria, ou seja, carrega consigo o estigma de ser uma pessoa violenta, mesmo que a realidade prove ao contrário, como pode ser analisado pela pesquisa de Vettorassi (2007).

Os estigmas têm importante papel nas relações de opressão e preconceito, Elias e Scotson (2000)²⁴, em seu estudo sobre os Outsiders e os estabelecidos, pontuam que atribuir um valor humano menor a outro grupo é umas das estratégias utilizadas pelo grupo dominante em situações de disputa de poder, para manter sua superioridade social. Os estigmas impostos a determinado grupo têm a capacidade de penetrar em sua autoimagem, enfraquecendo-o e desarmando-o.

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo. Em muitos casos, não têm nenhum sentido fora do contexto específico em que são empregados, mas, apesar disso, ferem profundamente os outsiders[...]. Com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra. A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar, esta última, por si só, é uma arma nada insignificante nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder. Por algum tempo, ela pode entrar a capacidade de retaliação dos grupos dotados de uma parcela menor de poder, bem como sua capacidade de mobilizar as fontes de poder que estejam a seu alcance. Pode até ajudar a

²⁴ A pesquisa de Elias e Scotson (2000) realizada na Inglaterra, analisou as relações conflituosas estabelecidas entre dois grupo residentes da cidade de Wiston Paiva (nome fictício). Os grupos se diferenciavam por um pertencer a mais tempo na cidade (os estabelecidos) e o outro por ser constituído a menos tempo (*outsiders*).

perpetuar, durante algum tempo, a primazia de status de um grupo cuja superioridade de poder já tenha diminuído ou desaparecido. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

O preconceito ao migrante também está presente nos espaços institucionais e no acesso a políticas sociais, como pode ser identificado na pesquisa realizada por Micaela Oliveira (2013). O estudo evidenciou que frequentemente os migrantes têm seus direitos questionados e mesmo negados, como exposto na fala da migrante Olga:

Tipo assim, a primeira vez que eu fui me perguntaram por que eu tava aqui, daí eu falei que lá (Maranhão) não tinha oportunidade de emprego, daí eles disseram que a prefeitura não tá aguentando nem os daqui, quanto mais os de fora, daí eu voltei pra casa, e não voltei mais lá. (OLGA, maranhense, 27 anos, apud OLIVEIRA. M.M, 2013, p.112-113).

Segundo Machado e Prado (2008), o preconceito além de ser um mecanismo fundamental de inferiorização social, também é responsável pela produção de concepções ideológicas que questionam a legitimidade de direitos a determinados segmentos da população.

As crianças migrantes igualmente vivenciam processos de discriminação, o ambiente escolar é citado enquanto espaço que as discriminações ocorrem frequentemente²⁵. Em Serrana-SP, Vettorassi (2010), identificou que as crianças migrantes omitem sua origem geográfica para poderem ser aceitas, pois, se dizem, são isoladas rapidamente do convívio com os alunos naturais. No município de Guariba-SP, na pesquisa realizada por Micaela Oliveira (2013), as crianças eram identificadas como “maranhenses”, “cabeçona” e, do mesmo modo, excluídas do convívio com as demais crianças.

Mesmo que não abrangendo a região universo desta pesquisa, consideramos significativo apontar alguns elementos da pesquisa de Damergian (2009), realizada na região do ABC paulista, com crianças da 1º a 4º série. A autora objetivava investigar se havia preconceito contra a população nordestina no aspecto referente à linguagem; foi observado que a rejeição não se limitava à linguagem, mas abrangia amplos aspectos da vida do falante.

²⁵ A discriminação sofrida por crianças nordestinas no ambiente escolar também foi identificada no estudo de Silveira e Souza (2012) na cidade de Iturama - MG, foi evidenciado que os professores reproduziam estereótipos associados a violência, assim como puniam os alunos nordestinos pela utilização da linguagem regional (considerada errada). Os alunos não migrantes constantemente utilizavam de violência física contra os migrantes. As trajetórias relatadas nessa pesquisa exemplificam as marcas deixadas por uma infância tomada por preconceito, muitos dos sujeitos de pesquisa, mesmo adultos demonstram grande sofrimento ao retomarem em sua memória sua trajetória escolar.

Os professores demonstraram, na pesquisa, uma visão de superioridade das crianças paulistas comparadas às migrantes. Falas como: “cabeça dura”, “cabeça dura de aprender”, “povo do norte é burro” são corriqueiras entre professores e alunos não migrantes.

Os alunos paulistas são melhores, mais criativos, mais aplicados, usam termos mais elevados, enquanto “os nordestinos são inferiores mesmo”, expressa não só um exagero como um juízo de valor. Ao desenvolver valores (o falar, os costumes, o agir de determinada forma) ligados ao seu grupo e assumir uma atitude etnocêntrica, a pessoa rejeita tudo aquilo que lhe soa como estranho, que não está vinculado à familiaridade de seu cotidiano (DAMERGIAN, 2009, p. 254).

Os professores compreendiam que as crianças migrantes poderiam ser um foco de “contaminação” para as paulistas, no sentido de transmitirem a ignorância, o atraso no aprendizado, dessa forma para evitarem essa “transmissão”, dever-se-ia isolar os migrantes no ambiente escolar (DAMERGIAN, 2009, p. 258).

A pesquisadora conclui que o preconceito vivenciado pelas crianças nordestinas traz grande prejuízo para construção de sua identidade, uma vez que estão inseridas em um contexto que critica negativamente seus costumes, cultura e origem. As crianças são impingidas a abandonar sua fala regional²⁶ e adaptar-se ao “modo paulista” de falar.

Isso significa que aquilo que é trazido por pessoas de grupos culturais diferentes é visto como inadequado até para se poder lutar pela sobrevivência (arranjar emprego, estudar, etc.), condicionando-se a participação no grupo dominante à submissão sociocultural. Ora, o aprendizado dos padrões dominantes não pode ter como exigência o abandono dos padrões originais do grupo de migrantes (DAMERGIAN, 2009, p. 257).

Adorno considera que os grupos vítimas de preconceito costumam ter em comum algumas características: ter determinada qualidade distinta ao grupo que discrimina; manter uma distância que não permita uma integração aos demais, porém próxima o suficiente para ser perseguido; e precisa ser desprotegido socialmente, para que a perseguição causada não acarrete um movimento de indignação em quem não está sendo perseguido.

Tais características estão presentes na dinâmica da população migrante, como pode ser analisada pelas pesquisas expostas. Os migrantes residem no mesmo município, porém não convivem fecundamente com os naturais, trazem como característica que os diferencia do

²⁶ Borges (2007) também identificou em sua pesquisa que é predominante entre os migrantes da cidade de São Paulo, a busca por adaptar sua linguagem regional a paulista, como estratégia para serem menos discriminados assim como serem aceitos em espaços de trabalho.

padrão dominante: sua origem geográfica, sua etnia/raça e sua classe e também não são protegidos socialmente.

Pelos elementos apontados, é possível dimensionar o quanto é presente e perverso o preconceito aos migrantes, esses são excluídos da convivência social nas cidades de destinos, são estigmatizados e responsabilizados por todos os males do lugar, têm seu acesso às políticas sociais negado, é questionado inclusive o seu direito de locomoção pelo território brasileiro.

Acreditamos ser importante que o preconceito ao migrante seja debatido mais amplamente, durante essa pesquisa encontrou-se dificuldade de localizar estudos que abarcassem a temática. Ao não evidenciar e problematizar criticamente essa realidade, as relações de opressão e discriminação, que perpassam a vida dos migrantes, podem passar despercebidas, camufladas sobre a falsa cordialidade do povo brasileiro, que supostamente vive “harmonicamente” entre si.

**CAPÍTULO 2 A INCOMPATIBILIDADE DO PRECONCEITO COM A DIREÇÃO
SOCIAL DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

2.1 Aproximações acerca dos fundamentos ontológicos da ética

Como buscamos com essa pesquisa realizar a análise sobre o preconceito ao migrante, através da percepção e prática profissional dos assistentes sociais, é necessário considerar como se realiza a crítica ao preconceito pela categoria profissional, para tal análise é fundamental a compreensão dos fundamentos que constituem a ética profissional, pois o debate sobre o preconceito no Serviço Social é intrínseco a sua dimensão ética e política.

Tanto na filosofia como no senso comum, existem diversas maneiras de se pensar a ética, neste estudo, ela é tratada por um viés sócio-histórico, ou seja, como fruto do salto ontológico do homem, que determinou a autoconstrução do ser social e sua possibilidade de agir ético.

A relação estabelecida pelos homens com o trabalho é o que os diferenciou dos outros animais, a resposta que deu às suas necessidades imediatas se tornou além de um ato instintivo uma ação consciente, teleológica, criativa e plena de mediações. Nas palavras de Lessa e Tonet (2011, p. 17-18):

Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regeram os processos naturais. Marx entende por trabalho um tipo de atividade muito diferente daquela que podemos encontrar nas abelhas ou formigas. Nessa, a organização das atividades e sua execução são determinadas geneticamente e, por isso, não servem de fundamento para o desenvolvimento dos insetos. Por séculos, as abelhas, as formigas produzirão, exatamente da mesma forma, o que produzem hoje.

Apenas o homem consegue ter uma projeção consciente de finalidades, uma ação teleológica das mudanças que deseja realizar sobre o real, de maneira que o produto de sua ação materializa sua autoconsciência. Por exemplo, ao modificar uma madeira com o objetivo de ter um assento, já possui uma ideia pré-formulada do que deseja, ao fim do trabalho não somente a natureza foi modificada, mas o próprio homem, pois adquiriu, nesse processo, novos conhecimentos e novas necessidades cada vez mais sociais, a produção material e da vida social realiza-se assim de modo incessante.

Ao longo da história, a cooperação necessária para a transformação da natureza, através do trabalho, criou as necessidades e condições para a socialização entre os sujeitos, o que possibilitou o desenvolvimento da linguagem, dos sentimentos, da cultura e do

intercâmbio social, permitindo o reconhecimento dos homens enquanto seres de uma mesma espécie, que dependem um dos outros para atingirem determinados objetivos.

Com a evolução dos processos de trabalho, foi possível a criação de técnicas, instrumentos e alternativas. Ao criar alternativas, o homem afasta-se das barreiras impostas pela natureza, expande seu caráter social e consciente, “[...] estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal.” (BARROCO, 1999, p. 4).

A experiência adquirida e a possibilidade de escolhas entre alternativas criaram condições para o homem valorar diante das possibilidades (MATOS, 2013), por exemplo, entre a melhor madeira (a mais fácil de manejar, a mais resistente e etc.), atribuindo valores como útil/inútil, bom/ruim, e outros.

O desenvolvimento da vida em sociedade instituiu a precisão de regras, de normas, de costumes, de princípios e de valores necessários para a convivência social; a moral constitui-se no conjunto desses elementos, que são impostos como deveres e orientam o comportamento dos indivíduos em sociedade. A capacidade de valorar foi fundante para a emergência da moral, visto que se exige dos sujeitos determinada postura e ação que seja compreendida como boa, adequada e eficaz frente à sociabilidade em que está inserida.

Os indivíduos nascem em uma sociedade que já possui uma determinada moral hegemônica, as instituições básicas responsáveis pela socialização como a família, a igreja e a escola transmitem os comportamentos e valores que se devem seguir, orientando as escolhas e influenciando julgamentos de valor.

Barroco (2006) aponta que a moral cumpre um papel integrador, pois estabelece mediações de valor entre os indivíduos e a sociedade, entre eles e outros, entre sua consciência e prática. Constitui-se, como expressão da capacidade auto legisladora do ser social, amplia a consciência e propicia o exercício da autonomia, contém, dessa forma, uma série de potencialidades emancipadoras.

Produz também mediações, influenciando inclusive nos sentimentos, uma vez que valora comportamentos e se reproduz deveres: “Quando um indivíduo não cumpre um dever estabelecido, ou quando vai contra uma norma moral, é julgado moralmente e sente-se ‘envergonhado’. Ou, ao contrário, quando se comporta conforme o dever, é ‘admirado’ e sente-se ‘orgulhoso’ de si mesmo.” (BARROCO, 2006, p. 43).

A moral tem um caráter histórico e social, dessa forma, as determinações que levam à eleição de valores morais, apenas é possível de ser compreendidas considerando-se a totalidade social, como pontuado por Matos (2013, p. 90):

Mesmo que pareça imutável, a moral é produto, também, da história. Com o excedente de produção (e, com isso a emersão do escravismo) e, depois, com o advento do capitalismo – com o surgimento da propriedade privada, da sociedade de classes e da divisão social do trabalho – a moral também se altera.

O ato moral pressupõe a adesão consciente e livre dos indivíduos às normas morais, contudo a moral pode ser interiorizada de forma acrítica, ser aceita interiormente sem reflexão, sem liberdade, sem que o sujeito moral assuma conscientemente as consequências de sua atitude frente ao outro; dessa forma, os valores morais podem ser aceitos subjetivamente e defendidos socialmente, sem que haja verdadeiramente uma escolha livre, pois esta implica a disposição de alternativas e de seu conhecimento crítico. A moral, assim, pode tornar-se uma forma de alienação, o que depende segundo Barroco (2010, p. 71, grifo do autor) das exigências a ela colocadas, das formas como se objetiva e de sua direção social:

Com isso queremos dizer que a *moral está vinculada – contraditoriamente – ao desenvolvimento do humano-genérico e à sua alienação*, pois as formas de reprodução de valores éticos-morais são orientados por valores e princípios sociais e humanos-genéricos, isto é, universalmente legitimados, mas que podem não ter condições de se universalizar em determinadas condições sociais. Isso propicia, por um lado, que os indivíduos reproduzam um discurso idealista e que os valores sejam reproduzidos de forma abstrata, como entidades metafísicas “irrealizáveis”.

Nas sociedades primitivas, a associação entre os homens era essencial para sua sobrevivência, os valores coletivos pautados na solidariedade e no igualitarismo tinham presença expressiva em sua sociabilidade, não havia uma cisão de classe, o que, contudo não anulava a divergência diante de um único código moral. Com o advento da sociedade de classes, as relações sociais estabelecidas são baseadas em interesses antagônicos, anulando valores e concepções de bem que correspondam às necessidades de todos os envolvidos. Como colocado por Matos (2013, p. 90), no capitalismo é fundamental “[...] que se construa uma moral que naturalize as desigualdades, mas que, ao contrário do escravismo, construa uma ideologia de que é possível ao sujeito transpor de uma classe para outra, desde que tenha competência e se esforce para isso.”

O modo de produção capitalista representou avanço significativo para o desenvolvimento do ser social, pois determinou o progresso inédito das forças produtivas e o aumento do domínio da natureza, permitindo maior desenvolvimento das capacidades humanas genéricas. Como faces antagônicas de uma mesma realidade simultaneamente, o capitalismo também determinou a alienação e a coisificação dos sujeitos.

Nesse modo de produção, o trabalhador detém apenas sua força de trabalho, sua criação não mais o pertence, mas sim ao dono dos meios de produção. É alienado de todo o processo de trabalho, não se reconhece no produto final, que se torna mercadoria, objeto estranho a seu criador. Ao fim desse processo, também criou a mais-valia, ou seja, um valor que excedente ao seu salário, que é apropriado pelo capital.

A atividade criadora realiza-se como trabalho alienado:

O operário se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto estranho [...] o operário põe sua vida no objeto; porém ela já não lhe pertence, mas ao objeto[...] o desapossamento do operário no seu produto tem o significado, não só de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também de que ele existe fora dele independente e estranho a ele e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida que ele mesmo emprestou ao objeto, o enfrenta de modo estranho e hostil. (MARX, 2010, p. 62-63).

Com o capitalismo, aumenta o abismo entre a riqueza humana produzida coletivamente e sua apropriação privada. Como brilhantemente pontuado por Marx em seu estudo “Manuscritos Econômicos Filosóficos”, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miserável se torna, enquanto maior a valorização da mercadoria, mais desvalorizado é seu criador, o trabalhador torna-se ele mesmo uma mercadoria, um mero objeto, enquanto o objeto é dotado de humanidade.

Como colocado por Barroco (2010), a coisificação atinge as próprias relações humanas, as escolhas, capacidades, sentimentos, afetos e valores transformam-se em objeto de desejo e posse. As coisas materiais, por sua vez, passam a expressar qualidades humanas, que dão sentido à existência; “[...] com isso, meio e fim da vida humana invertem-se, pois as finalidades da existência adquirem o sentido de utilidade enquanto coisas.” (BARROCO, 2010, p. 158).

O trabalho coloca em movimento todas as capacidades humanas, determina a liberdade, a consciência e a sociabilidade; no contexto da sociedade capitalista, o trabalho nega suas próprias potencialidades emancipadoras. A alienação e coisificação dos sujeitos invadem todas as dimensões da vida social e de objetivação do ser social.

Segundo Barroco (2006), dada a centralidade da produção material, o valor econômico tende a influenciar todas as demais esferas de valores; dessa forma, a sociabilidade burguesa tem seus valores morais expressos na posse e no consumo, reproduzindo condutas e representações individualistas, que negam a alteridade e a liberdade.

O utilitarismo moral é um dos aspectos dessa sociabilidade, as relações humanas passam a ser valorizadas segundo sua utilidade, ou seja, valoriza-se o que for considerado útil, e útil é o que satisfaz as necessidades materiais. Como resultado, ampliam-se as necessidades voltadas para a quantificação em termos de utilidade material, em razão de sua posse, nega-se assim a ampliação da qualidade das relações humanas (BARROCO, 2010).

Como morais dominantes da sociabilidade burguesa, destacam-se a conservadora e a liberal. A moral conservadora contribui para os interesses desvalorizadores da crítica e da transformação de valores, coopera para a repressão dos sentimentos, desejos e capacidades humanas. A moral liberal valoriza a competição, o individualismo, o narcisismo, estima a posse material e espiritual e a coisificação dos sujeitos.

Concretamente são criadas condições favorecedoras à mercantilização das virtudes (que adquirem o valor de coisas compráveis no mercado) e à valorização do interesse privado, do egoísmo ético, construindo “sujeitos éticos” orientados pelas ideias de que é virtuoso quem obtiver mais vantagens sobre os outros (BARROCO, 2003b, p. 31).

Na sociabilidade burguesa, a moral assume um caráter ideológico, através de mediações complexas, reproduz os interesses dessa classe, colaborando para o controle social, por meio da disseminação de valores que adequam os sujeitos ao *ethos* burguês. As normas e deveres morais são assumidos como exigências externas aos sujeitos, como questões que não lhe dizem respeito, mas que devem obedecer; a moral torna-se um conjunto de obrigações, definidas por seu caráter repressivo e negativo (BARROCO, 2006).

A ética é compreendida como um momento da práxis humana, em seu conjunto, tem como seu objeto a moral, supõe a suspensão da cotidianidade e sua crítica. A liberdade é o fundamento da ética; agir eticamente apenas é possível se agirmos com liberdade, escolhendo conscientemente entre alternativas, e tendo condições objetivas de criá-las. Sua potencialidade é voltada para além das necessidades do eu, o que permite que os indivíduos se comportem enquanto sujeitos éticos, pois a moralidade singular é elevada ao humano-genérico:

A elevação da moralidade singular - própria da vida cotidiana – ao humano genérico permite que o indivíduo se comporte como um sujeito ético. A reflexão ética permite desvelar o repetitivo das normas, já que entendemos a ética como possibilidade estratégicas de problematização e de crítica da vida

cotidiana. Assim, a elevação pode possibilitar ao homem o questionamento sobre normas que culturalmente são passadas e, até mesmo vistas por este, até então, como regras imutáveis. (MATOS, 2013, p. 92).

Quando a ética não exerce sua função crítica, também pode contribuir assim como a moral, para reprodução de componentes alienantes, favorecendo a ideologia dominante, ocultando as contradições da realidade, fortalecendo o dogmatismo e a dominação, contribuindo para que as pessoas não se reconheçam como sujeitos éticos.

É possível socialmente que o sujeito ético-moral transgrida a moral dominante, pois essa não é imutável e absoluta, mesmo nesta sociedade há espaços de mobilidade para ações em direção oposta; contudo, isso é possível quando são construídas as condições concretas para a mudança e quando são superadas as limitações à autonomia dos sujeitos. Essa transformação não é restrita a momentos revolucionários, mas sim a conquistas de cada momento histórico, que dão condições a transformações sociais de medidas diversas (BARROCO, 2010).

Os homens podem assim realizar formas de objetivação moral, pautadas na defesa da liberdade, na igualdade, na negação de toda forma de exploração e opressão, defendendo valores que correspondam aos interesses humanos genéricos, construindo projetos societários contrários a essa ordem. Os projetos profissionais também correspondem a essa realidade, podendo contrapor-se à moral burguesa, ou legitimá-la.

2.2 Ética profissional e seu percurso sócio-histórico

A ética profissional é construída em relação às exigências colocadas na divisão social do trabalho e às respostas dadas pelas profissões, mediadas, contudo pelas condições sócio-históricas. Estabelece intensa relação com a ética social e, por consequência, com os projetos sociais “Não há, portanto, um hiato entre a ética profissional e a ética social, pois seria cindir a própria vida do homem na sua totalidade, isto é, em seus diversos pertencimentos: trabalho, gênero, família, ideologia, cultura, desejo etc.” (BRITES; SALES, 2003, p. 8).

A ética profissional se objetiva com uma ação moral, expressa através dos compromissos políticos da profissão com determinados valores e princípios, pela prática profissional, pelas normas e diretrizes estabelecidas pela categoria e pelos referenciais teóricos e filosóficos adotados, que expressam dada concepção de sociedade (BRITES; SALES, 2003).

Segundo Barroco (1999), a moral profissional refere-se à relação estabelecida entre a ação profissional do indivíduo singular, os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nessa ação e seu o resultado concreto, que é avaliado conforme suas consequências éticas, tendo como parâmetro valores defendidos pela categoria profissional. A consciência moral se objetiva através de exigências do ato moral: na escolha entre determinadas alternativas, nos julgamentos de valores, nos posicionamentos éticos políticos e, ao ponderar as consequências da atuação profissional na vida dos sujeitos envolvidos.

A moralidade faz parte da educação moral anterior à formação profissional dos sujeitos e tende a reproduzir a moral dominante. Ela pode ser afirmada ou negada na formação profissional, é possível inclusive que contribua para mudança do *ethos* das profissões. A adesão ao um projeto profissional envolve decisões de valor que podem estar em atrito com concepções já adquiridas pelos indivíduos, o que gera os conflitos morais.

Barroco (1999) aponta que apenas é possível dar materialidade aos projetos profissionais, quando os profissionais os assumem internamente, compartilham de seus valores, projeções societárias e profissionais, adotando individualmente e, coletivamente, a responsabilidade de sua construção. Contudo, a vontade individual não determina sozinha as possibilidades de objetivação da ética profissional, que como já salientado, apenas é possível de ser compreendida em relação dialética com a realidade social.

2.2.1 A gênese do Serviço Social e seu *ethos* conservador

O Serviço Social teve sua gênese²⁷ no Brasil nas primeiras décadas do século XX vinculada às transformações oriundas da fase monopolista do capitalismo, o entendimento da construção da ética profissional, apenas é compreensível de forma objetiva, se analisadas as necessidades e as possibilidades históricas colocadas na realidade em que se engendrou a origem da profissão.

A organização monopólica caracterizou-se pela busca por aumento dos lucros, por meio do controle dos mercados²⁸, o que acirrou a contradição elementar do capital: a produção coletiva da riqueza humanamente produzida e sua apropriação privada. Cresceu expressivamente a tendência de economia de trabalho “vivo”, com a introdução de novas

²⁷A gênese do Serviço Social nos países industrializados, está de maneira geral associada à intervenção do Estado no gerenciamento da Questão Social.

²⁸A fase monopolista utiliza-se para controlar os mercados desde “[...] acordos de cavalheiros, à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste.” (PAULO NETTO, 2009, p. 20).

tecnologias, o que aumentou, de forma massiva, o exército industrial de reserva e o pauperismo.

O proletariado e o conjunto dos trabalhadores são diretamente influenciados por este chão histórico, realizando um salto significativo na organização de suas lutas, exigindo seu reconhecimento enquanto classe. “Essas reivindicações são uma expressão específica de lutas mais gerais, de caráter revolucionário, acumuladas pelos trabalhadores no âmbito da sociedade moderna. Como tal evidenciam sua consciência de classe adquirida ao longo de conquistas e derrotas históricas [...]” (BARROCO, 2006, p. 79).

Esse processo funda a emergência da Questão Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2000, p. 77).

O Estado, em busca de garantir as condições necessárias à reprodução do capital, ameaçadas frente à organização política dos trabalhadores, institucionaliza direitos e garantias cívicas e sociais (PAULO NETTO, 2009). As políticas sociais são, dessa forma, uma resposta à questão social, garantindo por um lado direitos conquistados pela organização e luta dos trabalhadores e por outro é uma das estratégias utilizadas pelo estado e pela burguesia, para manutenção da estrutura de exploração.

Barroco aponta que as respostas para as sequelas da questão social constituíram-se também como um instrumento ideológico de alienação dos trabalhadores:

Ao reproduzir tal articulação entre coerção e consenso, o Estado busca controlar a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, legitimar-se como representativo de toda sociedade. [...]. Através de um discurso ético universalizante, fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transforma seus direitos em benefícios do Estado, subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, responsabiliza-os pela sua condição social, despolitiza suas lutas, restringe suas escolhas, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalternizada e alienada. (BARROCO, 2006, p. 85-86).

Os assistentes sociais são demandados para executarem as políticas sociais formuladas, principalmente pelo fato de apresentarem um perfil potencialmente adequado para intervenção voltada à moralização da classe trabalhadora. A ênfase, na educação moral dos trabalhadores, tinha por objetivo o combate político aos movimentos operários, tendo em

vista a conservação da ordem social. A atuação profissional, nesse contexto, despolitizava o significado sócio-econômico e ídeo-político da questão social, camuflava esses elementos pelo discurso ético-moral.

A formação profissional era voltada para os dogmas da igreja católica, as principais características dos alunos era o fato de serem mulheres, burguesas, fiéis a moral religiosa e conservadora. As determinações, colocadas pela inserção de classe e de gênero, influenciaram um perfil potencialmente adequado a ações de cunho moralizador, como analisado por Barroco (2006, p. 93):

A ação profissional é tida como uma “vocação” a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado por “qualidade inatas”, daí a consideração de seus componentes como elementos da “natureza feminina”. Esse *ethos* passa a compor sua imagem social historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de “integridade” moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento.

O conservadorismo moral presente na origem da profissão era assentado principalmente nos suportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade social, sendo esses: o neotomismo, que expressava os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja, os conteúdos ideológicos fundados no pensamento conservador e o positivismo, perspectiva hegemônica nas ciências sociais nesse período. A dimensão ética da profissão tem sua centralidade nas Escolas de Serviço Social que, através das disciplinas, reproduzia os princípios éticos buscados nos pressupostos filosóficos citados (BARROCO, 2006).

O neotomismo é um pensamento filosófico de base teológica, que compreende que Deus determina certa hierarquia aos valores morais, subordinando-os às leis naturais. A organização da sociedade é pensada como uma ordem natural imutável, onde cada ser tem uma função pré-determinada e seu exato cumprimento é necessário à harmonia social, ao bem comum e à felicidade geral. A autorrealização da pessoa humana necessita de uma moralidade voltada a atingir a “perfectibilidade”, dessa forma, é preciso que os sujeitos obedeçam às leis morais para alcançarem sua essência, que os aproxima de Deus, considerado a fonte dos valores universais.

Os fundamentos dos princípios e valores neotomistas são a-históricos, pois entendem uma essência humana que transcenda a história e que pertença igualmente a todos os seres humanos.

Nesse contexto, os valores adquirem um conteúdo universal abstrato: pertencem à natureza humana que emana de Deus. Assim, valores como *pessoa humana, bem comum, perfectibilidade, autodeterminação da pessoa humana, justiça social* são abstraídos de suas particularidades e determinações históricas, tornando-se referência para uma concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em sua concretude histórica. (BARROCO, 2012, p. 44, grifo do autor).

Segundo Barroco (2006), os valores universais do neotomismo, apesar de aparentemente abstratos, representam uma direção política ideológica determinada na doutrina social e, no projeto de cristianização da sociedade, em face da questão social. Os pressupostos neotomistas implicam a compreensão de uma sociedade sem contradições, o que oferece suporte para a defesa da ética profissional supostamente “neutra”, o que é irreal, visto que a prática profissional contribuía para a reprodução de mecanismo de dominação e opressão.

O pensamento positivista, igualmente foi importante na construção do *ethos* conservador do Serviço Social, representa os interesses de justificação da ordem burguesa, os conflitos e contradições dessa sociabilidade são compreendidos como anormalidade que devem ser corrigidas, pois conforme essa concepção, a sociedade é fundada em leis invariáveis, semelhantes à da natureza.

A moral, mais uma vez, é colocada como caminho para se corrigir os desajustados, o estabelecimento da ordem deve ser seu o objetivo e função primordial. As ideias positivistas têm por base de sua sustentação valores e princípios correspondentes a uma ética passiva e resignada diante da realidade histórica:

A “resignação” é uma tônica na obra de Comte, e deriva diretamente de seu ressentimento a leis invariáveis [...]. O assentimento ao princípio das leis invariáveis na sociedade prepararia os homens para a disciplina e para a obediência à ordem existente, e promoveria sua “resignação” diante dela (MARCUSE apud BARROCO, 2010, p. 178).

O papel natural da mulher seria o de agente moral responsável pelo cuidado da família: “[...] o homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino.” (COMTE apud BARROCO, 2010, p. 179). Buscava-se também combater sua entrada no mercado de trabalho, para impedir seu contato com os ideais socialistas e feministas.

O pensamento positivista nega o pensamento crítico, busca uma apreensão instrumental e imediata dos fatos sociais, compreende a realidade como fato dado, restringe a teoria no âmbito do verificável, da experimentação. Nega, dessa forma, o conhecimento

ontológico da realidade, que busca ultrapassar a imediaticidade. Como mecanismo de reprodução ideológica, o positivismo colabora para a negação de valores humanos genéricos universais, ao afirmar valores antiprogredista e conservadores, antagônicos a liberdade. (BARROCO, 2010).

O conservadorismo consiste em um sistema de ideias do século XIX, que nega as conquistas da Revolução Francesa e dos movimentos socialistas, tem seus pressupostos fundados na sociedade medieval. São valorizados os seguintes elementos: o passado, a hierarquia, a tradição, autoridade, a família, a religião e a subalternidade da mulher. Opõe-se de forma geral a todas as conquistas da sociedade moderna, assim nega a democracia, a razão, a emancipação feminina, e qualquer experiência de liberdade com igualdade.

A moral representa para o conservadorismo o conjunto de valores que são validados pela tradição e pelos costumes como corretos, justos e bons e como determinações de uma natureza imutável e absoluta. As intervenções sociais do pensamento conservador visam manter a moral tradicional, o questionamento e reflexão frente à realidade são limitados, o objetivo da moral dessa forma é o de moralização da sociedade, ou seja, de sua adequação às normas e aos princípios, que não devem ser questionados. “Sua maior expressão é o moralismo, atitude intolerante que busca justificar o *status quo* recorrendo ao argumento que de que o que é tem que continuar sendo, pois assim ordena a ‘natureza’ ou a ‘vontade divina’.” (COSTA, 1990).

O Serviço Social influenciado de forma basilar pelo contexto-histórico que está inserido e pelo pensamento neotomista, positivista e conservador irá responder as expressões da questão social como questão moral, responsabilidade dos sujeitos que não são capazes, por suas características individuais, psicológicas e por sua hibridez moral, de se adequarem “à ordem perfeita e imutável da sociedade”, tomada por uma visão psicologizante às demandas por direitos sociais são compreendidas como patologias (BRITES; SALES, 2003).

Em termos políticos, ideológicos e morais, o conservadorismo adotado pelo Serviço Social, não era transmitido apenas pela formação profissional, mas estava presente nos projetos sociais e na cultura brasileira, ou seja, na socialização primária dos sujeitos, onde ocorre a formação moral dos indivíduos sociais. Esse aspecto é significativo na gênese do *ethos* do Serviço Social, pois a educação moral vai afirmar elementos assimilados anteriormente pelos indivíduos.

Sob esse chão histórico, institui-se determinado *ethos* conservador do Serviço Social, que se expressa nas diversas dimensões da ética profissional, desde a prática moral, da moralidade, de sua base filosófica e por sua materialização nos códigos de ética (CE):

O Código de Ética – explicita os aportes teóricos, filosóficos e ideológicos que informam as concepções de homem e de sociedade da profissão; e prático-operativas: as direções ético-políticas das respostas profissionais historicamente construídas, consubstanciadas nos valores e princípios inscritos nos diferentes códigos de ética do Assistente Social. (BRITES; SALES, 2003, p. 5).

Paulo Netto (2010), em sua análise sobre o conteúdo dos códigos de ética de 1947, 1965 e 1975, ressalta que há pouca diferença em seus fundamentos éticos e filosóficos. Todos se apoiaram nos pressupostos éticos do neotomismo e do positivismo, com uma pequena diferença no código de ética de 1975, que inclui o personalismo. Apesar da base teórica ser similar nos códigos de ética anteriores ao de 1986, esses trazem algumas mudanças ocorridas na trajetória da profissão.

O primeiro código de ética do Serviço Social é de 1947, foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) e aprovado em assembleia geral de 29 de setembro de 1947; no mesmo período, foi criado o primeiro conselho de ética profissional. O código de ética referido configurou-se como resposta às exigências axiológicas, era marcado pelo conservadorismo ético, expresso entre outros elementos, na preocupação limitada aos deveres e formação moral dos agentes, trazia como teorias-filosóficas principais o humanismo cristão abstrato e incipiente positivismo.

Nas passagens desse documento, é claro o posicionamento religioso e conservador, ao se colocar como pressupostos da ética profissional os seguintes elementos: “respeito às leis de Deus”, “bem comum”, “dignidade da pessoa humana”, “caridade cristã” e “direitos naturais do homem”. É compreendido como objeto de trabalho do Serviço Social “as pessoas desajustadas” e o “desenvolvimento da personalidade” (ABAS, 1947).

Dezoito anos depois, foi elaborado o código de ética de 1965, que expressou a tentativa da profissão de se adequar às mudanças da realidade brasileira, marcadas pela modernização conservadora produzida pela autocracia burguesa, almejava uma profissão com amplitude técnica e científica.

Os deveres éticos, antes submetidos a obrigações religiosas, foram colocados como compromisso perante a legislação a qual a profissão era submetida, estabelecem-se os limites de colaboração com os poderes públicos a partir dos princípios democráticos. Introduziu a questão do pluralismo, da democracia e da concepção do assistente social enquanto profissional liberal:

O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes emanadas de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega. (CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1965, p. 5).

No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destinam a sua atividade, prestando-lhe os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação. (CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1965, p. 2).

O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa. (CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1965, p. 2).

O código de ética de 1965 traz o compromisso com o bem comum, com os direitos individuais e pela luta no estabelecimento de uma ordem social justa, posicionamentos até então inexistentes no conservadorismo profissional (CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1965). Contudo, como pontuado por Barroco (2006) essas concepções são desconectadas do conjunto do código de ética, uma vez que ainda carrega a coexistência de uma direção ética liberal com os pressupostos morais do neotomismo e do positivismo. Não há também questionamento das contradições postas pela sociabilidade capitalista e pela ditadura militar, o que se evidencia ao colocar que os assistentes sociais devem colaborar pessoal e tecnicamente para o desenvolvimento harmônico do país, apesar deste não corresponder a princípios democráticos.

Paulo Netto (2010), ao analisar as profundas mudanças ocorridas no Serviço Social do Brasil, a partir da década de 1960, impulsionadas de maneira umbilical pela ditadura militar, compreende esse processo como “Renovação do Serviço Social”. O autor considera que as transformações ocorridas no bojo da profissão se deram através de três perspectivas: “perspectiva modernizadora”, “atualização do conservadorismo” e “intensão de ruptura”.

As mudanças trazidas no código de ética de 1965 apontam para a emergência da “perspectiva de modernizadora”²⁹ (PAULO NETTO, 2010), que se solidifica nos documentos

²⁹ O movimento de reconceituação do Serviço Social é profundamente analisado por José Paulo Netto no livro intitulado: Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64. Nesse estudo apenas apontaremos brevemente as características desse movimento, o que não desconsidera sua importância para a compreensão da história da profissão. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, segundo compreensão de Paulo Netto (2010), contou com três perspectivas, sendo elas: Modernizadora; Reatualização do conservadorismo e Intenção de ruptura.

de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Essa perspectiva³⁰, “[...] propõe mudanças técnicas e teóricas que possibilitem à profissão adequar-se às novas demandas da autocracia burguesa, permanecendo com a mesma base filosófica.” (BARROCO, 2006, p. 128).

O código de ética de 1975, expressa a tendência de “reatualização do conservadorismo”³¹ (PAULO NETTO, 2010), retomando os traços tradicionais do Serviço Social, adota como perspectiva teórica o personalismo, que se orienta pelos princípios de ordem espiritual e pela centralidade na pessoa humana, mantendo a base metafísica da ética profissional. Brites e Sales analisam que o personalismo retoma o discurso cristão, defendendo integridade da pessoa humana em uma perspectiva individual, em aspectos referentes ao aborto à contracepção e à violência; contudo, cala-se absolutamente sobre as situações de opressão e exploração infringidas contra a humanidade:

Logo, incorre-se novamente numa absolutização dos valores, ou uma espécie de essencialismo, em meio a esses posicionamentos do humanismo abstrato. Em sua *dimensão personalista*, o discurso cristão empreende a mais veemente defesa da vida da pessoa humana – considerada individualmente-, em face de afrontas concretas à sua “dignidade” e “integridade”, em territórios, por exemplo, como os da violência, aborto e contracepção. É incapaz, contudo, de perceber-las – a vida e a pessoa humana- ameaçadas em situações sociais de exploração, opressão e dominação contra: trabalhadores, povos, mulheres, minorias etc. (BRITES; SALES, 2003, p. 31).

O código de 1975 legitima a ação reguladora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais, discurso condizente com o golpe militar de 1964. Traz uma contribuição anacrônica ao Serviço Social, ao retirar o pluralismo e os pressupostos da democracia e da justiça social do código de ética.

Barroco (2012) coloca que a análise dos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 demonstra que a pretensa neutralidade defendida pela profissão é falsa, pois todos trazem

³⁰ Segundo Paulo Netto (2010) a perspectiva modernizadora é a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social. Os eventos denominados Seminário de Teorização do Serviço Social, promovidos pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) propiciaram a formulação dos documentos de Araxá e Teresópolis, respectivamente no ano de 1967 e 1970. Esses documentos (apesar de suas peculiaridades), expressam a tentativa de adequar o Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho como ocupação que pudesse contribuir com os projetos de desenvolvimento do país. O subdesenvolvimento é pensado como etapa ao desenvolvimento, essa transição se daria por meio de intervenções planejadas e racionais, para o Serviço Social se adequar a essa realidade, seria necessário que adquirisse aportes técnicos sofisticados.

³¹ Os seminários realizados pelo CBCISS na cidade de Sumaré em 1978 e Alto da Boa Vista em 1978, ambas no estado do Rio de Janeiro, marcaram assim como o código de ética de 1975, o deslocamento da perspectiva modernizadora para a perspectiva de reatualização do conservadorismo, que retoma traços tradicionais da profissão, demonstrando um grande retrocesso em relação aos avanços alcançados pela perspectiva modernizadora. Há uma retomada da intervenção profissional em nível microscópico, além da adoção de uma análise sobre a realidade pautada em um viés religioso do pensamento católico clássico.

intrinsecamente um posicionamento político sobre o que consideravam valoroso, positivo ou negativo. O que é explícito no código de ética de 1975, que legitimava a ação disciplinadora do Estado sobre as atividades profissionais, em plena ditadura militar.

A ética profissional, referente ao período analisado, manteve sua base conservadora, legitimadora da ordem social capitalista, a ética, nesse contexto, nega seu potencial emancipador ao fundamentar sua apreensão do real como imutável e natural, colabora para negação de objetivações morais em direção à liberdade. Contribui por essas características para a solidificação de preconceitos, do moralismo e da alienação moral dos assistentes sociais e dos sujeitos para quem destina seu trabalho.

A transformação do *ethos* do Serviço Social engendra-se sempre em relação às possibilidades colocadas pelos momentos históricos, o questionamento e ruptura da moral conservadora têm possibilidade de se realizar frente a condições favorecedoras de novas alternativas e escolhas. “Dada a dinâmica da sociedade, tais possibilidades estão potencialmente presentes na vida social; no entanto, em determinado momentos históricos são particularmente propiciadoras de sua expressão.” (BARROCO, 2006, p.100).

2.2.2 *A virada com o conservadorismo e a construção de um novo ethos profissional*

A virada com o conservadorismo e a construção do *ethos* crítico do Serviço Social, não se realizou de forma linear, o que significa que esse processo foi marcado por avanços e retrocessos, que atingiram de forma diferente a categoria profissional em sua produção teórica, no posicionamento ético, no político, na formação e na atuação profissional.

Essas transformações dependem de elementos que ultrapassam os limites dados pela profissão, pois a ruptura com valores de ordem moral não se realiza de maneira isolada e endógena, mas sim é determinada pelas condições postas no real, que podem facilitar a crítica e questionamentos à vida cotidiana, explicitando novas alternativas e escolhas.

A década de 1960 balizou os questionamentos do *ethos* conservador na sociedade, esse período histórico mundialmente foi marcado por ideias libertárias que questionavam a moral e costumes tradicionais.

Entendida sob o ponto de vista de questionamentos aos valores tradicionais, a década de 60 é considerada uma época “revolucionária”, especialmente por sua potencialidade de ruptura ideológica com instituições, papéis sociais e princípios historicamente vinculados à moralização dos costumes: a família, o papel “feminino”, a tradição. No conjunto de reivindicações que assinalaram a efervescente participação cívica e mobilização política desse

período, ressaltam-se os movimentos desencadeados pelas mulheres, em que gesta-se um novo *ethos* ampliador da consciência de gênero. (BARROCO, 2006, p. 100).

Os papéis sociais atribuídos às mulheres foram duramente combatidos, amplia-se a sua inserção nas universidades, no trabalho, na vida pública e demais esferas tidas como espaços masculinos. A intervenção ético-moral, nesse contexto, objetiva a desvalorização da subalternidade e passividades, características consideradas inerentes à mulher, se possibilita uma nova consciência cívica que valoriza a participação e a liberdade (BARROCO, 2006).

A juventude é uma das principais protagonistas desse período, expressara a recusa às formas convencionais de sociabilidade, negando normas e valores conservadores. Direcionavam seus posicionamentos de valor para uma atitude crítica, o que possibilitava questionar o preconceito e o moralismo, contribuindo para a emergência de novos referenciais éticos, desencadeando a crítica à alienação cotidiana.

A América Latina, nos meados de 1960 e 1970, colocou-se como espaço potencialmente revolucionário, conjuntura determinada pela crise do padrão de acumulação capitalista, pelas políticas econômicas desenvolvimentistas adotadas que agravaram as desigualdades sociais e intensificaram as lutas sociais. A revolução Cubana (1959), a experiência socialista no Chile e as várias tentativas guerrilheiras demonstravam que a América Latina era um território fértil às revoluções.

Parcela do movimento cristão sofreu profundas mudanças influenciadas por essa conjuntura. Setores progressistas da Igreja católica aproximaram-se do pensamento marxista e posicionaram-se em favor das lutas populares, contestando a estrutura desigual do sistema capitalista, o que criou condições para a emergência de uma ética militante crítica à moral cristã conservadora. Esse movimento

[...] é incorporado por leigos, em especial, membros ativos da juventude estudantil católica e das classes trabalhadoras, rurais e urbanas, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica, a Ação Católica, os movimentos de Educação de Base (Brasil) ou de Promoção Agrária (Nicarágua), as Federações dos Camponeses Cristãos (El Salvador) e, sobretudo, as comunidades de base. (LÖWY apud BARROCO, 2006, p. 106).

O Serviço Social³², atrelado desde sua gênese à igreja católica e influenciado pela conjuntura revolucionária e contestadora que se impunha, tem agora novos parâmetros de

³² Em seu conjunto as ciências sociais também foram influenciadas por esse contexto, realizaram questionamentos quanto ao seu papel e seus parâmetros teóricos-explicativos (IAMAMOTO, 2000).

legitimação, o que possibilita o posicionamento crítico frente às contradições sociais, contribuindo para a contestação do *ethos* conservador.

O chamado movimento de reconceituação do Serviço Social tem sua formação determinado por esse solo histórico, foi eminentemente um fenômeno latino-americano, que objetivava a contestação das bases tradicionais da profissão. Assume posicionamento frente à realidade social, colocando-se politicamente contra as amarras do imperialismo, pela libertação nacional e contra a estrutura de exploração do capital. Como colocado por Yamamoto (2001, p. 206), realiza-se a crítica global do Serviço Social:

São denunciados, entre outros aspectos, os objetivos profissionais voltados para a integração e adaptação social e o tipo de fundamentação teórica que os informa: o estrutural-funcionalismo e o neotomismo. Questionam-se os vínculos confessionais da profissão, avançando no seu processo de secularização; indaga-se sobre a significação do Serviço Social na sociedade. Recusa-se o caráter paliativo, burocratizado e inespecífico da prática profissional e fundamentalmente o seu alheamento das questões sociais e históricas da América Latina. Os “modelos de intervenção” importados são submetidos ao crivo da crítica, que aponta a inadequação e inoperância do arsenal operativo voltada para uma atuação aos “problemas sociais”, metamorfoseados em problemas dos indivíduos isolados, tidos como fundamentos de uma ordem social naturalizada.

Esse movimento não se realizou de forma homogênea, suas características particulares a cada país corresponderam aos determinantes do contexto histórico, político, social, das matrizes teóricas adotadas e da atuação intelectual e política dos assistentes sociais envolvidos. Particularidades que rebateram nas diferentes formas de críticas e propostas construídas, assim como distintas concepções do que se almejava ao “novo” Serviço Social.

O Brasil não ficou imune aos movimentos engendrados nesse período histórico; no final da década de 1950, é visível que o país oferecia solo propício às mudanças importantes da estrutura econômica e social. Trabalhadores urbanos, rurais, parcela progressista da igreja católica e intelectuais organizavam-se politicamente, exigindo reformas democráticas e nacionais, opostas ao imperialismo, ao latifúndio e ao modelo de desenvolvimento associado e dependente.

O Serviço Social brasileiro não se colocou alheio, alguns vetores da profissão problematizavam o conservadorismo e as contradições da sociabilidade burguesa, indicando a possibilidade do fortalecimento de núcleos profissionais vinculados aos interesses da classe trabalhadora e à construção de outra ordem societária. Contudo, essa vertente crítica, que ensaiava seus primeiros passos na profissão, foi significativamente interrompida com a ditadura militar no país.

O golpe de abril de 1964 representa a tentativa de eliminar essas forças do cenário nacional, sustentou-se em um estado antidemocrático que, através da violência e da opressão, privou amplos segmentos da mobilização, da organização e da representação. A ditadura militar legitimou e aprofundou a acumulação capitalista, sob as bases do imperialismo e do monopolismo, reafirmou o desenvolvimento dependente associado ao capital internacional, unindo os monopólios imperialistas com as oligarquias financeiras nacionais.

Tratava-se de uma “paz-armada” capaz de, em nome na defesa intransigente da ordem monopolista, controlar um amplo leque de oposições que iam de tendências burguesas mais democráticas ao radicalismo das massas populares e do proletariado. O Estado nacional deveria, então, reprimir todos aqueles segmentos (inclusive burgueses) que se opusessem – pacífica ou violentamente – à ditadura necessária à imposição da ordem monopolista, sobretudo os setores revolucionários que representavam os focos de maior agitação política e subversiva à ordem (a guerra permanente entre as classes). A função central do Estado é, aqui, repressiva e totalitária (e não consensual ou de articulação), devendo a ordem prevalecer e ser respeitada (SILVA, J. S. F., 2010, p. 62).

Segundo Yamamoto (2000), a ditadura militar foi fundamental para limitar as expressões do movimento de reconceituação no Brasil, pois suas expressões no plano teórico-cultural, profissional e político colidiam com o regime ditatorial, que reprimia brutalmente qualquer forma de contestação.

O rebatimento do movimento de reconceituação no Serviço Social Brasileiro, não foi evidente até meados da década de 1970, no que se refere ao questionamento do *ethos* conservador de forma coletiva, ou seja, na literatura profissional, nos debates e na organização coletiva, não foi visível o questionamento em relação aos padrões tradicionais.

Nesse período, predominou no Serviço Social brasileiro, a tentativa de adequar a profissão às demandas colocadas pela modernização conservadora, realizando mudanças no método de ação e nos rumos das práticas profissionais com o objetivo de reforçar sua legitimidade para os espaços demandantes do trabalho profissional, principalmente o Estado e as empresas³³. Buscaram-se transformações endógenas, voltadas para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, como colocado por Yamamoto (2001), frente às dificuldades de se questionar socialmente o Serviço Social, questionou-se metodologicamente.

³³ O mercado de trabalho dos assistentes sociais é ampliado significativamente com o regime ditatorial, tanto nos espaços públicos como nas empresas e instituições filantrópicas. Segundo Paulo Netto (2010) essa mudança, é resultado no acirramento da questão social no Brasil, pois o modelo econômico adotado pela ditadura militar resultou na ampliação da questão social.

A ditadura militar, apesar de ter impossibilitado em um primeiro momento a adesão abrangente do Serviço Social brasileiro aos ideais do movimento de reconceituação, foi responsável contraditoriamente, pela construção de condições necessárias para a emergência da “intenção ruptura”³⁴ com o conservadorismo (PAULO NETTO, 2010), o que inegavelmente permitiu a crítica ao *ethos* tradicional da profissão.

O aumento do mercado de trabalho aos assistentes sociais e à necessidade da formação de um novo perfil profissional, que correspondesse às demandas da realidade engendrada pela autocracia burguesa, impulsionou a expansão e refuncionalização das agências formadoras, o que determinou a inserção do Serviço Social na universidade.

A universidade constituiu-se como um espaço de disputas, pois apesar de ser uma estratégia para a formação de quadros aptos a atender as demandas modernizantes do governo ditatorial, foi indiscutivelmente fundamental na construção do *ethos* de ruptura com o Serviço Social tradicional. O espaço universitário oferecia um ambiente menos inseguro para a construção do projeto de ruptura, além de propiciar a interação intelectual entre assistentes sociais e estudiosos de outras áreas, a investigação, a pesquisa e a extensão universitária, elementos que foram importantes para o questionamento do conservadorismo (PAULO NETTO, 2010).

Trata-se de um cenário que vai além das requisições da autocracia burguesa ao Serviço Social: nele não aparecem somente traços de funcionalidade e congruência com o regime autocrático burguês e suas demandas específicas, mas também núcleos e vetores que segregavam elementos de oposição e contestação. **O caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos surge aqui em toda a sua efetividade: ao funcionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições de formação dos quadros por elas responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento de sua legitimação.** Em poucas palavras, isso equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas as práticas e as concepções profissionais que ela demandava. (PAULO NETTO, 2010, p. 129, grifo nosso).

A emergência da perspectiva de intenção de ruptura é realizada entre 1972 e 1975, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A própria conjuntura política de Belo Horizonte foi germinadora da intenção de ruptura, pois

³⁴ Paulo Netto (2010) considera como intenção de ruptura a última perspectiva do processo de renovação do Serviço Social, as características dessa perspectiva serão analisadas no decorrer da análise sobre a construção de um novo *ethos* profissional (seção 2.2.2).

unia, no mesmo espaço, importantes movimentos populares, de classe e estudantil, vinculados aos ideais democráticos e revolucionários.

Foi formulado, nesse período, o método de Belo Horizonte (BH), que constitui no primeiro projeto da profissão que objetiva romper com o conservadorismo, já indicava os parâmetros para construção de um outro perfil profissional, que articulasse a competência teórica, política e interventiva. Essa experiência é efetivada por um grupo de jovens profissionais, que elabora uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo da profissão e propõe uma alternativa global, que tinha como intuito o rompimento com o Serviço Social tradicional, em todos os âmbitos: teórico-metodológico, concepção, intervenção e formação.

O método de BH expressa o posicionamento do Serviço Social em favor da classe trabalhadora³⁵, é abandonada a pretensa “neutralidade”, até então defendida no seio da profissão, realiza-se a crítica da proposta de desenvolvimento em curso, da fragmentação do real e da análise individualizada das expressões da questão social.

Os formuladores de Belo Horizonte expressam a base ideopolítica da sua projeção, rechaçando qualquer postura asséptica ou trasclassista, ao definirem seu objeto e objetivos. Em princípio calçando a definição do objeto na requisição de uma análise da sociedade brasileira, consideram que o objeto da atuação profissional é “a ação social da classe oprimida”. A ele sincronizam o objetivo-meta “a transformação da sociedade e do homem” – e os objetivos- meios- “a conscientização, a capacitação e a organização”. (PAULO NETTO, 2010, p. 279).

A interlocução do Serviço Social com a teoria marxista, nesse momento, realiza-se principalmente através da militância política, tal aproximação se efetiva com sérias deficiências, sobretudo por não recorrer às fontes originais do marxismo, o que era dificultado pela própria conjuntura do Estado ditatorial, que impedia o acesso a essa literatura e por não haver acúmulo desse debate do âmbito da profissão.

Em virtude desse quadro, a teoria marxista perde sua dimensão de totalidade, é tomada como instrumental para legitimar estratégias e táticas. A atuação profissional é confundida com a militância política, o que se expressa nos objetos profissionais, que colocam a transformação social como tarefa dos assistentes sociais. A ética profissional é totalmente subordinada à dimensão política e à ideológica.

³⁵ Apesar de significar grande avanço o abandono na “neutralidade” defendida pela categoria profissional, a compreensão de “classe oprimida” se rende ao simplismo teórico e o crítico-analítico, dificultando a capacidade de decifrar o real. No estudo de Paulo Netto (2010): “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, na seção 2.5.4.1, é possível aprofundar o conhecimento sobre os avanços e problemáticas do método BH.

Como analisado por Paulo Netto (2010, p. 268), a tradição marxista:

Quando se repõe no marco profissional, ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancelam as deformações próprias dessa instrumentalização. Neste momento, pois, não é de se estranhar que a perspectiva de intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em estrato do maoísmo e lhe dê uma instrumentalização teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista- donde a reiteração de discussões sobre “idealismo”, e “materialismo”, “ciência”, e “ideologia”, “teoria e prática”, “prática teórica”, etc.

Essa experiência foi interrompida em 1975, em razão de uma crise que levou à demissão de seus principais formuladores e das condições institucionais travadas, que impossibilitam a continuação por outros sujeitos, sua disseminação foi pouco visível na categoria profissional nesse período, o que se explica pela própria conjuntura política do país.

A tentativa de ruptura com o conservadorismo é retomado em finais da década de 1970, contudo pautado nas produções intelectuais. Segundo Paulo Netto (2010), registra-se o retorno dessa perspectiva, sobre bases estritamente acadêmicas. Gesta-se uma massa crítica ao tradicionalismo profissional, alimentada pela interlocução com as ciências sociais e novas disciplinas, pelo aumento e consolidação do mercado de trabalho, pela laicização e expansão das agências formadoras. Há também interlocução com a perspectiva modernizadora e em menor proporção com a reatualização do conservadorismo, o que polariza os debates no Serviço Social.

O marxismo foi tomado, nesse momento, por uma perspectiva acadêmica, correspondendo a exigências intelectuais mais rigorosas, contudo trazia ainda importantes traços que reduziam a teoria à epistemologia. Com o amadurecimento teórico alcançado e o quadro político de transição para democracia, recorre-se às fontes originais de Marx, realizando a interlocução entre a política e a história. O acúmulo realizado pelo Serviço Social com o processo de apropriação da teoria marxista propiciou aproximações importantes da análise de questões contemporâneas da profissão sob o olhar histórico e crítico.

Somente quando a crise da ditadura militar foi evidenciada, a vanguarda profissional que objetivava romper com o conservadorismo da profissão, ganha novo alento, suas ideias ganham força na categoria profissional, fazendo-se presente nas produções intelectuais, nos debates profissionais, na formação acadêmica e nas organizações representativas dos assistentes sociais, busca-se a vinculação à luta geral dos trabalhadores e pela conquista e aprofundamento da democracia.

Fruto desse processo histórico, são construídas as bases de outra moralidade profissional, como pontuado por Barroco (2006), apesar da ausência de sistematização ética (o que contribuiu para muitos equívocos), a vivência prática dos assistentes sociais, permitiu a criação de um novo *ethos* profissional que objetivava romper com valores que nortearam o Serviço Social tradicional.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em 1979, denominado “congresso da virada”, baliza o posicionamento ético-político do Serviço Social com os setores populares, com a defesa da democracia e ampliação dos direitos civis, sociais e políticos. A organização do congresso estabelecida pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) foi reorganizada por uma assembleia geral, que substituiu a comissão de honra do congresso composta por ministros de Estado pelos representantes: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho.

As organizações sindicais dos assistentes sociais foram de relevante importância para engendrar a virada crítica do CBAS, representadas pela direção política da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) organizaram os participantes que eram contrários à forma como o evento havia sido concebido. Utilizando-se de assembleias diárias, reformularam a programação pré-estabelecida do evento, mudando de forma drástica o seu caráter.

O Manifesto, elaborado pela assembleia geral, expressara a perspectiva combativa e crítica assumida por parte majoritárias dos assistentes sociais presentes no evento, ao cobrar o apoio da categoria profissional às greves, incentivando a inserção dos assistentes sociais nas lutas dos trabalhadores assim como pautando a necessidade de uma análise global sobre as políticas sociais.

A década de 1980 marcou o amadurecimento de conquistas efetuadas pela vertente de intenção de ruptura e a busca de superação de seus equívocos, possibilitando a materialidade dos objetivos éticos-políticos inscritos no projeto de ruptura. Nesse período, a organização política dos assistentes sociais alcançou maturidade que se expressou na organização sindical em âmbito nacional, na vinculação com lutas dos trabalhadores e inserção nas demais entidades que representam a profissão. A produção intelectual³⁶ marxista superou os equívocos das aproximações iniciais, houve um grande progresso de qualidade na

³⁶ O amadurecimento intelectual do Serviço Social que se objetivou pela superação do chamado marxismo vulgar, teve nas obras de Yamamoto (em especial a denominada: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*) sua expressão mais significativa.

consolidação acadêmico-profissional, que se expressava na atividade de pesquisa, na produção acadêmica e na prática profissional.

A formação profissional sofreu importantes mudanças, contando em 1982 com um novo currículo orientado para a formação crítica e comprometida com a classe trabalhadora, o código de ética também foi totalmente alterado em 1986, em busca de objetivar a moralidade transformada do Serviço Social. Tais mudanças³⁷ sinalizaram o compromisso ético-político com a classe trabalhadora e explicitaram a direção social da formação e da prática profissional, apesar de tais pressupostos não terem sido problematizados eticamente, são orientadores do *ethos* que representa a moralidade de ruptura (BARROCO, 2006).

O currículo do Serviço Social de 1982 explicitara a direção social assumida na formação e na prática profissional, buscou a superação do conservadorismo presente na formação profissional desde suas protoformas, tendo como objetivo, garantir uma formação profissional crítica que consolidasse o compromisso do Serviço Social com os trabalhadores.

Apesar de representar a ruptura com o tradicionalismo na formação profissional, o currículo de 1982 apresentou deficiências. O referido projeto de formação profissional não colocou a necessidade de revisão das disciplinas de filosofia e de ética, que poderiam fornecer subsídio para a reflexão ética de maneira sistemática.

Apesar de este ser o marco pautado na crítica aos referenciais e valores que tradicionalmente orientaram a prática profissional, indicando, de forma hegemônica, o marxismo como referencial a ser privilegiado, não se coloca em pauta a discussão sobre a ética marxista ou sobre o debate filosófico do marxismo. Isso é contraditório na medida em que tais disciplinas são historicamente, espaços privilegiados de fundamentação ética e de apreensão dos valores e princípios éticos da profissão. (BARROCO, 2006, p. 175).

O currículo também buscou superar a fragmentação no tripé caso, grupo e comunidade, para alcançar esse objetivo foram criadas as disciplinas metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. Essas alterações, entretanto, acarretaram uma nova dicotomia para a formação profissional, pois:

[...] a lógica curricular subjacente ao tripé teoria/método/história tendeu a reproduzir a mesma fragmentação até então existente na trajetória da profissão. Ou seja, substituímos um tripé (Caso/Grupo/Comunidade) por outro, cujos desdobramentos na formação das novas gerações de assistentes sociais se fizeram sentir, por exemplo, na permanência da máxima que “na prática a teoria é outra”, do ecletismo, no voluntarismo-traços tradicionais de

³⁷ Conforme pontuado por Barroco (2006) a apropriação de Gramsci nas produções dos anos 1980, colaborou com a reinterpretação das possibilidades de ruptura, influenciando as modificações ocorridas no currículo do Serviço Social em 1982 e do código de ética em 1986.

um perfil profissional que, nos anos 80, desejava-se romper. (ORTIZ, 2010, p. 191).

O código de ética de 1986 diferenciou-se totalmente dos códigos anteriores, assumiu posicionamento profissional comprometido com a luta dos trabalhadores e da exigência de uma nova ética que seja histórica, crítica e que reflita a vontade coletiva, expressa importante ruptura política com o tradicionalismo profissional. Esses elementos estavam dispostos logo em sua introdução:

[...] a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas gerais da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas nos espaços institucionais e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria às demais organizações da classe trabalhadora. (CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1986, p. 1).

O código de 1986 opôs-se ao neotomismo e ao positivismo, buscou superar a concepção universal abstrata referida aos conceitos de pessoa humana e bem comum, almeja-se uma prática que tenha como pressuposto o real, negando os pressupostos metafísicos e idealistas. Importante conquista trazida foi a afirmação de um perfil profissional competente teórica, técnica e politicamente, recusando o perfil subalterno limitado apenas a execução das políticas.

Entretanto, apesar dos importantes avanços trazidos, a ética foi tratada de maneira mecanicista, ao compreender que a moral deriva imediatamente da produção econômica e dos interesses de classe, o código não considerou em sua análise as mediações características e dinâmicas da ética (BRITES; SALES, 2003).

Iamamoto (2003) analisa que não há um compromisso com valores, mas sim com os interesses de determinada classe considerando-a naturalmente detentora de valores positivos, posicionamento que expressa uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação, as relações sociais são, dessa forma, tomadas como dualidades e não em suas contradições. O problema central não consiste no compromisso com uma classe, mas sim na forma com que esse posicionamento se realizou, abandonando as mediações necessárias face à ética profissional. “A prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não

ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos.” (BARROCO, 2006, p. 177).

Iamamoto (2003) compreende que o referido código de ética foi anacrônico, pois não incorporou as críticas realizadas pelo movimento de reconceituação e pelos avanços alcançados pelo Serviço Social no Brasil. Rende-se a armadilha de uma ética de esquerda, contudo uma epistemologia de direita, pois “[...] enquanto a órbita da interpretação teórica da sociedade era presidida por uma análise dualista, de corte positivista, na órbita do dever ser emergia uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com a ultrapassagem do ordenamento social instituído.” (IAMAMOTO, 2003, p. 102).

É fundamental salientar que a ética de uma profissão não se resume ao seu código de ética, a objetivação do compromisso com valores profissionais depende (entre outros elementos) do grau de consciência ético-política expresso pela categoria profissional. Nesse sentido, a ética profissional pode ser entendida como “[...] a reflexão crítica a respeito da dimensão ética de sua inserção na divisão social do trabalho, dos valores historicamente legitimados pelos profissionais, da direção política neles implícitos e das necessidades sócio-históricas, que demandam respostas profissionais.” (BARROCO, 2003a, p. 122).

Apesar da dificuldade de apreensão ética, as transformações éticos-morais não se fizeram ausentes, pelo contrário, a dinâmica da realidade propiciou o questionamento de valores, princípios éticos e da atuação profissional, o que propiciou, em 1993, a reformulação do código de ética profissional, com o objetivo de manter os avanços do código anterior e ultrapassar suas deficiências.

2.2.3 O amadurecimento ético-político da categoria profissional da década de 1990

O adentrar da década de 1990 foi determinado por uma conjuntura diferenciada na década anterior, o programa neoliberal foi adotado no Brasil, solidificando a subordinação do país aos interesses político-econômicos do capitalismo internacional. O neoliberalismo consiste em uma estratégia global de desenvolvimento econômico, com vistas a superar a crise capitalista iniciada na década de 1970, trouxe como prerrogativa a concepção de um Estado que realizasse intervenções parcas e focalizadas para as políticas sociais e demais demandas da classe trabalhadora e máxima para o capital, com redirecionamento do fundo público para responder a seus interesses.

As consequências do programa neoliberal são visíveis mundialmente na década de 1990, com impactos ainda mais significativos nos países de economia periférica. O Estado

buscou isentar-se das responsabilidades assumidas historicamente, investiu-se em privatizações dos serviços públicos e empresas estatais, as proteções sociais e ao trabalho foram (e são) atacadas aumentando em escala global o desemprego, o subemprego, o trabalho precarizado e a pauperização da classe que vive do trabalho. Como umas das consequências desse cenário, as organizações defensoras dos interesses dos trabalhadores e os movimentos sociais tiveram (e têm) seu potencial de luta enfraquecido.

Barroco (2006) pontua que, no Brasil, retomam-se velhas estratégias de equacionamento moral da questão social; são fomentadas propostas e programas governamentais calcados no discurso e apelos ético-morais que solicitam a sociedade civil o gerenciamento das expressões da questão social, em nome da “solidariedade” e da “responsabilidade social”. A sociedade civil passa ser compreendida enquanto um terceiro setor, cuja lógica seria fundada na “solidariedade”, o que influencia em sua desmobilização política.

eticamente considerando, tal cenário é revelador de um “esgarçamento” dos valores sociais, favorecido pela crescente corrupção e cinismo das elites governamentais; descontrói-se uma cultura da cidadania para construir uma cultura do medo, da insegurança, do descrédito na política, nas leis e na ética. A população, em suas expressões mais alienadas, apoia a repressão aos movimentos de oposição, pede a pena de morte. (BARROCO, 2006, p. 179).

O Serviço Social é diretamente influenciado por esse chão histórico, os assistentes sociais sofrem o rebatimento do modelo político-econômico neoliberal, enquanto cidadãos e trabalhadores e como profissionais que trabalham diretamente com a viabilização de direitos sociais. Apesar da conjuntura adversa a defesa de direitos e a consolidação de posicionamentos críticos, o Serviço Social demonstra sua maturidade profissional, ao lutar pela consolidação da perspectiva crítica, contudo sem se isentar de mudanças necessárias aos limites das conquistas profissionais engendrada pela perspectiva de intenção de ruptura.

Inserido nesse cenário que a dimensão ética do Serviço Social é problematizada pela categoria, culminando na compreensão da necessidade de reformulação do código de ética de 1986, com o objetivo de preservar seus ganhos e superar suas insuficiências teóricas, filosóficas e de operacionalização, o adensamento da discussão ética, no seio da profissão, foi influenciado pela efervescência dos questionamentos éticos na sociedade, em face do processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas fundamentalmente refletia as inquietudes dessa categoria frente à realidade do cotidiano profissional e às possibilidades concretas de objetivações éticas.

A necessidade de revisão do código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma pragmática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo além do conjunto CFESS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de todo o país assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos/as profissionais brasileiros/as. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 21).

Como pode ser observada a reformulação do código de ética foi precedida por importantes debates e reflexões, que evidenciaram a necessidade de mudanças do código de ética então vigente. Foi entendido que era necessário estabelecer uma codificação da ética que desse materialidade ao compromisso profissional de forma que esclarecesse a dimensão ética da prática, afirmando seus valores e princípios e que possibilitasse que esses fossem operacionalizados objetivamente em termos de direitos e deveres éticos (BARROCO, 2006, p. 200).

A base de fundamentação do código de ética de 1993 é buscada na ontologia social marxista, dessa forma os valores são compreendidos enquanto:

Determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 22).

A própria concepção de valor, explicita a projeção de sociedade pela qual a categoria profissional assume seu compromisso, entendida como “[...] aquela que propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração opressão e alienação.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 217). O novo código de ética buscou estabelecer mediações estratégicas que possam contemplar ações em direção ao projeto profissional e societário almejado, oferecendo respostas objetivas ao exercício profissional que apontam a relação entre valores fundamentais e suas formas de materialização nos espaços de trabalho, sem perder de vista a articulação entre emancipação social e política com projeto de emancipação humana.

O compromisso, antes limitado à classe trabalhadora, é fundamentado de maneira abrangente articulado ao compromisso com os usuários, com a liberdade, com a democracia, com a cidadania, com a justiça, com a igualdade social e com os direitos humanos, ou seja, o

compromisso com valores ético-políticos emancipadores. Segundo Barroco (2003a, p.121), essa mudança fazia-se necessária, visto que:

Num código de Ética, o compromisso deve ser com valores e não com classes, grupos e indivíduos, isto é, não cabe num código de ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores. Neste sentido, creio que o código de ética deveria se posicionar, ética e politicamente, elegendo os valores que estão presentes no movimento progressistas da sociedade [...]. A eleição desses valores como positivos já indica a contraposição a outros valores, como, por exemplo, autoritarismo, violência, desrespeito aos direitos sociais e políticos, entre outros. A garantia de que estes conceitos não sejam tratados de forma abstrata é estabelecida no conteúdo operacional do código, que deve objetivar os valores assumidos. Isto significa um esforço de normatizar formas de prestação de serviços que viabilizem os direitos dos usuários, sob a ótica de sua participação efetiva nas decisões institucionais, isto é, da realização objetiva da cidadania e da democratização da sociedade.

Importante avanço é a introdução do pluralismo, o que expressa o reconhecimento do direito dos profissionais de opção, em consonância com o princípio democrático defendido, contudo a defesa do pluralismo não significa o apoio a todas as perspectivas ético-políticas. “Nesse sentido, o pluralismo tem um campo definido: todas as forças sociais que apoiam a liberdade e a democracia, o que descarta o compromisso com o autoritarismo, o fascismo, o conservadorismo, enfim, com as propostas negadoras da liberdade.” (BARROCO, 2006, p. 206).

Foi reafirmado enquanto valores fundantes à liberdade e à justiça social articuladas a partir das exigências democráticas: “[...] a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 21). A democracia é compreendida enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, ou seja, sua concretização ultrapassa os limites da democracia política tolerada pela ordem burguesa, por contrariar seu núcleo essencial, constituído pela acumulação de capital através da exploração dos trabalhadores.

O código de ética também coloca como um de seus princípios fundamentais a ampliação e a consolidação da cidadania, com o objetivo de garantir os direitos civis, políticos e sociais. A plena realização da cidadania almejada pela categoria vincula-se ao projeto societário ao qual está comprometida, supera a orientação civil e política imposta pelo pensamento liberal.

A liberdade é reconhecida como valor ético central, assim como as demandas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. É importante

salientar que a concepção de liberdade posta pela profissão diferencia-se da liberdade individualista, abstrata e formal. A liberdade defendida pela categoria profissional se constitui como uma construção coletiva e vincula-se ao ideal da igualdade, apenas é possível de ser realizada sob condições reais, ou seja, diante da possibilidade de escolha consciente entre alternativas.

Pela primeira vez no código de ética do Serviço Social, é trazida a discussão do preconceito³⁸, expressa em dois dos princípios fundamentais, enquanto: “VI- O empenho na eliminação de toda a forma de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”; e o “XI- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 23-24).

Anteriormente, o debate sobre o preconceito era invisível na categoria, a introdução dessa discussão é fruto da compreensão das diversas dimensões que compõe o ser social, como: étnica, gênero, racial, orientação sexual, de origem e etc.. Tal ampliação conceitual e política tem influência das discussões realizadas no interior das Ciências Sociais que se debruçavam sobre o estudo da heterogeneidade interclasse, em relação aos aspectos de diferença de raça, origem, etnia e gênero e pelo adensamento da luta desses segmentos na sociedade, que exigem o reconhecimento de seus direitos.

Essa nova inflexão sociopolítica e antropofilosófica assinalada pelo código amplia o campo de preocupações e de proposições interventivas para o Serviço Social, oportunizando a contemplação da perspectiva da totalidade. O reconhecimento do amálgama de contribuições que singularizam o sujeito na práxis societária complexifica e oportuniza o melhor deciframento da realidade, permitindo que se capte as distintas formas de conflitualidade, demandas, interesses, dentre outros, que integram o esforço e a manifestação da sociabilidade dos indivíduos. (PAIVA; SALES, 2003, p. 200).

Pode se dizer que, a partir desse momento, não cabe uma atuação profissional preconceituosa, pois a negativa dessa atitude, expressa além de uma direção do *ethos* profissional, um aspecto normativo da profissão.

Terra (2012) salienta que esses princípios expressam que o profissional deve afastar, recusar e denunciar procedimentos e atitudes que sejam preconceituosas ou/e discriminatórias,

³⁸ Como o objetivo deste estudo é defender que o preconceito é antagônico à própria direção ético-político do projeto profissional, nesse momento apenas apontaremos uma breve introdução sobre essa temática, expressa pela primeira vez no código de ética de 1993, essa opção tem como intuito não limitar o debate sobre o preconceito à dimensão normativa.

evidenciados em qualquer dimensão profissional. Não deve ter juízo preconcebido, na forma de preconceito diante de pessoas, lugares, tradições, cultura e orientação sexual. “O respeito à diversidade e ao incentivo das diferenças, em um sentido amplo, diz respeito àquela que é diferente do padrão dominante na sua forma de pensar, de se manifestar, de agir, de se expressar sua individualidade.” (TERRA, 2012, p. 128).

O Código de Ética de 1993 representa o *ethos* profissional vigente na profissão, assim como expressa a projeção ideal, referente ao perfil ético almejado pela categoria:

Espera-se que o assistente social seja competente, que exerça uma postura democrática; portanto, que não seja autoritário, preconceituoso e discriminatório, que se capacite continuamente, que seja respeitoso com seus colegas e com a população atendida, que seja responsável pela viabilização de direitos, por articulações políticas, no âmbito institucional e com as entidades profissionais e os movimentos sociais, entre outros. Em resumo: *exige-se um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas.* (BARROCO, 2010, p. 76, grifo do autor).

Para corresponder às demandas do novo *ethos* profissional e às mudanças societárias, era do mesmo modo necessária a elaboração de uma nova proposta de formação profissional. Correspondendo a essa necessidade, a assembleia geral das entidades de ensino no ano de 1993, deliberou a revisão do currículo mínimo vigente desde 1982. Esse processo foi concretizado por meio de amplos debates realizados em 67 unidades acadêmicas filiadas a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) além de 25 oficinas regionais e duas nacionais, culminado em 1996 no novo currículo mínimo do Serviço Social. A reformulação efetivada procurou (assim como no código de ética de 1993) conservar os avanços do currículo anterior e suplantando suas lacunas (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

A Revisão pautou-se no imperativo de aprofundar a direção social estratégica da profissão por meio da inclusão da teoria social crítica enquanto matriz formativa reafirmando, também, a centralidade da categoria trabalho. A profissão passa a ser compreendida no novo currículo como produto das condições sócio-históricas engendradas na sociedade, desvinculando-se da concepção que abrange o movimento histórico do Serviço Social como evolução da caridade ou da racionalização da assistência (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Em relação à superação dos equívocos do currículo anterior, buscou-se ultrapassar a relação sem mediações que se estabeleceu entre militância política e atuação profissional, assim como a função dos instrumentos operativos, que eram tidos como algo secundário na

formação profissional “A técnica, nem sempre tratada formalmente nos currículos, era confundida com modelo de intervenção a ser aplicado pragmaticamente a situações ou demandas apresentadas institucionalmente.” (ORTIZ, 2010 p.201).

Segundo Ortiz (2010), as diretrizes curriculares de 1996 traziam como objetivo romper com a perspectiva curricular formalista que restringe o conhecimento a matérias e a disciplinas, buscando uma maneira de garantia da formação profissional que, além de calcada em um conjunto de conteúdos, deveria essencialmente pautar-se pela perspectiva de totalidade.

A Lei de regulamentação da profissão n° 8.662 de 7 de junho de 1993 já vinha fazendo parte do debate da categoria desde a década de 1980 tendo, sua consolidação da década seguinte. Essa lei traz uma nova imagem profissional reconhecendo que o assistente social ainda que inserido e submetido ao mercado de trabalho capitalista, deve agir de forma coerente com seus princípios éticos políticos, tendo elucidado sua função enquanto trabalhador inserido na divisão sócio técnica do trabalho.

A Lei, como instrumento, pode articular princípios ético-políticos, e procedimentos técnico-operacionais. O Texto legal expressa, pois, um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais, embora saibamos que a predifinição das atribuições das atribuições privativas e competências, como uma exigência jurídica/legal, não as garante na prática, posto estarem também condicionadas a lógica do mercado capitalista (CFESS apud ORTIZ, 2010, p. 197-198).

As mudanças engendradas no Serviço Social, inseridas no movimento histórico da sociedade, propiciaram a construção de um novo *ethos* profissional que assume seu posicionamento contrário à ordem vigente e a qualquer forma de dominação e exploração de um homem pelo outro. O rompimento com o conservadorismo torna-se politicamente hegemônico, porém não exclusivo, uma vez que “[...] uma profissão é um campo de lutas onde diferentes segmentos da categoria, expressando as diferenças existentes na sociedade, procuram elaborar uma *direção social estratégica* para a profissão.” (PAULO NETTO, 2010, p. 116, grifo do autor).

2.3 O projeto ético-político do Serviço Social e o preconceito

Defende-se nesse estudo que o preconceito para o Serviço Social não se limita ao aspecto normativo contido no código de ética (como discutido anteriormente), mas é antagônico à própria direção ético-político no projeto profissional. É importante, dessa maneira, compreender o que é o Projeto Ético-Político (PEP), quais seus elementos fundantes

e os motivos que levam o mesmo ser inegavelmente incompatível com qualquer forma de preconceito e discriminação.

Os projetos profissionais correspondem a uma projeção coletiva em torno de determinada valoração ética, constroem-se de forma dinâmica com o contexto econômico, político, social, cultural da sociedade em que estão inseridos. Conectam-se intimamente aos projetos societários, pois estão fincados na dinâmica do real, respondendo aos vários interesses sociais presentes na sociedade.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

O Projeto Ético Político do Serviço Social tem sua gênese no final da década de 1970, quando a perspectiva de intenção de ruptura passa a ter condições de expandir-se na categoria profissional. Na década seguinte, o PEP avança significativamente, o que se materializa no código de ética de 1986, nas diretrizes curriculares de 1982, na tônica dada pelas entidades representativas da categoria profissional e na produção teórica. A profissão incontestavelmente baliza a ruptura com o projeto conservador.

A década de 1990 marca a consolidação do PEP, a categoria profissional busca superar os equívocos do período anterior, contudo mantendo a direção social alcançada. Os centros de formação de graduação e pós-graduação ampliam-se, assim como a produção teórica e a pesquisa que passa a ser reconhecida pelas agências de fomento. Há nesse momento significativo amadurecimento na interlocução com a teoria marxista, influenciando a análise ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social.

Os elementos constitutivos do projeto profissional do Serviço Social se expressam pela crítica à ordem social capitalista, por seus princípios e valores éticos, por sua matriz teórica metodológica e por suas lutas e posicionamentos políticos que foram acumulados durante sua história, em união com os setores progressistas da sociedade.

A sua materialização realiza-se por um conjunto de elementos, sendo eles: o conhecimento produzido pela profissão, que tenha como base a afinidade com as tendências teórico-críticas; pelas instâncias políticas e organizativas e entidades representativas do Serviço Social; e por sua dimensão jurídica-política representada por um conjunto de leis, de

resoluções, e de documentos políticos no qual se destaca o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

O núcleo do projeto ético-político do Serviço Social tem a liberdade como valor central, assume o compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos. Ao posicionar-se na defesa de tais princípios, já se evidencia o projeto societário com o qual a profissão conecta-se: aquele que é contrário à opressão e exploração de classe, etnia e gênero.

A emancipação humana coloca-se enquanto um horizonte ético para o Serviço Social é a possibilidade do ser humano ser em sua integralidade e nessa compreensão está abertamente relacionada à autonomia (FREITAS, 2015). Os aspectos etimológicos da palavra emancipação trazem uma reflexão interessante sobre seu sentido:

Na antiguidade romana, um senhor podia *emancipare* (libertar) um escravo. A palavra era composta pelo prefixo *ex* (indicando a ideia de "saída" ou de "retirada"), pelo substantivo *manus* ("mão", simbolizando poder) e pelo verbo *capere* ("agarrar", "pegar"). **Emancipar** é "retirar a mão que agarra", é abrir mão do poder sobre alguém. E **emancipar-se** será, portanto, dizer a quem nos oprime: "tire a sua mão de cima de mim!" (PERISSE apud FREITAS, 2015, p. 116).

Pela origem da palavra podemos compreender sua relação umbilical com a liberdade, pois se considera um sujeito emancipado aquele que é “[...] livre das mãos que o predem, que o oprimem.” (PERISSE apud FREITAS, 2015, p. 116). Se atualmente, as mãos que detêm a emancipação dos sujeitos (em sua maioria) não são realizadas diretamente pela escravidão, como as que marcaram a origem da palavra, ainda se fazem presentes pela relação de exploração/opressão da sociedade capitalista.

A emancipação humana é a radicalidade da liberdade, processo compreendido como a libertação da humanidade de toda forma de exploração e opressão, na análise marxista não é concebida através da perspectiva individual, pois é apenas possível no contexto das relações sociais, sendo uma construção coletiva e plural. Para Tonet a emancipação humana é a liberdade integral e ilimitada:

Integral porque não é apenas parte dos homens que é livre nem a totalidade dos homens que é livre apenas em parte, mas todos os homens estão situados no interior do patamar humano mais livre possível. Ilimitada porque faz parte de uma forma de sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável; porque não traz em si, por natureza, como a liberdade da comunidade política, obstáculos insuperáveis. Deste modo por “liberdade plena” não entendemos,

de modo algum, liberdade absoluta, perfeita, definitivamente acabada, o que seria contraditório com a própria definição do ser social como um processo interminável de autoconstrução; muito menos a liberdade irrestrita do indivíduo visto como eixo da sociedade (TONET, 2013, p. 106-107).

Compartilhando do pensamento de Freitas (2015), entendemos que a retirada das mãos que cerceiam a liberdade/emancipação dos sujeitos apenas é possível integralmente no compromisso e no entendimento de outra ordem social, que supere radicalmente as bases de exploração e das relações que mantêm as “mãos que agarram”. “Não existe enquanto a realidade for sair do controle de um senhor e submeter-se às ordens de um patrão. Não existe enquanto para sobreviver o humano precise submeter-se a mãos que o agarram.” (FREITAS, 2015, p. 116).

Tal análise contudo, não tem por base um posicionamento de inércia frente ao real, pois são sobre essas condições que os sujeitos sociais lutam, constroem caminhos almejando livrar-se das amarras que os predem, se isso ainda não é possível de forma completa, se a mão não se abre totalmente no agora, os dedos que se soltam são significativos nessa construção. A liberdade, nessa perspectiva, coloca o homem enquanto sujeito à liberdade, o que significa que ela não está presa em um plano inacessível e ideal, mas se concretiza na oportunidade dos homens realizarem escolhas que são determinadas historicamente.

Heller (1985) compreende que valor é tudo que contribua para o enriquecimento dos componentes essenciais humanos e desvalor o que corrobore para inversão ou rebaixamento de um determinado componente essencial. Os componentes da essência humana na concepção marxista são: a objetivação pelo trabalho, a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.

Para filósofa o preconceito é sempre moralmente negativo, constitui-se em um desvalor dos componentes da essência humana, pois “[...] todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativas do indivíduo.” (HELLER, 1985, p. 59).

Ela salienta que a maioria dos preconceitos são produtos da classe dominante que, através desse mecanismo, busca manter a coesão que lhe beneficia, mobilizando em seu favor interesses antagônicos. O preconceito dessa forma cria barreiras para a organização dos trabalhadores e para a construção de outra sociabilidade, pois mesmo sendo membros de uma mesma classe distanciam-se em razão de seus preconceitos de raça, de etnia, de gênero, de origem geográfica entre outros, mobilizando-se contra interesses de sua própria integração e da prática orientada no sentido do humano genérico.

O preconceito é essencialmente antagônico à emancipação humana, pois não permite a liberdade e a autonomia dos sujeitos, colabora para a manutenção das estruturas de exploração e opressão da sociedade, fundamenta atitudes de violência e negação dos direitos humanos.

Considerando tais elementos compreendemos que é incompatível o preconceito com a direção social do projeto ético político do Serviço Social. Afirma-se assim, que não há espaço e nem diálogo possível na categoria profissional para a defesa de qualquer forma de preconceito. O posicionamento preconceituoso e discriminatório por parte dos assistentes sociais não pode ser compreendido enquanto uma dimensão do pluralismo, pois:

De forma explícita, o código de ética indica uma concepção de pluralismo que limita a tolerância ao campo do democrático, negando as práticas, ideias e manifestações que produzem o racismo, a xenofobia, o nacionalismo agressivo, o fascismo, o preconceito, a discriminação por motivos diversos, enfim que negam os valores que dão suporte a ética profissional. (BARROCO, 2014, p. 480).

No universo teórico-político do Serviço Social consideramos ser hegemônica a compreensão do antagonismo do preconceito e de atitudes discriminatórias no âmbito profissional, posicionamento que se evidencia pelas ações e posicionamentos das entidades representativas da profissão e pelas produções teóricas.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) têm realizado campanhas nacionais com o objetivo de defender o projeto ético-político. A partir de 2005, após o encontro nacional do conjunto, foi deliberada a continuidade das campanhas, priorizando o combate à discriminação, ao preconceito e à defesa dos direitos humanos. Destaca-se também a articulação com movimentos sociais, a elaboração de pareceres jurídicos que questionam leis discriminatórias e a busca de proporcionar a reflexão ética³⁹ entre os assistentes sociais.

Apesar dessas ações representarem esforços da categoria profissional com o objetivo de combater o preconceito e incentivar a reflexão crítica entre os assistentes sociais, estes trazem consigo uma formação anterior a profissional que é fundamentalmente influenciada por esta sociedade. Se essa sociedade é pautada nas mais diversas formas de preconceito, é

³⁹ Com o objetivo de proporcionar para a categoria profissional um debate reflexivo sobre a ética que ultrapasse a dimensão formal e legalista, compreendendo sua dimensão política e social, o conjunto CFESS/CRESS elaborou o projeto “ética em movimento”, que se concretiza através de cursos realizados de forma itinerante por todo o país. Entendemos que esse pode ser um espaço fundamental de reflexão sobre o preconceito, visto ser aberto para toda a categoria e atingir os profissionais de campo, que via de regra encontram dificuldade para capacitação continuada.

evidente que sua desconstrução não é uma tarefa fácil, porque se choca com concepções de mundo que marcam a trajetória de vida dos profissionais.

A reprodução do trabalho do assistente social realiza-se no cotidiano que tem em sua dinâmica as exigências do espontaneísmo, do pragmatismo, da heterogeneidade e da repetição acrítica de modos de vida e valores, tornando-se um terreno fértil para a incorporação da alienação e a reprodução de preconceitos.

Barroco (2012) salienta que as demandas típicas da burocracia institucional favorecem essa dinâmica, o que colabora para que a prática profissional possa negar os princípios éticos da profissão, mesmo que nem sempre de maneira consciente:

Um das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-político que contraditoriamente defende os valores do CE e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente. Entre outros fatores, trata-se de uma *repetição espontânea* de certos costumes e valores internalizados e consolidados por meio de sua formação moral, anterior à formação profissional. Comportamentos preconceituosos são exemplares nesse caso, sejam eles intencionais, por razões ideológicas, ou decorrentes de contradições posta pela alienação social, entre outras (BARROCO, 2012, p. 73, grifo do autor).

Esses apontamentos contribuem para entender a aderência e a reprodução do preconceito, mas não para justificá-lo, pois mesmo inseridos na dinâmica do cotidiano é possível ter uma atitude ética profissional consciente de sua interação com a sociedade e com a humanidade, que seja integrada com as exigências ético-políticas emancipatórias. Contamos, dessa forma, com um campo de possibilidades para ampliar e atingir diferentes condições de conexão com motivações, que possibilitem ultrapassar essa dinâmica (BARROCO, 2012).

Como pontuado por Heller (1985), a apropriação de preconceitos por mais difundidos e universais que sejam, representa a tomada do caminho mais fácil, do comodismo, fugindo dos questionamentos e conflitos morais. Dessa forma, entendemos que para o questionamento dos preconceitos é necessário escolher o caminho mais difícil, que proteste nossas “certezas”, que nos possibilite o questionamento moral e a ultrapassagem momentânea da dinâmica alienante do cotidiano, contudo essa atitude encontra dificuldade de realizar-se de forma solitária, sem conexão com condições concretas para a crítica do preconceito.

O indivíduo se socializa em uma sociedade que possui valores dominantes, no processo de socialização constitui seu senso ético-moral. Conforme as possibilidades dispostas em seu contexto e formação, pode contestar valores e normas hegemônicas, adotando outros referenciais.

São diversos os espaços e relações que possibilitam o questionamento das relações primárias, entendemos que a formação em Serviço Social pode ser um ambiente importante de questionamento e desvelamento da realidade para os assistentes sociais, entretanto é importante questionar se qualquer forma de educação pode propiciar esses elementos.

Adorno, em seu estudo denominado “Educação após Auschwitz”, realiza uma reflexão sobre o papel da educação para que os horrores de Auschwitz⁴⁰ não se repitam. Ele considera que os elementos que propiciaram o nazismo ainda permanecem presentes na sociedade. “É isto que apavora. Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz.” (ADORNO, 1995, p. 118).

Considerando como limitada as possibilidades de mudar os pressupostos objetivos que favorecem o retorno à barbárie, Adorno entende que é necessária uma inflexão ao sujeito, no sentido de despertar uma consciência geral dos mecanismos que geraram a aderência ao nazismo: “O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação”. (ADORNO, 1995, p. 124).

A educação é colocada pelo autor como espaço que pode propiciar a inflexão ao sujeito, contudo, não necessariamente conduz a esse objetivo; a experiência nazista demonstrou que a educação e a formação cultural também podem conduzir a barbárie:

Assim como o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, por encontrar-se vinculado a uma determinada formação social, também acontece com o desenvolvimento no plano educacional. Como pôde um país tão culto e educado como a Alemanha de Goethe desembocar na barbárie nazista de Hitler? Caminho tradicional para a autonomia, a formação cultural pode conduzir ao contrário da emancipação, à barbárie. O nazismo constituiria o exemplo acabado deste componente de dominação da educação, resultado necessário e não acidental do processo de desenvolvimento da sociedade em suas bases materiais. (MAAR, 1995, p. 12).

Adorno também faz apontamentos no texto “Educação para quê?”, sobre o papel da educação na sociedade, a concepção de educação defendida é aquela que produza uma consciência verdadeira e conduza as pessoas à emancipação. Contudo, são apontados os limites da educação almejada nessa sociabilidade, o primeiro refere-se à organização mundial e à ideologia dominante: “Ela exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, que supera

⁴⁰ Auschwitz é o nome dado a uma rede de campos de concentração localizados no sul da Polônia, é considerado o maior símbolo do Holocausto e dos crimes contra a humanidade, realizados pelo nazismo durante a segunda guerra mundial.

toda a educação. Seria efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente.” (ADORNO, 1995, p. 142). A segunda questão refere-se à demanda imposta à educação de orientação para adaptação dos sujeitos ao mundo, pois a educação restrita primordialmente a esse âmbito produz nada além de pessoas “bem ajustadas” a ordem social.

Considerando os limites apontados da educação no capitalismo, Adorno (1995) acredita que a educação deve ser voltada à consciência dos indivíduos, para a contradição e resistência. A educação nesse sentido deve romper com a simples apropriação instrumental técnico, voltada a um manual para a eficiência. O aprendizado para a autonomia, para a crítica, para a condução a emancipação deve ser aberto ao contato com o diferente, à elaboração da história e da experiência.

Compartilhando da análise de Adorno (1995) no sentido de que a educação possa colaborar para a construção de uma consciência autônoma, emancipada, que questione preconceitos assimilados, é evidente que não é qualquer formação profissional que corresponda a esses anseios. É preciso uma educação voltada à resistência da barbárie do capital, a crítica das relações de opressão e exploração posta nesta sociabilidade, que valorize a consciência e a autonomia dos sujeitos.

A categoria profissional do Serviço Social defende a educação pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses coletivos, que se pautem na integração entre ensino, pesquisa e extensão e que tenha assegurada a liberdade didática, científica e administrativa, a formação nesse sentido deve ser voltada à qualificação profissional crítica, para além das demandas do capital e do mercado (IAMAMOTO, 2015, p. 432).

Nas palavras de Iamamoto (2015, p. 432-433), a universidade que se defende e almeja é a que:

Cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinada classe ou fração de classe; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas. Enfim, uma universidade plural e democrática, que forme cidadãos participantes e conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais; mas zele por sua autoqualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados ao horizonte do amanhã.

A educação defendida pelo Serviço Social traz elementos fundamentais de uma educação que seja voltada para autonomia dos sujeitos, para contradição e resistência, visto que defende a razão crítica, os valores universais e uma formação comprometida com o coletivo, que ultrapasse demandas do mercado de trabalho.

A universidade brasileira⁴¹ tem sofrido, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a lógica mercantil⁴² e empresarial impressa à educação de Ensino Superior, o que é condizente com as orientações dos organismos multilaterais. A finalidade é “[...] deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o *setor de serviços definidos pelo mercado*, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desconfigurando-a e mutilando-a, ao tempo que comprime o espaço público e amplia o privado.” (IAMAMOTO, 2015, p. 438, grifo do autor).

Pereira (2012) aponta que nos anos neoliberais (nesse período analisam o governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva), houve significativo aumento das Instituições Ensino Superior (IES) não universitárias e privadas que, legalmente, não têm como exigência a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tal expansão realizou-se primordialmente com recursos públicos.

Em 1995, o setor privado ofertava 70,8% das vagas, passando em 2002, ao final do governo FHC, ofertava 83,3 % vagas do ensino superior brasileiro [...]. Em 2003 – primeiro ano do governo Lula, 86% das vagas ofertadas no ensino superior brasileiro eram do setor privado. Em 2009, penúltimo ano do governo Lula, as vagas do setor privado equivaliam a 90,2%. Já as matrículas, no mesmo ano somavam 5.954.021, sendo que 4.430.157 concentradas no setor privado (BRASIL, 2010). Ou seja, o setor privado projeta efetivo crescimento com espaço suficiente para abarcar matrículas, o que exige “incentivo do Estado – através de isenção e incentivo fiscais – e o crescimento da economia para seu fortalecimento. (PEREIRA, 2012, p. 33-34).

O processo de sucateamento também se expressou na diminuição de recursos públicos para as instituições públicas de Ensino Superior, pelo congelamento dos concursos e salários e pela inserção de interesses privados no interior das instituições públicas, através das fundações públicas de direito privado. A ampliação da precarização do trabalho docente igualmente é significativa, em instituições públicas e privadas, visto o estabelecimento

⁴¹A mercantilização do ensino mundialmente é um dos resultados das estratégias traçadas pelo capital para o enfrentamento da crise do padrão de acumulação no pós 1970, expressa a retração das intervenções dos Estados nacionais no que se refere aos direitos sociais (PEREIRA, 2012).

⁴²Apesar de analisarmos apenas a educação de nível superior, não se desconsidera a precarização que ocorre no ensino público fundamental e médio e seus rebatimentos na formação de nível universitário, contudo tal debate ultrapassa os objetivos desse estudo.

crecente de metas de produção e o aumento de número de alunos, sem respectivo aumento do quadro de docentes.

Uma das faces mais evidentes e precarizadas da mercantilização do Ensino Superior é a modalidade de ensino a distância (EAD), que nos cursos de Serviço Social assume proporção assustadora, os dados de 2011 apontavam que dos 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, 18 eram EAD, e ofertaram no referido ano 68.742 vagas, enquanto os 340 cursos presenciais ofertaram 39.900 vagas, as matrículas no referido ano eram de 80.650 em EAD e 72.019 presenciais (PEREIRA apud IAMAMOTO, 2014, p. 612).

A formação nesses moldes é extremamente problemática, considerando que a vivência acadêmica dos alunos é praticamente inexistente, em sua formação não é abarcada a dimensão da pesquisa e da extensão, a figura do professor é substituída por um “tutor”. A proximidade dos alunos de EAD com movimentos coletivos, em especial o estudantil é limitada, ou mesmo nula. Nesses moldes, a educação propiciada caminha no sentido contrário das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), contudo ao encontro da formação de profissionais/intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista (PEREIRA, 2009).

A formação a distância realiza-se quase de forma solitária, distante do convívio fecundo com o debate, com a construção coletiva do conhecimento, com a crítica da realidade, com a contradição e questionamento de valores e concepções de mundo. Considerando esses moldes, será possível uma educação voltada à resistência, à autonomia, ao questionamento do preconceito? Acreditamos que não.

A submissão da educação aos ditames do mercado afeta seriamente a qualidade do Ensino Superior, o tripé universitário (ensino/pesquisa/extensão) é desvalorizado, a universidade pública sofre com o desfinanciamento e com a precarização, a formação tende a ser reduzida ao “adestramento” e treinamento para o mercado. Iamamoto (2015, p. 441, grifo do autor) considera que o processo de mercantilização do ensino é uma das estratégias ideológicas do grande capital para contenção da questão social:

A pulverização e a massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas de mercado”, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na *questão social*.

Frente a essa conjuntura o Ensino Superior encontra grandes dificuldades para objetivar-se como um espaço verdadeiramente educativo, que se volte para uma educação

autônoma, crítica, que tenha capacidade colaborar para a formação de uma consciência que resista ao instituído, que questione preconceitos que negue a discriminação.

A categoria profissional⁴³ vem posicionando-se firmemente contra a mercantilização do ensino, contudo a lógica mercantil tem conseguido ganhar espaço e se estabelecer na educação brasileira. Acreditamos que essa realidade dificulta a atuação profissional em consonância com o projeto ético político, inclusive na questão referente à não discriminação e o combate ao preconceito.

2.4 Desvelando o cotidiano: aproximações acerca da principal referência teórica do debate sobre o preconceito no Serviço Social

Majoritariamente os estudos no Serviço Social⁴⁴ que se dedicam à temática do preconceito e se apropriam de alguma teoria para compreendê-lo, buscam analisá-lo a partir da esfera da cotidianidade⁴⁵. Mas, afinal o que seria o cotidiano? Qual sua relação com o preconceito?

O cotidiano segundo Agnes Heller⁴⁶ (1985) é um enquadramento fundamental da vida humana, independente da inserção na divisão social do trabalho, todos os sujeitos estão inseridos na dinâmica da cotidianidade e o seu amadurecimento em qualquer sociedade é determinado na habilidade de adquirir todas as capacidades necessárias para a vida cotidiana. É nesse espaço que se socializam, adquirem hábitos, conhecimentos, habilidades,

⁴³As entidades representativas da profissão (CRESS/CFESS/ABEPSS/ENESSO) posicionam-se veementemente contrárias ao ensino a distância e constroem a resistência a precarização do ensino através de: campanhas, articulação com outras categorias e movimentos sociais que compartilhem desse posicionamento, elaboração de pesquisas que analisam as deficiências dessa modalidade de formação e da fiscalização sobre as irregularidades presentes nesse espaço.

⁴⁴No capítulo seguinte, na seção (3.1), será exposto os dados do levantamento realizado das publicações das revistas: *Temporalis* e *Serviço Social & Sociedade*, onde buscou-se apreender como o debate do preconceito é realizado na categoria profissional. Foi possível analisar por meio da pesquisa, que os estudos que utilizaram de teorias para compreender o preconceito, majoritariamente partem sua análise da esfera do cotidiano, principalmente dos estudos de Agnes Heller. Durante o percurso da pesquisa encontramos três artigos que se dedicam à temática do preconceito no Serviço Social (além dos analisados das revistas), sendo eles: “Contribuição à crítica do preconceito no debate do Serviço Social”, autoria de: Maryluci Mesquisa, Samya Rodrigues Ramos e Silvana Mara Moraes Santos; “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”, autoria: Marilúcia Mesquita e Maurílio Matos e “Um obstáculo à efetivação dos direitos humanos: a questão do preconceito” autoria de Amanda Guazzelli. Todos iluminaram suas análises sobre o preconceito utilizando-se da compreensão sobre o cotidiano a partir dos estudos de Agnes Heller.

⁴⁵No capítulo seguinte, na seção - 3.1, será exposto os dados do levantamento realizado das publicações dos anos de 2004 a 2014 das revistas: *Temporalis* e *Serviço Social e Sociedade*, onde buscou-se apreender como o debate do preconceito é realizado na categoria profissional. Foi possível analisar por meio da pesquisa, que os estudos que utilizaram de teorias para compreender o preconceito, majoritariamente partem sua análise da esfera do cotidiano, principalmente dos estudos de Agnes Heller.

⁴⁶Agnes Heller ao elaborar a teoria do cotidiano era um dos principais membros da escola de Budapeste, fundada por George Luckács. Esta escola buscava retomar a teoria crítica partindo do próprio Marx, objetivando abandonar o marxismo oficial do regime soviético.

capacidades, valores e, em determinada medida, consciência e discernimento ético-moral, elementos que guiam seu comportamento social.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, significa nessa acepção, que os sujeitos colocam todas as suas capacidades em funcionamento em diversas direções, contudo não em toda a sua intensidade:

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. **O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade.** O homem da cotidianidade é atuante e fruído; ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-lo em toda a sua intensidade. (HELLER, 1985, p. 17-18, grifo nosso).

O preconceito é entendido por Heller (1985) como uma categoria do pensamento e do comportamento cotidiano⁴⁷, a partir dessa análise a autora busca avaliar os elementos⁴⁸ da cotidianidade fundamentais a sua produção e reprodução.

A ultrageneralização é considerada um traço típico do pensamento cotidiano e elemento significativo para a compreensão do preconceito. Por dois caminhos ela é apropriada pelos sujeitos: pela a aderência a estereótipos, analogias esquemas já elaborados e quando esses elementos são impingidos pelo ambiente de desenvolvimento (HELLER, 1985). Toda ultrageneralização é um juízo provisório: “[...] provisório porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo de prática.” (HELLER, 1985, p. 44).

Heller (1985) compreende que nem todos os juízos provisórios são preconceitos, os juízos provisórios que assim se constituem, possuem particularidades, para o entendimento da especificidade desse juízo provisório, é necessário analisar a propriedade pragmática da vida cotidiana.

⁴⁷ Heller (1985) considera que o preconceito também exerce papel relevante em esferas que encontram-se acima da cotidianidade, contudo não procedem essencialmente delas, nem aumentam sua eficácia, em sentido contrário colaboram para criarem obstáculos ao aproveitamento das oportunidades que elas comportam. “Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente.” (HELLER, 1985, p. 43).

⁴⁸ Heller (1985) em seu livro “O cotidiano e a história” aponta que o cotidiano tem como elementos estruturais a: espontaneidade, heterogeneidade, economicismo, probabilidade, ultrageneralização, juízo provisório, mimese, analogia, pragmatismo e o uso de precedentes (essa discussão é encontrada nas páginas 17 a 40). Em relação aos elementos da vida cotidiana que incidem primordialmente sobre o preconceito (análise trazida entre p. 43-63), destaca a ultrageneralização, os juízos provisório, unidade imediata entre pensamento e ação e identificação entre o correto e o verdadeiro. São sobre esses elementos que nos debruçaremos para a compreensão do preconceito.

Na dinâmica do cotidiano se estabelece uma unidade imediata entre pensamento e ação, dessa forma o pensamento cotidiano não ascende à teoria e nem à prática a práxis. Essa unidade imediata, expressa também a identificação entre o correto e o verdadeiro: “O que revela ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação no mundo, o que conduz ao êxito, é também verdadeiro.” (HELLER, 1985, p. 45). Nessa perspectiva, o que corresponde às necessidades dos homens em sua interação com a realidade, não é refletido e colocado em questão sua veracidade, assume-se imediatamente como uma verdade.

A estrutura pragmática do cotidiano no que se refere na relação estabelecida entre os sujeitos e a transformação da natureza não é problemática, pois responde aos objetivos esperados. Nesse sentido, Heller (1985) coloca que se generalizarmos incorretamente, a própria atividade nos corrigirá⁴⁹ e teremos que elaborar um novo juízo provisório, que seja útil a nossa orientação no meio-ambiente.

A estrutura pragmática da cotidianidade é problemática quando é responsável pela orientação das relações sociais, o que colabora para uma atitude de conformista. Majoritariamente nos norteamos na sociedade por meio de complexos sociais recebidos pelas normas e estereótipos, oriundos da integração primária, a apropriação desses elementos é entendida por Heller (1985) como a raiz do conformismo. Todos os sujeitos necessitam em determinada medida de conformidade, porém a conformidade pode torna-se conformismo quando o indivíduo “[...] não aproveita as possibilidades individuais de movimento, objetivamente presente na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações de conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas.” (HELLER, 1985, p. 46).

A possibilidade, ou mesmo a probabilidade, de comportamento conformístico emprestam à unidade do verdadeiro e do correto nas relações sociais um conteúdo bastante diverso daquele que apresenta na atividade do trabalho. O que, na vida cotidiana, desejamos da atividade laborativa é que ela nos facilite, com menor esforço possível, a participação na reprodução social; o “mínimo esforço”, nesse caso, identifica-se com as “necessidades normais” do indivíduo. **Essa mesma norma no “mínimo esforço”, que promove uma integração sem conflitos com o interesse de nossa integração social, pode “poupar” pensamento individual e decisão individual inclusive em campos nos quais essa individualidade é não apenas necessária, com o que se chega a apresentar como correto algo que de nenhum modo é verdadeiro: pode portando basear-se em um juízo provisório falso.** (HELLER, 1985, p. 46-45, grifo nosso).

⁴⁹ “Se generalizarmos incorretamente, a própria atividade nos corrigirá: o produto que fabricarmos será de má qualidade, ficaremos doentes por termos comido alguma coisa inadequada, etc.” (HELLER, 1985, p. 46).

O caráter pragmático da vida cotidiana, nesse sentido, colabora para a elaboração de juízos provisórios falsos, que se definem por ser “[...] um juízo provisório que poderíamos corrigir mediante a experiência, o pensamento, o conhecimento e a decisão moral individual, mas que não corrigimos porque isso perturbaria o êxito, a ‘correção’ evidente, ainda que não moral.” (HELLER, 1985, p. 47).

O preconceito constitui-se em um juízo provisório que, mesmo após ser refutada pela experiência, pela ciência e pela razão, mantém-se inabalado, é dessa forma um juízo provisório falso. Heller (1985) compreende que temos uma fixação afetiva nos preconceitos, o afeto do preconceito é a fé que tem por características satisfazer sempre a particularidade individual e resistir sem abalos à experiência e ao pensamento.

A fé possui como reserva emocional os sentimentos de amor e de ódio, dividindo a partir deles o preconceito em dois grupos: positivos e negativos. Os preconceitos positivos dizem respeito àqueles referentes a nós mesmos, a nossa comunidade, nossa cultura, a nossas ideias etc., enquanto que os negativos se referem depreciativamente a outras pessoas ou grupos.

Os preconceitos podem ser de caráter individual ou social, contudo a maior parte refere-se mediata ou imediatamente ao caráter social. “Procuramos pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações.” (HELLER, 1985, p. 49). A filósofa considera que os sistemas de preconceito são provocados pelas integrações sociais em que vivem os sujeitos e, dentro das integrações, especialmente pelas classes sociais. Nessa perspectiva, afirma:

Partimos do fato de que a vida cotidiana produz, em sua dimensão social, os preconceitos, bem como de que a base antropológica dessa produção é a particularidade individual, ao passo que o “tecido conjuntivo” emocional é a fé. Mas disso não decorre, nem fática nem logicamente, a existência do sistema de preconceitos sociais estereotipados. E ao contrário: a particularidade do homem está vinculada aos sistemas de preconceito pelo fato de, também na própria sociedade, predominarem - embora em outro plano e com variações - sistemas de preconceitos sociais estereotipados e estereótipos de comportamento carregados de preconceito. (HELLER, 1985, p. 50).

Os preconceitos servem para solidificar e conservar a estabilidade e a coesão da integração estabelecida, contudo apenas é imprescindível a coesão internamente ameaçada. Os preconceitos, em sua maioria, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essa classe busca manter uma imagem isenta de preconceitos, essa relação é determinada pela

necessidade de manter a coesão de uma estrutura social que lhe beneficia, mobilizando em seu favor classes e camadas antagônicas:

Com a ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que - em função de seu conservadorismo de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de seus interesses imediatos - é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a prática orientada no sentido do humano genérico. O camponês húngaro que se lançou com entusiasmos na primeira guerra mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados através de sistemas de preconceitos. Não é casual que fossem manipulados: seus interesses imediatos, sua particularidade individual, foram mobilizados contra seu ser humano genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas de serviço a uma “consciência de nós”. (HELLER, 1985, p. 54, grifo nosso).

Embora a classe burguesa tenha sido a primeira a combater o preconceito, ela também é aquela que, historicamente, mais o produz e reproduz. Isso não se deve apenas à sua maior capacidade técnica, mas também ao seu esforço no sentido de tornar sua ideologia hegemônica. Para Heller (1985), antes que a sociabilidade burguesa passasse a vigorar, o preconceito de grupos (nacionais, raciais, étnicos, entre outros) não existiam no plano histórico, assim como a mobilização de sociedades inteiras contra outras sociedades mediante um sistema de preconceitos não era um fenômeno típico (HELLER, 1985).

A filósofa considera que o sujeito predisposto ao preconceito rotula o que encontra diante de si, reduzindo todas as coisas a um conjunto de estereótipos de grupo. Ele nega, assim, as peculiaridades e singularidades de indivíduos, mesmo quando chega a constatá-las por meio da experiência, dessa forma o sujeito predisposto ao preconceito é incapaz de corrigir seu juízo provisório.

De acordo com o quadro teórico desenvolvido por Heller (1985), todo indivíduo possui preconceitos em certa medida e sob certos aspectos. A questão importante, porém, consiste na verificação do grau em que ele é motivado por seus preconceitos, da intensidade deles e do objeto ou objetos a que eles se referem. A partir disso, é que se pode avaliar o significado e as possíveis consequências de seus preconceitos. Um ponto importante colocado por Heller é o de que todo preconceito tem um conteúdo axiológico negativo, porque impede a autonomia humana, na medida em que diminui a liberdade.

Não podemos, portanto, dizer que o homem predisposto ao preconceito é imoral. Mas podemos afirmar que, sob todos os aspectos nos quais tem preconceitos, ocorre uma diminuição para o homem de suas possibilidades de uma escolha adequada e boa, historicamente positiva, e, com elas, a

possibilidade de uma explicitação da própria personalidade. (HELLER, 1985, p. 60).

Por mais difundido e universal que seja um preconceito, a aderência a ele depende de uma escolha relativamente livre, por essa concepção entende-se que os sujeitos são responsáveis por seus preconceitos. A apropriação dos preconceitos representa a escolha do caminho mais fácil, a fuga de conflitos morais e a busca por comodidade. A autora analisa que para libertarmos de preconceitos (em uma perspectiva individual/singular), seria necessária a escolha pelo difícil ao invés do fácil, abandonando nossas convicções e ideias na medida em que a experiência e o conhecimento mostrem sua invalidade.

Heller (1985) acredita que é possível que os preconceitos deixem de existir na sociabilidade, contudo apenas se eliminar: a particularidade que trabalha independente do humano-genérico, o afeto da fé, e as integrações sociais, grupos e comunidades que tenham sua coesão ameaçada.

Acreditamos que tal desaparecimento não é de modo algum utópico, pois revela-se como possibilidade a ideia de uma sociabilidade na qual cada homem possa chegar a ser indivíduo, possa configurar-se por si mesmo a condução da vida, e na qual a particularidade deixe de funcionar “independente” do humano genérico. Numa sociedade desse tipo, não seriam suprimidos os falsos juízos de provisórios, mas desapareceria sua cristalização em preconceitos. Também acreditamos possível uma sociedade – que já existiu, mais ou menos, plenamente na história – cuja coesão não exija imprescindivelmente a existência de preconceitos, antes de mais nada porque o conteúdo de que sua “consciência de nós” seria a própria humanidade, ou seja, a integração de base mais ampla, diante da qual seria pouco imaginável uma consciência de “alteridade”. (HELLER, 1985, p. 58, grifo nosso).

Na sociabilidade fundada sobre a base de um indefinido progresso da produção, na necessidade de coesão social, sempre haverá forças conservadoras e dinâmicas, o que segundo a filósofa Húngara, impossibilita que os preconceitos sejam totalmente eliminados. Sob esses aspectos acredita apenas ser possível acabar com a organização dos preconceitos em sistemas e sua rigidez, através de uma atitude que abandone o conformismo e o comodismo, que se eleve acima da dinâmica da cotidianidade.

CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO AO MIGRANTE

3.1 Análise das produções teóricas das revistas *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*

A busca por compreender como é realizada a abordagem teórica sobre o preconceito no Serviço Social emerge diante da dificuldade apresentada durante o percurso da pesquisa de encontrar produções que se dedicassem a essa temática, tão importante à profissão. Diante dessa realidade, alguns questionamentos surgiram: O preconceito ao migrante é abordado? É significativa a produção teórica sobre o preconceito no Serviço Social? Como é realizada essa abordagem? Quais teorias iluminam as discussões? Há uma interlocução com o Serviço Social?

Para aproximarmos das respostas buscadas ou ao menos provocar reflexões sobre as questões acima, decidiu-se por realizar essa análise a partir de duas das principais revistas da categoria profissional: *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*, abrangendo os anos de 2004 a 2014.

A revista *Serviço Social & Sociedade* foi criada em 1978, constituindo-se em importante espaço de reflexão e debate sobre a profissão no Brasil, sendo que é a revista que possui maior circulação entre os assistentes sociais, possui também qualificação de sua produção intelectual avaliada como A-1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), suas edições são trimestrais. A revista *Temporalis* foi criada em 2000, é a única revista editada pela ABEPSS, realiza publicações semestrais sobre temas atuais e proeminentes para o Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares, tem ampla relevância na difusão do conhecimento produzido na categoria, a qualificação de sua produção intelectual avaliada pela CAPES é como B-1.

Como metodologia, optou-se por selecionar os artigos que trouxessem no título, nas palavras-chave e/ou resumo, a palavra preconceito, discriminação ou termos similares que remetessem a essa problemática, como por exemplo: racismo, homofobia, machismo etc.. Posteriormente a essa etapa, foi realizada leitura e análise dos artigos escolhidos, buscando responder os questionamentos elencados.

Foram analisadas 43 revistas da *Serviço Social & Sociedade*⁵⁰, que correspondiam às publicações de 2004-2014, totalizando 342 artigos, dentre estes, apenas 5 foram selecionados para uma leitura pormenorizada, considerando-se para a seleção destes textos, os critérios pré-estabelecidos.

⁵⁰ A busca pelas edições referentes aos anos de 2004 a 2014, foi realizada na biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Franca. Duas edições não estavam disponíveis para pesquisa, sendo estas as revistas de número 85 e 96.

Os artigos selecionados da *Serviço Social & Sociedade* foram: *As abordagens étnico-raciais no Serviço Social*, autora: Matilde Ribeiro, ano de 2004; *A questão racial na assistência social: um debate emergente*, autora: Sarita Amaro, ano de 2005; *A questão étnico-racial no processo de formação do Serviço Social*, Autora: Roseli da Fonseca Rocha, ano de 2009; *O negro no Contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade*, Autora: Tereza Cristina Santos Martins, ano 2012; *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional*, autora: Márcia de Campos Eurico, ano 2013.

Em relação às publicações da revista *Temporalis*⁵¹ referentes aos anos de 2004 a 2014, foram analisadas 18 revistas, o que totalizou 188 artigos, deste, quatro foram selecionados. É importante considerar que todos os artigos selecionados são referentes a duas edições da revista do ano de 2014, que tiveram como assunto orientador, a seguinte temática: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.

Os artigos selecionados dessa revista foram: *Violência, Interseccionalidades e Seletividade Penal na Experiência de Travestis Presas*. Autor: Guilherme Gomes Ferreira, ano 2014; *Comportamento ético e crítica ao preconceito burguês*, Autor: Ranieri Carli, ano 2014; *Precarização do Trabalho Feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho*, Autora: Sara Diniz Nascimento, ano 2014; *Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na questão social brasileira*, autora: Tereza Cristina Santos Martins, ano 2014.

Apresentaremos na seção seguinte às análises sobre os artigos selecionados, no apêndice desse trabalho, traremos o resumo dos artigos selecionados, assim como os dados referentes ao levantamento das duas revistas, onde constam as edições pesquisadas, os artigos que constavam em cada edição com seu respectivo título, palavras-chave e autor.

3.1.1 Considerações acerca das publicações que abordam a temática do preconceito

Na pesquisa realizada nas revistas *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*, não foi encontrado pelos critérios estabelecidos, nenhum artigo que se dedicasse à temática do preconceito ao migrante, ou mesmo, que abordasse outros aspectos da realidade da vida deles.

⁵¹ A busca pelas edições referente aos anos de 2004 a 2014, foi realizada na biblioteca de duas universidades, sendo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Câmpus de Franca-SP), e a Pontifícia Universidade Católica-PUC (Câmpus Perdizes-SP). Também foi utilizado as edições disponíveis on-line no site da ABEPSS a partir de 2010. Todas as edições encontradas referentes aos anos selecionados foram analisadas. Contudo, acreditamos que faltam algumas edições, porém não conseguimos ter acesso a relação de todas as publicações referentes a esses anos, o que impossibilita expor quais estão faltando.

O que reforça nossa percepção inicial sobre escassez da temática nos estudos do Serviço Social

Buscamos também, através da pesquisa, nas referidas revistas, compreender como se realiza a apropriação do Serviço Social sobre o preconceito, buscando responder os questionamentos elencados na seção anterior. Dessa forma, iremos expor a seguir essas considerações, salientamos que, apesar de não se referir ao preconceito ao migrante, é significativa tal análise para entendermos como ocorre a apropriação teórica do Serviço Social sobre o preconceito.

Considerando os artigos selecionados da revista *Serviço Social & Sociedade*, pode-se analisar que o racismo é a única forma de preconceito/discriminação abordada pelas pesquisas, pois os cinco artigos selecionados debatem o racismo.

Os artigos de autoria de Ribeiro (2004), Rocha (2009) e Eurico (2013) trazem interlocução com a categoria profissional, abordando em sua análise, respectivamente: a produção acadêmica sobre a temática, a formação profissional e a percepção das assistentes sociais sobre o racismo institucional. O que demonstra que, dentro da produção dedicada à questão racial, é significativa a interlocução com o Serviço Social.

Mesmo que o racismo seja a única forma de preconceito abordada nas publicações analisadas na referida revista, as três pesquisadoras enfatizaram que ainda é frágil no Serviço Social a apropriação sobre a questão racial, problemática que perpassa a formação profissional, a produção teórica e o cotidiano do assistente social.

Dois artigos embasam sua análise na relação existente entre preconceito racial e questão social. Amaro (2005) analisa que as relações raciais no Brasil colaboram significativamente para o acesso desigual à riqueza socialmente produzida, o que é expresso, pelo fato da população negra ser a principal usuária da política de assistência social. Teresa Martins (2012) considera através de dados estatísticos, que os negros são mais atingidos pelas transformações operadas no mundo do trabalho expressas no desemprego, na informalidade e na precarização, o que demonstra que o racismo permeia as relações de trabalhistas no Brasil.

Com exceção do trabalho de Eurico (2013), todos os demais artigos não iluminam sua leitura sobre o racismo através de uma teoria, enfatizam suas pesquisas na exposição das características da discriminação racial no país, através de fatos históricos e dados estatísticos. Ou seja, de uma forma geral as discussões não se dedicam a pensar as causas e os mecanismos de funcionamento do preconceito racial.

A pesquisa de Eurico (2013, p. 294), ao lançar a discussão sobre o preconceito racial, utiliza-se de Agnes Heller, compreende que “[...] a discriminação racial materializa o preconceito racial que é a manifestação comportamental baseada no juízo de valor, socialmente construído e destituído de base objetiva”, enfatiza que é, na vida cotidiana, que as diferenças raciais assumem a forma de desigualdade racial. Otávio Ianni, também é utilizado para a compreensão do termo raça, esse termo é analisado através de sua presença social e histórica, negando seu sentido clássico, relativo às categorias biológicas.

Na revista *Temporalis*, quatro artigos foram selecionados. Os estudos selecionados nessa pesquisa foram publicados em duas edições que dedicaram sua temática central para discutir o Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades.

Considera-se importante a iniciativa da revista *Temporalis* de destinar duas de suas edições para a temática das relações de exploração/opressão que perpassam a sociedade, pois propiciou a abordagem de temas poucos discutidos nas produções teóricas do Serviço Social. Nas edições precedentes, não havíamos encontrado artigos que abordassem o preconceito.

Segundo nota editorial da revista essa temática atraiu um grande número de artigos⁵², o que inclusive motivou a elaboração de duas edições seguidas, com o mesmo eixo gerador das discussões. Na edição de número 27, foram publicados 04 artigos que abordaram “Gênero e Feminismo”, 02 sobre “Diversidade” e 01 sobre “Raça e Etnia”. Na edição seguinte, foram 05 que abordam “Gênero e Feminismo”, 02 sobre “Raça e Etnia”, 02 sobre “Geração” e 02 com ênfase na “Sexualidade”.

Apesar de selecionados apenas quatro artigos que abordaram a questão do preconceito, essa temática perpassou outros estudos das revistas, contudo foi trazida como discussão secundária, não se constituindo como objetivo das pesquisas. Dessa forma, focamos a escolha dos artigos, que respondessem aos critérios estabelecidos.

Os artigos da revista *Temporalis* tiveram uma abordagem mais ampla sobre o preconceito, pois enquanto na revista *Serviço Social & Sociedade* apenas foi abordado a discriminação racial, com a segunda revistas, podemos encontrar discussões sobre o preconceito racial, contra mulheres e travestis.

⁵² As edições da revista *Temporalis* de nº 27 e 28 foram organizadas em conjunto com o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade, que é vinculado a ABEPSS. Segundo informações da nota editorial, a submissão de artigos dessa temática foi a que mais mobilizou envios de trabalho, no período correspondente a gestão dos anos de 2013/2014. Após a eliminação imediata de artigos dissonantes do escopo da revista, 122 foram para avaliação por pares.

Todos os artigos da revista *Temporalis*, abordam a relação existente entre o preconceito e a manutenção da ordem capitalista. Os artigos em um âmbito geral, pontuam que o preconceito é conveniente para a manutenção da atual sociabilidade, visto que a ideologia capitalista o adota como mecanismo para justificar as desigualdades e dividir os indivíduos pertencentes a uma mesma classe.

A abordagem das relações desiguais no mercado de trabalho estão presentes nos artigos de Teresa Martins (2014) e de Nascimento (2014), que analisam o preconceito no acesso ao mercado de trabalho para mulheres e negros. Os artigos deixam em evidência que as desigualdades presentes na inserção sócio-ocupacional, são justificadas através do preconceito, entendido enquanto um mecanismo estratégico do capital para legitimar a desigualdade de classe, gênero, etnia, sexualidade.

Os artigos de Teresa Martins (2014), Nascimento (2014) e Ferreira (2014), trazem de forma latente em suas pesquisas, a compreensão sobre a dinâmica dialética das diferentes formas de preconceito e discriminação, pois compreende-se que as relações de opressão e exploração de raça/etnia, classe, sexualidade e gênero estão presentes e em movimento em uma mesma realidade, e não podem ser compreendidas separadamente.

Os quatro artigos não trazem interlocução direta com o Serviço Social, apenas o artigo de Carli (2014) ilumina sua análise sobre o preconceito através de teorias, buscando compreender sua estrutura e mecanismos de funcionamento. O autor utiliza-se do pensamento de Agnes Heller, Lefevre e Luckás, que igualmente irão se debruçar na compreensão da estrutura do cotidiano como basilar para a reprodução do preconceito.

Os artigos de ambas as revistas realizam uma abordagem do preconceito que busca evidenciar suas consequências negativas sobre os sujeitos e a sociedade, apontam que o preconceito majoritariamente colabora para a negação de direitos e para a manutenção das relações de exploração e opressão, posicionam-se de forma evidente contra as discriminações e opressões. Por esses elementos, podemos compreender que as análises demonstram uma perspectiva crítica que não naturaliza o preconceito; dessa maneira, as abordagens das produções teóricas do Serviço Social condizem com a direção social do projeto ético-político, que se coloca contrário às diversas formas de preconceito.

É importante analisar que o preconceito ainda é pouco pesquisado no Serviço Social, o que se evidencia pelo fato de entre 530 artigos analisados, apenas 9 abordaram essa questão. Acreditamos que é fundamental para a categoria profissional a apropriação sobre o preconceito, para que se possa ter uma compreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações e que se consiga pensar caminhos para o enfrentamento do preconceito.

Como salientado, o preconceito ao migrante não é uma discussão abordada nos artigos, evidenciando que a apropriação dessa temática pelo Serviço Social é inexpressiva, visto que nas duas principais revistas que se dedicam a publicações de pesquisas da categoria profissional não é trazida essa discussão.

Como podemos intervir sobre o real sem conhecê-lo? Como o assistente social poderá contribuir com a eliminação do preconceito ao migrante, se não conhece essa problemática? Acreditamos que é necessário que os estudos se aproximem dessa realidade, que busquem compreender as relações de opressão que se imprimem na sociedade, onde o preconceito ao migrante é umas de suas expressões.

3.2 O Serviço Social e o preconceito ao migrante

A pesquisa de campo buscou compreender qual a percepção e prática profissional do assistente social no que se refere ao preconceito ao migrante, buscamos assim analisar se as sujeitas de pesquisa reproduzem o preconceito ao migrante, se compreendem o preconceito sofrido por esses sujeitos e se utilizam de seus espaços ocupacionais para colaborar com a problematização e enfrentamento ao preconceito ao migrante e também a outros segmentos.

Outro elemento trabalhado na pesquisa de campo refere-se à formação profissional, questionamos as sujeitas da pesquisa se o preconceito em suas diversas formas de manifestação foi abordado em sua graduação em Serviço Social. Esse questionamento foi realizado por consideramos, que o espaço de formação profissional tem papel significativo para que os assistentes sociais consigam se apropriar de forma crítica do debate sobre o preconceito.

As profissionais trouxeram em suas falas elementos importantes para analisar as condições de vida da população migrante e da dinâmica do fluxo migratório nos municípios, apesar de não ter sido nosso objetivo na pesquisa de campo compreender em profundidade esses elementos, acreditamos que a percepção das assistentes sociais sobre essa realidade colaborou para entender o migrante em sua totalidade, dessa maneira iremos iniciar nossa análise das entrevistas, evidenciando quem é esse sujeito, quais os motivos que o levaram a migrar e qual sua condição de classe que, como discutido no primeiro capítulo, é fundamental para entendermos que não somente a condição de migrante determina o preconceito.

Foram entrevistadas sete assistentes sociais na pesquisa⁵³. Em Serrana-SP, foram quatro profissionais, três trabalhavam na política de assistência social e uma na política de saúde. Em Guariba-SP, foram entrevistadas três profissionais, duas trabalham na política de assistência social e uma na política de saúde.

Todos os nomes foram substituídos por fictícios, para preservar o sigilo da pesquisa. As assistentes sociais entrevistadas foram: Helena, formada há cinco anos; Iolanda formada há 24 anos; Lívia formada há 11 anos; Joana, formada há 5 anos; Luana formada há 35 anos; Judite formada há 06 anos e Pâmela formada há 07 anos. Todas se formaram no ensino presencial em faculdades privadas.

A escolha como sujeitos de pesquisas de assistentes sociais, que trabalham na política de assistência e na de saúde, é motivada por esses espaços trazerem um contato próximo com a população migrante. Na pesquisa realizada no ano de 2013 (OLIVEIRA, M. M., 2013), foi possível constatar que o migrante no município de Guariba-SP era o principal usuário da política de assistência social, por Serrana-SP ser um município que, do mesmo modo, recebe grande fluxo de migrantes, pode-se deduzir que também teriam participação significativa na política de assistência do município, hipótese essa que foi afirmada pela pesquisa de campo.

Em relação à política de saúde, a pesquisa realizada por Micaela Oliveira (2013), apontou que apesar de não ser o motivo principal da migração, o acesso à saúde constitui-se como um fator que também colabora com a vinda dos migrantes para região, principalmente quando já há um membro da família que reside no município e outro que se encontra adoecido no lugar de origem.

3.2.1 O migrante do município de Guariba-SP e Serrana-SP

Nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais, foi possível aprofundar o conhecimento sobre a realidade da população migrante do universo dessa pesquisa, nos aspectos referentes ao acesso a moradia, ao trabalho, à política de assistência social e aos motivos que impulsionam a migração para a região.

No município de Guariba-SP, foi apontado pelas profissionais, que a origem dos migrantes é principalmente o estado do Maranhão, apesar de também ser presente migrantes

⁵³ Não será especificado, os espaços de trabalho das profissionais (por exemplos: CRAS, Ambulatório de saúde, UBS etc), essa medida se deve pelo fato dos dois municípios possuírem poucos equipamentos da política de assistência social e de saúde e também poucos assistentes sociais lotados nesses espaços. Dessa forma se especificarmos o lugar de trabalho das profissionais, elas poderão ser identificadas, o que inflige as normas da ética na pesquisa e do compromisso firmado com as profissionais através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nas falas onde as sujeitas citam seus espaços de trabalho suprimimos essa informação.

do estado da Bahia, do Piauí e de Minas Gerais. Em Serrana-SP, a principal origem geográfica, segundo a percepção das assistentes sociais, é a região norte de Minas Gerais, sobretudo os municípios de Montalvânia e Januária.

A população de Guariba é uma população migrante, com características grande de migrantes, nós recebemos migrantes de todas as partes do país, mas a maioria tem vindo do Maranhão. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Aqui tem bastante que vem do Maranhão, mas tem de Minas e da Bahia também. (Judite, assistente social, município de Guariba).

Norte de Minas Gerais principalmente, mas tem também o pessoal do Sul da Bahia, são lugares que é muito comum na origem dos migrantes, Montalvânia, Cocos da Bahia, Januária, Petrolina, Monte Santo... (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Principalmente Montalvânia e de cidades do norte de Minas, na divisa com a Bahia. (Joana, assistente social, município de Serrana).

A causa fundamental que motiva as migrações, conforme a percepção das profissionais, é a busca por trabalho. O acesso à política de saúde configura-se como outro fator que também colabora para a migração, contudo, em um plano secundário, pois segundo informações das assistentes sociais, as migrações por busca de tratamentos de saúde ocorrem, primordialmente, quando já há um membro da família residindo no município.

Às vezes chega pessoa aqui e fala “cheguei essa semana, vim em busca de trabalho”, falam também da assistência médica, Serrana é perto de Ribeirão Preto que é um polo de saúde por conta do Hospital das Clínicas (HC). (Iolanda, assistente social, Município de Serrana).

Ah, a precarização na região deles, não tem acesso a nada, não há onde trabalhar, é subsistência pura, eles trabalham na roça no quintal da casa, então tem as galinhas, as vacas, ali mesmo na própria casa. Não tem como dar oportunidade para os filhos, então acabam vindo para cá. A saúde é muito precária, teve gente que vem pro HC pra fazer um tratamento e continua aqui, não voltam mais. Então acho, que isso acaba trazendo, não tem trabalho, não tem saúde, não tem educação, ai eles vêm. E Serrana acaba sendo uma cidade acolhedora, por que é pequena, mas está a 17 quilômetros de Ribeirão, então, eles acabam tendo um pouco das características de interior mesmo aqui com Ribeirão perto, com acesso a outros serviços que aqui não tem. (Helena, assistente social, município de Serrana).

O principal motivo é a questão do trabalho, mas nós temos observado que muitos migrantes tem vindo para tratamento de saúde. Às vezes, a pessoa mora aqui e traz o familiar que teve algum problema de saúde, não tem recurso no seu estado, ai eles trazem para fazer tratamento aqui no município, na maioria das vezes já vem acamado com estágio grave de doenças. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Continua sendo o trabalho, mas também em busca de melhoria de saúde, quando eles tem algum problema de saúde lá, por exemplo, se tem alguém aqui já, traz o parente ou ele mesmo acaba vindo, por saber que aqui tem mais recursos. (Judite, assistente social, município de Guariba).

Consideramos importante compreender quais os determinantes históricos e sociais que fazem que essas regiões impulsionem a migração, dessa forma analisaremos a realidade do norte de Minas Gerais e do Estado do Maranhão, pois conforme exposto na pesquisa de campo, são os principais espaços de origem da população migrante, dos municípios de Serrana-SP e Guariba-SP.

O Estado de Minas Gerais apresenta doze mesorregiões, sendo uma delas o Norte de Minas, que apresenta a maior área comparada às demais (128.602 KM²), é formada por sete microrregiões (Montes Claros, Bocaiúva, Grão Mogol, Januária, Janaúba e Pirapora) e oitenta e nove municípios. A região norte de Minas é considerada um território de transição, pois pertence geograficamente à região sudeste, contudo faz parte do semiárido brasileiro. Em razão de suas particularidades físicas e socioeconômicas, que se assemelham às características da região do sertão nordestino, é conhecida como “Sertão das Gerais”.

Na década de 1970, o processo de modernização conservadora do campo brasileiro irá mudar profundamente a configuração dessa região⁵⁴. Em 1996, foi criada a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), responsável estadual pela política de concessão para o capital privado, das terras e das águas, para a implementação da monocultura do eucalipto e de Pinus. O Estado⁵⁵, financia e apoia diretamente a expansão capitalista no norte de Minas, através da isenção fiscal, pela “doação” de terras públicas e pela legitimação da grilagem de terras realizada pelas empresas nacionais e internacionais.

De 1983 a 1990 foram oficialmente liberadas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF para desmate e carvoejamento no norte de Minas aproximadamente 300 mil ha. As áreas, consideradas terras públicas, foram cedidas pelo Estado para empresas que implementaram a monocultura, denominadas de reflorestadoras. (BRITO, 2012).

⁵⁴ Maria Silva (1999) em seu livro “Errantes do fim do Século” analisa a expropriação do campesinato do Vale do Jequitinhonha, região também localizada no Estado de Minas Gerais. Esse processo traz grandes similaridades com a expulsão do homem do campo ocorrida na região vizinha, ou seja, o Norte de Minas Gerais. Maria Silva (1999) aponta que a expropriação do campesinato é resultado dos planos de modernização edificados pelos governos militares, que culminaram na tomada de terras e destruição significativa do campesinato da região estudada. A autora salienta que esse processo não ocorreu em sua maioria através da violência aberta, mas através da violência escondida e legal, “da violência monopolizada pelo estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região.” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 23).

⁵⁵ A intervenção também foi realizada através de órgão como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Companhia para Desenvolvimento do Rio São Francisco (CODEVASF).

As matas nativas também passaram a ser intensamente exploradas em razão da produção de carvão e lenha, para responder a demanda do parque siderúrgico. O conjunto de mudanças efetuadas na forma de produção, trouxeram significativos impactos ambientais, como resultado, houve desmatamento da mata nativa, erosão do solo, diminuição da diversidade do cerrado e contaminação das águas e alimentos (PAULA, 2003).

As transformações do e no grande sertão das gerais ensejaram o aproveitamento sem limites das terras de beira rio e das águas de beira sertão. Uma inversão da lógica da natureza para a lógica do capital [...]. Em menos de três décadas a área principal do cerrado foi absolutamente transformada com a implantação das grandes empresas agroindustriais de capital nacional e estrangeiro. (PAULA, 2003, p. 83).

Ao contrário do discurso modernizador, que difundia que o norte de Minas era um vazio econômico e populacional, esse espaço era ocupado desde o século XVII por comunidades tradicionais, que utilizavam as terras consideradas devolutas de forma coletiva, principalmente as terras das chapadas. Os agricultores praticavam nesse espaço o extrativismo de frutos, ervas e sementes para a alimentação familiar, uso medicinal e produção de óleo e sabão, as chapadas também eram empregadas para a solta do gado (BRITO, 2006).

A apropriação privada das chapadas pelas empresas e a destruição da vegetação nativa ocasionaram a expulsão das comunidades tradicionais que, em busca de garantir sua sobrevivência, migraram para as cidades próximas, contudo essa mão de obra foi pouco absorvida pelo mercado de trabalho local, constituindo-se como parte do exército industrial de reserva dessas cidades, ou inserindo-se em relações trabalhistas informais e precarizadas:

Os empreendimentos incentivados não apresentavam capacidade de absorção de toda a mão de obra que se deslocava em direção às cidades – relação de modernização do campo/desocupação de mão de obra. Segundo Pereira (2007), enquanto a ocupação nos estabelecimentos foi reduzida em mais de 170 mil postos de trabalho entre os anos de 1960 e 1980, os projetos incentivados pela SUDENE, tanto industriais quanto agropecuários, geraram 41.172 empregos entre os anos de 1959 e 1992. Como resultado desta oferta excedente de força de trabalho aparece, em escala crescente, o trabalhador informal, diarista. (SANTOS; SILVA, 2011, p. 19).

A modernização conservadora implementada agravou as desigualdades sociais da região, a intervenção do Estado apenas beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária instalada aumentou a concentração de terras, a opressão e exploração dos trabalhadores rurais, assim como acarretou a inviabilização de sistemas tradicionais de produção agrícola e a expulsão do homem do campo. Frente à

dificuldade de inserção no mercado de trabalho local e a dificuldade de reprodução da vida na área rural, a migração interestadual dos mineiros da região norte torna-se uma estratégia de sobrevivência.

O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase nove meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços-tempos, definida pela presença e pela ausência. [...] Na realidade, o processo de expropriação produziu e continua produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para sobreviver (SILVA, M. A. M., 1999, p. 58).

Pesquisas analisam questões similares às presentes na região do norte de Minas Gerais, que determinam a migração de trabalhadores do Estado do Maranhão para os canaviais paulistas. Dois fatores são colocados como determinantes para a dinâmica desse fluxo migratório: o processo de expropriação do campesinato do estado do Maranhão e as transformações ocorridas no Complexo Agroindustrial Canavieiro (SILVA, M. A. M., 2011; ALVES, 2007; CARNEIRO; SOUSA; MARINHO 2007).

O campesinato desse espaço formou-se, no final do século XIX, posteriormente a libertação dos escravos, quando comunidades de libertos juntaram-se aos quilombos, a utilização do babaçu de forma coletiva inicia-se nesse período. A economia extrativista do babaçu, constitui-se historicamente como importante para os camponeses da região, pois possibilitou (e possibilita), o complemento da agricultura de subsistência:

Do coco, extraem a amêndoa vendida para fins industriais – para a defumação da borracha e combustível- e também utilizada para a produção de azeite para a alimentação; da casca, fazem o carvão empregado no preparo dos alimentos; da flora da palmeira, fabrica, cestos, chapéus, vassouras, cobre a casa, construída de adobe (argila). [...] A lógica de reprodução deste campesinato se baseou na complementariedade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, segundo uma divisão sexual do trabalho bem definida. A coleta é desenvolvida pelas mulheres e a agricultura pelos homens. A atividade de coleta ocorre no período oposto ao da agricultura, de tal modo que quando os alimentos da família se escasseiam, as atividades das mulheres garantem a reprodução, pois além do azeite para o próprio consumo, as amêndoas são vendida para diversos fins industriais (SILVA, M. A. M., 2011, p. 164).

Em meados da década de 1970, o estado do Maranhão também começou a sofrer os impactos da modernização da agricultura implementada pelo estado ditatorial. Com incentivo governamental, empresas nacionais e internacionais apossaram-se de imensos hectares de

terras, aumentando ainda mais sua concentração. A agricultura de alimentos perde espaço para a produção da soja e da pecuária, destinadas à exportação.

Como resultado desse processo, as terras do campesinato começaram a ser cercadas e as florestas de babaçu destruídas, “[...] data deste período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou a ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são escravizados.” (SILVA, M. A. M., 2011, p. 163). Frente a essa realidade, o Estado do Maranhão passou a partir da década de 1980, apresentar saldo negativo entre o número de emigrados e imigrantes, sendo que em entre as décadas de 1990 a 2000, teve um déficit de 300 mil pessoas, constituindo-se como um dos principais estados da região nordeste que produz migrantes (CARNEIROS; SOUSA; MARINHO, 2007).

A expropriação dos camponeses de suas terras mantém-se latente no estado do Maranhão, conforme informações do estudo realizado por Maria Silva (2011), nas cidades de Timbiras e Códó, somente no ano de 2004, cem famílias foram expulsas violentamente de suas terras. Os pesquisadores Carneiro, Souza e Marinho (2007) puderam presenciar durante a pesquisa de campo a expulsão de dezenas de famílias dos povoados Chapada do Soco e Faz Favor, localizadas na fazenda Serra Azul. As famílias viviam há mais de 20 anos no local, sendo que as terras já haviam sido contempladas com melhorias do Programa de Combate à Pobreza Rural:

Além das irregularidades relacionadas ao desrespeito do direito desses camponeses, que faziam mais de 20 anos que viviam nessas terras, descobriu-se que esse processo de venda da Fazenda Serra Azul ocultava outro tipo de desvio, pois os povoados citados foram recentemente contemplados com benfeitorias (sistema de eletrificação, poço artesiano) do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), programa executado pelo governo federal com recursos oriundos do Banco Mundial. Ou seja, o proprietário das terras articulou, por meio de associações dos trabalhadores desses povoados, a demanda à benfeitorias, que, a despeito de integrarem uma política pública de combate à pobreza, acabaram por funcionar como infra-estrutura privada, valorizando a propriedade em processo de negociação. (CARNEIRO; SOUZA; MARINHO, 2007, p. 226).

Maria Silva (2007) considera que a presença massiva de migrantes maranhenses na região de Ribeirão Preto inicia-se no final década de 1990, até então esses estados tinham pouca participação no fluxo migratório destinado à região. Como colocado no início da problematização sobre os fatores determinantes para imigração de maranhenses para região de

Ribeirão Preto, as mudanças ocorridas no Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI)⁵⁶ também constituem-se como elemento importante que desvela essa realidade e explica o motivo do aumento do fluxo migratório de trabalhadores do estado do Maranhão principalmente a partir da década de 1990.

Segundo Alves (2007), a demanda por trabalhadores dos estados do Maranhão e do Piauí, decorre pelo fato do aumento de produtividade no corte de cana. Na década de 1980, a média de cana cortada por trabalhador era de 6 toneladas, atualmente a média é de 12 toneladas de cana cortada diariamente, se o trabalhador não atinge esse patamar, não passa do período de experiência e não é contratado na próxima safra.

Como analisado no primeiro capítulo, os trabalhadores migrantes desses estados são predominantemente jovens, do sexo masculino e familiarizados com o trabalho rural, características avaliadas pelos usineiros como importantes para que se consiga atingir as taxas de produção. Além desses elementos, os usineiros consideram que esses trabalhadores serão mais passivos à extrema exploração nos canaviais, pois em suas regiões de origem a oferta de trabalho é escassa e quando empregados também são inseridos em relações de trabalhos de extrema exploração e opressão; seus familiares precisam da renda oriunda de seu trabalho nos canaviais paulistas para sobreviverem e, muitas vezes, o salário auferido é necessário para manter a agricultura de subsistência que possuem na região de origem (elementos analisados a seção 1.2.2) .

Por causa dessas condições a que esses trabalhadores estão submetidos, por serem migrantes de regiões distantes e por serem resultado de um processo de expulsão em suas regiões de origem, não lhe é esperada qualquer manifestação de desacordo diante das exigências requeridas no processo de trabalho: em termos de produtividade e esforço físico e em termos de remuneração. Isso porque a remuneração obtida pela venda da força de trabalho nas regiões de origem é de aproximadamente 1/3 do valores da diária no corte da cana. É por causa desse conjunto de pressões que os migrantes maranhenses e piauienses são considerados trabalhadores tranquilos, que não criam confusão, de trato fácil, que aprendem rápido o exercício do trabalho, são bons pagadores, etc. Essas características atribuídas aos maranhenses e piauienses não são inatas, são encontradas em qualquer outro grupo de trabalhadores migrantes que chegam às regiões canavieiras expulsos de regiões onde se pratica pequena agricultura familiar de subsistência. (ALVES, 2007, p. 46).

⁵⁶ Alves (2006) compreende que o aumento exorbitante da exigência de produtividade no corte de cana, deve-se aos seguintes fatores: redução do número de trabalhadores empregados no corte e plantio da cana, fruto da mecanização; enfraquecimento do poder dos sindicatos; aumento do desemprego de forma geral; expansão da fronteira agrícola para regiões do cerrado atingindo o sul do Piauí e a região pré-amazônica Maranhense; implementação do período de experiência, onde os que não atingem os níveis de produtividade são demitidos antes dos três meses de contrato e seleção mais rigorosa pelo departamento de recursos humanos, que preferem trabalhadores jovens, homens e de regiões distantes do estado de São Paulo.

Rosa Luxemburgo (1985) na sua obra “Acumulação do capital: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo”, analisa que a ampliação do capital necessita inegavelmente da exploração da força de trabalho proveniente de regiões menos desenvolvidas, pontua que, quando é necessário ao capital, o aumento da massa operária esse o faz através da destruição dos antigos sistemas de produção, obrigando um grande contingente de pessoas a emigrar.

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital -, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. (LUXEMBURGO, 1985, p. 250-251).

Podemos analisar pela realidade dos processos migratórios da região do norte de Minas Gerais e do Estado do Maranhão em direção aos canaviais paulistas, os elementos apreendidos por Luxemburgo (1985), pois a acumulação de capital efetivada pela agroindústria canavieira realiza-se fundamentalmente com a força de trabalho de camponeses expropriados de suas terras.

Foi perguntado às assistentes sociais, questões referentes às condições de vida e inserção no mercado de trabalho dos migrantes nos municípios estudados. Em relação à inserção no mercado de trabalho, segundo as profissionais, há diminuição do emprego dos migrantes no corte de cana e crescimento em outras atividades como na construção civil e no setor de serviços. Em Guariba-SP, segundo a percepção da assistente social Lívia e Pâmela outras culturas também estão sendo um locus de trabalho, apenas Pâmela considera que a cultura canavieira é a que mais emprega atualmente.

O trabalho hoje está diversificado para os migrantes, eles vinham para cana de açúcar né, mas hoje já abriu outros caminhos, porque tem a laranja, tem a safra da cebola, da goiaba, do amendoim, então assim, termina uma eles começam outra. (Lívia, assistente social, município de Guariba).

Aqui na nossa região é mais cana de açúcar mesmo, tem também o amendoim e a cebola, mas é pouco. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Aqui eu não vejo o maior fluxo de ruralista, eu vejo o maior fluxo de pessoas introduzidas no comércio, na usina também, mas não apenas como ruralista, mas como tratorista, motorista. Tem também servente de pedreiro, então tem várias profissões, não só mais o corte de cana. (Joana, assistente social, município de Serrana).

Acredito que hoje emprega-se bastante na construção civil, pelo que dá para perceber é na construção civil, tem a prestação de serviços, por conta dos shopping. Muitas mulheres vem trabalhar como domésticas ou diaristas. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Com a mecanização da cana, eles foram para os setores de serviços, novo shopping, que é um shopping grande que tem aqui perto, há construção civil emprega bastante os migrantes e o trabalho doméstico. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Conforme informações dispostas no capítulo 1, na seção 1.2.2, atualmente na região de Ribeirão Preto 98% da colheita da cana é feita com máquinas agrícolas, sendo que em 2007 a mecanização atingia apenas 52,3% conforme dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA). Silvio Palviqueres, presidente do sindicato dos Empregados rurais de Ribeirão Preto, relata que 80% a 90% dos trabalhadores rurais perderem seus empregos na agroindústria canavieira, segundo sua análise essa população passou a buscar inserção nos postos de trabalho da construção civil (CASTRO, 2016).

Os dados sobre a mecanização no corte de cana e a percepção do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais condiz com a realidade apontada pelas profissionais, ou seja, presentemente os migrantes da região estudada perderem significativamente os postos de trabalho no corte e buscam inserção em outras atividades.

As assistentes sociais Iolanda e Luana, ambas profissionais do município de Serrana-SP, apontam características das moradias dos migrantes que predominaram em meados década de 1980 e de 1990. Relatam que eram muito precárias, com 15 a 20 trabalhadores morando em dois cômodos, em lugares insalubres. É apontado na fala de Luana, que os responsáveis pela turma, eram quem organizava os locais de moradia dos migrantes, localizadas principalmente no Bairro denominado a “Vila”.

Eu tive experiência como assistente social da usina, e quando tinha que fazer alguma visita, assim quando eles ficavam doentes ou que desse algum problema de ordem social, na minha época, esses dormitórios ficavam mais concentrados aqui na Vila. Nesse bairro havia uma concentração muito grande de bares, de prostíbulos, de dormitórios que moravam várias pessoas. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Cada turma tinha o que eles chamava de feitor, que é o que toma conta da turma, então eles já viam com essa proposta de um alugar para eles morarem. Eles moravam em 15 ou 20 pessoas em lugar de dois cômodos, em dormitório muito insalubre, eu cheguei a visitar, a vigilância sanitária na época tinha que intervir. Era um ou outro que alugava em outro lugar, mas a maior parte ficava concentrada na Vila, um bairro que na época era considerado periférico. (Luana, assistente social, município de Serrana).

Em relação às moradias atualmente, as assistentes sociais relataram que os migrantes moram nas áreas periféricas dos municípios, os cortiços no município de Serrana-SP, segundo a percepção das profissionais, são poucos presentes, apesar das moradias ainda serem precárias, principalmente por terem número excessivo de moradores em casas pequenas e/ou por ter o espaço do quintal em comum. Em Guariba-SP, foi apontado pelas profissionais que ainda é predominante a moradia em cortiços.

Eles procuram mais as partes periféricas do município, se instalam em cortiços. Tudo tem salubridade e são fiscalizados pelo município. (Lívia, assistente social, município de Guariba).

Normalmente eles ficam em cortiços, em situações precárias, porque são aqueles dois cômodos apertados, de telhas Eternit, aqueles pisos de concreto, então geralmente na maioria das vezes em condições precárias mesmo. Eles ficam na onde dá. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Bem precárias as condições de moradia, se não tem ninguém aqui, acaba morando em cortiços, se já tem alguém aqui, vão morar junto com outra família até conseguir outra coisa e ir para outra casa. (Judite, assistente social, município de Guariba).

A maioria são casas, mais ainda existe isso de quem mora em cortiços, mas tem outros migrantes que não. Acho que vai mais da formação familiar do que da própria migração. (Joana, assistente social, município de Serrana).

Eu vejo que continua assim uma característica não de cortiço, mas de construções desorganizadas. Essas construções que falo, é tipo assim, de repente você entra tem um portãozinho, ai você entra e se depara com 10 casas super pequenininhas, no mesmo terreno. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Não é cortiço, mas são aqueles que a gente chama de aglomerados subnormais, ou é invasão, aqui eu tenho três bairros que foram invadidos no final de 2012, a maioria é migrante. Não tem muitos cortiços não, o que tem de repente, é uma casa de três quartos e você encontra três famílias diferentes, cada uma morando em um quarto, compartilham do mesmo banheiro, mesma sala, isso tem bastante. As famílias conviventes, ou às vezes um que veio e conseguiu comprar um terreno, daí, um ano veio a irmã e fez um cômodo um banheiro, tem também. Cortiços eu acho que tem dois só, já teve muitos. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Podemos analisar pelas falas das profissionais que as condições de moradia dos migrantes sofreram algumas melhorias principalmente no município de Serrana-SP, onde os chamados cortiços são poucos presentes. Em Guariba-SP, essa forma de moradia ainda predomina entre a população migrante, majoritariamente as profissionais salientam que são precárias.

Apesar das mudanças positivas ocorridas em Serrana-SP, o migrante em vista dos preços altos de aluguel, do baixo salário auferido e, mesmo para conseguir guardar dinheiro, para enviar a seus familiares, necessita residir em casas que se compartilha alguns espaços e/ou em um número excessivo de moradores. A ocupação de terrenos, como o ocorrido em Serrana-SP, demonstra-se como uma estratégia dessa população para garantir acesso à moradia e por consequência melhores condições de vida.

Helena, assistente social do município de Serrana-SP, pontua que os donos dos imóveis aproveitam-se da necessidade emergencial de moradia dos migrantes e de sua impossibilidade de ter um fiador para cobrarem preços ainda mais altos de aluguel, o que colabora para a residirem em casas mais precárias:

A gente tem casas que as pessoas alugam aqui, que eu te falei que o aluguel aqui é caro, eu já fui visitar família que morava em um bar, sem janela, com criança, que o dono alugou em um valor absurdo, aproveitam da condição do migrante, oferecem qualquer coisa por um valor alto, porque sabem que a pessoa não tem um fiador. (Helena, assistente social, município de Serrana).

As assistentes sociais, entrevistadas dos dois municípios que trabalham na política de assistência social⁵⁷, afirmam que o migrante é o principal usuário dessa política, majoritariamente dos programas de transferência de renda e demandas emergenciais. As profissionais analisam que os salários auferidos não são suficientes para garantir condições mínimas de sobrevivência.

Os elementos analisados na pesquisa de campo comprovam que majoritariamente o migrante dessa região é pertencente à classe trabalhadora. Como analisado no capítulo I, o preconceito ao migrante se estabelece em uma relação dialética com o preconceito de classe, é importante considerar dessa forma que a discriminação sofrida pelo migrante dos municípios de Guariba-SP e Serrana-SP é também por sua condição de classe.

⁵⁷ Na pesquisa realizada por Sant'Ana (2012) em seis regiões administrativas de governo do estado de São Paulo (Franca, São Joaquim da Barra, Barretos, Ribeirão Preto e São Carlos), pode ser analisado que o principal usuário da política de assistência social é o trabalhador rural assalariado. Não iremos afirmar que os migrantes do universo de nossa pesquisa são majoritariamente trabalhadores rurais, pois não nos debruçamos profundamente sobre essa realidade e segundo a percepção das assistentes sociais em vista da mecanização do corte da cana há significativa diminuição da ocupação dos migrantes enquanto trabalhadores rurais. Contudo, consideramos importante salientar que mesmo quando empregados no corte da cana os trabalhadores migrantes (e residentes) não conseguiam através do trabalho garantir a sua reprodução e de sua família, necessitando recorrer a política de assistência social.

3.2.2 *Desafios frente ao projeto ético-político do Serviço Social: a percepção do assistente social sobre o migrante*

Com a exceção de duas profissionais, todas as demais sujeitas dessa pesquisa compreendem que o preconceito ao migrante não é presente nos municípios estudados, uma das profissionais é contraditória em sua fala, pois afirma que não há preconceito, contudo em seguida diz que o preconceito existe, porém não é “forte”. Majoritariamente as profissionais analisam que o preconceito ao migrante já fez parte da realidade dos municípios no período da chegada dos primeiros fluxos de migrantes internos, entretanto acreditam que presentemente não há discriminação à essa população:

Teve uma época que foi assim, a saúde não pode negar né, então muitas vezes as pessoas mesmo reclamavam: “Nós somos daqui e nós estamos perdendo lugar na nossa cidade paras os Piauí, por esse povo que vem lá do norte”, eu ouvi falar essa fala. (Luana, assistente social, município de Serrana).

Hoje eu não vejo não, mas eu acho que lá atrás havia, havia sim. Hoje é tranquilo, mas acho que lá atrás existia preconceito [...]. Eu vejo que não há segregação não, até que quando tinha os forrós na década de 80, era uma coisa mais para os migrantes, os nativos não frequentavam, mas hoje tem duas festas aqui famosas, que é a Fies e o rodeio, são festas que tem um apelo popular, e é uma festa que vai os migrantes e a população daqui, todo mundo frequenta as festas. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Infelizmente não sei dizer, mas vamos pensar no preconceito, eu nunca ouvi falar mal de um migrante. [...] Nunca ouvi relato que eles sofrem preconceito, “Ah eu não sou bem acolhido”, é pelo contrário, é como se a cidade fosse deles. [...] Serrana é uma cidade pequena, então para quem vem de fora, consegue identificar muito bem essa imigração e pra quem está aqui já está acostumado com isso, então isso já faz parte, está intrínseco. (Joana, assistente social, município de Serrana).

Não, eu acredito que não. O atendimento na saúde, na educação, na assistência, acredito que seja igual para todos. Independente se a família chegou de outro estado, são tratados todos iguais. Pelo tempo que estou aqui, acredito que não, vejo Guariba como uma cidade bem solidária, que acolhe bem todo mundo que procura ajuda, não tem diferenças nos atendimentos, é uma cidade bem acolhedora. (Judite, assistente social, município de Guariba).

Eu acho assim, que eles se adaptaram a gente e a gente se adaptou a eles. Por que Guariba não é de hoje, que é uma cidade que recebe migrantes, tem muitas histórias de migrantes na nossa cidade, então, a maioria da nossa população é migrante, é um lugar de fácil adaptação. O pessoal não tem essa questão do preconceito. Existe, mas não é nada muito forte não. É tudo adaptado. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Iolanda relata que no início das migrações a diferença racial entre a população local e a migrante era marcante, visto que os migrantes eram majoritariamente negros, e a população local era branca, considera que essa característica e a mudança na paisagem da cidade com as novas habitações foram fatores que acarretaram um “choque” entre naturais e migrantes:

Essa questão migratória para Serrana sempre foi muito forte, hoje está tudo junto e misturado. Serrana há um tempo atrás, por conta da usina, a população tinha uma característica muito Italiana, então tem muitas pessoas aqui que tem uma característica física clara, porque vinha para a mão de obra aqui da usina, o próprio dono da usina é Italiano, então a característica das pessoas da cidade era uma característica física de pessoas mais claras. Os migrantes tem uma característica física muito diferente, eles são negros, mulatos, de cabelo diferente, mas ai você percebe que hoje está tudo misturado. Na época que eu estava na usina, hoje eu não vejo muito não, mas era forte a questão cultural, do choque mesmo, porque foi uma época de bastante impacto né, na década de 80, na década de 90, que descaracterizou a questão urbanística da cidade, com a construção desses quartinhos e dessas casinhas. Foi uma época que talvez tivesse essa diferenças aí, a um tempo atrás, porque foi uma época de embate, ai teve essa descaracterização urbanística, porque a cidade tinha uma característica, um perfil populacional e foi na década de 80/90 e um pouquinho de 2000, foi bem assim, hoje eu acho que estabilizou, então eu acho que hoje está tudo misturado. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Iolanda acredita que a “mistura” (miscigenação) entre a população migrante/negra com a população do lugar/branca colaborou para que não houvesse mais esse “choque”, ou seja, a discriminação contra a população migrante e negra.

O que eu acho que tem muito forte hoje é assim, a gente já tá vivendo a terceira ou quarta geração daquela época que eu iniciei aqui, então hoje já tem filho de migrante que já está aqui há muito tempo, que se casa com alguém que chega para vim trabalhar que era de lá, tem gente que era de Serrana que casa com gente de lá e que hoje tem filho serranense, mas que tem essa mistura. Eu sou usuária do transporte público e eu vejo muito forte, aqui em Serrana, quando eu tô lá, passa ônibus para ir para a cidade de cravinhos que é aqui na região, mas que talvez não sofreu uma migração tão forte como a nossa aqui, a característica das pessoas é diferente das pessoas de Serrana, elas são pessoas mais claras, e as pessoas daqui, pelo menos as que utilizam o transporte público, elas tem uma característica bem própria das pessoas de Serrana, elas são mais morenas, estatura média, tem os cabelos anelados, é bem característico desse mistura ai, e isso lá atrás na década de 80 e 90 e acho que isso foi bem complicado, foi a época do embate. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

A assistente social Luana, apesar de não mencionar a questão racial, também acredita que a união entre os naturais com os migrantes e o nascimento de filhos desse relacionamento, fez com que não houvesse mais preconceito aos migrantes:

Hoje uma pessoas nascida aqui, com pais, mães, avós, daí ela se engraça com um alagoano e tem filhos nessa mistura, então eu acho que hoje em dia já não acontece mais isso não, porque tá muito misturado, porque elas daqui, estão tendo relacionamentos com pessoas de lá, nós atendemos muito aqui. (Luana, assistente social, município de Serrana).

Apesar da profissional Iolanda, não focar suas considerações apenas sobre o racismo, mas também ao preconceito ao migrante, podemos analisar que reproduz o discurso que acredita que a miscigenação, da população negra, seria a solução para o racismo.

“A mestiçagem seria uma forma de branquear a população e, com isso, superar o elemento negro tão presente, além de evitar possíveis conflitos grupais, pois a mestiçagem permite o discurso de que há um só grupo, um só Brasil: O mestiço.” (NUNES, 2010, p. 53). Essa concepção colabora para esconder o racismo no Brasil que, de forma alguma, foi amenizado com a miscigenação, temos sim, um falso discurso que vivemos em uma democracia racial⁵⁸, o que camufla o preconceito. Munanga (2004) analisa que o ideal imposto de branqueamento e o mito da democracia racial cria impeditivos para organização política e social dos negros, além de culpabilizá-los pelo acesso desigual à riqueza socialmente produzida. Nunes (2010, p. 46) reflete essa questão:

Quando se afirma que não há racismo no Brasil e que a raça não faz o menor sentido para os brasileiros, quais seriam então as justificativas para a pouca frequência do negro e do mestiço de pele escura em determinados lugares? A negação do racismo como um problema nacional torna-o ainda mais forte porque coloca a culpa da falta de acesso aos negros neles mesmos, já que o racismo é negado enquanto realidade social. Nessa lógica, o racismo pode até ser concebido como um problema individual.

Durante o desenvolver da entrevista, a profissional Iolanda relatou que, através das perguntas, pode rever a sua percepção sobre o preconceito ao migrantes. A profissional pode refletir que os termos usados cotidianamente para se referir aos migrantes pela população natural, como “Piauí”, “Mineiro” é uma forma de discriminação, pois há generalização de uma população heterogênea, assim como é uma maneira de distinguir esses sujeitos como não “naturais”:

⁵⁸ Gilberto Freyre no livro “Casa grande e senzala” de 1933, é considerado tributário da concepção de que o Brasil permitiu a democratização das relações sociais, tal pensamento predominou sobre a compreensão das relações raciais no Brasil, apesar da contestação do movimento negro. Na década de 1950 Roger Bastide e Florestan Fernandes, questionam a ideia de democracia racial, através de suas pesquisas, apontam a abismal desigualdade entre brancos e negros no país: “O mito – não os fatos - permitem ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil” (FERNANDES apud EURICO, 2011, p.19). Apenas em 1995, sobre pressão do movimento negro, o estado brasileiro reconhece oficialmente a discriminação racial no país (EURICO, 2011).

Eu não vejo a coisa clara, mas a gente está falado com um olhar técnico, mas eu não sei a questão da convivência com as pessoas, na demanda que a gente recebe eu não vejo isso de forma forte, mas eu me lembro de uns termos, “Piauí”, “Mineiro”, eu tinha me esquecido disso. É uma forma de preconceito, é uma forma velada, porque eu na condição de Serranense chamo a família inteira de mineiro, eles não são serranenses, são preconceitos que estão tão enraizados na gente, que nós mesmo não percebermos no dia a dia. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Duas profissionais compreendem que os migrantes sofrem preconceito. Na fala de Lívia, a mesma identifica o preconceito no sentido da população natural questionar o direito dos migrantes de acessarem a política de assistência social, contudo apesar de analisar essa discriminação, salienta que “é pouco” o preconceito:

É pouco, mas existe ainda nos atendimentos, porque a população do município que necessita de assistência, às vezes, eles acham que por estar atendendo uma demanda de migrantes, está tirando deles, mas a realidade não é essa, pois eles são passados por uma triagem, e eles acham (naturais) que é um direito eles receberem por serem do município. Eles tem uma visão diferenciada da gente, estão tendo esse tipo de preconceito. (Lívia, assistente social, município de Guariba).

A compreensão da assistente social Helena, destoa das demais análises, ela considera que o preconceito ao migrante é latente, que o município não os acolhe bem que, mesmo o morar na periferia das cidades é para além de uma condição econômica e expressa uma estratégia dos migrantes para sofrerem menor preconceito dos moradores do “centro”, os “naturais”, que não gostariam dessa proximidade.

Serrana não acolhe bem os migrantes, não. A gente percebe isso, inclusive, por conta dos bairros, o centro é de classe média e classe alta, que estão geralmente em torno das igrejas, aqui não é diferente. Então, lá no centro você acha mais a população que é de Serrana mesmo, e aí nas regiões periféricas estão os migrantes, mas não é por que de repente eles não tem acesso, eu atendo doméstica que recebe R\$ 1.500, que conseguiria pagar um aluguel na região central [...]. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Mas, você acha que a população natural iria gostar desse migrante mais próximo?. (pesquisadora).

Ela não iria gostar. A forma de se referenciar aos migrantes, sempre no sentido pejorativo “ah, aquele Piauí, aquele Mineiro”, acaba afastando, não ficam próximos. (Helena, assistente social, município de Serrana).

As profissionais relataram que os espaços de lazer dos migrantes e da população natural são espaços comuns, que não há uma cisão, apenas Helena é enfática em afirmar que os espaços de lazer que o migrante convive não é frequentado pela população natural:

Os migrantes frequentam os mesmos espaços de lazer que a população natural do município? (Pesquisadora).

Não é junto. De jeito nenhum, tanto que quando tem uma banda de forró ou alguma coisa sertaneja, característica da região norte e sul de minas, a gente vê outros bairros cartazes, a gente vê aqui pra cima, dessa avenida pra cima, que é onde está a maior população de migrantes, pra baixo a gente não vê nem divulgação. (Helena, assistente social, município de Serrana).

A assistente social refere que o preconceito ao migrante é nítido, expresso no questionamento realizado pelos moradores do lugar sobre o motivo da permanência do migrante no município e no preconceito no espaço institucional, pois alguns profissionais da saúde consideram que agravos na saúde dos migrantes são decorrentes de sua origem geográfica:

Existe sim, é nítido. A forma de tratar é diferente, eu percebo, eles veem reclamar, as mães veem reclamar. (Helena, assistente social, município de Serrana).

O que eles reclamam? (pesquisadora).

Que foram tratados de forma diferente, “Ah, por que você não volta?!” [...]. Então tem isso na saúde também, por que, a forma como eles cuidam de uma doença, por exemplo, um ferimento, é diferente. Se você não for lá, explicar certinho passo a passo, eles não dão tanta importância, por que uma hora aquilo lá vai curar, uma hora aquela ferida vai fechar. Falam muito “Ah, tinha que ser de Minas mesmo” “tinha que ser baiano”, a gente escuta muito isso por aí, já falam mesmo no sentido pejorativo e frisando que está acontecendo o problema por que a pessoa é de outro estado. (Helena, assistente social, município de Serrana).

A dimensão do preconceito racial foi apontado por Helena como elemento que reforça o preconceito ao migrante. A profissional faz uma consideração importante sobre o mercado de trabalho e o racismo, pois salienta que um dos fatores que impedem a inserção em determinadas ocupações é o preconceito racial:

Com certeza, o preconceito ao migrante é reforçado pelo racismo. Não é só um preconceito a ser trabalhado, são vários. É a mulher negra que veio sozinha, que ficou grávida precocemente, que o marido não está ajudando, que tem três filhos e que estudou até a quarta série. Caramba, como que ela vai tocar, gerir a vida sozinha em outro município, é super difícil, não tem condição. Então, a gente percebe, e o engraçado que os homens também

sofrem esse tipo de discriminação [...], por terem experiências, às vezes, na cana, na colheita da cana e do café, por serem negros, por estarem em um idade produtiva, mas que não conseguem ser inseridos, também acontece, e aí sem qualificação, com baixo estudo, aí não consegue. Serrana eu considero uma cidade muito preconceituosa, é difícil você ver atendentes negros em lojas e supermercados, não tem! (Helena, assistente social, município de Serrana).

Helena, que é uma mulher negra, relata que em seu cotidiano profissional sofre racismo, descreve que a população se surpreende quando se depara com uma pessoa negra ocupando o cargo de assistente social, esperavam “uma loira, de olhos azuis” e que sempre é questionado sua iniciativa de realizar cursos. Também percebe que o preconceito racial está presente no questionamento sobre a permanência da secretária do prefeito no cargo, por também ser uma mulher negra:

Quando chega alguém aqui e fala “Você é a assistente social?”, “Estava esperando uma loira de olho azul, é sou eu sim, tudo bem?” [...]. Aqui em Serrana a secretária do prefeito é negra, quando as pessoas vão falar dela “Mas ela continua lá de secretária?”, eu penso se fosse loira eles não questionavam isso né, ela é super competente, super discreta e ética [...]. Então, desce aqui para falar comigo e a assistente social é negra também, eu acho que se eu não percebo, se tem alguma coisa, uma coisinha ou outra acaba tendo. Eu não sou do tipo de profissional que fica acomodado, eu faço curso mesmo, a gente tem que se atualizar porque a sociedade muda muito, se eu não mudar com ela, corro o risco de fazer o que já foi feito antigamente, no passado, então eu não fico parada mesmo, mas aí vem os questionamentos “Ah, mas você vai fazer esse curso?”, “Por que ela vai fazer o curso?”. Não quero acreditar que é por conta de algum preconceito, eu penso que não e toco para frente, mas no fundo, eu sei que é. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Pelo relato da assistente social Helena, podemos compreender que o racismo institucional perpassa seu cotidiano de trabalho, segundo Eurico (2011) essa forma de discriminação racial se caracteriza por operações anônimas de discriminação em instituições, em profissões ou até mesmo em sociedades inteiras. “O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente.” (EURICO, 2011, p. 59). Segundo a autora, essa forma de racismo possui duas dimensões correlacionadas entre si que são a político-programática e a das relações interpessoais:

Quanto à dimensão político-programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais, abrange as

relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias. (EURICO, 2011, p. 59-60).

Eurico (2011) considera que é primordial reconhecer o racismo institucional que perpassa as instituições no Brasil, pois apenas conhecendo essa realidade, é possível o seu questionamento e a construção de estratégias para sua eliminação.

Helena realiza uma crítica à atuação profissional conservadora, que reproduz o racismo e a manutenção da estrutura desigual da sociedade. Considera que o fator principal dessa problemática é a não formação continuada, pois muitos profissionais pautam sua atuação em uma visão conservadora que marcou a origem do Serviço Social:

Eu costumo dizer que se assistente social não se atualiza, ela fica com aquela raiz de 1980, de manter o status como está, de que o negro tem que ser mesmo empregado doméstico, o motorista. Não consegue enxergar a ascensão da mãe que cria os filhos sozinha, do negro ser capaz de estudar, de ser tudo igual. A noção de sociedade igualitária que elas tem é enraizado lá na década de 1980, tem muito isso, então, se elas aprenderam que trabalhar como doméstica já basta para uma mulher negra, elas vão aceitar e entender isso como normal, o que não é verdade. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Também é pontuado pela profissional os embates cotidianos com assistentes sociais que reproduzem uma visão conservadora e preconceituosa em relação a união homoafetiva:

Olha, a gente trabalha com pessoas, é contraditório ter conservadorismo, por que as pessoas estão sempre em constantes transformações, não tem jeito. A gente tem embate em reuniões técnicas, por que elas (assistentes sociais), são extremamente conservadoras, em reuniões você percebe que tem umas ideias, uns palpites e uns pareceres, que são totalmente conservadores. A homossexualidade, que eu vejo que elas enxergam com um susto e com medo, com o próprio conservadorismo, “Ah, largou o marido pra morar com outra mulher e levou os filhos!”, vai deixar os filho na rua? Tem que levar mesmo! E ai, isso acaba influenciando mesmo na hora de atender, influencia e muito, não é bacana, “Ah, nossa, foi morar em Ribeirão, com dezessete anos e foi morar em Ribeirão com um moça?”, E, qual o problema? É uma família que tem quer ser inserida, trabalhada, como se fosse uma família de homem e mulher, não tem diferença, né. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Podemos analisar que essa profissional consegue ultrapassar a aparências dos fatos, compreendendo que a sociedade não tem por base “relações cordiais”, que não vivemos em uma democracia racial e que o preconceito contra ao migrante é extremamente presente em sua sociabilidade, e que esse preconceito também é imbricado com o preconceito racial, visto que é uma população majoritariamente negra. Acreditamos que o fato de Helena ser uma

mulher negra e por compreender a dimensão do preconceito racial, inclusive em seu cotidiano, colabora para que realize uma análise ampla sobre a discriminação sofrida pelo migrante.

A profissional também demonstrou uma visão crítica em relação à atuação profissional, questionando o posicionamento conservador de assistentes sociais que reproduzem o preconceito e que não buscam formação continuada. Salienta que é fundamental o estudo contínuo, tendo que em vista que, sem essa formação, poderá reproduzir uma atuação conservadora que historicamente a categoria busca superar.

Com exceção de Helena, que expôs que a população migrante a procura para relatar a discriminação sofrida, as demais profissionais disseram nunca ter sido trazido pelos migrantes qualquer menção referente ao preconceito. Temos algumas hipóteses sobre a ausência do relato da discriminação pelo migrante, sendo elas: o fato de que ser alvo de preconceito, assim como outras formas de violência, provoca conflitos e vergonha na vítima, o que pode fazer que, compreensivelmente, elas não queiram falar a respeito, considerando-se ainda que ao relatarem para outra pessoa a experiência de discriminação retomam lembranças dolorosas de sua vida; o fato dos migrantes procurarem pelas assistentes sociais para buscarem resolver questões específicas e não haver nesses espaços (como será analisado na seção seguinte), momentos de reflexão sobre o preconceito, pode colaborar para que esses sujeitos não abordem à questão; e o migrante sofrendo constantemente com a discriminação, inclusive em espaços institucionais públicos, pode não esperar ser tratado de maneira diferente pelas assistentes sociais, tal compreensão também possibilita levá-lo a não mencionar o preconceito.

Majoritariamente, as profissionais entrevistadas compreendem que o migrante não sofre preconceito, que o mesmo é bem-vindo na cidade e que as relações que estabelece com os nativos são harmoniosas. O preconceito ao migrante é analisado como algo que fez parte do passado do município e que, no presente, é inexistente.

Como pôde ser analisado na seção 1.4, o preconceito ao migrante é latente na realidade estudada. O preconceito a esse segmento se expressa cotidianamente pelos estereótipos negativos que lhe são empregados, como “violentos”, “gente estranha”, “sujos”, “baderneiros”, “invasores”, pela responsabilização do desemprego e da pobreza dos municípios que se destinam, pelo isolamento social e geográfico e pelo questionamento da legitimidade de seu direito a políticas sociais e de permanência fora de seu local de origem. Mesmo que esses sujeitos não relatem o preconceito que sofrem a todas as profissionais, este existe e permeia o universo dessa pesquisa.

A percepção das assistentes sociais, leva-nos a questionar os motivos que fazem o preconceito ao migrante não ser percebido por profissionais que têm um contato próximo com esses sujeitos. Se os migrantes, como pôde ser demonstrado em pesquisas e pela fala contundente de umas das profissionais, sofrem cotidianamente com a discriminação e o preconceito, por que os assistentes sociais não apreendem essa realidade? Por que as relações sociais são compreendidas como harmoniosas?

Chauí (2000) no livro “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária⁵⁹”, analisa que a sociedade brasileira tem uma crença generalizada que somos um povo pacífico, alegre, ordeiro e generoso com o próximo, que somos um país sem preconceitos, que desconhecemos discriminações e somos acolhedores para todos aqueles que desejam trabalhar “[...] só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência.” (CHAUÍ, 2000, p.4-5).

Essa representação possui uma força persuasiva que se explicita na produção de contradições, que passam despercebidas:

É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. Alguém pode dizer se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas dessas crianças ou com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres dos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna. (CHAUÍ, 2000, p. 5, grifo nosso).

O mito é compreendido pela filósofa em sua concepção antropológica, no qual essa narrativa é a resposta dada a conflitos, contradições e tensões que não encontram na realidade caminhos para sua superação. O termo fundador utilizado, refere-se ao fato do mito se reproduzir persistentemente no presente: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal

⁵⁹ Chauí (2000) considera que as raízes dessa forma de representação do brasileiro denominada como “mito fundador” é oriunda da colonização portuguesa que por diversos fatores (analisados no estudo) construí-o uma visão do Brasil ser o paraíso terrestre, composto por um povo pacífico e ordeiro. Esse mito foi reproduzido historicamente respondendo a diversos interesses e contextos históricos.

modo que, quando mais parece ser outra coisa, tanto mais é repetição de si mesmo.” (CHAUÍ, 2000, p. 6).

No Brasil, as formas de exploração, discriminação e a dominação são ocultadas, sob a concepção de uma sociabilidade harmoniosa, cordial e sem preconceitos, acreditamos que essa imagem, ou nas palavras de Chauí esse mito fundador, colabora para entendermos a dificuldade que levam as sujeitas dessa pesquisa não enxergarem, em sua maioria, o preconceito sofrido pela população migrante. Chauí (2000, p. 95-96) analisa que qualquer forma de conflitos e contradições que neguem essa imagem são bloqueadas e/ou reprimidas:

Somos uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira. Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como resposta única a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral. Em suma, a sociedade auto-organizada, que expõe conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois este é oligárquico) e para o funcionamento “racional” do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social).

Acreditamos também que a não compreensão do preconceito ao migrantes expressa a própria naturalização da discriminação e das relações de opressão que perpassam a vida desses sujeitos, essas manifestações podem ser entendidas como “normais”, “brincadeiras” e camufladas pelas doações e trabalhos de caridade realizados pela população natural. Na pesquisa realizada em Guariba-SP (OLIVEIRA, M. M., 2013), podemos analisar que as doações realizadas pela população natural era um elemento que camuflava o preconceito ao migrante, pois as assistentes sociais consideravam que este era bem recepcionado no município e acolhido sem conflito pela população natural pelo fato de receberem doações de roupa, comida, cama e etc.

Uma sociedade que nega seus conflitos e as relações de opressão e exploração que a permeiam embasada em um mito de uma povo cordial, harmônico e sem preconceitos colabora diretamente para uma percepção do real que naturaliza o preconceitos e atitudes discriminatórias. Entendemos assim que o mito fundador da sociedade brasileira colabora para a não compreensão das relações de opressão e preconceito e também para a naturalização desses processos.

Apesar de buscarmos entender a invisibilidade do preconceito ao migrante no cotidiano profissional, através dos elementos analisados, é preciso considerar que essa visão é problemática para a atuação profissional, pois as sujeitas de pesquisa não conseguem ultrapassar a aparência fenomênica da realidade, transpor a imagem de sociabilidade harmônica, mesmo que os embates e contradições da relação entre migrantes e naturais sejam latentes na realidade que realizam seu trabalho. Ao não se compreender as relações de opressão e exploração, ao não problematizá-las, colaboramos ainda mais para a sua naturalização e reprodução, o silêncio que impera sobre o preconceito ao migrante no cotidiano profissional caminha nessa direção.

Buscamos na pesquisa de campo, também apreender se as assistentes sociais reproduzem o preconceito ao migrante; nesse sentido, procuramos analisar se as profissionais destinam a esses sujeitos estereótipos negativos, assim como apreender se é questionado pelas profissionais o acesso dos migrantes às políticas sociais.

Nenhuma das profissionais manifestou uma visão que negasse ou questionasse o direito de acesso às políticas sociais aos migrantes, nesse sentido não reproduzem uma das formas de preconceito comum à essa população, ou seja, que questiona seu direitos garantidos legalmente. Duas profissionais salientaram em suas falas, que o Serviço Social compreende essa questão de forma diferente da população natural, ou seja, enquanto direito, independente da condição de migrante:

Acham que estão tirando de gente da cidade, eles não entendem o atendimento, acham que os primeiros que deve ser atendidos são os moradores da cidade e depois que vem de fora. Só que a visão do Serviço Social é uma visão diferente, porque é visto muito ainda como assistencialismo, ainda temos que avançar. (Judite, assistente social, município de Guariba).

[...]eles acham (naturais) que é um direito eles receberem por serem do município. Eles tem uma visão diferenciada da gente, estão tendo esse tipo de preconceito. (Lívia, assistente social, município de Guariba).

Uma profissional demonstrou em sua fala a reprodução do estereótipo relacionado à sujeira, enfatizando que “já foi pior”, as demais relataram que não observam diferença nesse quesito entre migrantes e naturais. A assistente social Iolanda salienta que se existe alguma diferença é decorrente de questões materiais, contrapondo-se à visão estereotipada de Pâmela:

Olha, já foi pior, a gente tem observado que eles estão cuidando um pouco mais dessa questão da higiene. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Quando eu trabalhava na escola, às vezes a gente era acionada porque a família tinha a questão de não tomar banho todo dia, isso acontecia porque morava em uma casa que não tinha banheiro, ou a família morava em um cortiço com banheiro comunitário com chuveiro frio e no frio a criança não tomava banho mesmo, mas não é questão de ser migrantes, é questão de estrutura. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

O estereótipo relacionado à violência foi citado por duas profissionais, em suas falas, podemos analisar que a violência é considerada imbricada à personalidade e/ou à questão cultural do migrante:

Eu acho, que a característica do modo de enfrentar as coisas, a questão cultural mesmo, os hábitos de vida, eu ouvi falar muito de risca faca, de resolver as coisas na ponta da faca, é um pessoal, assim que tem mais embate. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Então, eu também não sei te precisar, mas, considero que eles são mais violentos, eles resolvem as coisas brigando mesmo, com facas, com foice, provavelmente a violência aumenta sim (no município). (Helena, assistente social, município de Serrana).

É contraditório que Helena foi a profissional que demonstrou maior desvelo da realidade na compreensão do preconceito sofrido pelo migrante, contudo reproduz o estereótipo destinados a esses sujeitos, em virtude de compreender que a origem geográfica determina a violência.

A percepção das profissionais não baseada em experiências reais de violência, ou referente à sujeira, características essas atribuídas aos migrantes. Como é colocado no estudo de Heller (1985), o preconceito não é resultado da experiência, do conhecimento ou da razão, pelo contrário se mantém inabalável, mesmo quando esses elementos questionam a ideia concebida inicialmente.

Em suas falas, expressam que “acham”, não conseguem exemplificar o motivo de suas percepções, reproduzem assim estereótipos designados à população migrante.

Ao se apropriar do estereótipo, o sujeito encontra a explicação na cultura para o preconceito. Não há, dessa forma, espaço para dúvida, nem para reflexão sobre si ou sobre o outro. Como resposta rápida e pedindo por uma estabilidade no pensamento, que não admite mudanças, o estereótipo serve para manter as coisas como estão e o sujeito incólume a qualquer alteração na sua forma de pensar. Para tanto, o pensamento estereotipado utiliza a rigidez do seu conteúdo inalterável. (NUNES, 2010, p. 23).

Podemos analisar que três das profissionais reproduzem o preconceito ao migrante, o que é antagônico ao projeto ético-político do Serviço Social, pois o preconceito é um

obstáculo à liberdade, autonomia dos sujeitos e a plena expansão dos indivíduos, elementos fundantes desse projeto, tal posicionamento igualmente vai de encontro ao princípio fundamental do código de ética que expressa que o exercício profissional não deve ser discriminado nem discriminar.

Quais os elementos que colaboram para que os assistentes sociais reproduzam o preconceito, mesmo que essa atitude seja contrária à direção de seu projeto ético-político? Como pode ser analisado, mesmo quando o profissional demonstra uma compreensão maior sobre as formas de opressão e preconceito presentes na sociedade e alguns posicionamentos condizentes com a direção social do PEP, têm concepções estereotipadas sobre o migrante.

Como analisado anteriormente, Heller (1985) compreende que a própria dinâmica do cotidiano é propiciadora para a germinação dos preconceitos, por sua característica de repetição acrítica, pragmática, ultrageneralizadora e propensa à alienação. Está estrutura não é problemática no que se refere à relação entre os sujeitos e a transformação da natureza, contudo se torna problemática quando é responsável pelas relações sociais. É inserido na dinâmica da vida cotidiana que o assistente social realiza seu trabalho e demais dimensões de sua vida, dessa maneira é um espaço tendente à reprodução de preconceitos, pois o pragmatismo dessa esfera pode penetrar e orientar suas relações sociais, decisões morais e políticas.

Heller (1985) compreende que majoritariamente nos norteamos na sociedade por meio de complexos sociais recebidos pelas normas e estereótipos, oriundos da integração primária. Os estereótipos e normas que recebemos da integração primária, em sua maioria, são fundamentados em concepções que entram em conflito com a direção defendida pela categoria profissional, como será analisado posteriormente, os espaços de formação das sujeitas dessa pesquisa, majoritariamente não trazem uma discussão profunda sobre os preconceitos, o que colabora para o não questionamento de concepções conservadoras e preconceituosas.

Barroco (2012) considera que a alienação no cotidiano profissional do assistente social se expressa no comportamento ético-político que defende valores do código de ética, mas contraditoriamente realiza valores opostos aos seus princípios, o que pode ocorrer até mesmo de maneira inconsciente. Pondera que, entre outros fatores, essa atitude deve-se à repetição espontânea de costumes e valores que foram internalizados e consolidados pela formação moral dos sujeitos, que é anterior a formação profissional (BARROCO, 2012, p. 73).

Os estereótipos podem ser questionados pelos sujeitos, problematizando os elementos transmitidos pela cultura e pela formação moral, ultrapassando a dinâmica do cotidiano. Essa

atitude depende de reflexões críticas e éticas dos indivíduos, que questionem valores internalizados e das condições históricas e sociais postas no real. Heller (1985) compreende que é mais comum e frequente o questionamento de estereótipos em épocas mais dinâmicas do que em períodos estáticos.

Apesar dos desafios postos a uma percepção despida de preconceito, consideramos importante salientar que as assistentes sociais não se posicionam contrárias ao direito de acesso às políticas sociais pelos migrantes, algumas profissionais pontuaram que o Serviço Social tem uma concepção oposta à visão da população natural que gostaria de limitar o acesso dos migrantes aos serviços do município. Tal percepção tida pelas sujeitas de pesquisa, não é hegemônica na sociedade brasileira, que questiona e mesmo nega direitos garantidos aos migrantes e a outros segmentos que sofrem com a opressão/exploração, consideramos que esse posicionamento expressa que os assistentes sociais tem uma visão de defesa de direitos, mesmo que se apresente de forma legalista, é importante frente à conjuntura que ataca direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora.

Quanto à percepção das profissionais em relação aos migrantes, cabe assinalar que não foram identificadas diferenças entre as profissionais de diferentes municípios. Neste sentido, consideramos que as particularidades históricas e sociais dos municípios não parecem influenciar esta percepção de maneira significativa. Em Serrana-SP divergindo, neste ponto, do que foi apontado por Vetorrassi (2010), os locais de residência dos migrantes, segundo a fala das profissionais, são nitidamente separados daqueles em que residem os moradores naturais.

3.2.3 A apropriação do preconceito nos espaços ocupacionais do Serviço Social

Como foi abordado anteriormente, na década de 1990, expande-se o debate sobre o preconceito na categoria profissional, o que se expressa no código de ética de 1993, que trouxe em seus princípios fundamentais a oposição ao exercício profissional que discrimine ou que seja discriminado e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a participação de grupos socialmente discriminados, a discussão das diferenças e o respeito à diversidade (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Buscamos na pesquisa de campo analisar se os assistentes sociais utilizam seus espaços ocupacionais para problematizar o preconceito ao migrante, incentivando sua participação e objetivando colaborar com o enfrentamento a essa forma de preconceito.

Procurou-se também analisar se outras expressões de preconceito são problematizadas em seu cotidiano profissional.

Apenas uma profissional relata já ter trabalhado com o preconceito ao migrante, apesar de no momento não abordar mais essa reflexão em seu espaço de trabalho, segundo a mesma o que se deve à estrutura de atendimentos emergenciais. O contraditório é que a profissional havia afirmado anteriormente que não há preconceito aos migrantes, mas diz ter trabalhado esse tema em um grupo de jovens.

Não. Até porque a gente faz atendimentos emergenciais[...], não tem nenhum projeto de formação de grupos. Na verdade, eu já trabalhei em um outro espaço[...], e essa questão de preconceito, de violência e de migração, de olhar para o próximo, eu trabalhei muito isso com o grupo de jovens, a gente trabalhava muito isso com o grupo de adolescentes, eu já trabalhei essa questão sim. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Nenhuma das demais profissionais utilizam-se de seus espaços sócio-ocupacionais para a problematização do preconceito ao migrante, consideram majoritariamente que não é uma demanda trazida pela população e por acreditarem não haver preconceito, não analisam como necessário trabalhar essa questão. Em relação ao debate sobre outras manifestações de preconceito, somente três profissionais relataram terem se apropriado da temática no trabalho desenvolvido.

A assistente social Helena relata que pela estrutura precária de seu trabalho, onde tem grande demanda de atendimento individual e falta de recursos financeiros, não consegue realizar grupos com a população atendida, o que é um anseio da profissional. Apesar da dificuldade de espaços coletivos, a assistente social utiliza-se constantemente dos atendimentos individuais para problematizar o preconceito racial, relata que orientou uma vítima de racismo à denunciar a discriminação sofrida:

Olha, só nos atendimentos mesmo. Passam aqui por dia, cerca de 50 e 40 pessoas para serem atendidas, e eu queria muito fazer grupos com elas, mas eu não dou conta de fazer aqui especificamente[...]. E, eu não consigo muito sair do atendimento para fazer grupos [...] mas, nos meus atendimentos eu sempre oriento, tento fazer a pessoa perceber o que está por trás, às vezes, de uma demissão, às vezes, de uma discussão com a professora da escola, que tem muito disso aqui, a professora só falta falar. Tem uma mãe, há uns dois meses mais ou menos, que ela teve um problema com o filho na escola, e a professora meio que falou “Também você é negra, tinha que ter feito isso mesmo”, pelo que ela me contou, “Seus filhos tinham que ficar fora da escola, mesmo, olha sua cor”. Eu orientei a fazer boletim, à denunciar, porque ela estava pedindo um documento [...], e a diretora não entregava, aí, numa discussão entre a diretora, ela e a professora, a professora soltou uma dessa. (Helena, assistente social município de Serrana).

Iolanda relata que busca não se pautar em uma visão heteronormativa para discutir a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, assim como respeitar o uso dos nomes sociais, contudo apesar dessas atitudes que demonstram inclusive a presença dessa realidade em seu cotidiano profissional, o preconceito destinado a quem não segue o padrão heterossexual imposto na sociedade não é trabalhado de forma coletiva e contínua:

É um menino que teve a opção sexual de ser homossexual, e quando ele optou por isso não foi bem aceito na época, hoje ele tem 20 anos [...], na época eu me lembro que ele chegou pra mim e disse que gostava de homem [...], e que havia tido sua primeira relação sexual com um homem, daí fui lá eu um dia, peguei uma banana e camisinha e fui ensinar pra ele, falei o que ele tinha que fazer e falei que se ele fosse ter relação com alguém era pra usar preservativo. Teve uma demanda de adolescentes que não queriam ser chamados pelo nome de batismo, queria ser chamado pelo nome de gênero e nós os chamávamos pelo nome que escolheu. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

A profissional diz, primeiramente, que não existe a demanda para qualquer discussão sobre preconceitos, contudo ao passarem o filme “Tomates Verdes e Fritos⁶⁰”, os participantes do grupo trouxeram a discussão sobre orientação sexual e o racismo, que foi trabalhada nesse espaço:

Então até hoje eles não chegaram a solicitar esse tipo de palestra, a gente fala muito sobre drogas, sobre ambiente familiar, de como cuidar dos filhos adolescentes. Mas passamos um filme esses dias “Tomates verdes e fritos”, que trata de alguns assuntos desses, e no final gerou uma discussão. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

É interessante salientar que, mesmo a assistente social, que planejou a dinâmica do grupo através do filme, não pensou em trazer discussões sobre o racismo e o relacionamento homoafetivo, que perpassam a história do filme de forma marcante, os próprios participantes revelaram seus interesses sobre os assuntos abordados, suscitando o debate.

O preconceito ao usuário de álcool e drogas é frequentemente problematizado em espaços de grupo pela assistente social Joana, relata todavia, que não trabalha outras formas de discriminação:

Como assistente social, não fiz estudo de preconceitos a não ser de álcool e drogas que a gente acolhe o sofrimento dos familiares, acolhemos o usuário e aí é trabalhado o preconceito que eles sentem com álcool e drogas

⁶⁰ O Filme “Tomates verdes e fritos” é de 1991, inspirado no livro de Fannie Flagg “Tomates verdes e fritos: no café da parada do apito”. O filme aborda a relação homoafetiva entre duas mulheres, a violência de gênero, o machismo, o racismo e através da personagem Idigie retrata a contestação dos padrões impingidos às mulheres na sociedade. É um filme rico para se trabalhar o preconceito e as relações de opressão presentes na sociedade.

especificamente, mas não com migrantes ou gênero, cor, raça, mas sim com a doença. No grupo de família onde o familiar traz isso, a gente traz o acolhimento do sofrimento, o acolhimento do preconceito e a reflexão, onde os familiares trazem no desespero do filho ou filha que está recaído, a gente vai refletindo, a gente chama ele para refletir, não damos a resposta para ele. Porque não é só o usuário que sofre o preconceito, mas toda a família também [...]. Eu deixo claro [...] que não tem diferença de um diabético e um dependente químico, que em questão de saúde é o mesmo risco à saúde. Para entenderem que o serviço acolhe como uma pessoa doente e não como uma pessoa que não tem forças. (Joana, assistente social município de Serrana).

Pelas análises das entrevistas, compreendemos que o preconceito ao migrante não é problematizado no cotidiano profissional das assistentes sociais, acreditamos que essa ausência deve-se à própria visão das profissionais de que não existe preconceito aos migrantes nos municípios. As outras expressões de preconceito também são pouco trabalhadas, sendo citadas apenas na fala de três profissionais, contudo em uma delas essa discussão foi pontual, trazida pelos próprios sujeitos que participavam do grupo.

Duas profissionais que abordam em seu espaço de trabalho o preconceito ao dependente químico e ao negro, fazem-no em uma perspectiva de defesa de direitos, incentivando a reflexão da população quanto a essa problemática. Na fala de Helena podemos analisar que a profissional orienta e incentiva a denúncia da discriminação racial, o que expressa seu conhecimento sobre as leis que criminalizam o racismo e uma prática profissional que incentiva a autonomia dos sujeitos para se posicionarem contra o preconceito racial.

É possível inferir que as profissionais, de uma forma geral, têm pouca compreensão das relações de preconceito presentes na sociedade, mesmo as profissionais que se utilizam de seus espaços sócio-ocupacionais para abordar o preconceito, acabam limitando a discussão a algumas formas de discriminação, não entendendo o sujeito em sua totalidade. Uma pessoa que sofre com o preconceito por ser dependente de álcool e/ou drogas, também pode sofrer outras formas de preconceito, assim como manifestá-las contra outro grupo, da mesma maneira que o sujeito que sofre com o racismo, pode ser uma mulher negra que sofre com o machismo, ou uma pessoa que não segue o padrão heteronormativo.

Acreditamos que os assistentes sociais têm dificuldade de analisar as relações de opressão postas na sociedade. Se o preconceito não existe, se as relações sociais são horizontais e harmoniosas, não há motivo para se debruçar sobre essa questão, não é algo que mereça ser trabalhado no espaço ocupacional. “Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.” (CHAUI, 2000, p. 94).

Iamamoto (2001, p. 77) considera que o assistente social pode ser em sua prática “estranho” aos sujeitos que destina seu trabalho, mesmo que se mova pela vontade de estar próximo. Defende que é necessário para um exercício democrático e que rompa com a relação de estranhamento compreender os reais interesses e necessidades da população e ter o conhecimento crítico de seu universo cultural, “[...] sentir com elas suas paixões para que se possa efetuar a crítica ao senso comum e da herança intelectual acumulada- papel da filosofia da práxis.”

Apropriando-nos da análise de Iamamoto, consideramos que as assistentes sociais do nosso universo de pesquisa, têm dificuldade de realizar uma prática profissional que seja realmente próxima aos sujeitos que destinam o seu trabalho, pois não conseguem compreender as relações de opressão que fazem parte de sua realidade.

A contribuição do Serviço Social em seus espaços de trabalho para a desconstrução do preconceito é imbricada com a dimensão socioeducativa da profissão⁶¹, essa dimensão se realiza pelo fato da atuação profissional inerentemente refletir na “[...] maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação da subjetividade e de normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura.”⁶² (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 3). O caráter educativo se expressa atrelado à dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do Serviço Social, o assistente social em sua atuação inegavelmente imprime uma direção educativa, mesmo que nem sempre seja consciente dessa dimensão da práxis profissional.

Iamamoto também aborda essa dimensão, considera que o produto do trabalho profissional incide na criação de consensos nesse sentido compreende que os assistentes sociais são intelectuais, que podem contribuir com no reforço da hegemonia ou na construção da contra-hegemonia:

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é nesse sentido, um intelectual que

⁶¹ As práticas educativas no Serviço Social assumiram durante a história da profissão diferentes maneiras de ser, que corresponderem as demandas e contradições colocadas pela realidade. Inicialmente vinculou-se a uma prática alienante, que buscava o controle da classe trabalhadora com o objetivo de manter a estrutura social burguesa. Essa prática educativa denominada como subalternizada, foi contestada pela categoria profissional no processo denominado movimento de renovação, sendo transformada em seus objetivos, que passaram a corresponder ao compromisso com a classe trabalhadora expressos na direção social do projeto ético-ético político da profissão (ABREU; CARDOSO, 2009).

⁶² O Termo cultura é empregado no sentido Gramsciano, entendido como sociabilidade. Às práticas educativas são entendidas por Gramsci como vinculadas a luta por hegemonia na sociedade, é elemento estratégico nos processos formadores de cultura (ABREU; CARDOSO, 2009).

contribuí, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (IAMAMOTO, 2001, p. 69).

A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social pode ser voltada para estratégias de manutenção e reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e a sociedade, ou em seu oposto, em estratégias educativas emancipatórias, contrárias às formas de dominação/exploração e vinculadas dessa forma à construção de outra sociabilidade antagônica à ordem do capital. A dimensão socioeducativa nessa última perspectiva, compreende as pessoas como os sujeitos históricos, o que significa que são capazes de modificar a realidade em determinadas condições históricas (ABREU; CARDOSO, 2009).

Apesar da pesquisa de campo demonstrar que os assistentes sociais, em sua maioria, não se utilizam de seus espaços ocupacionais para problematização e enfrentamento dos preconceitos, defendemos nesse estudo que é fundamental que o Serviço Social se aproprie dessa questão em uma perspectiva educadora emancipatória. A abordagem do preconceito pelo assistente social realizada nessa perspectiva, contribui para a contestação de diversas formas de opressão e exploração fundadas em preconceitos, podendo ser um espaço de construção coletiva de estratégias e organização política que se pautem na luta contra qualquer forma de opressão e exploração.

Compartilhando do pensamento de Heller (1985) no qual analisa a conveniência dos preconceitos para a manutenção da estrutura social, consideramos importante que o debate sobre o preconceito no espaço ocupacional tenha uma perspectiva de totalidade, evidenciando nesse sentido, o papel do preconceito para a conservação da estrutura desigual do sistema capitalista, que o utiliza para cindir os sujeitos que partilham de um mesmo interesse de classe.

3.2.4 O preconceito e a formação profissional dos assistentes sociais

Para colaborar em nossa análise a respeito da apropriação do Serviço Social sobre o preconceito, buscamos na pesquisa de campo compreender se essa problematização fez parte da formação acadêmica das assistentes sociais, nessa questão não focamos nossa análise sobre

o preconceito ao migrante, buscando apreender à abordagem das diversas formas de preconceito.

Quatro profissionais disseram que, no espaço de graduação em Serviço Social, não foi abordado nenhuma temática que se referisse ao preconceito, três relataram que foi abordado, contudo salientam que foi em momentos pontuais e mesmo de maneira superficial:

Na verdade essa questão do preconceito, na faculdade em si a gente viu muito pouco, onde trabalhou mais a questão do preconceito, foi na pós-graduação, que eu fiz em família contemporânea, então na pós trabalhou mais essas questões (diferentes configurações familiares e de gênero). (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Em geral, eu devo ter tido uma aula, ou outra, mas, muito superficial, nada muito detalhado. Estou tentando me lembrar aqui, mas, não. Uma discussão ou outra em sala de aula, mais nada. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Mais palestra, principalmente de gênero onde eu aprendi quais são as variedades de gênero, os tipos de gênero, identificação de gênero, não tinha nas matérias. (Joana, assistente social, município de Serrana).

Foi questionado às profissionais, se as mesma acreditavam ser importante na formação profissional a abordagem do preconceito, todas as profissionais respondem positivamente, as falas transcritas foram as que expuseram os motivos de tal posicionamento:

Sim. Com certeza. Acho que deveria ser melhor trabalhado. Então eu acho assim, que a gente teria que trabalhar mais essa questão do preconceito, da discriminação e da violência, a gente deveria trabalhar mais no curso sim, porque é nosso dia a dia. Muitas vezes a gente tem a formação teórica e chega na prática a gente vê que tem diversas questões, são diversas demandas, mas, a mesma demandas ela tem diversas pontes, ela tem um leque da questões sociais⁶³ que envolvem a questão do preconceito. (Pâmela, assistente social, município de Guariba).

Sim, tem que ter, de todas as formas de preconceito. Mas de gênero tem que discutir muito do fortalecimento da mulher. (Helena, assistente social, município de Serrana).

Muito! Porque se é uma profissão que está aí para garantir que isso seja minimizado é a nossa, a gente vai trabalhar com equidade o tempo todo e vai ser nossa ferramenta de trabalho a questão social. [...] A vulnerabilidade, má formação escolar, falta de cultura, falta de acesso, de direito e de deveres está em intrínseca com o preconceito aí, eu acho que deveria ter uma matéria não como palestras, mas como parte da diretriz curricular, porque assim se um profissional não destituir de todo seu preconceito na formação

⁶³ O termo correto é “Questão Social”, que é resultado das contradições da sociabilidade capitalista e da luta entre capital e trabalho, não existe dessa forma mais que uma questão social, mas sim suas diversas expressões: desemprego, acesso precário a moradia, saúde, violência e etc.

profissional, acho que não deveria ser um profissional, não dá porque ele vai reproduzir essa questão. (Joana, assistente social, município de Serrana).

A fala de Joana traz considerações significativas sobre a apropriação do preconceito na formação profissional, coloca que essa temática não deve ser restrita à palestra, mas deve estar presente nas diretrizes curriculares, enfatiza que a profissão tem papel importante para colaborar com a diminuição do preconceito, tendo em vista que trabalhamos em nosso cotidiano suas expressões.

A profissional Iolanda relata que inicialmente achava que não era uma temática que deveria estar presente no curso de Serviço Social, por acreditar que atitudes preconceituosas são determinadas pelo caráter da pessoa e da família, e quem escolhe ser assistente social não teria essa atitude, pois escolheu trabalhar com pessoas, no decorrer da entrevista disse ter revisto esse posicionamento. Essa percepção remete a uma concepção que marcou a gênese do Serviço Social, que concebia que os assistentes sociais teriam uma vocação natural e qualidades inatas para a exercer a profissão.

Eu achava que não, porque eu achava que isso fazia parte da formação da pessoa e da família e principalmente da pessoa que vai ter a escolha de trabalhar com gente, mas aí conversando com você eu acho que sim, por conta de quem quer se formar com a finalidade somente de ganhar dinheiro, até hoje eu achava que não precisaria, mas hoje eu acho que sim. (Iolanda, assistente social, município de Serrana).

Em relação à formação continuada majoritariamente⁶⁴, as profissionais relataram que buscam constantemente a participação em cursos, capacitações e palestras. Pâmela e Lívia disseram ter realizado especialização em família contemporânea, Judite estava cursando no período especialização em políticas sociais na modalidade EAD. Helena enfatizou que busca de forma ininterrupta a formação continuada e iria iniciar um curso de pós-graduação também voltado para políticas sociais, e a assistente social Joana disse que busca participar de capacitações e cursos principalmente no que se refere à área que atua.

Pelo relato das assistentes sociais, pudemos compreender que, em suas formações, a apropriação da temática do preconceito não aconteceu para a maioria, e as quais relataram alguma aproximação, salientam que foi de forma pontual. Consideramos, diante dessa realidade, que a formação profissional das sujeitas de pesquisa encontrou dificuldades de apropriar-se dessa temática. Nos questionamos: quais os motivos que levam a essa ausência

⁶⁴ Durante as entrevistas de duas sujeitas dessa pesquisa, esquecemos de realizar o questionamento quanto a formação continuada, por isso a informação sobre essas profissionais não constam.

do debate sobre o preconceito na formação profissional? O problema estaria na constituição das diretrizes curriculares? Nas unidades de ensino? Na não compreensão da relevância desse tema como constituinte das relações sociais e do ser social? Em busca de compreender essas questões, buscou-se analisar como ocorre a presença do preconceito nas diretrizes curriculares de 1996, considerando-se que das sujeitas de pesquisa⁶⁵, cinco formaram-se a partir dessas diretrizes.

As diretrizes curriculares do Serviço Social de 1996 (analisadas anteriormente), foram fruto de uma construção conjunta que buscou superar os equívocos das diretrizes anteriores, contudo mantendo o avanço alcançado pela reformulação realizada em 1982. O ensino e aprendizagem são compreendidos inseridos da dinâmica da vida social, reafirma-se a centralidade do trabalho na formação do ser social e do repensar crítico do ideário profissional, frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação. A nova lógica curricular busca superar a fragmentação do ensino e da aprendizagem, com o objetivo de construir um espaço que propicie o pensamento crítico, o questionamento, a investigação e o desvelamento das possibilidades de ação postas na realidade (ABEPSS, 1996).

As diretrizes curriculares estruturam-se a partir de três núcleos de fundamentação da formação profissional, entendidos enquanto um conjunto de conhecimentos indissociáveis, sendo eles: Núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; Núcleos de fundamento do trabalho profissional. “Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades.” (ABEPSS, 1996, p. 121).

O núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social é incumbido pela abordagem do ser social enquanto totalidade histórica, analisa dessa forma os elementos essenciais da vida social, que serão particularizados nos outros núcleos, assim como fornece os componentes fundamentais para compreensão das contradições postas na sociabilidade burguesa, reconhecendo as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais. É também responsável por abordar diferentes teorias modernas e contemporâneas (ABEPSS, 1996, p. 123).

O núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira, de maneira geral, é responsável por analisar a constituição da sociedade brasileira,

⁶⁵ A assistente social Luana formou-se há 35 anos e Iolanda há 24 anos, dessa forma ambas formações formaram-se com currículos anteriores ao de 1996.

compreendendo sua formação histórica, social e cultural, assim como as diversidades regionais e locais e o papel da estrutura agrária e agrícola na particularidades históricas.

Está análise se direciona para a apreensão dos momentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, **bem como impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades, diferenciações de classe, de gênero e étnico, exclusão social, etc.** (ABEPSS, 1996, p. 124, grifo nosso).

O terceiro núcleo é de fundamentos do trabalho profissional, pauta-se na compreensão da profissão como especialização do trabalho e sua prática como materialização de um processo de trabalho, que tem como seu objeto as expressões da questão social. As dimensões que constituem o fazer profissional são articuladas aos componentes fundantes de todo processo de trabalho, que são: a matéria prima do trabalho, os meios de trabalho, a atividade do sujeito direcionada para um objetivo (ABEPSS, 1996).

Tal núcleo dedica-se a compreender as características sócio-históricas e cultura que determinaram a institucionalização e desenvolvimento da profissão, reconhecendo as implicações ideopolíticas, culturais e econômicas do produto do trabalho. “Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais condicionantes de seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social.” (ABEPSS, 1996, p. 126).

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas de construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. Imbricada ao desvelamento dessas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos (ABEPSS, 1996, p. 127, grifo do autor).

Os núcleos, que se constituem em um conjunto de conhecimentos e habilidades, especifica-se em matérias, que se distendem em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares como pesquisa, extensão etc.. Tem-se como objetivo ultrapassar uma concepção do currículo centrado apenas em disciplinas, valorizando a participação no espaço universitário (ABEPSS, 1996, p. 128).

As matérias básicas propostas foram Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teóricos-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional (ABEPSS, 1996).

As diretrizes curriculares foram homologadas, no ano de 2001, pelo Ministério da Educação e do Desporto-Secretaria de Educação Superior (MEC-Sesu), contudo sofreram significativas mudanças de sua proposta original formulada pela categoria profissional. Iamamoto (2015) analisa que houve descaracterização referente à direção social dada ao Serviço Social e aos conhecimentos e capacidades tidas como essenciais ao desempenho do assistente social.

Onde constava o perfil do bacharel em Serviço Social que era “perfil comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social” foi substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, é retirado o direcionamento teórico-metodológico e histórico para análise dos processos sociais da sociedade brasileira, os tópicos de estudos foram excluídos do texto, sendo que eram eles que consubstanciavam de forma detalhada os conteúdos curriculares expostos nos três núcleos de fundamentação (IAMAMOTO, 2014).

Tais mudanças resultaram na dificuldade de garantir um currículo básico que fosse comum à formação no país, os conteúdos passam a ser de livre escolha das unidades de ensino, que apenas tem como prerrogativa preservar os núcleos de fundamentos. Essa flexibilização da proposta original “[...] é condizente com os princípios neoliberais que vêm presidindo a orientação para o Ensino Superior, estimulando sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado.” (IAMAMOTO, 2015, p. 446).

Realizamos essa breve compreensão dos elementos fundantes das diretrizes curriculares do Serviço Social, com o objetivo de compreender como a abordagem do preconceito está presente nesse documento, que orienta a formação profissional. Podemos compreender que a dimensão do preconceito é transversal às diretrizes curriculares, no sentido que os três núcleos de fundamentação têm elementos que propiciam a abordagem do preconceito, mesmo que não esteja explícito.

Ao pensarmos no núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social que dedica-se à compreensão do ser social em sua totalidade histórica, inerentemente ao

preconceito deveria ser problematizados em tal análise, por compor parte da dinâmica da vida social e do ser social em uma perspectiva de totalidade. Nesse eixo, também é colocada a necessidade de apreensão da dinâmica da sociedade capitalista em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência, entendemos que o preconceito constitui-se como um mecanismo de dominação e alienação dessa sociabilidade, que colabora para a manutenção da exploração da classe trabalhadora.

O segundo eixo denominado Núcleos de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira traz de forma mais explícita a necessidade de analisar as desigualdades referente às diferenças de classe, de gênero e étnico racial que compõe a dinâmica da realidade brasileira. Contudo, ao pensarmos através de uma perspectiva histórica crítica é evidente que essa temática está contida em outros elementos desse núcleo, pois ao analisar a formação histórica do Brasil, as relações de opressão e preconceito a diversos segmentos sociais estiveram imbricadas à sua formação e constituição.

Como apontamos anteriormente, o núcleo fundamentos do trabalho profissional compreende os elementos fundamentais do trabalho do assistente social, aborda sua dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. “As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teóricos-críticos, buscando trabalhar a situação da realidade como fundamento da intervenção.” (ABEPS, 1996, p. 127).

Ao pensarmos a práxis profissional pautada em referenciais teóricos críticos, imbricada a sua dimensão ético-político, que consiga ter uma análise das contradições postas no real, compreendemos que as relações de opressão deveriam necessariamente ser abrangidas para alcançar esse objetivo, considerando que suas expressões incidem sobre os sujeitos que direcionamos nosso trabalho.

É de fundamental importância que sejam analisadas criticamente as relações de preconceito que consubstanciam as desigualdades sociais e a opressão, pois sem essa análise, os sujeitos que sofrem com essas relações são culpabilizados por seu acesso desigual à riqueza socialmente produzida. Como exemplo, podemos analisar o acesso majoritário da população negra na política de assistência social e seu acesso desigual ao Ensino Superior, uma análise que não apreenda as relações de opressão imposta historicamente na sociedade brasileira pelo racismo responsabiliza a população negra por essa inserção desigual.

Podemos considerar que o preconceito constitui-se em uma temática que é transversal à formação profissional, contudo a pesquisa de campo evidenciou que essa abordagem não está sendo realizada no universo estudado. A formação profissional das sujeitas dessa pesquisa silenciou-se no que se refere à essa problematização, o que acreditamos que colabora

para que as relações de opressão da sociedade brasileira não sejam apreendidas o que incide diretamente na não apropriação dos espaços de trabalho para colaborar com o combate ao preconceito e o incentivo à participação de grupos socialmente discriminados, dificultando dessa forma que a dimensão educativa da profissão em uma perspectiva emancipadora seja utilizada contra o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar um debate sobre o preconceito ao migrante no âmbito do Serviço Social a partir da percepção e prática profissional do assistente social dos municípios de Guariba-SP e Serrana-SP. Nesse sentido, procurou-se analisar se os profissionais reproduzem o preconceito ao migrante, se compreendem o preconceito a esse segmento e se utilizam-se de seus espaços ocupacionais para problematizar essa forma de preconceito, com vista a colaborar com o seu enfrentamento.

Objetivamos, durante a construção deste trabalho, ter um olhar de totalidade sobre a categoria preconceito e o Serviço Social, por entendermos que não somente o preconceito ao migrante é uma problemática importante de ser apropriada, mas sim as diversas manifestações do preconceito, que permeiam a sociedade e por consequência o trabalho do assistente social. Com anseio de alcançar esse objetivo, a análise das produções teóricas do Serviço Social, as perguntas realizadas em relação à apropriação do espaço de trabalho para o enfrentamento do preconceito e o questionamento sobre a presença dessa temática na formação profissional, não foram focadas somente no preconceito ao migrante, mas na própria categoria preconceito.

Foi analisado no início desse trabalho que o preconceito ao migrante é marcante na região de Ribeirão Preto, as discriminações são expressas nos espaços de trabalho e moradia, no acesso às políticas públicas e nos estereótipos negativos que lhes são designados. Afirmamos, dessa maneira, que o preconceito ao migrante existe e marca a trajetória de vida desses sujeitos, colaborando para a negação de seus direitos. Compreendemos que o preconceito ao migrante no Brasil se estabelece em uma relação dialética com preconceito racial, de classe e por sua origem geográfica. Não é apenas a condição de migrante que determina o preconceito, mas o pertencimento à classe trabalhadora, ser da raça/etnia negra e oriundo da região norte, nordeste e do norte de Minas Gerais.

Na pesquisa de campo, buscamos analisar se o preconceito ao migrante é apreendido pelas assistentes sociais. Embora nossa afirmação sobre o preconceito ser um fato, as profissionais majoritariamente não apreendem essa realidade, as relações sociais entre migrantes e naturais são analisadas como harmônicas e ausentes de conflitos.

Frente a essa realidade, questionamo-nos sobre os determinantes da dificuldade apresentada pelas sujeitas de pesquisa de apreenderem o preconceito ao migrante. A partir do estudo da obra de Marilena Chauí, intitulado “Brasil o mito fundador e a sociedade autoritária” foi analisado que, na sociedade brasileira, as diversas formas de exploração, discriminação e dominação são camufladas, sob a concepção de uma sociabilidade sem preconceitos, harmoniosa e cordial. Acreditamos que essa imagem, colabora para

entendermos a dificuldade que levam as sujeitas dessa pesquisa não compreenderem, em sua maioria, o preconceito sofrido pela população migrante.

Consideramos da mesma maneira que a não percepção do preconceito ao migrante representa a naturalização da discriminação, que pode ser banalizada e compreendida até mesmo como manifestações de “brincadeiras”, e/ou ocultadas pelas ações de caridade realizadas pela população natural.

Ao se negar o preconceito e as relações de opressão e exploração que permeiam a realidade, tendo como fundamento a concepção de uma sociedade harmônica e cordial, naturaliza-se os preconceitos e manifestações de discriminação. Compreende-se dessa maneira que o mito construído da sociedade brasileira estabelece relação importante com a naturalização do preconceito, pois oculta essa realidade.

O preconceito ao migrante não é um temática problematizada no espaço de trabalho das assistentes sociais, acreditamos que a própria concepção de ausência do preconceito é fundamental para entender essa questão, pois ao não se compreender que o migrante sofre preconceito, conseqüentemente, essa abordagem perde sentido no cotidiano profissional. Apenas três profissionais relatam terem trabalhado com outras manifestações de preconceito, sendo que em uma delas essa discussão foi pontual, trazida pelos sujeitos que participavam do grupo.

É possível inferir que as assistentes sociais de uma forma geral têm pouca compreensão das relações de preconceito presentes na sociedade, mesmos as profissionais que dedicam-se a abordar essa temática, limitam-se às discriminações explícitas na realidade da população atendida, não abordando, dessa maneira, as diversas manifestações de preconceito, que inclusive podem estar relacionadas dialeticamente na realidade dos sujeitos.

É importante pontuar que as duas assistentes sociais que problematizam o preconceito referente ao negro e ao dependente químico em seus espaços de trabalho, fazem-no na perspectiva de defesa de seus direitos, buscando a reflexão conjunta entre profissional e os sujeitos envolvidos no trabalho.

Foi analisado, em nossa pesquisa, que a abordagem do preconceito no cotidiano profissional é intrínseca à dimensão socioeducativa da profissão, pois o trabalho do assistente social incide diretamente na forma de pensar e agir dos sujeitos, podendo contribuir para a hegemonia do instituído ou para a construção da contra hegemonia. Consideramos que o assistente social ao apropriar-se da dimensão educativa da profissão em uma perceptiva emancipadora pode em uma construção conjunto e horizontal com os indivíduos envolvidos colaborar para a luta contra o preconceito e com a contestação das diversas formas de

opressão e exploração que permeiam a sociedade, evidenciando nessa análise o papel do preconceito para a conservação da estrutura desigual do sistema capitalista.

Podemos compreender, nesta pesquisa, que os assistentes sociais têm dificuldade de alinhamento com o projeto profissional no quesito específico de não reproduzir estereótipos ao migrante, posto que três profissionais reportaram em suas falas estereótipos negativos a esses sujeitos. O preconceito é um obstáculo a efetivação de direitos humanos, sociais e políticos, diminui a possibilidade de escolha dos indivíduos e favorece a manutenção das estruturas de exploração da sociedade, assim sendo é em sua essência inconciliável com a direção social do projeto ético-político que tem a liberdade como valor central e assume o compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos.

Como salientado nesse trabalho através do estudo de Heller (1985), a própria dinâmica do cotidiano, que é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social, contribui para a reprodução de preconceitos, por sua característica de repetição acrítica, ultrageneralizadora, que assimila estereótipos e analogias impingidas pela cultura e pelo ambiente imediato e pelo pragmatismo que estabelece a unidade imediata entre pensamento e ação.

As assistentes sociais, sujeitas dessa pesquisa não tiveram em seus espaços de formação a oportunidade de questionarem normas e estereótipos oriundos de sua integração primária que, sendo fruto dessa sociedade, tem grande chance de pautar-se em uma concepção conservadora e preconceituosa. A formação continuada propiciada pelos espaços institucionais é voltada para a operacionalização das políticas sociais, dessa maneira tem capacidade limitada para a problematização do preconceito e das relações de opressão que perpassam a sociedade.

Esses elementos colaboram para que as normas e estereótipos assimilados da sociabilidade primária não encontrem espaços que propiciem seu questionamento e para que a dinâmica do cotidiano não seja ultrapassada. Reforçamos essas informações para salientar, que não buscamos compreender a manifestação do preconceito em uma perspectiva que culpabiliza as sujeitas dessa pesquisa, mas sim contribuir com o seu desvelamento no cotidiano profissional.

A análise realizada nas revistas demonstrou que o preconceito ao migrante não é um estudo presente nas produções teóricas da categoria profissional, pois não encontramos, segundo os critérios estabelecidos, nenhum artigo que se dedique a essa temática. Podemos também analisar que as diversas manifestações de preconceito têm presença tímida na produção teórica, pois apenas nove artigos de um total de 530 artigos dedicaram-se a esse estudo.

Essas informações revelam que o Serviço Social precisa dedicar-se de forma mais intensa em suas pesquisas a desvelar o preconceito ao migrante e também as diversas expressões do preconceito, pois apenas conhecendo essa realidade com profundidade poderemos pensar melhores estratégias para seu enfrentamento.

A formação profissional das sujeitas dessa pesquisa apontou a problemática da ausência do debate sobre o preconceito na graduação em Serviço Social, frente a essa realidade, buscamos analisar as diretrizes curriculares, para compreender se em seus núcleos fundamentais o preconceito é uma temática presente. Podemos considerar que a abordagem do preconceito é transversal ao currículo, o que significa que perpassa todos os seus núcleos fundamentais, contudo na formação das sujeitas dessa pesquisa majoritariamente essa abordagem foi irrisória ou não ocorreu.

Consideramos que a ausência dessa discussão na formação profissional é problemática, pois os profissionais não tiveram condições de apropriarem-se de um debate crítico sobre o preconceito na sociedade brasileira, de indagarem seus próprios valores e questionarem elementos de sua formação moral que podem ser pautadas em preconceitos. Temos como hipótese que essa ausência colabora no não questionamento de estereótipos impingidos pela sociedade, na não apreensão das relações de preconceito que permeiam o trabalho do assistente social e, por consequência, na dificuldade de apropriação do espaço ocupacional para o enfrentamento ao preconceito.

Não temos elementos nessa pesquisa para explicar o motivo dessa ausência na formação profissional, assim como não é possível afirmar que essa realidade seja presente em diversos espaços de formação, para analisar essa questão seriam necessários estudos mais amplos que se dediquem especificamente a desvelar essa realidade.

Compreendemos que a formação acadêmica é importante para que os alunos de Serviço Social possam apropriar-se do debate sobre o preconceito, pois a educação universitária pode ser um espaço favorável para a reflexão que problematize as relações de opressão postas na sociedade, adquirindo elementos para uma análise do real que ultrapasse a aparente harmonia das relações sociais. Salientamos ainda que a importância da abordagem do preconceito que ultrapasse a dimensão do ensino e que também esteja presente na pesquisa e na extensão universitária, que constituem elementos indissociáveis para uma formação de qualidade que contribua para o desenvolvimento de uma visão crítica e transformadora da realidade.

Apesar de consideramos o papel relevante da formação acadêmica como espaço que possa propiciar a crítica ao preconceito, não temos uma visão fantasiosa sobre a educação

enquanto uma solução para o preconceito presente nas percepções dos assistentes sociais, pois estes são frutos dessa sociedade e desse chão histórico, sociedade esta que reproduz e naturaliza preconceitos.

Heller (1985) realiza uma importante análise ao salientar que, quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade, tanto maior será a alienação presente na vida cotidiana e sua irradiação para as demais esferas da vida, com o aumento da alienação na vida cotidiana mais propício este espaço se torna para a reprodução do preconceito. A alienação é por ela compreendida como a distância entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos, e entre a produção humano-genérico e a participação consciente dos indivíduos nessa produção.

O capitalismo aprofunda esse abismo, sendo a estrutura do cotidiano nessa sociabilidade fundada na alienação. A burguesia historicamente é a classe que mais reproduz preconceitos o que se deve não apenas à sua maior capacidade técnica, mas também ao seu esforço de tornar sua ideologia hegemônica, para Heller (1985), antes que a sociabilidade burguesa passasse a vigorar, a mobilização de sociedades inteiras contra outras mediante um sistema de preconceitos não era um fenômeno típico.

Considerando tais elementos, entendemos que o combate ao preconceito que se pautar em uma dimensão coletiva necessita vincular-se à luta por outra sociabilidade que não seja fundada na alienação dos sujeitos e na exploração e opressão de classe, etnia/raça, gênero, orientação sexual, origem geográfica etc.. É importante, nessa perspectiva, afirmarmos a direção social do Projeto Ético-Político que se conecta com a construção de outra sociabilidade, pois, na sociedade burguesa, a eliminação do preconceito é irrealizável.

Mesmo tendo como horizonte a eliminação das estruturas de preconceito, é importante traçarmos estratégias para seu enfrentamento sob as dadas bases históricas e materiais, para não sucumbirmos em uma atitude de inércia frente ao real. Defendemos, dessa maneira, que é fundamental que o Serviço Social se aproprie de forma mais ampla desse debate, o que deve ser realizado pelas produções teóricas, pela formação profissional e pelos espaços propiciados para formação continuada dos assistentes sociais. Acreditamos que essas estratégias são de fundamental importância para que os profissionais possam questionarem os preconceitos impingidos pela cultura e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ABAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1947**. São Paulo, 29 set. 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 25 jul 2016.

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Brasília, DF, 1996.

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____.; CARDOSO, F. G. Mobilização cultural e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ADORNO, T. W. **Escritos sociológicos II: la técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas**. Estudios sobre La personalidad autoritaria. Madrid: Ediciones : Akal, 2009. v. 1.

_____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, F. Porque Morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, ano 3, v. 15, p. 90-98, set./dez. 2006.

_____. Migrações de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será um fato casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: _____.; NOVAES, J. R. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

AMARO, S. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 81, p. 59-81, mar. 2005.

AYDOS, M. R. Migrações internas no Brasil contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. In: SEMANA PUR, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/Mariana_Aydos.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2016.

BAENINGER, R. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambú. **Anais....** Caxambú: NEPO, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaImigra%C3%A7aoBrasilAnos80e90.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BARROCO, M. L. S. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UNB, 1999.

BARROCO, M. L. Bases Filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. **Ética e sociedade**: curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. Brasília, DF: CFESS, 2003b.

_____. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Organizado por: Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Reflexões sobre liberdade e (in) tolerância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 468-481, 2014.

BARROS, C. J. **As condições de trabalho na construção civil**. São Paulo, 2014. Disponível em:

<http://reporterbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/23.constru%C3%A7%C3%A3o_civil_ENP_baixa.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez: 2003

BORGES, S. S. **O nordestino em São Paulo: desconstrução e construção de uma identidade**, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016

BRITES, C. M.; SALES, M. A. **Ética e práxis profissional**: curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. Brasília, DF: CFESS, 2003.

BRITO, I. C. B. **Comunidade, território e complexo florestal industrial**: o caso de vereda funda, Norte de Minas Gerais, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

_____. A Rede Movimento Social dos Gerzeiros do Norte de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPASS, 6, 2012, Belém, **Anais...** Belém: ANPASS, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1286-1051-20120702133233.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CALDEIRA, T. P. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 30, p. 23-40, 1991.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. 1997. (Texto para discussão, 621).

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século.** Rio de Janeiro: IPEA. 2000. (Texto para discussão, 766).

CARLI, R. Comportamento ético e crítica ao preconceito burguês. **Temporalis**, Brasília, DF ano, 14, n. 27, p. 141-157, 2014.

CARNEIRO, M. S; SOUSA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana de açúcar em São Paulo. In: ALVES, F.; NOVAES, J. R. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio).** São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CASTRO, L. Colheita de cana já é totalmente mecanizada na região de Ribeirão Preto. **A Cidade ON**, Ribeirão Preto, 1 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/economia/NOT,2,2,1161963,Colheita+da+cana+a+e+totalmente+mecanizada+na+regiao+de+Ribeirao+Preto.aspx>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONSELHO FEDERAL DO ASSISTENTE SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro, 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016

_____. **Código de ética profissional do assistente social.** Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

CROCHÍCK, J. L. Teoria crítica da sociedade e estudo sobre o preconceito. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-99, 2001.

_____. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996.

DAMERGIAN, S. Migração e referencias migratórias: linguagem e preconceito. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 251-268, abr./jun. 2009.

DEDECCA, C.; MONTALI, L.; BAENINGER, R. **Estudos Regionais Pólo Econômico de Ribeirão Preto.** Campinas: FINEP : NEPP : NEPO : IE Unicamp, 2009. (Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais). Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/simesp/Site/Estudos/RP.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DEZAN, M. D. S. **Impactos da imigração japonesa sobre a diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano-SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EURICO, M. C. **Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, 2013.

FERREIRA, G. G. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 14, n. 27, p. 99-117, 2014.

COSTA, J. F. O governo dos sexos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1990. Caderno Idéias/Ensaíos.

FREITAS, T. P. **Tintas pretas em papéis brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. (Org.) **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2000.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A formação acadêmica-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE. **Cidades@**: São Paulo: Guariba, 2010a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351860&search=sao-paulo/guariba>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

IBGE. **Cidades@:** São Paulo: Serrana, 2010b. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355150&search=sao-paulo|serrana>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. Contrarreforma da Educação Superior Brasileira: impactos na formação profissional de Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

LOPES, J. B. L. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LOPES, J. B. L. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 6, 126-142, dez. 1973.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: um estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. **Preconceito contra homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: ABEP; IUSSP; CELADE. **História e população**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MARTINS, J. S. **Não há terras para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MARTINS, T. C. S. O negro do contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 450-467, 2012.

_____. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão Social” Brasileira. **Temporalis**, Brasília, DF ano 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. L. 1. 2 v.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATOS, M. C. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 14, n. 28, p. 39-56, 2014.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; Oliveira, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre o deslocamento populacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e análises. Informações demográficas e socioeconômicas, 1).

_____.; EVARTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil PNADs e censo demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre o deslocamento populacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e análises. Informações demográficas e socioeconômicas, 1).

_____. Buscando compreender os comportamentos recentes das migrações internas. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 19, ano 5, dez. 2014.

Disponível em:

<http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/019/original/emetropolis_n19.pdf?1447896381>. Acesso em: 20 fev. 2016.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e análises. Informações demográficas e socioeconômicas, 1).

OLIVEIRA, M. M. **Serviço Social e o preconceito ao migrante de Guariba-SP**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova prática do Serviço Social: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2003.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratório no Brasil**: tempos e espaços. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Textos para discussão).

PAULA, A. M. N. R. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: "a esperança da melhoria de vida". 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PAULO NETTO, J. **A construção do Projeto Ético-Político contemporâneo**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD : ABEPSS : CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil**, pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2.p. 268-277, jul./dez. 2009.

_____. Expansão dos Cursos de Serviço Social EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **Ser Social**, Brasília, DF, v. 4, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.

PINHEIRO, I. C. **De onde vêm e porque vão: uma análise das condições de vida e trabalho do cortador de cana migrante do município de Serrana**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Franca, 2001.

RAMOS, G. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 1985.

RIBEIRO, M. As abordagens étnicos raciais no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 25, n. 79, esp., p. 148-161, 2004.

ROCHA, R. F. A questão racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 99, p. 540-561, jul./set. 2009.

ROSA, J. G. **Grandes sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANT’ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, G. R.; SILVA, S. R. Desenvolvimento regional do Norte de Minas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Montes Claros. **Anais....** Montes Claros: Anpocs, 2011. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt05-27/881-desenvolvimento-regional-no-norte-de-minas-gerais/file>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SILVA, J. F. S, **Serviço Social: resistência e emancipação**. 2010. Tese (Livre Docência em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundunesp, 1999.

_____. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de Álcool”. In: ALVES, F.; NOVAES, J. R. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. Introdução. In: FACIOLLI, I. I. (Org.). **Vozes do eito**. Guariba: Eco das Letras, 2009.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2011, Porto Seguro. **Anais....** Porto Seguro: ABANT, 2011. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2020/maria%20aparecida.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012

SILVEIRA, D. L. S; SOUZA, S. T. História das mulheres nordestinas Ituiutama-MG (1950-1960): escolarização, etnia e gênero. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ed: UFP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.06.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SINGER, P. I. Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional brasileira. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 20, p. 5-16, 1974. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_economicas.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Economia política de urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

TIAGO. Cisgênero. In: DICIONÁRIO InFormal. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cisg%C3%AAnero/>>. Acesso em: 30 maio 2015.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2013. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

VETTORASSI, A. Migrantes do interior paulista: sobre relações sociais traçadas por violências simbólicas. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 1, n. 49, p. 213- 237, 2006. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/26/18>>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. **Laços de trabalho e rede dos migrantes**: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes em Guariba-SP e Serrana-SP, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIROS DE ENTREVISTAS:**ROTEIRO DE ENTREVISTA: ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE****I- IDENTIFICAÇÃO:**

- 1) Há quanto tempo se formou? Em qual faculdade?
- 2) Há quanto tempo trabalha nesse município?
- 3) Há quanto tempo trabalha na política de saúde?
- 4) Qual o cargo ocupado?
- 5) Qual regime de trabalho?

II- SOBRE A POPULAÇÃO MIGRANTE:

- 1) Há uma grande quantidade de migrantes no município?
- 2) Quais os lugares de origem dos migrantes que vieram para o município?
- 3) Por quais motivos esses migrantes vêm para este município?
- 4) Há diferenças entre os migrantes e a população local? No que consistem de forma geral essas diferenças?
- 5) Essas diferenças afetam a inserção dos migrantes no município? De que forma?
- 6) O fluxo migratório afetou as características da cidade?
- 7) Há conflitos entre a população local e os migrantes?
- 8) Havendo tais conflitos, como eles poderiam ser solucionados?
- 9) Quais as condições de vida dos migrantes quanto à:
 - a) moradia;
 - b) trabalho;
 - c) alimentação;
 - d) saúde;
 - e) higiene;
 - f) educação;
 - g) lazer.
- 10) As condições de vida da população são diferentes?

- 11) Alguma característica cultural dos migrantes pode influenciar positiva ou negativamente em sua saúde?
- 12) Existe alguma característica que diferencia os migrantes da população natural em relação à incidência de doenças a acidentes de trabalho, à gravidez de risco e/ou na adolescência, entre outras questões?
- 13) Em relação a essas demandas trazidas ao serviço social, há alguma que seja específica da população migrante ou que seja majoritariamente trazida por esta população?
- 14) A população migrantes sofre algum tipo de preconceito no município?
- 15) Nos atendimentos em grupos ou individuais, há referências feitas por migrantes quanto a serem alvos de preconceito?
- 16) Já foi trabalhado em grupos, atendimentos individuais ou em outros espaços ocupacionais, alguma questão referente ao preconceito ao migrante? E outras manifestações de preconceito?
- 17) Na sua formação em Serviço Social, você teve alguma matéria, discussões ou oficinas que abordassem a temática do preconceito?
- 18) Você acha que esta é uma questão importante na formação profissional?
- 19) Em relação a outras formas de preconceito, você já teve em seu cotidiano profissional alguma demanda referente a essa questão?

ROTEIRO DE ENTREVISTA: ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

I- IDENTIFICAÇÃO:

- 1) Há quanto tempo se formou?
- 2) Há quanto tempo trabalha nesse município?
- 3) Há quanto tempo trabalha na política de assistência social?
- 4) Qual o cargo ocupado?
- 5) Qual regime de trabalho?

II- SOBRE A POPULAÇÃO MIGRANTE:

- 6) Há uma grande quantidade de migrantes no município?
- 7) Quais os lugares de origem dos migrantes que vieram para o município?

- 8) Por quais motivos esses migrantes vêm para este município?
- 9) Há diferenças entre os migrantes e a população local? No que consistem de forma geral estas diferenças?
- 10) Essas diferenças afetam a inserção dos migrantes no município? De que forma?
- 11) O fluxo migratório afetou as características da cidade?
- 12) Há conflitos entre a população local e os migrantes?
- 13) Havendo tais conflitos, como eles poderiam ser solucionados?
- 14) Quais as condições de vida dos migrantes quanto à:
 - a) moradia;
 - b) trabalho;
 - c) alimentação;
 - d) saúde;
 - e) higiene;
 - f) educação;
 - g) lazer.
- 15) As condições de vida da população são diferentes?
- 16) A população migrante é usuária da política de assistência social do município? É significativa sua participação?
- 17) Quais as demandas trazidas pelos migrantes quando buscam a assistência social?
- 18) Em relação a essas demandas trazidas ao serviço social, há alguma que seja específica da população migrante ou que seja majoritariamente trazida por essa população?
- 19) A população migrante sofre algum tipo de preconceito no município?
- 20) Nos atendimentos em grupos ou individuais, há referências feitas por migrantes quanto a serem alvos de preconceito?
- 21) Já foi trabalhado em grupos, atendimentos individuais ou em outros espaços ocupacionais, alguma questão referente ao preconceito ao migrante? E outras manifestações de preconceito?
- 22) Na sua formação em Serviço Social, você teve alguma matéria, discussões ou oficinas que abordassem a temática do preconceito?
- 23) Você acha que esta é uma questão importante na formação profissional?
- 24) Em relação a outras formas de preconceito, você já teve em seu cotidiano profissional alguma demanda referente a essa questão?

APÊNDICE B: RESUMO DOS ARTIGOS QUE ABORDAM A TEMÁTICA DO PRECONCEITO

Revista Serviço Social & Sociedade

Foram analisadas 43 revistas *Serviço Social & Sociedade*, que correspondiam às publicações de 2004-2014, totalizando 342 artigos, dentre eles, apenas 5 foram selecionados para uma leitura pormenorizada, considerando-se para a seleção desses textos, os critérios pré-estabelecidos.

O primeiro artigo selecionado é de autoria de Matilde Ribeiro do ano de 2004, edição de número 79, com o título: *As abordagens étnico-raciais no Serviço Social*. O estudo objetivou realizar uma reflexão sobre a inserção das questões étnico-raciais na área do Serviço Social, através das publicações dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), abrangendo o período de 1989-2001.

Ribeiro (2004) afirma que houve, no período pesquisado, grande influência nas produções do Serviço Social do movimento negro e do conhecimento produzido pelas ciências sociais, o que ampliou o debate sobre a questão racial, antes quase inexistente. Defende que a questão racial deve ser apropriada de forma ampla, como uma área investigativa e de conhecimento pela categoria profissional, o que colaboraria para o fortalecimento de projetos societários que visem consolidar a justiça social e racial.

No ano de 2005, na revista de número 81, a autora Sarita Amaro publica *A questão racial na assistência social: um debate emergente*. É colocado em discussão o fato da maioria da população atendida pela política de assistência social ser negra, o que explicita a relação existente entre a pobreza e preconceito racial. Segundo sua análise, a política referida nega essa relação, pois parte de um olhar reduzido que ratifica ainda mais a exclusão do negro pauperizado.

Durante sua argumentação, Amaro (2005) expõe dados estatísticos que demonstram o abismo político, social e econômico existente entre negros e brancos na sociedade brasileira, o que agudiza a questão social para a população negra.

Questiona-se durante a pesquisa a ausência de conhecimento sobre a população negra atendida por essa política, o que se inicia nos formulários de triagem institucional que não destinam espaço que informe a realidade desse segmento.

São apontadas pela autora propostas para revisão da política de assistência, comprometidas com a geração de relações, ações e impactos efetivamente inclusivos à questão étnico-racial. Suas propostas abrangem principalmente a reorientação de rotinas e

práticas institucionais, especialmente aquelas que se referem ao atendimento direto da população negra. São mudanças propostas: inclusão do quesito etnia/cor nos cadastros institucionais; capacitação de equipes para manejar o indicador etnia/cor em entrevistas e análise diagnósticas; promoção de políticas de ações afirmativas voltadas para a ampliação e o fortalecimento da cidadania das populações afrodescendentes.

Após o artigo de Sarita Amaro, apenas em 2009 na edição de número 99, a revista em análise trará outra publicação que remeta à temática do preconceito, com o trabalho de Roseli da Fonseca Rocha, intitulado: *A questão étnico-racial no processo de formação do Serviço Social*.

A pesquisa de Rocha (2009) buscou analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e suas implicações para a intervenção profissional com vistas à consolidação do projeto ético político do Serviço Social.

Rocha (2009) defende que a apropriação pelo Serviço Social das categorias: raça/etnia; gênero e classe são fundamentais para a compreensão dos processos sociais e seus determinantes. Pontua-se que as condições étnico raciais funcionam como importante mecanismo de seleção para acesso a direitos, contudo em virtude do mito da democracia racial, as demandas oriundas da discriminação não são devidamente consideradas.

A autora salienta que no processo de formação profissional do assistente social, o debate sobre o racismo como mecanismo de discriminação e de desigualdades é insuficiente, assim como é parca produção sobre raça/etnia. Confirmação feita após a análise de diversos estudos, que objetivaram quantificar as produções referente a essa tema.

No ano de 2012, na revista de número 110, foi publicado o artigo intitulado *O negro no Contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade*, de autoria Tereza Cristina Santos Martins. O estudo teve como objetivo discutir as condições de desigualdade do negro diante das novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital.

Martins (2012) defende que, apesar de toda a classe trabalhadora sofrer com as mudanças operadas no mundo do trabalho, a população negra em virtude do racismo é mais afetada. Por meio de dados referentes à desigualdade racial e de um apanhado histórico da sociedade brasileira; o estudo expõe a desigualdade do trabalhador negro no acesso ao mercado de trabalho, o que é exemplificado pelo fato dessa população ser a mais atingida pelo desemprego e pelas ocupações precárias e informais.

O último artigo selecionado é referente ao ano de 2013, revista de número 114, de autoria de Márcia Campos Eurico com o título de *A percepção do assistente social acerca do*

racismo institucional. A análise da pesquisa revelou que a percepção dos assistentes sociais acerca da questão racial e dos mecanismos de reprodução do racismo na sociedade brasileira é bastante deficiente.

A desigualdade étnico/racial é percebida pela metade das entrevistadas, que pontuam como essa desigualdade está presente nas instituições em que trabalham, ambas no sistema judiciário. As assistentes sociais analisam que os negros são mais punidos, afirmando que essa diferença decorre do racismo presente na sociedade.

As assistentes sociais entrevistadas que trabalham no sistema único de saúde têm uma visão segundo a autora, mais abstrata sobre o racismo; em algumas falas, é possível averiguar a própria culpabilização do negro e a concepção do branqueamento da população como uma solução para o racismo. Demonstraram completo desconhecimento de legislações importantes que objetivam coibir as atitudes discriminatórias.

A pesquisa pode analisar que os profissionais raramente têm espaços de formação que possibilitem a reflexão sobre qualquer temática, inclusive a questão racial. Quando há uma possibilidade de formação em lugares além das instituições, há uma dificuldade de realizar uma interlocução com a prática profissional.

Campos (2013) considera que o debate sobre a questão racial precisa ser ampliado no Serviço Social, o que se torna ainda mais importante frente à dificuldade dos profissionais em darem concretude ao código de ética profissional, pois seus princípios são citados abstratamente sem conexão com a realidade da população negra.

Coloca como outros desafios a serem enfrentados pela categoria profissional: a proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentais utilizados com a consequente interpretação dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes nos discursos profissionais; o exercício da escuta qualificada como caminho necessário para a reconstrução da história dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial; a ampliação do debate nos fóruns da categoria sobre a questão racial e instrumentos normativos.

Revista *Temporalis*

Em relação às publicações da revista *Temporalis* referentes aos anos de 2004 a 2014, foram analisadas 18 revistas, o que totalizou 188 artigos, deste, quatro foram selecionados.

O primeiro artigo selecionado é de autoria de Guilherme Gomes Ferreira, intitulado: *Violência, Interseccionalidades e Seletividade Penal na Experiência de Travestis Presas*. Foi publicado no ano de 2014, na revista de número 27.

O artigo analisou a experiência social das travestis com o aprisionamento, partindo da compressão de que as travestis são penalmente selecionáveis, por sua identidade de gênero, sua sexualidade, classe social, raça/etnia e estética. As relações de opressão que estão submetidas no ambiente prisional e fora dele são determinadas por todas essas dimensões de seu ser.

Segundo a autora, as travestis são amplamente sujeitas à seleção penal, seus comportamentos são analisados como potencialmente criminosos, pois não se enquadram nas normas heterossexual e cisgênera⁶⁶, como também em razão de sua classe raça/etnia, uma vez que não se pode desconsiderar que são majoritariamente negras e pertencentes a classe trabalhadora.

Nas prisões, as travestis são sujeitadas a práticas tidas como subalternas, importantes para a manutenção de um sistema binário, que fundamenta que o lugar do feminino é o da submissão e do masculino o do mando. Nos cárceres, são as responsáveis pelos afazeres considerados femininos: limpam as galerias e cuidam das roupas, organizam, distribuem e mantêm os alimentos. São do mesmo modo, as únicas que cuidam da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) em seus relacionamentos, assim como pela manutenção da fidelidade.

A autora considera que a violência sofrida pelas travestis nos sistema penitenciário traz particularidades, pois são violentadas não só por sua condição de presidiárias, mas principalmente por não se enquadrarem nos padrões sexuais binários estabelecidos. Conforme a fala de uma travesti sujeita da pesquisa, são-lhes negadas frente aos presidiários homens, até mesmo o direito de expressar a própria opinião.

O artigo de Ranieri Carli, intitulado: *Comportamento ético e crítica ao preconceito burguês*, foi publicado no ano de 2014, também na revista de número 27. Para Cali (2014) o preconceito é limitado à esfera do cotidiano, ao particular e ao imediato do homem, enquanto a ética é tida como seu polo oposto, que eleva o homem singular à universalidade genérica. O autor parte seu estudo de crítica ao preconceito a partir da ontologia da vida cotidiana, pois o entende estruturalmente vinculado a essa dimensão, Lukács, Agnes Heller e Lefevre são os principais autores utilizados para essa análise.

A ética é entendida como a valorização da dimensão genérica da vida, nos momentos em que há possibilidade de escolhas entre alternativas concretas, pois nesse contexto, é

⁶⁶ Cisgenêras são pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi imposto socialmente ao nascer (TIAGO, 2013).

possível suspender os interesses singulares direcionando-os para dimensão universal do humano.

Elevar-se à consciência genérica consiste em “[...] reconhecer-se como gênero ao ver no outro a sua própria humanidade” (CARLI, 2014, p. 146), sendo assim os homens estão aptos a comportarem-se eticamente, quando reconhecem que a sua humanidade também está presente no próximo. As particularidades que se expressam nas diferenças de classe, físicas, culturais, de orientação sexual e etc., não excluem o outro da generalidade humana, quando isso ocorre, é impossibilitada a consciência genérica, pois esconde-se a universalidade em meio a particularidade cotidiana.

O comportamento ético consiste em não excluir o pertencimento dos indivíduos ao gênero humano em virtude de suas características particulares, ao revés, o preconceito atribui as particularidades um julgamento de valor, atribuindo-as um maior ou menor grau de humanidade. Na sociedade capitalista, o homem adulto, branco, detentor de propriedades é considerado mais humano que os demais, que não se enquadram nessas características.

Compartilhando da concepção de Heller, Carli (2014) entende que o preconceito nas ciências sociais é oriundo do cotidiano, o autor utiliza-se de três teses que exemplificam a apropriação do preconceito pelas ciências sociais, sendo essas de Gobineau⁶⁷, Lombroso⁶⁸ e Moebius⁶⁹. As teorias desenvolvidas por esses teóricos têm um chão histórico determinado pelos preconceitos da burguesia imperialista, Gobineau e Lombroso, constroem um pensamento ideológico pautado na superioridade do branco sobre o negro, justificando tal argumentação através de fatores biológicos, a mulher também é tida por Lombroso e Moebius como naturalmente inferior ao homem.

Tais teorias baseiam-se exatamente na negação da generalidade humana, visto que as particularidades dos sujeitos são justificativas para sua desumanização. O preconceito torna-se um instrumento ideológico que colabora com a manutenção da estrutura desigual da

⁶⁷ Joseph Arthur Gobineau foi influente teórico do racismo no século XIX, publicou um ensaio sobre a “Desigualdade das raças” em 1855. Sua teoria defendia que os brancos seriam biologicamente superiores, principalmente os arianos do norte da Europa, tal tese teve grande influência na justificação para a colonização europeia, pois dessa forma o imperialismo seria uma consequência natural de tal superioridade da raça branca sobre as demais.

⁶⁸ Cesare Lombroso foi professor universitário e criminologista, sua teoria sobre a relação das características físicas e mentais teve influência mundial. Segundo Lombroso determinados aspectos físicos estariam diretamente relacionadas a personalidade criminosa, considera apenas o branco com perfeita simetria corpórea. Considera a mulher potencialmente mentirosa, mais delinquente e cruel ao ser comparada aos homens.

⁶⁹ Paul Julius Moebius era um neorologista alemão autor de a: Inferioridade mental das mulheres, publicado em 1900. Partindo da fisiologia do crânio defende que as mulheres são inferiores aos homens brancos, fadadas biologicamente ao um desenvolvimento psíquico inferior.

sociedade capitalista pautada no racismo, no machismo e na exploração do homem pelo homem.

O artigo de Sara Diniz Nascimento tem como título: *Precarização do Trabalho Feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho*. Foi publicado no ano de 2014, na edição de número 28 da Revista *Temporalis*.

O estudo aborda a precarização do trabalho feminino, no contexto da reestruturação produtiva do capital. Enfatiza as desigualdades sócio-históricas construídas entre o masculino e o feminino, que fundamentam a divisão sexual do trabalho e, por consequência, determinam a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nascimento (2014) pontua que as relações de gênero se fundamentam no patriarcado que é embasado pela ideia que existe uma superioridade física, produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres.

As condições e as oportunidades de trabalho designados às mulheres são determinadas por essa concepção. Reserva-se às mulheres os espaços que majoritariamente caracterizam a inferioridade hierárquica, pois recebem os menores salários, tem menor prestígio profissional, estão mais expostas aos trabalhos precarizados e ao desemprego.

Essas diferenças de inserção na divisão social do trabalho é justificada pela suposta capacidade inatas das mulheres em ocuparem esses espaços, o que revela e reforça o preconceito e a discriminação existente contra as mulheres na sociedade.

Em meados de 1970, a crise do padrão de acumulação fordista/taylorista exigiu um processo de reestruturação produtiva com vistas a manter a acumulação do modo de produção capitalista. Mudanças que refletem diretamente na classe que vive do trabalho, que sofre com o desemprego em nível estrutural, com a precarização do trabalho configurada na expansão do trabalho parcial, temporário, terceirizado e informal.

Tal cenário tem absorvido parcela significativa de mulheres trabalhadoras, como mão de obra barata e precarizada, em espaços marcados pela informalidade. Nascimento (2014) considera que as mulheres são mais afetadas pelo processo de reestruturação produtiva, em vistas de suas inserções na divisão social do trabalho.

O capital apropria-se da desigualdade entre homens e mulheres para justificar a maior exploração das mulheres. Nessa perspectiva, Nascimento (2014) considera que a condição necessária para a superação da desigualdade de gênero, na sociedade, apenas é possível quando se superar o modo de produção capitalista.

O último artigo selecionado é de Tereza Cristina Santos Martins, intitulado *Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na questão social brasileira*, foi publicado no ano de 2014, na revista de número 28.

O estudo se propôs analisar o racismo no mercado de trabalho, compreendendo os determinantes das condições de trabalho que limitaram/impediram a população negra de participar da constituição política da questão social.

A autora argumenta que a transição do país para uma economia capitalista, construiu-se, solidificando a ideia da inferioridade do negro perante ao branco e de sua incompatibilidade para o trabalho assalariado, desde esse período há uma abismal desigualdade de acesso ao mercado de trabalho.

O desemprego, a informalidade e as relações precárias de trabalho atingem em maior proporção a população negra, resultado do racismo presente na sociedade. Tal condição de acesso ao mercado de trabalho deixa essa parcela da população destituída da cidadania regulada, o que dificulta o acesso à proteção social e aos processos organizativos.

Segundo Martins (2014), frente às condições sociais que os negros estão inseridos, eles sofreram limitações de sua participação política na constituição da questão social. Visto que, historicamente, ficaram à margem do trabalho regulamentado, desenvolvendo seus processos organizativos distantes dos espaços sindicais, o que acarretou que suas demandas fossem tratadas no âmbito do paternalismo e/ou caso de polícia.

Contudo, a autora salienta que a resistência negra ultrapassou o campo sindical, sendo viabilizada pelo movimento negro, que colocou em questão a falácia da democracia racial, lutando por medidas que diminuam a desigualdade racial.

É defendida em seu artigo a necessidade da análise do desemprego e da precarização nas relações de trabalho considerando-se as relações de exploração/opressão de raça/etnia e gênero. Salienta que as mediações históricas, econômicas políticas e culturais são fundamentais para a apreensão dessas determinações nos processos sociais.

APÊNDICE C: LEVANTAMENTO DE DADOS REFERENTE AOS ANOS DE 2004 A 2014, DAS REVISTAS: *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE E TEMPORALIS*.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE 2004 a 2014.

Ano 2004:

Número 77. Tema central: Assistência Social Políticas e Direitos.

- **Título:** Direitos e Esfera Pública, **Autor:** Emir Sader. **Palavras-chave:** Regulação estatal, cidadania, relações de mercantis, Hegemonia financeira, esfera pública/privada.
- **Título:** As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Autora:** Maria Carmelita Yazbek, **Palavras-chave:** Assistência Social, Seguridade Social, Filantropia, Neoliberalismo.
- **Título:** Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Autora:** Aldaíza Sposati. **Palavras-chave:** assistência social, políticas sociais, intersetorialidade.
- **Título:** Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência Social. **Autora:** Potyara A. P. Pereira. **Palavras-chave:** política de assistência social, interdisciplinaridade, intersetorialidade.
- **Título:** Estado, municipalização e gestão social. **Autoras:** Regina Célia Souza Barreta, Lilia C. O. Martins. **Palavras-chave:** Estado, Municipalização, descentralização, LOAS, programas sociais e federais.
- **Título:** Impunidade e inimizabilidade, **Autor:** Vicente de Paula Faleiros. **Palavras-chave:** inimputabilidade penal, impunidade, rebaixamento da idade penal, direitos da criança e do adolescente.
- **Título:** O futuro não merece cadeia, **Autora:** Maria de Lourdes Trassi Texeira. **Palavras-chave:** adolescência, Cultura, violência, vulnerabilidade social, criminalização, a lógica do desafio do ECA.
- **Título:** Pobreza, derechos humanos, y política social. **Autor:** Noberto Alayón. **Palavras-chave:** pobreza, derechos humanos, política social, assistência social.
- **Título:** A produção do conhecimento no Serviço Social e sua relação com os princípios éticos. **Autora:** Maria Dalva Casimiro da Silva. **Palavras-chave:** formação profissional, produção do conhecimento, prática profissional, instrumentalidade.

- **Título:** A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Autora:** Maria Valéria da Costa Correia. **Palavras-chave:** controle social; estado; sociedade civil.

Número 78. Tema central: gestão pública.

- **Título:** Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Autores:** Raquel Raichelis, Luiz Eduardo W. Wanderley. **Palavras-chave:** público, estado, sociedade civil, esfera pública, gestão democrática, integração regional.
- **Título:** A reforma de estado e a política de habitação popular. **Autoras:** Fabiana M. Rangel Pova, Berenice Martins Guimarães. **Palavras-chave:** política habitacional; descentralização na administração pública; gestão das políticas sociais; municipalização.
- **Título:** O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Autor:** Marcelo Braz. **Palavras-chave:** Serviço Social contemporâneo, governo Lula, projeto profissional.
- **Título:** O assistente social e o planejamento participativo. **Autor:** Cíntia Bonder. **Palavras-chave:** planejamento participativo, práticas reflexiva, tomada de decisão, prática profissional.
- **Título:** Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus autores. **Autor:** João Bosco Hora Góis, Aline de Oliveira Santos, Isis Santos Costa. **Palavras-chave:** empresários; responsabilidade social, política social.
- **Título:** Notas críticas sobre as relações entre a concepção de cidadania pós-moderna e o Serviço Social. **Autora:** Josiane Soares Santos. **Palavras-chave:** cidadania; pós-modernidade, projeto ético-político, capitalismo.
- **Título:** Religião aqui, lá e acolá. **Autor:** J. P. Simões Neto. **Palavras-chave:** religião, Serviço Social, Trabalho Voluntário, expertise profissional.

Número 79. Tema central: Serviço Social: formação e projeto profissional.

- **Título:** A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Autor:** José Paulo Netto. **Palavras chave:** conjuntura brasileira, governo PT, projeto profissional.
- **Título:** A inserção da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Autora:** Maria Lúcia Silva Barroco. **Palavras-chave:** Serviço social, ética, política, projeto, valor.

- **Título:** A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases históricas-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Autora:** Marina Maciel Abreu. **Palavras-chave:** Serviço Social, Função pedagógica, Cultura, hegemonia, e classes sociais.
- **Título:** Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Autor:** ABEPSS. **Palavras-chave:** formação profissional, diretrizes curriculares, ABEPSS, projeto profissional.
- **Título:** Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Palavras-chave:** Maria Célia Correia Nicolau. **Palavras-chave:** formação profissional, fazer profissional, trabalho e representações sociais.
- **Título:** Seguridade social e projeto ético- político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Autora:** Ivanete Boschetti. **Palavras-chave:** Serviço Social Seguridade Social, projeto ético-político.
- **Título:** Violência, Serviço social e Formação profissional. **Autor:** José Fernando Siqueira da Silva. **Palavras-chave:** Violência, Serviço Social, formação profissional.
- **Título:** As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Autora:** Matilde Ribeiro. **Palavras-chave:** relação étnico-racial, questão racial, igualdade racial, promoção da igualdade racial.
- **Título:** Questão urbana e Serviço Social. **Autoras:** Tereza Hilda Bezerra Souza Costa, Rochelly Euzébio de Lima. **Palavras-chave:** direito à cidade, desenvolvimento urbano, participação, questão urbana.
- **Título:** O serviço social e o Mercosul. **Autora:** Elaine Rossetti Behring. **Palavras-chave:** Serviço Social, América Latina, Blocos econômicos, mundialização, MERCOSUL.

Número 80. Tema principal: política de assistência social.

- **Título:** Retratos da vida das famílias multiproblemáticas **Autoras:** Susana Pires, Ana Matos, Margarida Cerqueira, Danila Figueiredo, Liliana Souza. **Palavras-chave:** famílias multiproblemáticas pobres, estrutura familiar, funcionamento familiar, intervenção familiar, relação profissional-clientes.
- **Título:** “hipersocialização” e eclipse do sujeito na provisão pública de bens e serviços para a população de rua. **Autor:** Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Maria Fernanda Machado. **Palavras-chave:** moradores de rua, provisão de serviços públicos, eclipsamento do sujeito.

- **Título:** O assistente social e a ação competente: a dinâmica da vida cotidiana. **Autor:** Rosany Barcellos de Souza, Verônica Gonçalves Azeredo. **Palavras-chave:** competência, cotidiano e prática profissional.
- **Título:** O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Autora:** Cirlene Aparecida H. S. Oliveira. **Palavras-chave:** formação profissional, estágio supervisionado, sujeitos do processo de supervisão, identidade profissional.
- **Título:** A economia solidária como espaço de politização. **Autora:** Maria Del Carmem Cortizo, Adriana Lucinda de Oliveira. **Palavras-chave:** economia solidária, politização.
- **Título:** Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. **Autor:** Érika Vieira de Almeida **Palavras-chave:** sociedade civil, terceiro setor, neoliberalismo.
- **Título:** O cooperativismo, ocupação e renda em Portugal. **Autora:** Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. **Palavras-chave:** cooperativismo, economia solidária, trabalho, política social.

Ano 2005

Número 81. Tema principal: temas em debate.

- **Título:** Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho. **Autor:** Evilásio Salvador. **Palavras-chave:** previdência social; mercado de trabalho reforma.
- **Título:** A reforma trabalhista e sindical do governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais. **Autor:** Ariovaldo Santos. **Palavras-chave:** reforma trabalhista, reforma sindical, sindicalismo americano, globalização, sindicalismo no Brasil.
- **Título:** A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Autora:** Sarita Amaro. **Palavras-chave:** assistência social, afrodescendentes, cidadania, ações afirmativas.
- **Título:** Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Autora:** Maria Lúcia Duriguetto. **Palavras-chave:** sociedade civil, movimentos sociais, esfera pública, projetos societários.
- **Título:** Direitos sociais: repercussão no cumprimento de penas privativas de liberdade. **Autoras:** Carmem Silveira Oliveira; Maria P. Wolff, Marta Conte, Ronaldo César Henn. **Palavras-chave:** controle social, direitos sociais, trabalho, prisão.

- **Título:** Direito à convivência familiar. **Autoras:** Dalva Azevedo Gueiros, Rita de Cássia Silva Oliveira. **Palavras-chave:** adoção, convivência familiar, institucionalização, sociabilidade.
- **Título:** El papel de La evaluación Del riesgo para lãs políticas de inserción social focalizada. **Autora:** Maria Laura Vencinday. **Palavras-chave:** políticas sociais, riesgo, reproducción social.
- **Título:** Universidade e sociedade: consensos e dissensos. **Autor:** Luiz Eduardo Wanderley. **Palavras-chave:** universidade, ciência, responsabilidade social, pesquisa, ensino e extensão.

Número 82. Tema principal: Trabalho e Saúde.

- **Título:** O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Autor:** Marco Aurélio Nogueira. **Palavras-chave:** direitos humanos, globalização, cidadania, Estado Nacional, democracia, gestão pública.
- **Título:** O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva? **Autora:** Edinéia Alves de Oliveira. **Palavras-chave:** concentração/centralização, especulação financeira, parasitismo e desigualdade social.
- **Título:** A Luta contemporânea pela redução da jornada de trabalho: recuperando antigas bandeiras. **Autora:** Leila Baumgratz Delgado Yacub, **Palavras-chave:** desemprego, movimento sindical, redução da jornada de trabalho.
- **Título:** A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. **Autora:** Marta Alves Santos. **Palavras-chave:** trabalho, LER, saúde do trabalhador.
- **Título:** Catadores de materiais recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. **Autora:** Raquel de Souza Gonçalves. **Palavras-chave:** saúde do trabalhador, catadores de materiais recicláveis, lixo, resíduos sólidos.
- **Título:** Uma análise da prática do Serviço Social em Saúde Mental. **Autora:** José Augusto Bisneto. **Palavras-chave:** prática profissional, neoliberalismo, reabilitação psicossocial, seguridade social.
- **Título:** Alta Social: a atuação do Serviço Social em cuidados paliativos, **Autora:** Francis Sodré. **Palavras-chave:** Serviço Social, Hospital e cuidados paliativos.

Número 83. Tema central: criança e adolescente.

- **Título:** Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Autor:** Wanderlino Nogueira Neto. **Palavras-chave:** identidade geracional, princípio da igualdade, violação de direitos, sistema de garantia de direitos, políticas públicas.
- **Título:** O estatuto da criança e do adolescente e o código de menores: descontinuidade e continuidades. **Autoras:** Maria Liduina de Oliveira e Silva. **Palavras-chave:** Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, direitos de cidadania, paradigma da situação irregular, paradigma da proteção integral.
- **Título:** Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. **Autores:** Maria Aparecida Tardin Cassab, Clarice Cassab. **Palavras-chave:** juventude, cidade, subjetividade.
- **Título:** Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Autora:** Ana Paula Motta Costa. **Palavras-chave:** adolescência, juventude, violência, sociedade contemporânea, Estado social, Estado penal.
- **Título:** As relações políticas administrativas entre os conselhos tutelares e a prefeitura de Curitiba. **Autora:** Gisele Ávila Leal de Meirelles. **Palavras-chave:** flexibilização burocrática, participação, controle social.
- **Título:** Mídia e consumismo na infância: clivagens de uma violência invisibilizada. **Autora:** Andréia Mendes dos Santos, Patrícia Krieger Grossi. **Palavras-chave:** mídia, consumo, violência.
- **Título:** A maternidade na adolescência e a (dês)proteção social. **Autora:** Regina Célia Tamasso Mioto. **Palavras-chave:** Adolescência, gravidez, maternidade, proteção social.

Número 84. Tema central: Reconceituação do Serviço Social: 40 anos.

Título: O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Autor:** José Paulo Netto. **Palavras-chave:** reconceituação, movimentos de reconceituação, Serviço Social crítico.

- **Título:** A reconceituação do Serviço social no Brasil: uma questão em movimento? **Autor:** Vicente de Paula Faleiros. **Palavras-chave:** Serviço Social, reconceituação, América Latina, Crítica, história.
- **Título:** Acerca Del Movimiento de Reconceptualización. **Autor:** Noberto Alayón. **Palavras-chave:** trabajo social, reconceptualización, desarrollismo, latinoamérica.

- **Título:** Reconceptualização: um trabalho social alternativo o uma alternativa al trabajo social? **Autora:** Nora Áquin. **Palavras-chave:** reconceptualización, condiciones de posibilidad, concepciones teórtico-epitemológicos, posiciones políticas, SUS huellas en La actualidad.
- **Título:** Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. **Autora:** Carla Bronzo Ladeira Carneiro. **Palavras-chave:** pobreza, capacidades, exclusão social, vulnerabilidade, políticas de proteção social.
- **Título:** Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Autora:** Lígia Helena Hahn Luchmann, Janici Tirelli Ponte de Sousa. **Palavras-chave:** movimentos sociais, globalização, geração, democracia.
- **Título:** Bioética, cidadania e direitos reprodutivos. **Autora:** Suely Gomes Costa. **Palavras-chave:** bioética, desigualdades sociais, direitos reprodutivos, cidadania, tecnologias reprodutivas.
- **Título:** A condição paradoxal que constitui o feminismo: Dilemas sobre igualdades e diferenças. **Autora:** Maria do Socorro Ferreira Osterne, Vitória Régia Fernanades Gehlen. **Palavras-chave:** feminismo, igualdade, diferença, ambiguidade, paradoxo, cidadania.
- **Título:** Trajetórias de sujeitos no lixo. **Autora:** Denise Chysóstomo de Moura Junca. **Palavras-chave:** lixo, catadores de materiais recicláveis, reciclagem.
- Número 85: Não encontrado.

Ano 2006

Número 86. Tema central: espaço público e direitos sociais.

- **Título:** Política social e Serviço Social - contextos distintos, desafios semelhantes. **Autora:** Joana Garcia. **Palavras-chave:** política social, assistência social, família.
- **Título:** Espaço público e controle para a gestão social no terceiro setor. **Autora:** Eloísa Helena de Souza Cabral. **Palavras-chave:** espaço público, Terceiro setor, controle social, gestão social, avaliação, missão.
- **Título:** La falácia de La ciudadanía activa y global. José Gpe. **Autor:** Vargas Hernández. **Palavras-chave:** cidade activa, ciudadanía global, participación política ciudadana, gobernabilidad ciudadana.

- **Título:** Uma proposta inovadora: o público não estatal. **Autor:** Luiz Eduardo W. Wanderley. **Palavras-chave:** universidade, história da PUC-SP, público não-estatal.
- **Título:** O princípio da subsidiariedade e a participação popular. **Autor:** Rafael Mafoud Marcoccia. **Palavras-chave:** subsidiariedade, sociedade civil, Estado, participação popular.
- **Título:** Pensando os direitos humanos como formadores de capital social: o trabalho infanto-juvenil na cultura do arroz no Estado do Sergipe. **Autor:** Enimar Jerônimo Wendhausen. **Palavras-chave:** Direitos humanos, capital social, trabalho infanto-juvenil.
- **Título:** Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Autor:** Cássia Maria Carloto. **Palavras-chave:** gênero e políticas públicas, gênero e centralidade na família, perspectiva de gênero.

Número 87. Tema central: SUAS e SUS.

- **Título:** O SUS e os direitos socioassistenciais: a universalidade da seguridade social em debate. **Autora:** Beatriz Augusto Paiva. **Palavras-chave:** assistência Social, direitos, participação.
- **Título:** Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Autora:** Ivanette Boschettie Evilásio Salvador. **Palavras-chave:** seguridade social, orçamento público, política econômica.
- **Título:** Política de saúde no Brasil: entreves para a universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. **Autora:** Telma Maria Gonçalves Menicucci. **Palavras-chave:** sistema dual, assistência a saúde, mix privado/público.
- **Título:** O tempo do SUAS. **Autora:** Márcia Helena Carvalho Lopes. **Palavras-chave:** seguridade social, assistência social, SUAS, política pública, gestão social.
- **Título:** O primeiro ano do sistema único de assistência social. **Autor:** Aldáiza Sposati. **Palavras-chave:** Política social, assistência social, proteção social, SUAS, bem-estar social.
- **Título:** Assistência social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Autora:** Maria do Carmo Brant de Carvalho. **Palavras-chave:** política pública, assistência social, gestão social.
- **Título:** Reflexões sobre a construção do SUS: um modo singular de produzir política pública. **Autor:** Gastão Wagner de Sousa Campos. **Palavras-chave:** política de saúde, sistema único de saúde, modo de produção.

- **Título:** Problemas de gestão e regulação do trabalho no SUS. **Autor:** Roberto Passos Nogueira. **Palavras-chave:** gestão do trabalho, gestão do SUS, gestão pública, regulação do trabalho.
- **Título:** O sistema único de Assistência Social e a formação profissional. **Autora:** Ana Elizabete Mota, Cezar Henrique Maranhão, Marcelo Sitcovsky. **Palavras-chave:** assistência social, Serviço Social, competências profissionais, formação profissional.
- **Título:** Gestão da informação no SUAS. **Autora:** Luziele Tapajós. **Palavras-chave:** informação, assistência social, gestão e sistema de informação.

Número 88. Tema principal: Espaço público e controle social.

- **Título:** Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do “Plano Plurianual” 2004/2007. **Autora:** Ivete Simionatto. **Palavras-chave:** Estado, sociedade civil, democracia participativa, Serviço Social.
- **Título:** Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Autora:** Zelimar Soares Bidarra. **Palavras-chave:** conselhos gestores, políticas públicas, Estado e espaços públicos.
- **Título:** Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. **Autora:** Ana Targina Rodrigues Ferraz. **Palavras-chave:** participação popular, movimentos sociais, conselhos gestores de políticas públicas.
- **Título:** Desafios atuais do controle social no Sistema único de saúde (SUS). **Autora:** Maria Inês Souza Bravo. **Palavras-chave:** controle social, sistema único de saúde, reforma sanitária, conselhos.
- **Título:** Assistência social: do descontrole ao controle social. **Autor:** Edval Bernardino Campos. **Palavras-chave:** controle social, assistência social, participação.
- **Título:** CNAS: consolidando o direito do cidadão. **Autora:** Márcia Maria Bondi Pinheiro. **Palavras-chave:** regulamentação, assistência social, conselhos, participação.
- **Título:** Suas e os serviços sócio-assistenciais. **Autor:** Egli Muniz. **Palavras-chave:** políticas públicas, assistência social, serviço de proteção social.
- **Título:** Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Autora:** Sâmira Rodrigues Ramos. **Palavras-chave:** organização política, Serviço Social, formação profissional, organização sindical, movimento sindical, movimento estudantil.

Ano 2007.

Número 89. Tema central: Ética pública e cultura de direitos.

- **Título:** Direitos, cultura de direitos e assistência social. **Autora:** Iris Maria de Oliveira. **Palavras-chave:** direito, cultura de direitos, assistência social, cidadania.
- **Título:** Ética pública e formação humana. **Autora:** Iris Maria de Oliveira. **Palavras-chave:** direitos, cultura de direitos, assistência social, cidadania.
- **Título:** Nas fronteiras da subalternidade. **Autora:** Denise Chysostomo de Moura Juncá. **Palavras-chave:** programa de transferência de renda, assistência social, pobreza.
- **Título:** Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento. **Autora:** Carla Bronzo Ladeira Carneiro. **Palavras-chave:** autonomia, empoderamento, inclusão social, políticas de proteção social.
- **Título:** Limites de mensurabilidade dos indicadores ambientais no processo de conhecimento e de gestão ambiental. **Autores:** Marli Renate Von Borstel Roesler, Eugênio Aparecido Cesconeto. **Palavras-chave:** indicadores ambientais, pesquisa em Serviço Social, gestão ambiental, questão ambiental.
- **Título:** O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Autor:** José Fernando Siqueira da Silva. **Palavras-chave:** Serviço Social, Violência, repressão e eliminação.
- **Título:** Miséria e lucro na rua: um relato do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua em Angola. **Autor:** Simião João Samba. **Palavras-chave:** miséria, lucro, crianças e adolescentes em situação de rua, educação social, resiliência.

Número 90. Tema central: Gestão pública.

- **Título:** Gestão pública e cidade: notas sobre a questão social em São Paulo. **Autora:** Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** questão social, cidade, espaço urbano, políticas públicas, gestão públicas, agências multilaterais.
- **Título:** A emancipação política e a defesa de direitos. **Autor:** Sérgio Lessa. **Palavras-chave:** marxismo, emancipação política, emancipação humana.
- **Título:** Infância, pobreza e trabalho infantil. **Autores:** Maria Aurenice Mendes Frazão Rodrigues, Antônia Jesuíta de Lima. **Palavras-chave:** infância, trabalho infantil, pobreza, políticas públicas.

- **Título:** Mercado de trabalho e políticas públicas para a juventude. **Autora:** Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos. **Palavras-chave:** trabalho, educação, estado, juventude, políticas públicas.
- **Título:** Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo horizonte. **Autores:** Frederico Poley Martins Ferreira, Sulamita Crespo Carrilho Machado. **Palavras-chave:** moradores de rua, determinantes, censo, exclusão.
- **Título:** O acompanhante na instituição hospitalar na perspectiva de profissionais de saúde. **Autoras:** Márcia Bárbará Souza Dibai, Nágela Valdão Cade. **Palavras-chave:** Hospitais, Acompanhantes de pacientes, profissionais de saúde.
- **Título:** Processo socioambientais em comunidades de crescimento desordenado. **Autores:** Maria Conceição Oliveira Américo, Raquel Franco de Souza Lima, Edmilson Lopes Júnior. **Palavras-chave:** Processos socioambientais, comunidades.
- **Título:** Avaliação de programas: oportunidade para a institucionalidade social. **Autora:** Cristina Almeida Cunha Filgueiras. **Palavras-chave:** política social, Gestão Social, monitoramento, avaliação.
- **Título:** Serviço Social português e brasileiro: a relação com o usuário. **Autora:** Iraci de Andrade, Keren Eidelwein, Gleny Terezinha Duro Guimarães. **Palavras-chave:** neoliberalismo, desigualdade social, questão social, intervenção profissional.

Número 91. Tema central: Projeto profissional e conjuntura.

- **Título:** O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Autora:** Yolanda Guerra. **Palavras-chave:** projeto profissional crítico, possibilidade, efetividade.
- **Título:** Desafios ao projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Autora:** Maria Beatriz Costa Abramides, **Palavras-chave:** Projeto Ético Político Profissional, Processo de ruptura com o conservadorismo, direção sociopolítica.
- **Título:** O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? Os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. **Autor:** Marcelo Braz. **Palavras-chave:** políticas econômicas, política social, Serviço Social, governo Lula.
- **Título:** A pobreza do desenvolvimento no Nordeste: do polonordeste às políticas de combate à pobreza. **Autor:** Flávio Lúcio Rodrigues Vieira. **Palavras-chave:** pobreza, desenvolvimento, Estado.

- **Título:** Os oitenta anos da política de assistência social no governo popular de Mato Grosso do Sul. **Autoras:** Maria José Sousa Lanzetti, Valdete de Barros Martins. **Palavras-chave:** assistência Social, gestão estadual, descentralização.
- **Título:** Assistencialização da seguridade social e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. **Autora:** Mavi Rodrigues. **Palavras-chave:** assistência social, seguridade social, projeto ético-político, neoliberalismo.
- **Título:** Terceiro setor no Serviço Social Brasileiro: aproximações ao debate. **Autora:** Vera Núbia Santos. **Palavras-chave:** Serviço Social Brasileiro, terceiro setor no Brasil, novas demandas profissionais, determinações do mundo do trabalho.
- **Título:** Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. **Autor:** Luís Antônio Groppo. **Palavras-chave:** Responsabilidade social, terceiro setor, solidariedade, mercantilização.

Número 92. Tema central: Política social, desafios para o Serviço Social.

- **Título:** Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Autora:** Carla Bronzo, Laura da Veiga. **Palavras-chave:** Intersetorialidade Transversalidade; governança; pobreza; gestão.
- **Título:** Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumentos de controle exercido pela população ou sobre a população? **Autora:** Adriana Amaral Ferreira Alves. **Palavras-chave:** Política social; assistência social avaliação.
- **Título:** O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil. **Autor:** Júlio César Torres. **Palavras-chave:** Seguridade Social, Mínimos sociais, nova questão social; política de assistência social, Sistema Único de Assistência Social.
- **Título:** Dimensão da autonomia no combate à pobreza: o programa bolsa família sob a perspectiva das beneficiárias. **Autoras:** Ângela Cristina Salgueiro Marques, Rousiley Celi Moreira Maia. **Palavras-chave:** pobreza, autonomia, política social, grupos de discussão.
- **Título:** Projeto ético-político, necessidades e direitos sociais. **Autores:** Adrina Fonseca de Azevedo, Hélder Boska de Moraes Sarmento. **Palavras-chave:** projeto ético-político, necessidades, direitos, Serviço Social.
- **Título:** Mediação éticas na prática quotidianas dos assistentes sociais. **Autor:** Manuel Domingos Menezes da Silva. **Palavras-chave:** Serviço Social, ética, deontologia, dilemas.

- **Título:** O debate contemporâneo acerca da questão social. **Autora:** Maria Augusta da Silva Tavares. **Palavras-chave:** sociedade capitalista, questão social, Serviço Social.
- **Título:** O trabalho dos assistentes sociais nos hospitais de emergência: notas para o debate. **Autoras:** Mônica Simone Pereira Olivar, Dolores Lima da Costa Vidal. **Palavras-chave:** processo de trabalho, Serviço Social, Serviço de Saúde.
- **Título:** A vulnerabilidade das pessoas com transtornos mentais em situação de pesquisa. **Autores:** Lúcia Cristina dos Santos Rosa, Sérgio Ibiapina Ferreira Costa. **Palavras-chave:** vulnerabilidade, transtornos mentais, pesquisa.
- **Título:** Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. **Autora:** Janete Aparecida Giorgetti Valente. **Palavras-Chave:** Acolhimento familiar, criança e adolescente, retorno a família de origem.

Ano 2008

Número 93. Tema central: Trabalho e trabalhadores.

- **Título:** O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Autora:** Nailsa Maria Souza Araújo. **Palavras-chave:** reforma curricular; Serviço Social; Processo de Trabalho; complexo ideológicos.
- **Título:** Trajetórias: Um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho. **Autor:** Cidriana Teresa Pareza. **Palavras-chave:** Trajetórias ocupacionais; mercado de trabalho, condições e relações de trabalho.
- **Título:** Os trabalhadores no século XXI e seu “refazer-se” como classe: utopia ultrapassada ou desafio atual? **Autora:** Giuseppina de Grazia. **Palavras-chave:** classe trabalhadora, fragmentação, organização, consciência de classe.
- **Título:** Competências profissionais do(a) assistente social do SESI a partir dos anos 90: novos desafios. **Autora:** Maria Figueredo de Araújo Regis. **Palavras-chave:** competências; assistente social, reestruturação produtiva qualificação profissional, desqualificação profissional; SESI.
- **Título:** O pensamento conservador na sociedade brasileira: ambiguidades entre o público e o privado. **Autora:** Ângela Vieira Neves. **Palavras-chave:** cultura política; conservadorismo público, privado.

- **Título:** Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Autora:** Luciana Vargas Netto Oliveira. **Palavras-chave:** políticas públicas, políticas sociais, estado, neoliberalismo.
- **Título:** As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer? **Autora:** Simone Ferreira. **Palavras-chave:** adolescentes, jovens, pichações, ato-infracional direitos sociais.

Número 94. Tema central: exame de proficiência em debate.

- **Título:** Exame de proficiência: uma estratégia inócua. **Autora:** Ivanete Boschetti. **Palavras-chave:** Serviço Social, exame de proficiência, educação, ensino superior.
- **Título:** Exame de proficiência e o projeto profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. **Autor:** Mavi Rodrigues. **Palavras-chave:** projeto ético-político, crise de hegemonia, exame de proficiência.
- **Título:** Dilemas e desafios do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos assistentes sociais. **Autoras:** Samyra Rodrigues Ramos; Tássia Rejane Monte dos Santos. **Palavras-chave:** trabalhos movimento sindical, organização política.
- **Título:** Trabalho, sobretrabalho e financiamento das políticas sociais. **Autora:** Sara Granemann. **Palavras-chave:** Previdência privada, acionista da miséria, acionista do capital.
- **Título:** A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades. **Autores:** Dirce Koga, Frederico Ramos, Kzuo Nakano. **Palavras-chaves:** disputas territoriais; políticas públicas relações sociais.
- **Título:** Movimientos sociales para El reconocimiento de los movimientos indígenas y La ecología política indígena. **Autor:** José G. Vargas-Hernández. **Palavras-chave:** ecologia; política indígena, movimientos indígenas, movimientos sociales, transnacionalización de los movimientos indígenas.
- **Título:** Emancipação social: fundamentos à prática social e profissional. **Autora:** Danuta E. Cantoia Luiz. **Palavras-chave:** emancipação social; rupturas moleculares, práticas.
- **Título:** Demanda reprimida: acesso aos serviços de saúde e serviço social. **Autora:** Dolores Lima da Costa Vidal. **Palavras-chave:** demanda reprimida; acesso e acesso incompleto e Serviço Social.
- **Título:** Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantias de direitos fundamentais. **Autoras:** Zelimar Soares Bidarra; Luciana Vargas Netto Oliveira.

Palavras-chave: Criança e adolescente, direitos fundamentais, sociedade, políticas públicas.

- **Título:** Serviço social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. **Autor:** Cláudio Gomes da Silva. **Palavras-chave:** reestruturação produtiva; Serviço Social contemporâneo; exercício profissional; projeto ético-político profissional.

Número 95. Tema central: Serviço social memória e história.

- **Título:** O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Autoras:** Maria Carmelita Yazbek; Maria Lúcia Matinelle; Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** Serviço Social história; profissão; questão social; políticas sociais.
- **Título:** A primeira escola de Serviço Social do Pará. **Autor:** Joaquim Barata Teixeira. **Palavras-chave:** formação profissional; Serviço Social; Amazônia.
- **Título:** O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. **Autoras:** Maria Ozanira da Silva e Silva; Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira; Maria Virgina Moreira Guilhon; Salviana de Maria Pastor Santos Sousa. **Palavras-chave:** Serviço Social, protagonismo, Maranhão; Brasil.
- **Título:** Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação profissional e inserção profissional dos anos 1940 aos 1980. **Autora:** Ana Cristina de Souza Vieira. **Palavras-chave:** Serviço Social; Nordeste formação profissional; desenvolvimento regional; desenvolvimento capitalista.
- **Título:** A escola de Serviço Social de Goiás: 50 anos de sua história. **Autores:** Walderez Loureiro Miguel; Eleusa Bilemjian Ribeiro. **Palavras-chave:** Formação profissional; 50 anos, ABEPSS; movimentos populares; educação.
- **Título:** Notas para a reconstrução da história do Serviço Social na região sul I. **Autoras:** Lídia Maria M. Rodrigues da Silva; Odária Battini. **Palavras-chave:** história do Serviço Social; formação profissional; organização sociopolítica dos assistentes sociais.
- **Título:** Visitando a história: notas sobre a trajetória da faculdade de Serviço Social da PUC/RS na direção da formação qualificada de profissionais e docentes. **Autor:** Joaquim Barata Teixeira. **Palavras-chave:** Serviço Social; formação profissional história faculdade de Serviço Social da PUC/RS.

- **Título:** O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. **Autor:** Conselho Federal de Serviço Social. **Palavras-chave:** conselhos profissionais; Serviço Social; instrumentos normativos.
- **Título:** ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Autor:** Marina Maciel Abreu **Palavras-chave:** formação profissional do assistente social; unidade entre graduação e a pós graduação; produção do conhecimento.
- Número 96: não encontrado

Ano 2009

Número 97. Tema central: Serviço Social, História e trabalho.

- **Título:** História do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Autora:** Potyara A.P Pereira. **Palavras-chave:** curso de Serviço Social; história; Brasília; Universidade de Brasília.
- **Título:** Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo- 1958-1962. **Autora:** Rita de Cássia Jacometti. **Palavras-chave:** Serviço Social; Criação de faculdade de Serviço Social; História e Serviço Social.
- **Título:** Construindo uma profissão: o caso da escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Autoras:** Rita de Cássia Santos Freitas; Cenira Duarte Braga; Nívea Valença Barros; Joyce do Nascimento Rodrigues; Caroline de Andrade Braga. **Palavras-chave:** gênero; história oral; Serviço Social.
- **Título:** A organização política-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Autora:** Maria Beatriz Abramidez. **Palavras-chave:** novo sindicalismo; organização sindical; transitoriedade inconclusa.
- **Título:** O projeto ético-político do Serviço Social: o sentido da ruptura. **Autora:** Iolani Soares da Silva. **Palavras-chave:** Projeto profissional; direção social estratégica; valores éticos cidadania.
- **Título:** A prática do Serviço Social no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos. **Autora:** Josy Ramos de Oliveira Amador. **Palavras-chave:** Plantão; Serviço Social; Projeto ético-político.

- **Título:** A vulnerabilidade social é atributo da pobreza? **Autores:** Carola C. Arregui; Mariangela B. Wanderley. **Palavras-chave:** pobreza vulnerabilidade; famílias.
- **Título:** De Planfor a PNQ: permanecem os dilemas da política de qualificação profissional. **Autora:** Fátima Vália Ferreira de Souza. **Palavras-chave:** qualificação profissional; política pública Planfor PNQ.
- **Título:** Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: Ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo. **Autor:** Adrián Sotelo Valencia. **Palavras-chave:** proletariado; valor; mais-valia; superexploração.

Número 98. Tema Central: mundialização do Capital e Serviço Social.

- **Título:** El Trabajo Social Latinoamericano: um debate necessário em La actual crise Del capitalismo. **Autora:** Margarita Rozas Pagaza. **Palavras-chave:** Trabajo Social Latinoamericano; tendências, pragmatismo visión crítica; crisis Del capitalismo.
- **Título:** Internacionalismo e nacionalismo: dilemas da aposta estratégica. **Autor:** Valério Arcary. **Palavras-chave:** imperialismo, dependência, internacionalismo; campismo, revolução.
- **Título:** O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. **Autores:** Ellen Lucy Tristão; Márcio Lupatini; Ricardo Lara. **Palavras-chave:** mundialização do capital, capital financeiro, ciência lutas de classe, pós-modernismo.
- **Título:** O Social-liberalismo e a “questão social” global. **Autor:** Rodrigo Castelo Branco. **Palavras-chave:** neoliberalismo; social-liberalismo; ideologia; hegemonia.
- **Título:** Serviço Social e estratégia saúde da família: contribuição ao debate crítico. **Autoras:** Katheen Elane Leal Vasconcelos; Sandra Amélia Sampaio Silveira; Thaísa Silplicio Carneiro; Cibelly Michalene Oliveira dos Santos Costa. **Palavras-chave:** estratégia Saúde da família; equipes de saúde da família; Serviço Social.
- **Título:** Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Autora:** Jucimere Isolda Silveira. **Palavras-chave:** direitos; assistência social; exercício profissional.
- **Título:** Algumas considerações sobre o bolsa família. **Autoras:** Inaiá Maria Moreira de Carvalho; Cláudia Monteiro Fernandes. **Palavras-chave:** programa de transferência de renda bolsa família pobreza; políticas sociais.

Revista número 99. Tema central: Direitos, ética e Serviço Social.

- **Título:** Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Autor:** Carlos Simões. **Palavras-chave:** autonomia profissional; Direitos sociais código de ética; Estado democrático de direito, autonomia social.
- **Título:** Marcos legais e éticos do Serviço Social: construção dos parâmetros normativos do Serviço Social no Brasil. **Autora:** Sylvia Helena Terra. **Palavras-chave:** conhecimento jurídico; Construção, parâmetro éticos, Serviço Social.
- **Título:** A valorização da luta por direitos no Serviço Social contemporâneo. **Autora:** Cláudia Maria Costa Gomes. **Palavras-chave:** Serviço Social, Cultura profissional, Luta por direitos.
- **Título:** Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Autora:** Zelimar Soares Bidarra. **Palavras-chave:** intersetorialidade; redes; políticas públicas.
- **Título:** Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula. **Autor:** Enimar Jerônimo Wendhausen. **Palavras-chave:** Planfor, PNQ, mercado de trabalho, formação integral, inclusão social.
- **Título:** (RE)valorização da educação permanente. **Autora:** Rosa Maria Castilho Fernandes. **Palavras-chave:** Educação permanente, saúde, Serviço Social, trabalho profissional.
- **Título:** A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Autora:** Roseli da Fonseca Rocha. **Palavras-chave:** Serviço Social; questão étnico-racial; formação profissional.

Número 100. Tema central: O congresso da virada e os 30 anos da Revista.

- **Título:** Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Autora:** Maria Ozanira da Silva e Silva. **Palavras-chave:** Serviço Social; Projeto Profissional; *Revista serviço social & sociedade*. Brasil.
- **Título:** III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Autor:** José Paulo Netto. **Palavras-chave:** Crise da ditadura, protagonismo operário, III CBAS.
- **Título:** O significado político e profissional do congresso da virada para o Serviço Social brasileiro. **Autora:** Maria Inês Souza Bravo. **Palavras-chave:** Congresso da virada; Ruptura, resistência, Projeto ético-político.

- **Título:** O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **Autor:** Marcelo Braz. **Palavras-chave:** Projeto profissional; Entidades profissionais; movimento estudantil.
- **Título:** A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. **Autora:** Marlise Vinagre. **Palavras-chave:** Maria Beatriz Abramides; Maria do Socorro Reis Cabral.
- **Título:** “Começaria outra vez se preciso fosse” **Autora:** Ivanete Boschetti. **Palavras-chave:** Serviço Social; Congresso da virada; Projeto ético-político profissional.
- **Título:** Intercâmbio e produção de conhecimentos Brasil e Portugal... em tempos de viragem. **Autoras:** Fernanda Rodrigues; Marília Andrade. **Palavras-chave:** intercâmbio científico; Serviço Social; Produção do conhecimento, Viragens e transmutações, pesquisa, ensino.
- **Título:** Algunas reflexiones generales Tsobre El trabajo social argentino. **Autoras:** Margarita Rozas Pagaza; María Del Carmem Ludi. **Palavras-chaves:** formación académica; intervección profesional; investigación em trabajo social.

Ano 2010:

Número 101. Tema central: Fundamentos críticos para o exercício profissional.

- **Título:** Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Autor:** Marco José de Oliveira Duarte. **Palavras-chave:** Marxismo, subjetividade, psicanálise, Serviço Social, Trabalho profissional.
- **Título:** Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Autor:** Jamerson Murillo Anunciação de Souza. **Palavras-chave:** Estado; Sociedade civil contratualismo; Emancipação política; emancipação humana.
- **Título:** A atitude investigativa no trabalho do assistente social, **Autora:** Cristina Kologeski Fraga. **Palavras-chave:** atitude investigativa; pesquisa; intervenção interdisciplinarietà.
- **Título:** El diagnóstico social como discurso experto em El área sociojurídica. **Autoras:** Carolina González Laurino; Sandra Leopold Costábile. **Palavras-chave:** Modernidad; Reflexividad; Confianza diagnóstico; riesgo social.
- **Título:** Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Autora:** Sueli do Nascimento. **Palavras-chave:** intersetorialidade; políticas de desenvolvimento urbano; Política Social.

- **Título:** Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes trabalhadoras em Aracaju-SE. **Autor:** Márcia Santana. **Palavras chave:** Gênero; Amor; Classes populares.
- **Título:** Fiscalização do exercício profissional e o projeto ético-político. **Autores:** Josiane Soares Santos, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves; Elma Santos de Jesus Fábio dos Santos; Gleide Celma Souza Dórea, Raquel de Oliveira Mendes. **Palavras-chave:** Política Nacional de fiscalização Projeto Nacional de fiscalização; Projeto ético-político; Serviço Social.

Número 102. Tema Central: Serviço Social e Saúde: Múltiplas dimensões.

- **Título:** A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. **Autora:** Maria Inês Souza Bravo. **Palavras-chave:** política de saúde; alterações no sistema de saúde; gestão da saúde.
- **Título:** A descentralização da política nacional de saúde nos sistemas municipais na linha do mercosul. **Autoras:** Josiane Agustini, Vera Maria Ribeiro Nogueira. **Palavras-chave:** Institucionalidade; Política de Saúde; SUS Sistema de saúde; Sistema locais de saúde; Descentralização.
- **Título:** Morte materna: uma expressão da “questão social”. **Autores:** Luzia Magalhães Cardoso; Mirian Moura Costantini Felix de Souza; Roberto Ubirajara Cavalcante Guimarães. **Palavras-chave:** Mulher, maternidade, morte materna, questão social.
- **Título:** O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputas. **Autora:** Graziela Scheffer Machado. **Palavras-chave:** Organizações não governamentais, Serviço Social, Saúde.
- **Título:** Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **Autora:** Lúcia M. de B. Freire. **Palavras-chave:** Saúde do trabalhador no SUS; Controle social democracia relações sociais em instituições públicas, assessoria em Serviço Social.
- **Título:** O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Autora:** Mônica Simione Pereira Olivar. **Palavras-chave:** Política de saúde, Saúde do Trabalhador, Serviço Social.
- **Título:** O trabalho do Serviço Social nos Serviços substitutivos de saúde mental. **Autora:** Conceição Maria Vaz Robaina. **Palavras-chave:** Serviço Social; Reforma psiquiatria; mandato social.

- **Título:** Atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações. **Autoras:** Andrea Branco Simião, Fernanda dos Santos; Liane Freitas Oliveira; Renata Aline dos Santos; Rita Colen Hilário. Suélem Cabral Caetano. **Palavras-chave:** Morte, paciente terminal, Serviço Social.

Número 103. Tema central: Formação e exercício profissional.

- **Título:** A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Autor:** Ricardo Silvestre da Silva. **Palavras-chave:** Educação, Ensino superior, Universidade, Serviço Social, Projeto ético-político, Marxismo.
- **Título:** Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em Serviço Social. **Autores:** Carlos Antônio de Souza Moraes; Denise Chysóstomo de Moura Juncá. **Palavras-chave:** Pesquisa; exercício profissional; Serviço Social.
- **Título:** Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Autor:** Francis Sodré. **Palavras-chave:** Serviço Social; Processo de trabalho; Saúde Pública; Saúde Coletiva.
- **Título:** plantão social: espaço privilegiado para a identificação/ notificações de violências contra crianças e adolescentes. **Autora:** Fernanda de Oliveira Monteiro. **Palavras-chave:** Serviço Social, Plantão Social, Violência contra criança e adolescentes, notificações.
- **Título:** O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”: o debate da categoria profissional na revista *Serviço Social & Sociedade* e nos CBAS. **Autora:** Franciane Cristina de Menezes. **Palavras-chave:** Política Social, Serviço Social, Assistência Social, Terceiro setor, responsabilidade social das empresas.
- **Título:** Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial. **Autora:** Sandra da Silva Silveira. **Palavras-chave:** responsabilidade social empresarial; Ativismo social, Relatório social.
- **Título:** Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. **Autoras:** Alexsandra Tomazelli Sartório; Ednete Maria Rosa. **Palavras-chave:** adolescentes em conflito com a lei, questão social, questão jurídica, Ecriad, processo judicial.
- **Título:** Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Autora:** Verônica Gonçalves Azevedo. **Palavras-chave:** pobreza, desigualdade, gênero, famílias, Proteção Social.

Número 104. Tema central: Crise Social: trabalho e mediações profissionais.

- **Título:** Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Autor:** Evilasio Salvador. **Palavras-chave:** Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.
- **Título:** A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Autor:** Ricardo Antunes. **Palavras-chave:** crise e desemprego, crise e precarização, trabalho e informalidade, crises e alternativas.
- **Título:** Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. **Autor:** Márcio Pochmann. **Palavras-chave:** mobilidade, desigualdade, renda, pobreza.
- **Título:** Uma crítica da concepção de política social do banco mundial na cena contemporânea. **Autor:** Rafel Vieira Texeira, **Palavras-chave:** política social, Banco Mundial, Questão social.
- **Título:** Cenário do pior e alternativa ecossocialista. **Autor:** Michael Lowy. **Palavras-chave:** ecossocialismo, forças produtivas, esquerda ecológica.
- **Título:** O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Autora:** Silvana Mara de Moraes dos Santos. **Palavras-chave:** Condições de trabalho, Projeto profissional, política.
- **Título:** A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Autora:** Yolanda Guerra. **Palavras-chave:** demandas do capital, configurações do ensino médio, mercado de trabalho, perfil profissional.
- **Título:** Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. **Autora:** Isaura Isolde de Mello Castanho. **Palavras-chave:** formação profissional, caminhos do fazer, habilitação técnico operativa.
- **Título:** Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Autora:** Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** Serviço Social, Trabalho, SUAS, Precarização, projeto-profissional.

Ano 2011

Número 105. Tema Central: direitos e Políticas Públicas.

- **Título:** Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Autores:** Carlindo Rodrigues de Oliveira; Regina Coeli de Oliveira. **Palavras-chave:** Constituição, Direitos sociais, Seguridade social.

- **Título:** Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Autora:** Taís Pereira Freitas. **Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho profissional; Medida sócio-educativa de internação.
- **Título:** Os direitos de criança e adolescentes na perspectiva orçamentária. **Autor:** Tiago Santos Telles; Vera Lúcia Tieko Suguhiro, Mari Nilza Ferrari de Barros. **Palavras-chave:** orçamento público, políticas públicas, infância, juventude.
- **Título:** Propriedade coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Autores:** Edson Elias de Moraes, Fábio Lanza, Luis Miguel Luzio dos Santos, Sílvia Schroeder Pelanda. **Palavras-chave:** economia solidária, Trabalho e cooperativismo, sociabilidade e propriedade coletiva.
- **Título:** Copagamentos no sistema Público Brasileiro: anomalia ou tendência? **Autores:** Maria de Fátima S. de Andreazzi, Marco Antônio Ratzsch de Andreazzi, Luciléia de Souza Batista, Edurado Scarlatelli Pimenta. **Palavras-chave:** Serviço de Saúde, Financiamento em saúde, reformas dos serviços de saúde, Economia da saúde, política de saúde, Brasil.
- **Título:** El debate Del riesgo. **Autores:** Carolina Gonzáles Laurino **Palavras-chave:** reflexividad, riesgo, expertos.
- **Título:** Geração de renda: enfoques nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho **Autores:** Cássia Maria Carloto, Anne Grace Gomes. **Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho, Geração de renda, neoliberalismo, pobreza.
- **Título:** Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o serviço social. **Autores:** Ana Lúcia Suarez Maciel, Rosa Maria Castilhos Fernandes. **Palavras-chave:** tecnologia social, políticas públicas, serviço social.

Número, 106. Tema: Educação, trabalho e sociabilidade.

- **Título:** Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Autora:** Maria Lúcia S. Barroco. **Palavras-chave:** Ética, Ethos, Projeto ético-político, neoconservadorismo, neoliberalismo pós-moderno.
- **Título:** Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Autores:** Andreicly Alvino-Borda, Herlander Mata-lima **Palavras-chave:** Exclusão social, Inclusão social, Serviço Social, sociedade portuguesa e europeia.

- **Título:** A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreforma do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Autora:** Juliana Fiuza Cislighi. **Palavras-chave:** Formação profissional, Serviço Social, contrarreforma universitária, programa reuni.
- **Título:** O Agir comunicativo no contexto das práticas de educação em saúde pública: um estudo à luz da teoria da ação comunicativa de J. Habermas. **Autora:** Raimunda Nonato da Silva **Palavras-chave:** educação em saúde, Sistema único de saúde, Agir comunicativo, Saúde Pública, qualidade de vida.
- **Título:** A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. **Autora:** Simione Elíza do Carmo Lessa. **Palavras-chave:** Educação, Trabalho, Assistência social, Qualificação de trabalhadores.
- **Título:** o espaço da cooperativa “amigos do meio ambiente”: cooperativa de trabalho ou cooperfraude? **Autores:** Shirla Patrícia Weber Sterchile, Alfredo Batista. **Palavras-chave:** cooperativa de trabalho, catadores de materiais recicláveis, capitalismo, Estado, Trabalho.
- **Título:** Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Autores:** Frederico Ramos, Dirce Koga. **Palavras-chave:** Urbanismo, História de vida, Análise de trajetórias políticas públicas.
- **Título:** Os benefícios eventuais previstos na LOAS: o que são e como estão. **Autora:** Gisele Aparecida Bovolenta. **Palavras-chave:** Benefícios eventuais, Regulamentação, loas, direito.

Número: 107. Tema central: condições de trabalho, Saúde.

- **Título:** Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Autor:** Ricardo Antunes. **Palavras-chave:** precarização do trabalho, informalidade, Lei do Valor.
- **Título:** O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Autora:** Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** Serviço Social, Trabalho, Precarização, Trabalho assalariado, violação de direitos.
- **Título:** Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. **Autora:** Cristina Almeida Cunha Filgueiras. **Palavras-chave:** Governo local, política social, política de trabalho, qualificação profissional.

- **Título:** Serviço Social e saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Autoras:** Jussara Maria Rosa Mendes, Dolores Sanches Wunsch **Palavras-chave:** saúde do trabalhador, Serviço Social, Espaços sócio-ocupacionais.
- **Título:** O Serviço Social e a área de gestão de pessoas: mediações sintonizadas com a política nacional de humanização no hospital Giselda Trigueiro. **Autora:** Maria Figuerêdo de Araújo Regis. **Palavras-chave:** Serviço Social, gestão de pessoas, projeto ético-político profissional, política Nacional de Humanização, Sistema Único de Saúde.
- **Título:** O trabalho dos assistentes sociais em contexto hospitalares. **Autora:** Maria Lúcia Martinelli. **Palavras-chave:** Serviço Social, Saúde, Trabalho profissional, ética.
- **Título:** Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. **Autora:** Angelita Rangel Ferreira. **Palavras-chave:** reincidência criminal, Sistema profissional, estratégia de satisfação de necessidades.
- **Título:** Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no sistema socioeducativo de Minas gerais. **Autoras:** Clarissa Gonçalves Menicucci, Carla Bronzo Ladeira Carneiro. **Palavras-chave:** adolescentes em conflito com a Lei, Adolescentes em privação de liberdade, Centro socioeducativos, coerção e socialização, implementação de políticas públicas.
- **Título:** condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Autora:** Ivanete Boschetti. **Palavras-chave:** Serviço Social, Jornada semanal de trinta horas, Conjunto CFESS/CRESS.

Número: 108. Tema central: Serviço Social no mundo.

- **Título:** Cuestiones para investigación: que se pasa com los servicios sociales em España? **Autora:** Belén Morata García de La Puerta. **Palavras-chave:** Servicios sociales, España, Derechos sociales, bienestar social, principio de universalidad, pobreza y exclusión.
- **Título:** Aproximación al trabajo social em españa. **Autora:** Aurora Castilho Charfolet. **Palavras-chave:** trabalho social, Evolução histórica, profissão, disciplina.
- **Título:** O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas. **Autora:** Annamaria Campinini. **Palavras-chave:** Serviço Social, Educação, Profissão, Itália.
- **Título:** As práticas do “Serviço Social” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. **Autores:** Francisco Branco, Inês amaro. **Palavras-chave:** política social activa, “Serviço Sociaç activo”, empowemwnt.

- **Título:** Timm Kunstreich: por uma teoria crítica de Serviço Social. **Autor:** Tuto Beat Wehrle. **Palavras-chaves:** Estado de bem-estar, políticas sociais, Teoria Crítica de Serviço Social.
- **Título:** Formando trabalhadores sociales em Suécia. **Autora:** Norma Montesino. **Palavras-chave:** formación em trabajo social, programa de educación em trabajo social, trabajo social em Suécia.
- **Título:** O processo de formação e institucionalização do Serviço social como profissão em Cuba. **Autora:** Josiane Moraes **Palavras-chave:** Trajetória do Serviço Social cubano, Institucionalização, formação profissional.
- **Título:** A definição de trabalho social da FITS: por que revisar? **Autores:** Conselho Federal de Serviço Social **Palavras-chave:** Serviço Social, FITS, América Latina.
- **Título:** O que Serviço Social quer dizer. **Autor:** Vicente de Paula Faleiros. **Palavras-chave:** Serviço Social, Definição de Serviço Social, Reconceituação.
- **Título:** A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação. **Autor:** Carlos Montãno. **Palavras-chave:** Serviço Social na América Latina, Pesquisa, Pós – graduação, Relações Internacionais.

Ano: 2012

Número 109. Tema Central: Sociedade Civil e controle social.

- **Título:** Sociedade Civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Autor:** Luiz Eduardo W. Wanderley. **Palavras-chave:** sociedade civil, bloco história, intelectuais orgânicos, democracia, crise do capitalismo.
- **Título:** Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. **Autora:** Giselle Silva Soares. **Palavras-chave:** democracia brasileira, formação sócio-histórico do Brasil, modernidade, movimentos sociais, participação popular, redemocratização brasileira.
- **Título:** Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de política. **Autoras:** Natalina Ribeiro, Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** Conselhos, Políticas Públicas, Agências Internacionais, Sujeitos Coletivos, Participação Institucional, Política de Saúde.

- **Título:** Os Conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e retrocessos. **Autoras:** Carla Almeida, Luciana Tatagiba. **Palavras-chave:** Conselhos gestores de políticas públicas, democracia, ação política, participação.
- **Título:** Controle social em saúde: o caso do Pará. **Autora:** Solange Conceição Albuquerque de Cristo. **Palavras-chave:** Controle social, Conselho municipais de saúde, participação, usuários, Políticas de saúde.
- **Título:** Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Autoras:** Maria Lúcia Carvalho da Silva, Cristina de Mello Gomide, Mariangela Belfiore Wanderley, Rosangela Dias Oliveira da Paz, Tânia Maria Ramos de Godói Diniz. **Palavras-chave:** Movimentos sociais, redes, sociedade civil, democracia.
- **Título:** Desafios do controle social na atualidade. **Autoras:** Maria Inês Souza Bravo, Maria Valéria de Costa Correia. **Palavras-chave:** Controle social, Relações Estado-sociedade civil, fóruns de saúde, Frente Nacional contra a privatização.
- **Título:** Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Autora:** Aline Maria Batista Machado. **Palavras-chave:** Educação popular, Serviço Social, Formação profissional, mobilização social.
- **Título:** Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Autora:** Myrian Veras Batista. **Palavras-chave:** Direitos humanos, Sistema de garantia de direitos, articulação em rede.

Número110. Tema central: Questão Agrária, pobreza.

- **Título:** Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Autoras:** Paula Nakatani, Rogério Naques Faleiros, Neide César Vargas. **Palavras-chave:** questão agrária, Reforma Agrária, Brasil.
- **Título:** História e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Autores:** Paula Nakatani, Rogério Naques Faleiros, Neide César Vargas. **Palavras-chave:** Questão Agrária, Reforma Agrária, Brasil.
- **Título:** O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Autora:** Suenya Santos da Cruz. **Palavras-chave:** agricultura familiar, pluriatividade, Reforma Agrária.
- **Título:** Pobreza questão social e seu enfrentamento. **Autor:** Carlos Montaña. **Palavras-chave:** Pobreza, Questão Social, Desigualdade.

- **Título:** Pobreza no Brasil contemporâneo e Formas de seu enfrentamento. **Autora:** Maria Carmelita Yazbek. **Palavras-chave:** Pobreza e políticas sociais.
- **Título:** Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. **Autor:** Rémi Fernand Lavergne. **Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Serviço Social, Universalização *versus* focalização, Educação “por toda a vida”, biopolítica subjetivação.
- **Título:** Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o Serviço Social contemporâneo. **Autor:** Néelson Alves Ramalho. **Palavras-chave:** Globalização, sociedade de risco, crise da modernidade, Serviço Social.
- **Título:** A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Autor:** Alessandra Acosta Carneiro, Cristina Kologeski Fraga. **Palavras-chave:** gênero, violência doméstica e proteção legal.

Número 111. Tema Central: questão social: expressões contemporâneas.

- **Tema:** Crise do capital e consequências societárias. **Autor:** José Paulo Netto. **Palavras-chave:** crise sistêmica do capitalismo, transformação societária e nova barbárie.
- **Tema:** Particularidade da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Autora:** Josiane Soares Santos. **Palavras-chave:** “questão social”, Neodesenvolvimentismo, trabalho.
- **Tema:** O negro no Contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Autora:** Tereza Cristina Santos Martins. **Palavras-chave:** Desigualdade racial, desemprego, trabalho precário e informal.
- **Título:** Capitalismo, crise e lutas de classe contemporânea: questões e polêmicas. **Autor:** Marcelo Braz **Palavras-chave:** capitalismo contemporâneo, crise contemporânea, lutas de classe, partido político, movimentos sociais.
- **Título:** A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. **Autora:** Ednéia Alves de Oliveira. **Palavras-chave:** Desemprego, Política de emprego, assistencialismo.
- **Título:** A divisão sexual do trabalho no sistema de integração agroindustrial. **Autora:** Claudia Mazzei Nogueira. **Palavras-chave:** sistema de integração, divisão sexual do trabalho, precarização, trabalho, Serviço Social.
- **Título:** O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. **Autora:** Carola C. Arregui. **Palavras-chave:** indicadores sociais alternativos, novas formas de quantificação, convenção social, desenvolvimento.

- **Título:** A judicialização do Benefício de Prestação continuada da Assistência Social. **Autora:** Naiane Louback da Silva. **Palavras-chave:** BPC, Judicialização, desigualdade.
- **Título:** Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. **Autora:** Jane Valnete. **Palavras-chave:** Acolhimento familiar, crianças e adolescente, família acolhedora, política pública.

Número 112. Tema Central: (neo)desenvolvimentismo & política social.

- **Título:** O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Autor:** Rodrigo Castelo. **Palavras-chave:** novo desenvolvimentismo, decadência ideológica, crítica da economia política.
- **Título:** Novo desenvolvimentismo e liberalismo Enraizado. **Autor:** Reinaldo Gonçalves. **Palavras-chave:** novo desenvolvimentismo, liberalismo enraizado, Nacional-desenvolvimentismo, consenso de Washington.
- **Título:** desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Autor:** Plínio de Arruda Sampaio Jr. **Palavras-chave:** desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, dependência, subdesenvolvimento, Revolução Burguesa, crescimento com equidade, economia brasileira, reversão neocolonial.
- **Título:** Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Autor:** Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. **Palavras-chave:** nacional-desenvolvimentismo, neonacional-desenvolvimento, neoliberalismo, Poder político, Classes sociais, política de Estado.
- **Título:** Los atolladeros de La economía latinoamericana. **Autor:** Claudio Katz **Palavras-chave:** América Latina, Crisis global, neoliberalismo, neodesarrolismo.
- **Título:** Utopias desenvolvimentista e política social no Brasil. **Autora:** Potyara Amazoneida P. Pereira. **Palavras-chave:** desenvolvimentismo brasileiro, política social, neoliberalismo, desigualdade social, desmonte de direitos.
- **Título:** A insidiosa corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Autora:** Ivanete Boschetti. **Palavras-chave:** Proteção social, Europa, crise do capital, direitos, política social.

Ano: 2013

Número 113. Tema central: Proteção social e espaços sócio-ocupacionais.

- **Título:** França e Brasil: realidade distintas da proteção social entrelaçadas no fluxo da história. **Autora:** Elaine Rosseti Bering. **Palavras-chave:** fundo público, orçamento público, seguridade social, França, Brasil.
- **Título:** La política social y La recomposición material Del consenso. La centralidad de los programas de transferência de renda condicionada. **Autora:** Silvia Fernandez Soto. **Palavras-chave:** programa de transferência de renda condicionada. Protección social, política social, condicionalidades.
- **Título:** Contradições da assistência social no governo “neodenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Autora:** Sheyla Suely de Souza Silva. **Palavras-chave:** Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, social-liberalismo, proteção social, assistência social.
- **Título:** A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este estudo. **Autora:** Simione Eliza do Carmo Lessa. **Palavras-chave:** educação, Crise capitalista, escola pública, Serviço Social.
- **Título:** Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. **Autora:** Leila Baumgratz Delgado. **Palavras-chave:** assistentes sociais, estatuto legal-normativo, espaço sócio-ocupacional.
- **Título:** A produção do conhecimento nas ciências sociais e a provisoriade da realidade material e simbólica. **Palavras-chave:** ciências, cientificidade, método e ciências sociais **Autora:** Maria do Socorro F. Osterne, Glaucíria Mota Brasil, Rosemary de Oliveira Almeida.
- **Título:** Práxis, gênero humana e natureza: Notas a partir de Marx, Engels e Lúkacs. **Autor:** Epitácio Macário. **Palavras-chave:** práxis, gênero humano, natureza.

Número 114. Tema central: Demandas sociais desafios profissionais.

- **Título:** Os 40 anos sem Lukács e o debate contemporâneo nas ciências humanas. **Autor:** Rogério Castro. **Palavras-chave:** Lukács, ontologia do ser social, trabalho, pós-modernidade.
- **Título:** A “viagem de Volta” significados da pesquisa na formação e prática profissional do assistente social do Assistente Social. **Autor:** Carlos Antônio de Souza Moares. **Palavras-chave:** Pesquisa, Serviço Social, Prática profissional, formação profissional.

- **Título:** Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Autora:** Maria Cristina Giampoli. **Palavras-chave:** Serviço social de empresa, Consultoria em Serviço Social, Consultoria, tercerização.
- **Título:** A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Autora:** Márcia Campos Eurico. **Palavras-chave:** Racismo institucional, ética profissional, questão racial, Serviço Social.
- **Título:** Saúde Mental e classe social: CAPS, um Serviço de classe e interclasse. **Autoras:** Lúcia Cristina dos Santos Rosa, Rosana Teresa Onocko Campos. **Palavras-chave:** classe social, saúde mental, reforma psiquiátrica.
- **Título:** Democracia y ciudadanía: um debate permanente para La construcción de La política pública de las mujeres. **Autora:** Eucaris Olaya. **Palavras-chave:** democracia, ciudadanía, igualdad, derechos humanos.

Número 115. Tema central: área sociojurídica.

- **Título:** Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Autora:** Elisabete Borgiane. **Palavras-chave:** Serviço Social na área sociojurídica, direito, justiciabilidade dos direitos sociais, Instituições do sociojurídico.
- **Título:** Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um processo de pesquisa. **Autora:** Vera Telles. **Palavras-chave:** práticas urbanas, jogos de poder, antropologia do Estado.
- **Título:** Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e a garantia de direitos humanos. **Autora:** Silvia da Silvia Tejedas. **Palavras-chave:** Ministério Público, Serviço Social, Direitos Humanos.
- **Título:** A interdisciplinaridade na violência sexual. **Autora:** Maria Regina Fay de Azambuja. **Palavras-chave:** Crianças, violência sexual, inquirição, direitos humanos, proteção integral.
- **Título:** O Serviço Social no Judiciário: construção e desafios com base na realidade paulista. **Autora:** Eunice Terezinha Fávero **Palavras-chave:** Serviço Social, Campo sociojurídico, cotidiano profissional, direitos.
- **Título:** Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Autora:** Aurea Satomi Fuzimara. **Palavras-chave:** Direitos humanos, criança e adolescente, lutas sociais.

- **Título:** Condiciones laborales de trabajadores sociales em El poder judicial de Neuquén. **Autora:** Martha Valdevenito. **Palavras-chave:** Trabajo social, Cuestioné social, condiciones Laborales, sindicalización, poder judicial.

Número 116. Tema central: proteção social. Especial.

- **Título:** Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Autora:** Raquel Raichelis. **Palavras-chave:** Crise mundial, políticas de proteção social, intensificação, precarização, assistência social, assistente social, trabalho assalariado.
- **Título:** Proteção Social contemporânea **Autora:** Potyara Amazoneida P. Pereira. **Palavras-chave:** proteção social, capitalismo destrutivo, ativação, trabalho assalariado, direitos.
- **Título:** Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Autora:** Aldaíza Spozati. **Palavras-chave:** Proteção social, Seguridade Social, Serviço Social, Direitos de proteção, Incompletude da proteção social.
- **Título:** Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Autora:** Jaldes Reis de Meneses. **Palavras-chave:** Carlos Nelson Coutinho, Hegemonia, Estado ampliado de Gramsci, Marxismo.
- **Título** La reconfiguração Del campo asistencial: El caso Del plan de Uruguay. **Autora:** Laura Vencinday. **Palavras-chave:** programa de transferência de renda condicionada, campo asistencial, práticas profesionales.
- **Título:** interdisciplinarietà, formação humana e emancipação humana. **Autor:** Ivo Tonet. **Palavras-chave:** Fragmentação do saber, interdisciplinarietà, Crítica.
- **Título:** Sofrimento social. **Autoras:** Rosangela Werlang e Jussara Maria r Rosa Mendes. **Palavras-chave:** Sofrimento, sofrimento social, autoexclusão.

Ano 2014.

Número 117. Tema Central: Exercício profissional e produção do conhecimento.

- **Título:** Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. **Autora:** Ivete Simionato. **Palavras-chave:** Intelectuais, Política, Serviço Social.

- **Título:** Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Autora:** Lélica Elis P. de Lacerda. **Palavras-chave:** Cotidiano do exercício profissional, Totalidade histórica, Exercício profissional crítico.
- **Título:** Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Autora:** Rita de Lourdes de Lima. **Palavras-chave:** Serviço Social, gênero, formação profissional, graduação.
- **Título:** O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento. **Autor:** Francis Sodré **Palavras-chave:** Serviço Social, Promoção da saúde, Saúde coletiva.
- **Título:** Ética e sigilo profissional. **Autores:** Simone Sobral Sampaio, Filipe Wingeter Rodrigues. **Palavras-chave:** sigilo profissional, ética, direito.
- **Título:** Los programas de transferencia de renda condicionadas como gestión neoliberal de La cuestión social. **Autor:** José Pablo Ventura. **Palavras-chave:** Transferência de renda condicionada, protección social, neoliberalismo, Integración social.
- **Título:** Avaliação de programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual. **Autores:** Max Felipe Gasparini, Juarez Pereira Furtado. **Palavras-chave:** Avaliação, programas sociais públicos, avaliação de programas sociais.
- **Título:** Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Autor:** Frederico Poley Martins Ferreira **Palavras-chave:** abrigos, crianças e adolescentes, Minas gerais.
- **Título:** Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. **Autores:** Emanuel Luiz P. da Silva, Mariangela Belfiore Wanderley, Marinalva de Sousa Conserva. **Palavras-chave:** Proteção social, território, pesca artesanal, ambiente.

Número 118: Tema Central: Trabalho precarizado.

- **Título:** Processos de trabalho: da manufatura à maquinaria moderna. **Autor:** Alfredo Batista. **Palavras-chave:** Trabalho, processo de trabalho, sociabilidade.
- **Título:** Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Autor:** George Francisco Ceolin. **Palavras-chave:** crise do capital, precarização, Serviço Social.
- **Título:** A questão dos intelectuais em Gramsci. **Autora:** Maria Lúcia Duriguetto. **Palavras-chave:** Intelectual, pensamento Gramsciano, Hegemonia.
- **Título:** Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Autora:** Edvânia Ângela de Souza Lourenço. **Palavras-**

chave: Reestruturação produtiva, trabalho informal, trabalho infantil, trabalho do adolescente, setor calçadista.

- **Título:** Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Autora:** Fernanda Caldas de Azevedo. **Palavras-chave:** precarização, consultoria empresarial, Serviço Social.
- **Título:** Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: limitações do processo. **Autoras:** Miriam Cláudia Spada Bim, Neide Tiemi Murofose. **Palavras-chave:** Perícia médica, Previdenciária, avaliação social da deficiência, proteção social.
- **Título:** Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo da ótica dos sujeitos. **Autoras:** Graziela Scheffer, Lahana Gomes Silva. **Palavras-chave:** Saúde mental, Reforma psiquiátrica, rede de atenção, Serviço Social.

Número: 119. Tema Central: direitos humanos em questão. Junho/ Setembro.

- **Título:** A extrema-direita na atualidade. **Autoras:** Adriana Brito da Silva, Cristina Maria Brites, Eliana de Cássia Rosa Oliveira. **Palavras-chave:** Irracionalismo, extrema-direita, política, ética e direitos humanos.
- **Título:** Política social e direitos humanos sob o julgo do imperial dos Estados Unidos. **Autores:** Potyara Amazoneira P. Pereira, Marco César Alves Siqueira. **Palavras-chave:** Política Social, Direitos humanos, imperialismo, Criminalização da pobreza.
- **Título:** Reflexões sobre liberdade e (in) tolerância. **Autora:** Maria Lúcia S. Barroco. **Palavras-chave:** Liberdade, Tolerância, Intolerância, Alteridade, Equidade.
- **Título:** La formación en derechos humanos como parte Del proyecto ético político Del trabajo social. **Palavras-chave:** Formación em trabalho social, Derechos humanos, Educación universitária.
- **Título:** A trajetória histórica do social. **Autor:** Victor Strazzeri. **Palavras-chave:** Social, Questão Social, decadência ideológica da burguesia, comunidade.
- **Título:** Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Autor:** Jamerson Murillo Anunciação de Souza. **Palavras-chave:** sincretismo, ecletismo, Serviço Social.
- **Título:** A filosofia como historicidade: a ideologia no estudo filosófico dos Cadernos do cárcere. **Autor:** Adenilson Aquino Silveira Júnior. **Palavras-chave:** Ideologia, Práxis social, Bloco histórico, Filosofia da práxis.

Número 120. Tema Central: Formação Trabalho e Lutas Sociais.

- **Título:** A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Autor:** Marilda Vilela Iamamoto **Palavras-chave:** Serviço Social no Brasil; Ensino superior; Formação em Serviço Social.
- **Título:** As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Autoras:** Jussara Maria Rosa Mendes; Bernadete de Lourdes Figueiredo Almeida. **Palavras-chave:** Pesquisa; Produção do conhecimento; Serviço Social.
- **Título:** Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. **Autora:** Maria Barbosa Pinto **Palavras-chave:** Trabalho docente; Ensino superior; Formação profissional.
- **Título:** A dimensão política do trabalho do assistente social. **Autora:** Maria Carmelita Yasbek. **Palavras-chave:** Serviço Social; Questão social; Dimensão política do exercício profissional; Hegemonia.
- **Título:** Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Autora:** Ana Elizabete Mota. **Palavras-chave:** Serviço Social; Espaços ocupacionais; Relativa autonomia.
- **Título:** O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Autor:** Vicente de Paula Faleiros **Palavras-chave:** Capitalismo e política social; Serviço Social crítico; Direitos sociais.
- **Título:** Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Autora:** Raquel Santos Sant'Ana. **Palavras-chave:** Trabalho. Serviço Social. Questão agrária. Política de assistência social.
- **Título:** O "social" no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Autora:** Mariana Pfeifer. **Palavras-chave:** Neodesenvolvimentismo; Estado; Política social.
- **Título:** Conforto, proteção social e emprego doméstico (Brasil e Região Fluminense, 1960-2000). **Palavras-chave:** História das mulheres. Relações público-privadas. Conforto e proteção social. Maternidade transferida. Demanda em espiral. Trabalho e emprego domésticos.

Revistas Temporallis

Ano 2004 (Não consta palavras-chave)

Número 3

- **Título:** A questão social no capitalismo. **Autora:** Marilda Villela Yamamoto.
- **Título:** Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. **Autora:** Maria Carmelita Yazbek.
- **Título:** Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Autor:** José Paulo Netto
- **Título:** Questão social, serviço social, e direitos da cidadania. **Autora:** Potyara A. P. Pereira
- **Título:** A atuação da ABEPSS no ensino e pesquisa em serviço social: Balanço da gestão 1998 – 2000. **Autora:** Ivanete Boschetti Ferreira.

Número 4

- **Título:** Leituras de movimentos: Conjuntura, ação e poder. **Autora:** Ana Clara Torres Ribeiro.
- **Título:** Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do serviço social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Autora:** Rosa Lúcia Prêdes Trindade.
- **Título:** O aprender do fazer (As representações sociais de assistentes sociais sobre o seu saber-fazer profissional): A dimensão educativa do trabalho. **Autora:** Maria Célia Correia Nicolau.
- **Título:** Contrarrevolução, trabalho e classes sociais. **Autor:** Sérgio Lessa.
- **Título:** A terceirização e a nova composição da informalidade. **Autora:** Maria Augusta Tavares.
- **Título:** O fetiche da felicidade no discurso da qualidade de vida no trabalho. **Autora:** Maria Virgínia Borges do Amaral.
- **Título:** Compromisso entre capital e trabalho na flexibilidade produtiva: Consentimento ou conquista do trabalho. **Autor:** Reivan Marinho de Souza Carneiro.
- **Título:** Fórum nacional sobre avaliação institucional nos cursos de serviço social. **Autora:** Maria da Graça Nóbrega Bollmann.

Número 8. Tema central: O ensino do trabalho profissional: Desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político.

- **Título:** Os desafios das diretrizes curriculares na afirmação do projeto ético-político do serviço social: A proposta da oficina – Perspectiva ABEPSS. **Autora:** Jussara Maria Rosa Mendes.
- **Título:** Os desafios das diretrizes curriculares na afirmação do projeto ético-político do serviço social: A proposta da oficina – Perspectiva CFESS. **Autora:** Léa Lúcia Cecílio Braga.
- **Título:** O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Autora:** Ivanete Salete Boschetti Ferreira.
- **Título:** Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Autora:** Ivete Simionatto.
- **Título:** As diretrizes curriculares e a política social. **Autora:** Berenice Rojas Couto.
- **Título:** Gestão: Planejamento e administração. **Autora:** Rosangela Nair de Carvalho Barbosa.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS – Região Norte. **Autora:** Simone Eneida Baçal de Oliveira.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional: O debate sobre estágio em serviço social na região Nordeste. **Autoras:** Maria Aparecida Ramos, Maria de Fátima L. Gomes, Maria de Fátima M. do Nascimento, Maria de Lourdes Soares, Maria do Socorro de S. Vieira.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS – Região Centro-Oeste. **Autora:** Sandra de Faria.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS – Região Leste. **Autora:** Vânia Maria Manfrói.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS – Região Sul II. **Autora:** Maria Beatriz Costa Abramides.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional nas regiões da ABEPSS – Região Sul I. **Autor:** Alfredo Aparecido Batista.
- **Título:** O ensino do trabalho do assistente social na faculdade de serviço sócia da UERJ. **Autora:** Maria Inês Bravo.
- **Título:** O ensino do trabalho do assistente social na faculdade de serviço sócia da UERJ. **Autora:** Elaine Behring.

- **Título:** O ensino do trabalho profissional no currículo do curso de serviço social da UFSC: Fundamentos, construção, implementação e avaliação. **Autora:** Vera Maria Ribeiro Nogueira.
- **Título:** O ensino do trabalho do assistente social na faculdade de serviço social da PUCSP. **Autora:** Maria Beatriz Costa Abramides.
- **Título:** O ensino do trabalho do assistente social na faculdade de serviço social da PUCPR. **Autora:** Odária Battini.
- **Título:** O sistema de avaliação do ensino superior. **Autor:** Amir Limana.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional – Perspectiva CNPq. **Autora:** Maria Ozanira Silva e Silva.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional – Perspectiva CAPES. **Autora:** Denise Bomtempo Birche de Carvalho.
- **Título:** O ensino do trabalho profissional – Perspectiva CFESS. **Autora:** Joaquina Teixeira Barata.

Ano 2005

Número 9. Tema central: Pesquisa e produção de conhecimento em serviço social

- **Título:** Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em serviço social – Perspectiva IX ENPESS. **Autora:** Jussara Maria Rosa Mendes. **Palavras-chave:** Serviço social, pesquisa, produção de conhecimentos.
- **Título:** Algunas reflexiones sobre la investigación en trabajo social en la Argentina. **Autora:** Margarita Rozas Pagaza. **Palavras-chave:** não consta.
- **Título:** Trajetórias e produção do conhecimento. A experiência do ISSS Lisboa – Portugal. **Autor:** Jorge Ferreira. **Palavras-chave:** não consta.
- **Título:** Reflexões sobre ética, pesquisa e serviço social. **Autora:** Maria Lúcia Silva Barroco. **Palavras-chave:** Pesquisa, ética, direitos humanos, liberdade, justiça social.
- **Título:** Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Autora:** Maria Lúcia Martinelli. **Palavras-chave:** Pesquisa qualitativa, fonte oral, serviço social.
- **Título:** O Método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Autora:** Jane Cruz Prates. **Palavras-chave:** não consta.
- **Título:** Os caminhos para a pesquisa no serviço social. **Autora:** Maria Carmelita Yazbeck. **Palavras-chave:** Pesquisa, serviço social.

Ano 2006

Número 12. Tema central: Estado e política social: Inflexões e desafios ao serviço social.

- **Título:** Estado e regulação social: As respostas do ponto de vista da ordem capitalista e de sua superação. **Autora:** Cláudia Viana de Melo Malta. **Palavras-chave:** Estado, regulação social, sistema capitalista.
- **Título:** Estado e sociedade civil no enfrentamento da questão social no Brasil contemporâneo: Elementos para o debate. **Autora:** Silene de Moraes Freire. **Palavras-chave:** Estado, sociedade civil, questão social, cidadania, democracia.
- **Título:** Os sistemas de proteção social brasileiro e português: Entre formas paramétricas e estruturais. **Autora:** Odília Souza Araújo. **Palavras-chave:** Estado, reformas paramétricas e estruturais, sistemas de proteção social, previdência social.
- **Título:** A pesquisa na esfera pública: Estado e sociedade. **Autoras:** Ana Maria Arreguy Mourão, Ana Maria Costa Amoroso Lima, Auta Stephan de Souza, Édina Meireles de Souza, Lêda Maria Leal de Oliveira. **Palavras-chave:** Estado, políticas públicas, gestão pública, cidadania.
- **Título:** Previdência Rural: Campo de disputa, conflitos e contradições. **Autoras:** Mirella Cavalcante Vilar Lima, Mônica Regina Gomes da Silva. **Palavras-chave:** Previdência social, trabalhadores(as) rurais, movimento sindical.
- **Título:** Indicadores para avaliação da pós-ocupação de habitação popular. **Autoras:** Rosangela Dias Oliveira Paz, Maria do Carmo Brant de Carvalho. **Palavras-chave:** Habitação, indicadores, projetos sociais.
- **Título:** Juventude e políticas sociais: Uma reflexão sobre o governo Lula. **Autora:** Vânia Maria Manfroi. **Palavras-chave:** Políticas sociais, governo Lula.
- **Título:** Pobreza e justiça social: Eixos articuladores dos programas de transferência de renda. **Autoras:** Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Maria Virgínia Moreira Guilhon, Salviana de Maria Pastor Santos Souza. **Palavras-chave:** Justiça social, pobreza, transferência de renda.
- **Título:** A criação de graus de vulnerabilidade como instrumento de avaliação e monitoramento de programas de transferência de renda. **Autora:** Carola Carbajal Arregui. **Palavras-chave:** Grau de vulnerabilidade, avaliação, transferência de renda.
- **Título:** Metodologias de trabalho com famílias: Reflexões e desafios. **Autora:** Mariângela Belfioi Wanderley. **Palavras-chave:** Família, desafios.

- **Título:** A reestruturação produtiva e suas inflexões na produção social das famílias da classe trabalhadora. **Autoras:** Maria Elina dos Santos, Silvana Mara M. dos Santos. **Palavras-chave:** Classe trabalhadora, produção social, famílias.

Ano 2008

Número 15. Tema central: Estado e educação superior – Questões e impactos no serviço social.

- **Título:** Contrarreforma da educação superior e formação profissional em serviço social. **Autora:** Kátia Lima. **Palavras-chave:** Crise do capital, contrarreforma da educação superior, formação profissional em serviço social.
- **Título:** Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Autora:** Larissa Dahmer. **Palavras-chave:** Mercantilização do ensino superior, educação a distância, formação profissional em serviço social.
- **Título:** A favor da educação pública – Protestos e mobilizações contra as medidas e projetos governamentais. **Autor:** Francesco Schettino. **Palavras-chave:** Educação, decreto-lei, reforma, Itália, público, privado.
- **Título:** Reflexões acerca do ensino a distância na formação em serviço social. **Autoras:** Alzira Baptista Lewgoy, Ana Lúcia Suárez Maciel. **Palavras-chave:** Ensino a distância, formação, serviço social, ensino superior.
- **Título:** Complementaridade entre estado moderno e o sistema do capital segundo Mézáros. **Autora:** Edivânia Francisca de Melo. **Palavras-chave:** Estado moderno, sistema do capital.
- **Título:** Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do estado. **Autora:** Maria Cristina Soares Peniago. **Palavras-chave:** Estado, neoliberalismo, crise estrutural, luta de classes.

Número 16. Tema central: Lutas e resistência à dominação capitalista – Referências do projeto ético-político profissional do serviço social.

- **Título:** Las multiformes resistencias al sistema de dominación instaurado em nuestra mayúscula America: Una mirada desde la prospectiva crítica. **Autor:** Luis Suárez Salazar. **Palavras-chave:** não consta.
- **Título:** Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. **Autora:** Maria Lúcia Duriguetto. **Palavras-chave:** Classe, conflitos, movimentos sociais, política.

- **Título:** Resistência de classe no Brasil contemporâneo: Mediações políticas para o enraizamento do projeto ético-político do serviço social. **Autora:** Mirla Cisne. **Palavras-chave:** Projeto ético-político do serviço social, movimentos sociais, governo Lula.
- **Título:** Mídia e CLT – Ação política em torno da supressão de direitos. **Autora:** Andreia de Souza de Carvalho. **Palavras-chave:** Direitos trabalhistas, mídia, produção do consenso.
- **Título:** Análise da luta de sujeitos coletivos feministas pela efetivação da lei Maria da Penha. **Autoras:** Leidiane Souza de Oliveira, Silvana Mara de Moraes dos Santos. **Palavras chave:** Movimento feminista, violência contra as mulheres, Lei Maria da Penha.
- **Título:** Controle de qualidade e qualidade de vida: Atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos de 1990. **Autor:** Reivan Marinho de Souza. **Palavras-chave:** Controle, capital, trabalho, controle de qualidade, qualidade de vida.
- **Título:** Os impactos da abertura comercial sobre o sistema de proteção social no Brasil: Desafios contemporâneos para a categoria profissional. **Autora:** Cleusa Santos. **Palavras-chave:** Reformas do estado, conservadorismo, projeto profissional, direitos sociais.

Ano 2009

Número 17. Tema central: Estágio, ética e pesquisa: Desafios para a formação profissional.

- **Título:** As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: Fundamentos, polêmicas e desafios. **Autora:** Sâmya Rodrigues Ramos. **Palavras-chave:** Estágio, formação profissional, serviço social.
- **Título:** Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em serviço social: Desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Autora:** Alzira Maria Baptista Lewgoy. **Palavras-chave:** Estágio supervisionado, formação e exercício profissional, serviço social.
- **Título:** Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: Expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Autora:** Iana Vasconcelos. **Palavras-chave:** Estágio curricular, formação profissional, mercado de trabalho, serviço social.

- **Título:** O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. **Autora:** Eleusa Bilemjian Ribeiro. **Palavras-chave:** Estágio, processo de formação, processo de trabalho, assistentes sociais.
- **Título:** Estágio supervisionado curricular em serviço social: Elementos para reflexão. **Autora:** Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. **Palavras-chave:** Estágio supervisionado, serviço social, formação profissional, diretrizes curriculares.
- **Título:** A trajetória do serviço social na Bahia: Formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo. **Autora:** Jucileide Ferreira do Nascimento. **Palavras-chave:** Serviço social na Bahia, ensino público, Recôncavo.
- **Título:** Serviço social e pesquisa: Implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Autora:** Maria Lúcia Barroco. **Palavras-chave:** Serviço social, pesquisa, ética.

Número 18. Tema central: Conjuntura internacional e serviço social.

- **Título:** As encruzilhadas da América Latina e a militarização da “Questão Social”. **Autor:** Rodrigo Castelo Branco. **Palavras-chave:** América Latina, socialismo, contrarrevolução, novo-desenvolvimentismo, socioliberalismo.
- **Título:** Mudanças estruturais e planejamento econômico na Venezuela revolucionária. **Autores:** Paulo Nakatani, Remy Herrera. **Palavras-chave:** Planificação, transição, socialismo, estado, democracia.
- **Título:** Notas críticas acerca do desenvolvimento humano na América Latina. **Autora:** Ana Paula Ornellas Mauriel. **Palavras-chave:** Desenvolvimento humano, pobreza, capital social, governança, trabalho.
- **Título:** Controle democrático das políticas sociais no Brasil e na Argentina. **Autores:** Carina Berta Moljo, Iris Maria de Oliveira, Maria Regina de Avila Moreira, Roberto Orlando Zampani. **Palavras-chave:** Controle democrático, esfera pública, conselhos.
- **Título:** Aproximaciones generales em el debate teórico-metodológico: un recorrido de continuidades, intenciones y rupturas. **Autora:** Maria Lorena Molina M. **Palavras-chave:** Fundamentos teórico-metodológicos, continuidades, rupturas, trabajo social, Latinoamerica.
- **Título:** Perspectivas crítica y construcción del proyecto ético-político profesional. **Autor:** Roberth Salamanca Avila. **Palavras-chave:** Trabajo social crítico, proyecto ético-político, perspectiva Latinoamericana.

- **Título:** Servicio social: Fundamentos, formación y trabajo profesional. **Autora:** Margarita Rozas Pagaza. **Palavras-chave:** Trabajo profesional, trabajo social, América Latina.
- **Título:** 70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia: Da escola normal social ao Instituto Superior Miguel Torga. **Autora:** Alcina Martins. **Palavras-chave:** Serviço social português, Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, serviço social.

LEVANTAMENTO DA REVISTA *TEMPORALIS*:

Anos: 2010-2014.

Ano 2010

Número 20. Tema central: Temas Contemporâneos e Serviço Social: crise do capital, trabalho, assistência social e formação profissional.

- **Título:** Políticas econômicas e sociais na América Latina. **Autor:** Luiz Jorge Vasconcellos P. de Mendonça. **Palavras-chave:** Desigualdade e vulnerabilidade social, Política social e econômica, Neoliberalismo na América Latina.
- **Título:** O projeto de modernidade, crise capitalista e ideologia pós-moderna. **Autores:** Danielle Viana Lugo Pereira, Altair Reis de Jesus. **Palavras-chave:** Modernidade. Capitalismo. Estado. Razão. Ideologia.
- **Título:** Controle social e reprodução capitalista: polêmicas e estratégias contemporâneas. **Autor:** Reivan Marinho de Souza. **Palavras-chave:** Controle social e Capitalismo. Controle social e Serviço Social. Política social e Controle social.
- **Título:** Assistencialização das políticas sociais? Breves notas sobre o debate contemporâneo. **Autora:** Márcia Nogueira da Silva. **Palavras-chave:** Assistencialização. Questão Social. Políticas Sociais.
- **Título:** A falsa dicotomia entre teoria e prática. **Autor:** Henrique Wellen, Ranieri Carli. **Palavras-chave:** Teoria. Prática. Marxismo. Positivismo. Serviço Social.
- **Título:** Enade no contexto de contrarreforma do ensino superior: reflexões para o Serviço Social. **Autora:** Larissa Dahmer Pereira. **Palavras-chave:** Política

educacional brasileira. Sistemas avaliativos. Contrarreforma do ensino superior. ENADE. Serviço Social.

- **Título:** Reestruturação produtiva e hipertrofiação da Assistência Social: a ofensiva do capital no Brasil. **Autoras:** Sheyla Suely de Souza Silva, Jordeana Davi, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Maria Aparecida Nunes dos Santos. **Palavras-chave:** Capitalismo Contemporâneo. Reestruturação Produtiva. Precarização do Trabalho. Proteção social. Assistência social.
- **Título:** A situação da mulher na América Latina e no Caribe. **Autora:** Rosa Maria Marques, Estela Capelas Barbosa, Ana Hutz. **Palavras-chave:** Desigualdade de gênero. América Latina. Caribe.

Ano 2011

Número 21. Tema central: Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social.

- **Título:** A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na Contemporaneidade. **Autoras:** Maristela dal Moro, Morena Gomes Marques. **Palavras-chave:** Serviço Social. Movimentos Sociais. Projeto Ético Político.
- **Título:** Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o Estado e o capital. **Autores:** Josimery Amaro de Melo, Jackson Vital Souto. **Palavras-chave:** Trabalho. Recicláveis. Catadores. Capitalismo. Estado.
- **Título:** Movimentos Sociais na América Latina: principais aspectos postos ao debate. **Autoras:** Silene Moraes Freire, Maria Clara de Arruda Barbosa. **Palavras-chave:** Movimentos Sociais. América Latina. Contemporaneidade.
- **Título:** Universidade Federal Fronteira Sul: uma conquista popular. **Autora:** Cristiane Letícia Nadaletti. **Palavras-chave:** Lutas de classe. Movimentos sociais. Serviço Social. Emancipação humana.
- **Título:** Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Autores:** Izabel Cristina Ferreira Borsoi, Flavilio Silva Pereira Silva Pereira. **Palavras-chave:** Trabalho docente. Gênero. Tempo social. Jornada laboral. Saúde e sofrimento.

Número 22. Artigos de Temas Livres

- **Título:** O debate da violência contra crianças e adolescentes pelo Serviço Social. **Autora:** Rosângela Oliveira Gonzaga Almeida, **Palavras-chave:** Violência contra crianças e adolescentes. Mediações. Serviço Social.
- **Título:** Projeto ético-político, consciência de classe e projeto societário: uma relação dialética. **Autoras:** Salyanna de Souza Silva, Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá. **Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Consciência de classe. Projeto profissional.
- **Títulos:** Ações sócioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Autoras:** Telma Cristiane Sasso de Lima, Regina Celia Tamaso Miotto. **Palavras-chave:** Ações socioeducativas. Serviço Social. Dimensão técnico-operativa.
- **Título:** Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de Graduação em Serviço Social para os assentados da reforma agrária. **Autora:** Yolanda Guerra. **Palavras-chave:** não consta.

Ano 2012

Número 23. Tema central: Serviço social e desenvolvimento.

- **Título:** Disparidades do crescimento global: avanços econômicos e atrasos sociais. **Autores:** Priscila Santos Araújo, Niemeyer Almeida Filho. **Palavras-chave:** Desenvolvimento; Dependência; Condições Sociais.
- **Título:** A universalização da Seguridade Social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais. **Autoras:** Beatriz Augusto Paiva, Eliete Cibele Cirpiano Vaz, Kathiúça Bertollo, Josiane Biondo, Renata Nunes. **Palavras-chave:** Universalização da seguridade social. Políticas públicas. Assistência social.
- **Título:** Pacto federativo e financiamento da Assistência Social: As implicações da regulação do SUAS nos orçamentos municipais. **Autora:** Ieda Maria Nobre de Castro. **Palavras-chave:** Finanças Públicas no Brasil, Federalismo, Assistência Social.
- **Título:** O Financiamento da saúde no Brasil: principais dilemas. **Autoras:** Tainá Souza Conceição, Juliana Fiúza Cislighi, Sandra Oliveira Teixeira. **Palavras-chave:**

Financiamento do SUS; Privatização do SUS; Novos Modelos de Gestão; Emenda Constitucional 29.

- **Título:** Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Autora:** Rachel Santos Zacarias. **Palavras-chave:** Crise do capital. Destruição ambiental. Desenvolvimento sustentável. Economia verde.
- **Título:** Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher: **Autoras:** Patrícia Krieger Grossi, Jaqueline Goulart Vincensi, Sônia Maria A. F Almeida, Jaina Raqueli Pedersen. **Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Rede Social. Lei Maria da Penha.
- **Título:** Educação superior e desenvolvimento social no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. **Autora:** Patrícia Lessa Santos Costa. **Palavras-chave:** Conhecimento; moralidade; solidariedade regional; universidade; sociedade civil; reconhecimento; capital social.
- **Título:** O cooperativismo no Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Autor:** Caio Martins. **Palavras-chave:** Cooperativismo. MST. Capitalismo.
- **Título:** Como as necessidades da acumulação limitam as possibilidades dos direitos sociais? **Autor:** Álvaro André Santarém Amorim. **Palavras-chave:** Direitos Sociais. Acumulação. Riqueza.

Número 24. Debate.

- **Título:** La nueva revolución tecnológica y sus impactos a la salud de los trabajadores. **Autor:** Guillermo Foladori. **Palavras-chave:** Nanotecnología. Trabajo. Revolución tecnológica. Riesgos.
- **Título:** Apropriação capitalista da ciência e tecnologia na agricultura: apontamentos para um debate sobre transgênicos e nanotecnologias. **Autor:** Pedro Ivan Christoffoli. **Palavras-chave:** não consta.
- **Título:** Metabolismo social do capital, novas tecnologias e os desafios políticos aos trabalhadores: notas ao debate. **Autora:** Monica Grossi. **Palavras-chave:** não consta.

- **Título:** Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a organização produtiva do mst no ceará. **Autora:** Evelyne Medeiros Pereira. **Palavras-chave:** cooperação; hegemonia; mst.
- **Título:** Agricultura de sustentação sob olhares de josué de castro. **Autora:** irlândia Schappo. **Palavras-chave:** Questão agrária.
- **Título:** Notas sobre a questão agrária haitiana. **Autor:** Thalles Gomes. **Palavras-chave:** Questão Agrária. Haiti. Capitalismo internacional. Dependência.
- **Título:** Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Autoras:** Nailsa Maria Souza Araújo, Maria das Graças e Silva. **Palavras-chave:** Economia Verde. PNUMA. Ofensiva ideológica. Anarquia da produção.
- **Título:** Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. **Autoras:** Vanda de Aguiar Valadão, Gilsa Helena Barcellos. **Palavras-chave:** Privatização da Terra; Questão Agrária. Questão ambiental; Violência.
- **Título:** Questão agrária, urbana e ambiental na a Amazônia brasileira: expressões da “questão social” na região. **Autora:** Nádia Socorro Fialho Nascimento . **Palavras-chave:** Acumulação Capitalista; Amazônia; Questão Agrária; Questão Urbana; Questão Ambiental.
- **Título:** A questão urbana e a produção acadêmica do serviço social brasileiro em foco. **Autoras:** Eliana Costa Guerra, Maria Clariça Ribeiro Guimarães, Raquel Cardozo da Silva. **Palavras-chave:** ENPESS. Serviço Social. Questão urbana. Capitalismo. Espaço. Segregação sócio-espacial.
- **Título:** Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Autoras:** Ivete Simionatto, Carolina Rodrigues Costa. **Palavras-chave:** Hegemonia, pequena política, Bancada Ruralista.
- **Título:** “Questão social” no Brasil: o nordeste e a atualidade da questão regional. **Autoras:** Josiane Soares Santos, Laiane Conceição de Vasconcelos, Thamiris de Oliveira Natale, Radaine Dayan Acciole Gomes de Figueiredo. **Palavras-chave:** Questão Social. Nordeste. Trabalho.
- **Título:** Concepção de cidade na obra de clássicos da teoria social. **Autoras:** Gabriela Lema Icasuriaga, Maria Helena Rauta Ramos. **Palavras-chave:** Divisão

cidade/campo. Condições gerais da produção capitalista. Burguesia e Trabalhador urbano.

- **Título:** O cenário da política urbana brasileira e o serviço social: contribuições para o debate. **Autoras:** Mauricléia Soares dos Santos, Nuria Pardillos Vieira, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. **Palavras-chave:** política; urbanização; serviço social; capitalismo.

Artigos de Temas Livres

- **Título:** O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da era Lula. **Autora:** Mirella Rocha. **Palavras-chave:** Novo-Desenvolvimentismo; Brasil; Governo Lula; Teoria Marxista da Dependência.
- **Título:** Desenvolvimento e pobreza. Uma análise crítica. **Autora:** Luana Souza Siqueira. **Palavras-chave:** Pobreza; Desenvolvimento; Desigualdade; Combate à Pobreza.
- **Título:** Microcrédito, informalidade e “combate à pobreza”. **Autores:** Vicente de Paulo Colodeti, Izildo Corrêa Leite. **Palavras-chave:** Microcrédito; Pobreza; Informalidade; Política Social.
- **Título:** Conselhos e SUAS: avanços no fortalecimento da cultura de direitos. **Autoras:** Ângela Vieira Neves, Marlene de Jesus Silva Santos. **Palavras-chave:** Assistência Social. Conselhos de Direito. Cultura Política.

Ano 2013

Número 25. Tema central: Educação em crise e perspectivas de organização política.

- **Título:** Desafios da pesquisa na formação profissional do assistente social: um olhar a partir da experiência do curso “abepss-itinerante”. **Autoras:** Ana Paula Mauriel, Olegna de Souza Guedes. **Palavras-chave:** Pesquisa. Formação profissional. Diretrizes curriculares. Projeto ético-político.
- **Título:** Ética e serviço social: um itinerante caminhar. **Autoras:** Adrianyce A. Silva de Sousa, Silvana Mara Morais dos Santos, Priscila Cardoso . **Palavras-chave:** Ética, Serviço Social, Formação.

- **Título:** O estágio supervisionado em serviço social. **Autora:** Alzira Maria Baptista Lewgoy. **Palavras-chave:** Formação Profissional, Estágio Supervisionado, Serviço Social.
- **Título:** A formação em serviço social no b Brasil: contexto, conformação e produção de conhecimento na última década. **Autoras:** Alzira Maria Baptista Lewgoy, Ana Lucia Suarez Maciel, Tatiana Reidel. **Palavras-chave:** Formação Profissional; Produção do Conhecimento; Serviço Social.
- **Título:** A experiência do projeto abepss itinerante: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. **Autora:** Maria Helena Elpidio Abreu. **Palavras-chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Projeto ABEPSS Itinerante. Contrarreforma do ensino.
- **Título:** A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto abepss itinerante. **Autora:** Cláudia Monica Santos, Francisca Pini. **Palavras-chave:** Formação Profissional; Serviço Social; ensino da prática.
- **Título:** Desafio da abepss itinerante na defesa da qualidade na formação em serviço social. **Autores:** George Francisco Ceolin, Neimy Batista Silva. **Palavras-chave:** Ensino superior. Expansão. Formação.
- **Título:** O método na teoria social de Marx: e o serviço social? **Autores:** José Fernando Siqueira da Silva, Raquel Santos Sant'Ana. **Palavras-chave:** Método, ontologia e fundamentos do Serviço Social.
- **Título:** O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da abepss. **Autores:** Yolanda Demetrio Guerra, Sheila Backx, Gustavo Repetti. **Palavras-chave:** Formação profissional. Diretrizes Curriculares. Dimensão investigativa. Desafios.

Artigos de Temas Livres

- **Título:** Novo modelo avaliativo do bpc: desafios, possibilidades ao serviço social. **Autoras:** Heloisa Helena da Silva Guedes, Gabriela Lima Fonseca, Rubiane de Souza Ribeiro Abdo, Suélem Alves Santiago Donato, Andrea Toledo de Aguiar, Érica Ferreira Esteves. **Palavras-chave:** avaliação social, BPC, Serviço Social, Previdência Social, direitos.

- **Título:** Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira. **Autora:** Ivone Maria Ferreira da Silva. **Palavras-chave:** Serviço Social. Questão Social. Formação Social Brasileira.

Número 26. Tema central: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão.

- **Título:** Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista. **Autora:** Mariana Pfeifer. **Palavras-chave:** Neodesenvolvimentismo. Pacto político. Estado.
- **Título:** O nexó necessário e vital: ideologia e história em Karl Marx. **Autor:** Adilson Aquino Silveira Júnior. **Palavras-chave:** Estrutura social. Ideologia. Método.
- **Título:** Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro. **Autoras:** Claudilene da Costa Ramalho, Renata Couto Moreira. **Palavras-chave:** Teoria marxista da dependência; superexploração; agroindústria canavieira.
- **Título:** As lutas urbanas e o papel dos partidos políticos. **Autora:** Isabela Ramos Ribeiro. **Palavras-chave:** Lutas urbanas; Organização política; Nova hegemonia.
- **Título:** A concepção de questão socioambiental e o serviço social. **Autoras:** Letícia Soares Nunes, Amanda Gomes de Medeiros Silva. **Palavras-chave:** Serviço Social. Exercício profissional. Questão socioambiental. Teoria e prática.

Artigos de Temas Livres

- **Título:** Trabalho de crianças e adolescentes: desafios para o programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) e trabalho profissional do serviço social. **Autora:** Edvânia Ângela de Souza Lourenço. **Palavras-chave:** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Serviço Social. Trabalho Informal.
- **Título:** O serviço social nos programas de residência em saúde: resultados iniciais do mapeamento da ABEPSS. **Autora:** Marina Monteiro de Castro e Castro. **Palavras-chave:** Serviço Social. Saúde. Educação. Residência.

Ano 2014

Número 27. Tema central: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.

- **Título:** Gênero, marxismo e serviço social. **Autora:** Vanessa Bezerra de Souza. **Palavras-chave:** Gênero, Marxismo, Serviço Social, Pós-modernidade.
- **Título:** Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Autora:** Teresa Kleba Lisboa. **Palavras-chave:** Serviço Social, Violência de gênero, Políticas Públicas, interdisciplinariedade.
- **Título:** Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. **Autora:** Telma Gurgel. **Palavras-chave:** Feminismo, Autonomia, Coletivo total.
- **Título:** Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Autor:** Marco José de Oliveira Duarte. **Palavras-chave:** Diversidade sexual, políticas públicas, direitos humanos, LGBT, cidadania.
- **Título:** Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Autor:** Guilherme Gomes Ferreira. **Palavras-chave:** Transvestilidade, Prisões, Seletividade Penal, Interseccionalidades.
- **Título:** A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. **Autora:** Valdencie José Raimundo. **Palavras-chave:** Violência, Cotidiano, Juventude.

Artigos de Temas Livres

- **Título:** Comportamento ético e crítica ao preconceito burguês. **Autor:** Ranieri Carli. **Palavras-chave:** Cotidiano, Ética, Preconceito, Pensamento Burguês.
- **Título:** Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN. **Autores:** Gláucia Russo, Hiago Trindade, Juliana Dantas, Jéssica Nogueira. **Palavras-chave:** violência, violência psicológica, violência intrafamiliar, criança, adolescente.
- **Título:** Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EAD e presenciais. **Autora:** Larissa Dahmer Pereira. **Palavras-chave:** ensino superior, formação profissional em Serviço Social, ensino presencial, ensino a distância.

- **Título:** A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Autora:** Fátima da Silva Grave Ortiz. **Palavras-chave:** política nacional de estágio, supervisão, formação profissional.

Número 28. Tema central: Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades.

- **Título:** Novas configurações do “CARE” no Brasil: um olhar para as mulheres no campo da saúde mental. **Autora:** Rachel Gouveia Passos. **Palavras-chave:** gênero, “care”, saúde mental.
- **Título:** Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Autora:** Sara Diniz Nascimento. **Palavras-chave:** reestruturação produtiva, precarização, trabalho feminino.
- **Título:** Equidade de gênero e welfare state pós-industrial: a contribuição de Nancy Fraser. **Autores:** Alex Myller Duarte Lima, Lúcia Cristina dos Santos Rosa. **Palavras-chave:** equidade, gênero, welfare, justiça.
- **Título:** Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos? **Autora:** Carla Lima Almeida, Ana Lole. **Palavras-chave:** gênero, identidade, diferença, política.
- **Título:** Serviço social, lutas feministas e violência contra a mulher. **Autoras:** Fernanda Marques Queiroz, Maria Ilidiana Diniz. **Palavras-chave:** Serviço Social, Lutas femininas, violência contra a mulher.
- **Título:** Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Autora:** Tereza Cristina Santos Martins. **Palavras-chave:** racismo, questão social, mercado de trabalho, desemprego, informalidade.
- **Título:** Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Autora:** Mirla Cisne. **Palavras-chave:** gênero, relações sociais de sexo, raça/etnia e classe.
- **Título:** A participação em espaços coletivos e a autonomia dos idosos. **Autoras:** Rosane Bernardete Brochier Kist, Leonia Capaverde Bulla. **Palavras-chave:** participação social, autonomia, garantia de direitos.

- **Título:** Trabalho juvenil em redes de fast food: ideologia e exploração. **Autora:** Letícia Barros Palma da Rosa. **Palavras-chave:** juventude, trabalho, exploração, fast food, ideologia.
- **Título:** 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Autora:** Bruna Andrade Irineu. **Palavras-chave:** políticas públicas, direitos, gênero, sexualidade, LGBT.
- **Título:** Homossexualidade: sexualidade no envelhecimento. **Autoras:** Andreia Aparecida Lima, Kelly Cristina Santiago, Alessandra Rocha Arrais. **Palavras-chave:** homossexualidade, sexualidade, velhice.

Artigos de Temas Livres

- **Título:** Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Autoras:** Amanda Farias dos Santos, Mailiz Garibotti Lusa. **Palavras-chave:** assistência técnica e extensão rural, capitalismo no campo, trabalhadora rural, serviço social.
- **Título:** Concepções de família presentes no congresso brasileiro de assistentes sociais. **Autora:** Alana Cristina Bezerra de Medeiros. **Palavras-chave:** família, concepções de família, serviço social.

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O Serviço Social e o preconceito ao migrante: considerações sobre a temática a partir da realidade do preconceito ao migrante.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Micaela Martinho de Oliveira de Oliveira**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Gustavo José de Toledo Pedroso**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de dissertação de mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **A pesquisa visa compreender se a prática e percepção dos assistentes sociais, correspondem a direção social do projeto ético político do Serviço Social, no quesito de oposição ao preconceito aos migrantes, a pesquisa terá como foco município da região de Ribeirão Preto, localizada no estado de São Paulo.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento em que achar necessário.

Franca de de 2016.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Micaela Martinho de Oliveira

Endereço:

E-mail:

(assinatura)

Orientador.

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

Endereço:

Tel:

E-mail: